UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

RENATA BEZERRA DE FREITAS BARBOSA

Ser artífice na América Portuguesa: trabalho e organização laboral no
Recife setecentista
(O caso da Irmandade de São José)

São Paulo
2015

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

Ser artífice na América Portuguesa: trabalho e organização laboral no
Recife setecentista
(O caso da Irmandade de São José)

Renata Bezerra de Freitas Barbosa

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em História

Orientadora: Profa. Dra. Maria Lêda Oliveira Alves da Silva

São Paulo
2015

À minha família, de quem estive ausente em boa parte dessa jornada.
Especialmente ao meu sobrinho Luca, por ter perdido todo o seu primeiro ano de vida.

AGRADECIMENTOS

Quando percebi que este trabalho estava chegando ao seu fim, dei-me conta de que não o fiz sozinha. De uma forma ou de outra, vários foram os envolvidos nesse projeto, cujo auxílio e apoio foram imprescindíveis para que eu pudesse desenvolvê-lo e concluí-lo. Assim, é como muita satisfação que vejo chegada a hora de agradecer a todos.

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, pois, sem seu auxílio financeiro este projeto teria sido inviável.

À Profa. Dra. Maria Lêda Oliveira Alves da Silva, que não só foi uma orientadora exemplar, como a maior incentivadora deste projeto, dando-me o suporte e apoio nos melhores e nos piores momentos dessa longa jornada, ajudando-me, com humor (que lhe é particular), carinho e atenção, a vencer todos os obstáculos com que me deparei, assim como compartilhando todas as alegrias que este projeto me proporcionou nos últimos anos.

À Profa. Dra. Iris Kantor pela contribuição que deu a esta pesquisa, desde o seu começo, quando eu ainda era sua orientanda na Iniciação Científica.

À Profa. Dra. Fernanda Olival, que orientou parte deste projeto em Portugal, junto ao Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora – CIDEHUS/UE, dando direcionamento à pesquisa a ser realizada nos arquivos portugueses e em algumas instituições espanholas, assim como orientando a construção de um banco de dados, que se mostrou de extrema importância no decorrer da pesquisa. Sou muito grata por todo o empenho e atenção que a Professora despendeu comigo durante a minha estadia em Portugal.

Aos funcionários das bibliotecas e arquivos portugueses em que estive, principalmente, à equipe do Arquivo Histórico Ultramarino, que deu-me um suporte incrível durante todo o momento em que lá estive garimpando informações sobre a Irmandade de São José do Recife e seus confrades.

No Brasil, agradeço aos funcionários do Arquivo Público Estadual João Emerenciano – APEJE, em Pernambuco; aos funcionários da biblioteca deste mesmo arquivo; e ao estagiário (infelizmente não lembro o seu nome) que me ajudou a revirar alguns documentos no arquivo da Cúria Metropolitana do Recife, pois, com empenho e atenção, buscaram atender as minhas demandas, mesmo com as dificuldades e a falta de apoio governamental que estas instituições vivenciam no Estado de Pernambuco.

Agradeço, ainda, aos frades do Convento de Nossa Senhora da Penha do Recife, que possibilitaram a visita que fiz ao depósito da Igreja de Santa Rita no Recife, onde estão guardados alguns objetos cerimoniais e imagens que pertenciam à Igreja de São José. Também agradeço ao Frei Roberto, religioso do Convento de Santo Antônio do Recife, que recebeu-me com muita atenção e ajudou-me na busca de documentos sobre os confrades, tanto no arquivo do Convento como no arquivo da Ordem Terceira de São Francisco.

Agradeço, especialmente, à Luciana, funcionária do Arquivo do IPHAN/PE, pela ajuda dada em um dos tantos obstáculos vivenciados nesta pesquisa.

À equipe do Centro de Preservação Cultural da USP – CPC/USP, em especial, à Profa. Dra. Maria Lúcia Bressan Pinheiro e à Profa. Dra. Beatriz Mugayar Kühl, que, durante os dois anos em que estive como estagiária dessa instituição, ajudaram-me com indicações de artigos e trabalhos sobre História da Arquitetura, principalmente sobre o espaço urbano do Recife.

À Profa. Dra. Antonia Terra pelo estímulo dado para que eu desenvolvesse essa pesquisa e pelas indicações de bibliografia sobre os ofícios mecânicos no Brasil.

Aos queridos professores que ministraram as disciplinas que fiz durante o mestrado: Profa. Dra. Maria Lúcia Gitahy (FAU/USP), Prof. Dr. Gildo Magalhães (FFLCH/USP) e a Profa. Dra. Carlota Boto (FE/USP), que contribuíram imensamente para o desenvolvimento desta pesquisa.

À Juliana Mantovani pela revisão do texto deste trabalho, a Marcel Lopes pelo tratamento das imagens e à Amelina Aquino pela tradução do resumo.

Agradeço, com muito carinho, à Juliana Sampaio e à Myziara Miranda, que, há quase uma década, em um mini-curso ministrado por elas, apresentaram-me os confrades de São José e forneceram-me o Compromisso da Irmandade de 1774. Foi a partir daí que tudo começou e agora vemos o trabalho concretizado.

Aos melhores amigos do mundo: Adriana Palma, Amanda Prado, Carolina Oliveira, Cecília Mombelli, Eduardo Lima, Juliana Mantovani, Michelli Scapol Monteiro, Rosely Tavares e Tatiana Beltrão, que estiveram comigo nessa jornada, me apoiando nos momentos críticos e compartilhando as conquistas durante todos esses anos de pesquisa.

Aos meus queridos amigos portugueses: Ângela Costa, José Pauleta, José Vasconcelos e Luis de Freitas, que foram maravilhosos durante a minha estadia em Portugal, não apenas estimulando o trabalho que estava eu lá desenvolvendo, mas fazendo-me sentir em casa, com tanto carinho e atenção.

Agradeço, com todo o meu coração, à Nita (minha mãe), a Roberto (meu pai), à minha irmã Roberta, à Jória (minha “primãe”) e a Jean (meu “paidrasto”), pelo amor, pela força e

apoio incondicional dado por todos esses anos. Sem eles, não teria conseguido buscar a realização dos meus sonhos, nem alcançar os meus objetivos. Também de todo o meu coração, agradeço à minha irmã Ana Laura, e aos sobrinhos mais incríveis que uma tia poderia ter: Ana Carolina e João Gabriel. Não só pelo apoio e estrutura que me deram quando estive em Portugal, mas, principalmente pelo carinho e o cuidado que tiveram comigo. Família, obrigada! Amo vocês!

E, por fim, agradeço àquele “que me continua”... Marcel Lopes, companheiro de uma década. Obrigada por toda a paciência, compreensão e apoio em todos esses anos.

“Mas não é bom que a história seja, em primeiro lugar, uma descrição, simples observação, classificação sem demasiadas ideias prévias? Ver, fazer ver, é a metade de nossa tarefa. Ver, se possível, com os nossos próprios olhos”.

Fernand Braudel, *A dinâmica do Capitalismo*.

RESUMO

A partir do estudo de caso da Irmandade de São José do Recife, esta dissertação tenta compreender como os oficiais mecânicos carpinteiros, pedreiros, marceneiros e tanoeiros estavam organizados profissionalmente e como esses trabalhadores eram valorados na vila do Recife, ao longo do século XVIII. Trata-se de um século muito importante para o Recife, pois é nessa centúria que ele vivencia uma intensa expansão urbana, e busca seu estabelecimento como vila, investindo, sobremaneira, em sua materialidade. Com o setor construtivo extremamente aquecido e o mercado de trabalho em ampliação, os oficiais mecânicos dos quatro ofícios anexos do Recife unem-se e fundam uma confraria religiosa sob o patrocínio de São José, em 1735. Assim, acreditamos ser esta confraria, a Irmandade de São José, um espaço privilegiado para melhor compreendermos como esses profissionais estavam organizados no Recife setecentista e o papel que tiveram nesse particular contexto. Trata-se de um estudo embasado na História Social, que teve como objetivo principal identificar possíveis mudanças na organização desses trabalhadores no decorrer do século XVIII, principalmente, a partir do governo pombalino, quando a capitania de Pernambuco recebe um novo incremento em sua economia.

Palavras-chaves: trabalho, irmandades leigas, corporações de ofícios, Recife, expansão urbana.

ABSTRACT

Based on the case study of the Irmandade de São José (*Brotherhood of Saint Joseph*), in Recife, this dissertation aims to understand how the craftsmen carpenters, masons, joiners, and coopers were professionally organized, and how these workers were perceived in the town of Recife during the 18th century. This century is very significant to Recife, provided that at that time the city experiences a strong urban growth and pursues being established as a town, investing great efforts in material aspects. With an extremely heated construction industry and expanding labor market, the craftsmen from these four occupations attached to Recife joined and founded a religious confraternity under the patronage of Saint Joseph, in 1735. Then we believe that such confraternity, the Brotherhood of Saint Joseph, is a privileged spot to understand how these craftsmen were organized in the Recife of the eighteenth century, and the role they performed in this context. This study is grounded on Social History and mainly intends to identify likely changes in the organization of these workers over the 18th century, especially after the Pombal government, when the captaincy of Pernambuco received a further increase in its economy.

Keywords: labor, lay brotherhoods, guilds, craftsmen organizations, Recife, urban growth.

LISTA DE IMAGENS

Fig.1 – Fotografia da imagem de São José

Fig.2 – Fotografia da fachada da Igreja de São José do Ribamar

Figs. 3 e 4 – Fotografias do interior da Igreja de São do Ribamar

Fig.5 – Representação do Recife com seu traçado regular e terreno plano (séc. XVII)

Fig.6 – Mapa sobre o povoamento da ilha de Santo Antônio em 1637

Fig.7 – Mapa sobre o povoamento da ilha de Santo Antônio em 1739

Fig.8 – Mapa sobre o povoamento da ilha de Santo Antônio em 1776

Fig.9 – Planta da vila do Recife (1763)

Fig.10 – Representação do bairro de São José (1801)

Fig.11 – Planta da nova Alfândega que seria construída no Forte do Matos (1736)

Fig.12 – Fotografia da imagem de Santa Apolônia que pertencia à Igreja de São José

Fig.13 – Fotografia da imagem de Santa Luzia que pertencia à Igreja de São José

Fig.14 – Fotografia, produzida em 1975, da imagem de São José

Fig.15 – Fotografia da imagem de Nossa Senhora das Mercês

Fig.16 – Fotografia, produzida em 1975, do altar lateral onde se encontrava a imagem do Senhor Bom Jesus dos Aflitos

Fig.17 – Fotografia de objetos que eram utilizados nas procissões

Figs. 18, 19 e 20 – Fotografias da Rua dos Pescadores, no Recife

Fig.21 – Assinaturas de alguns artífices dos quatro ofícios anexos

Sumário

Introdução	2
Capítulo 1: O Recife, os confrades de São José e as transformações urbanas	12
1.1 O Recife mercantil e seus diversos tipos sociais.....	27
1.2 A paisagem do Recife no setecentos	37
1.3 Trabalhadores em obra: os artífices construindo a paisagem do Recife	54
1.4 A cultura religiosa no Recife setecentista	72
Capítulo 2: Uma <i>Santa</i> Irmandade erigida ao seu patrono São José	92
2.1 A Irmandade e seus recursos financeiros	110
2.2 Os confrades de São José	123
2.2.1 Os “irmãos de fora”	133
2.2.2 Os irmãos oficiais dos quatro ofícios anexos	138
2.3 Organização intramuros da Irmandade	148
2.4 Irmandade ou corporação?	173
Capítulo 3: O valor do trabalho	199
3.1 O valor monetário.....	208
3.2 O valor social	219
3.3 De Pombal a D.Tomás	245
Considerações Finais	261
Fontes	273
Obras de Referência.....	279
Bibliografia/Teses/Artigos	280

Introdução

Por muito tempo, a historiografia referente ao período colonial não privilegiou o estudo sobre o funcionamento e a organização dos ofícios mecânicos na América Portuguesa. Apenas recentemente, de alguns anos para cá, vemos aumentar cada vez mais o número de trabalhos historiográficos que se debruçam sobre esse tema, com o intuito de suprir esta falta. Acreditamos que alguns fatores teriam concorrido para isso. Um deles seria o fato de que, por muito tempo, a historiografia teria focado sua análise nos feitos dos “grandes homens”, estando restrita ao processo de acumulação de riqueza, do poder e à história política institucional.¹ Esse movimento só chega a sofrer uma mudança mais significativa, a partir da segunda metade do século XX, quando, de acordo com a historiadora Maria Odila Dias, “novas abordagens e métodos adequados libertam aos poucos os historiadores de preconceitos atávicos e abrem espaço para uma história microsocial do cotidiano”,² fazendo com que estes se voltem, cada vez mais, para a análise de grupos não-hegemônicos.

Dessa maneira, a partir desta época, novos estudos surgem fincados nessa nova perspectiva. Porém, ainda assim, o que observamos é que a maioria desses estudos tende a fundar a sua interpretação em uma visão dualista sobre a sociedade luso-americana, na qual o negro, escravo, trabalha, e o branco, senhor de escravo, não trabalha. Enquanto este domina e explora, o outro grupo é dominado e explorado, cristalizando, desse modo, esta visão dualista a respeito do funcionamento da sociedade colonial. Assim, a maior parte desses estudos, tende a não considerar como relevante – e alguns nem chegam a citar como existente – a camada média que existia nessa sociedade, composta por variados tipos sociais, que iam desde prestadores de serviços básicos a pequenos e médios funcionários da administração régia, e que eram economicamente ativos e agiam cotidianamente na sociedade gerando demandas de toda natureza.

Outro fator que teria concorrido para isso, e que se apresenta de ordem metodológica, é a escassez de fontes referentes a esse período, que tragam à tona informações sobre quem eram esses agentes e seus papéis no funcionamento dessa sociedade. Principalmente os agentes que não estavam envolvidos diretamente com a administração colonial e que pouco deixaram de testemunhos escritos, como é o caso da maioria dos trabalhadores manuais. Segundo Carlo Guinzburg, como a cultura dos grupos mais subalternos é predominantemente

¹Jim Sharpe, “A história vista de baixo”. In: BURKE, Peter (Org.). *Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1992, p.40.

² Maria Odila L. da S.Dias, *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*, São Paulo:Brasiliense, 1995, p. 14.

oral e seus agentes não estão mais vivos, os historiadores precisam se servir, sobretudo, de fontes escritas, que, geralmente, são de autoria de indivíduos mais ou menos ligados à cultura dominante.³

Embora o número de trabalhos historiográficos que se debruçam sobre o funcionamento e organização do trabalho na América Portuguesa ter aumentado nos últimos anos, ele ainda é diminuto. Além dos fatores apontados acima, apresentaremos outros dois fatores importantes, que consideramos como impeditivos para uma quantidade maior de produções sobre o tema. Primeiramente, a cristalização da ideia, difundida pela historiografia que versa sobre a América Portuguesa, de que os que habitavam estas terras durante esse período, estavam envoltos – e, muitas vezes, “presos” – em uma cultura de valorização do ócio, o que teria acarretado o desprezo social sobre aqueles que trabalhavam, principalmente, sobre aqueles que exerciam os ofícios mecânicos.

Discutiremos neste trabalho que essa questão é muito mais complexa do que, por muito tempo, foi defendido por esta historiografia, pois existiram diversos fatores que interferiam diretamente na valoração social do trabalho na América Portuguesa, assim como de seus executores. A começar pela situação regional do grupo ou do indivíduo, como bem destacou Gilberto Freyre, em seu livro *Sobrados e Mucambos*.⁴ Não era a mesma coisa ser um oficial mecânico na Bahia e em São Paulo, por exemplo. No tocante ao espaço estudado por nós, a vila do Recife, observamos que, desde os seus primórdios, ela fora composta por um povo essencialmente “miúdo”, e povoada, paulatinamente, em grande maioria, por mercadores, pequenos e médios funcionários, e oficiais mecânicos. Muito diferente de sua vizinha Olinda, que era opulente e faustuosa, escolhida como morada dos principais da capitania. Desse modo, não podemos dizer que ser um oficial mecânico na faustuosa Olinda era a mesma coisa que ser um oficial mecânico na Recife mercantil, composta, em sua maioria, por agentes que exerciam variados tipos de ofícios, pese, no entanto, a proximidade geográfica entre Olinda e Recife.

Ainda sobre essa questão, é preciso dizer que também se mostra complexa a forma como os trabalhadores se organizavam na América Portuguesa, bem como a própria divisão do trabalho no interior dos ofícios. Temos que ter em conta que, dentro da heterogeneidade dos ofícios, cada um estava inserido em grupos valorativos diversos. Ser um ourives ou um imaginário, por exemplo, não era a mesma coisa que ser um pedreiro ou um carpinteiro, ainda

³Carlo Guinzburg, “*O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*”, São Paulo: Cia das Letras, 1987, p.17-18.

⁴Gilberto Freyre, *Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*, São Paulo: Global, 2004, p.491-492.

que eles estivessem figurando dentro do mecanicismo. Além disso, eram valorados de maneira diversa também os diferentes papéis ocupados na divisão do trabalho: ser um mestre, não era a mesma coisa que ser um oficial, que também não era a mesma coisa que ser um aprendiz.

Sem contar que, mesmo dentro desses grupos, existiram outras diferenças que interferiam em como aqueles indivíduos eram valorados socialmente. Identificamos que no interior do mesmo ofício existiam trabalhadores brancos, pardos e negros; assim como escravos, forros e livres; nativos e reinóis. Existiam, ainda, os que tinham mais dinheiro, os que tinham menos dinheiro que esses e aqueles que eram pobres demais. Existiam ainda os casados e os solteiros; os que sabiam ler e escrever bem; os que escreviam com certa dificuldade; e aqueles que não escreviam. Todos esses fatores interferiam para que eles fossem valorados perante o seu grupo e perante a sociedade do período.

O outro fator que também consideramos como impeditivo para um maior número de produções sobre o tema, é que foi convencionado pela historiografia que os ofícios mecânicos não estavam organizados profissionalmente na América Portuguesa, assim como estavam no Reino, onde funcionava o regime de corporações de ofícios. Julita Scarano, em sua obra *Devoção e Escravidão*, por exemplo, diz que “Mesmo tendo existido no Brasil os grêmios profissionais (...), não chegou a haver pleno desenvolvimento profissional em terras onde imperou o sistema escravista, nada propício ao florescimento de profissões exercidas ordinariamente por homens livres”.⁵

De fato, entendemos que o modelo de corporações de ofícios não teria aqui vigorado da mesma maneira como vigorou no Reino, o que não quer dizer que dentro do contexto colonial essa organização profissional não tivesse existido, ainda que reapropriada e inserida no funcionamento do próprio sistema escravista. Diante disso, é que consideramos as irmandades leigas fundadas e compostas, essencialmente, por oficiais mecânicos, como espaços privilegiados para a análise da organização laboral da América Portuguesa.

Ademais, além das irmandades leigas, teriam existido, no decorrer dos tempos, outras formas de organização profissional por essas terras, ainda que, por vezes, pouco “ortodoxas”, e que, nos últimos anos, estão sendo trazidas ao debate por historiadores como Luiz Geraldo Silva, que versa sobre a organização do ofício de canoeiro no período colonial; e Marcelo Mac Cord, que apresenta o papel, no século XIX, dos governadores dos pretos, responsáveis,

⁵Julita Scarano, *Devoção e Escravidão: a irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no século XVIII*, São Paulo, Ed. Nacional, 1978, p.24.

entre outras coisas, por regular suas vidas profissionais.⁶ Ambos privilegiam a microrrealidade do Recife, existindo, ainda, outros trabalhos que versam sobre outras localidades do Brasil.

Todavia, encontramos, da mesma forma, uma quantidade diminuta de trabalhos que se debruçam, especificamente, sobre irmandades leigas formadas por mecânicos na América Portuguesa. Provavelmente, porque sobre a maior parte delas não existem mais testemunhos escritos acerca de sua existência e de seu funcionamento. Durante o levantamento que fizemos sobre as irmandades leigas de mecânicos existentes no período colonial, nos deparamos com algumas delas, como, por exemplo, a Irmandade de São Bom Homem dos Alfaiates, no Rio de Janeiro; de São Jorge, no Rio de Janeiro e na Bahia; de São Crispim e São Crispiniano no Rio de Janeiro, na Bahia e em Pernambuco; e a de Santo Elói, no Rio de Janeiro e em Pernambuco.

Esse levantamento foi feito por meio de livros e teses que, de alguma forma, trazem este assunto, mas que ainda são poucos. Por isso, acreditamos que há ainda documentação nos arquivos brasileiros a ser encontrada, o que acabará por proporcionar, no futuro, a produção de novos trabalhos acerca dessas associações. Sobre o Recife, particularmente, encontramos pouquíssimos documentos, e que apenas citavam a existência destas, sem, de fato, termos encontrado um corpo documental que nos permitisse levantar mais informações sobre essas irmandades fundadas e compostas, essencialmente, por oficiais mecânicos.

Dentro do conjunto de trabalhos que versam sobre essas irmandades, destacamos aqueles que têm como objeto de estudo as irmandades leigas de mecânicos sob a invocação do Patriarca São José. O número de produções a seu respeito é maior. Isso explica, em parte, porque, de fato, há mais registros e testemunhos escritos deixados por esses mecânicos, como verificamos nos arquivos brasileiros e portugueses. Encontramos a existência dessas irmandades, durante o século XVIII, principalmente, na Bahia, no Rio de Janeiro, nas Minas Gerais e em Pernambuco.

Assim, os trabalhos produzidos acerca dessas irmandades, e que figuraram como referências para nós, são: o estudo de Daniel Precioso sobre a Irmandade de São José de Vila Rica; o de Márcia Bonnet sobre a dita irmandade no Rio de Janeiro; e os estudos de Roberto Dantas de Araújo, Henrique Nelson da Silva e Marcelo Mac Cord sobre a Irmandade do Patriarca São José no Recife. Esses três últimos estudos, especialmente, serviram-nos de base

⁶Ver em: SILVA, Luiz Geraldo. *A faina, a festa e o rito: uma etnografia histórica sobre as gentes do mar* (sécs. XVII a XIX). Campinas: Papirus, 2001; e em MAC CORD, Marcelo. *O Rosário de D. Antonio: irmandades negras, alianças e conflitos na história social do Recife, 1848-1872*. Recife: Ed.UFPE, 2005.

e forneceram dados que ajudaram a entender melhor o funcionamento da Irmandade de São José do Recife, objeto de nosso estudo.

A tese de Roberto Dantas de Araújo, *O ofício da construção na cidade colonial: organização, materiais e técnicas (o caso pernambucano)*, procura entender a organização dos ofícios da construção na capitania de Pernambuco, juntamente com a “evolução” das técnicas construtivas, apresentando não só informações sobre o funcionamento cotidiano da confraria, como também alguns dos impedimentos – políticos, econômicos e sociais – advindos da política metropolitana, que dificultavam a organização de seus oficiais.

A tese de Marcelo Mac Cord, *Andaimos, casacas, tijolos e livros*, privilegia o período oitocentista de organização da confraria, principalmente quando alguns dos oficiais mecânicos a ela pertencentes fundam, em 1841, a “Sociedade das Artes Mecânicas”, que tinha como um dos objetivos, o aperfeiçoamento mais amplo de seus associados, tendo esta implementado aulas noturnas de caráter “teórico”. Mac Cord versa, ainda, sobre o impacto sofrido pelos confrades de São José do Recife após o fim das corporações de ofícios, determinada pela Constituição de 1824, trazendo algumas das estratégias utilizadas por esse grupo, frente a essas mudanças, que afetaram, não só o modo como se organizavam profissionalmente, mas também como seu trabalho passa a ser valorado nesse período específico.

A dissertação de Henrique Nelson da Silva, *Trabalhadores de São José: artesãos do Recife no século XVIII*, também traz dados, assim como as outras duas obras citadas acima, acerca da organização dos quatro ofícios anexos do Recife, como também o contexto de mudança vivenciada pela vila e suas influências sobre a organização desses ofícios durante o setecentos. O objetivo desse autor esteve em apontar o perfil laboral da confraria para analisar o peso em que esta teve na formação da classe trabalhadora do Brasil nos séculos seguintes. Nessa dissertação, Silva apresenta as irmandades leigas de mecânicos, no século XVIII, como organizações profissionais que serviram de “modelo prévio” para as organizações operárias que viriam a se formar no século XIX e, principalmente, no início do século XX.

Todas essas três obras foram caríssimas para o nosso estudo, e as informações e conclusões que elas trazem foram utilizadas por nós como dados durante o desenvolvimento desta pesquisa. Entretanto, o nosso objetivo neste trabalho é, a partir do que esses estudos revelaram, ampliar a discussão acerca do funcionamento e da organização laboral no Recife, fornecendo também novos dados para serem utilizados por trabalhos futuros que se debrucem sobre o tema.

Dessa forma, esta dissertação trará como tema o trabalho manual na vila do Recife durante o século XVIII, partindo do estudo de caso da Irmandade do Patriarca São José dos

Oficiais dos Quatro Offícios Anexos, fundada em 1735 na vila do Recife, por oficiais mecânicos carpinteiros, pedreiros, marceneiros e tanoeiros. Ela está calcada na História Social, embora, vez ou outra, aproxime-se de áreas afins, a exemplo da História das Ideias, sobretudo quando os dados nos levaram a ampliar o campo de análise e observação, a fim de compreender o universo histórico no qual gravitavam os agentes ligados à Irmandade de São José.

Foi, por exemplo, ao analisarmos mais a fundo o Compromisso da Irmandade do Patriarca São José do Recife, de 1774, e nos depararmos com as “exigências” feitas pelos mestres pretos e pardos para que tivessem uma maior participação nos cargos da Mesa Diretoria, é que alguns questionamentos foram levantados, acabando por nortear os caminhos que tomaram a nossa pesquisa. Assim, passamos a questionar: quais teriam sido os argumentos utilizados por esses confrades para defender essa maior participação? Qual a visão que eles poderiam ter de si mesmos, enquanto pretos e pardos e trabalhadores mecânicos naquela sociedade específica, que os fizeram se munir de argumentos para defender o que entendiam como seus “direitos”? O que teria mudado na organização da Irmandade de São José do Recife para aceitar esses argumentos e permitir maior participação desses confrades em sua administração, se antes o acesso a eles era proibido ou, ao menos, dificultado? A visão que os outros confrades, brancos, tinham acerca da condição étnica desses confrades, e, que, em muito estava atrelada à condição de liberdade, teria se modificado?

Diante disso, olhando mais de perto o contexto em que estava inserida a vila do Recife nesse momento, não podemos esquecer que trata-se do período de governo do Marquês de Pombal, quando a capitania de Pernambuco teria recebido um incremento em sua economia, ao ser criada, em 1759, a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, quando há um maior investimento na produção de novos produtos agrícolas, como o tabaco e o algodão; e um maior investimento na construção de navios, sendo levantados, no período, vários estaleiros para esse fim. Além disso, a capitania teria vivenciado, em seu próprio espaço, a expulsão dos jesuítas, o estabelecimento das aulas régias e a política dirigida por Pombal para a desestigmatização de cristãos-novos e de indígenas.

Dessa forma, diante do que foi exposto acima, este estudo parte da hipótese de que, a partir da implementação, na vila do Recife, de algumas diretrizes de governo do Marquês de Pombal, teria acontecido uma mudança significativa na valoração social do trabalho manual na dita vila, e, conseqüentemente, também uma mudança na valoração social daqueles que exerciam esse tipo de trabalho. Atreladas a esta hipótese estão duas ideias, das quais também

partimos, mas que aparecem em função da hipótese levantada: a primeira ideia é a de que, diante do não-vigoreamento do regime de corporações de ofícios como o que existia no Reino, as irmandades de mecânicos na América Portuguesa assumiram a função de administrar não só a vida espiritual de seus confrades, como também a vida profissional dos mesmos. Já a segunda, sustenta que, no Recife do setecentos, o exercício de trabalhos mecânicos não foi condicionante para a desclassificação social daqueles que o exerciam, pois teriam existido diversos outros fatores que devem ser levados em consideração.

No que concerne ao recorte temporal escolhido para este estudo, ele compreenderá todo o século XVIII. Essa escolha se deu por entendermos que não conseguiríamos apreender se houve, de fato, alguma mudança na valoração do trabalho manual na vila do Recife, a partir do governo do Marquês de Pombal, se não recuássemos um pouco mais no tempo, buscando compreender como o trabalho era valorado antes da implementação de algumas de suas diretrizes de governo. Assim, a nossa intenção foi tentar apreender como o trabalho manual estava valorado antes, durante e depois do governo pombalino.

Para isso, foi feito um levantamento documental em arquivos do Brasil e de Portugal. No Brasil, consultamos o Arquivo Público do Estado de São Paulo, o Setor de Manuscritos da Biblioteca Nacional, o Arquivo Noronha Santos – IPHAN, o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ, o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro – AGCRJ, o Arquivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em Pernambuco – IPHAN/PE, o Arquivo Público Estadual João Emerenciano – APEJE, o Fundo Geral do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano – IAHGP, o Arquivo do Convento de Santo Antônio do Recife e o Arquivo da Cúria Metropolitana do Recife.

Nesses arquivos, conseguimos, na medida do possível, realizar o levantamento documental que tínhamos objetivado, ainda que, na maioria das vezes, tenhamos enfrentado vários obstáculos. Principalmente nos arquivos pernambucanos, onde a falta de estrutura é imperante, existindo, entre outras coisas, falta de espaço adequado e funcionários para o atendimento aos consulentes. Sem contar com a condição precária da maior parte da documentação desses arquivos, principal fator que teria nos impedido a analisar muitos desses documentos. Tentamos consultar, ainda, o Arquivo da Ordem Terceira de São Francisco no Recife e o Arquivo da Irmandade do Patriarca São José do Rio de Janeiro, mas o acesso nos foi negado. O primeiro alegou que a documentação estava em processo de digitalização por tempo indeterminado, por isso não estaria disponível para consulta; e o segundo, por se tratar

de um arquivo privado, alegou o desejo dos atuais confrades de confidencialidade dos assuntos particulares da dita confraria.⁷

Em Portugal, consultamos o Arquivo Nacional da Torre do Tombo, o Arquivo Histórico Ultramarino, o Setor de “Reservados” e o “Fundo Geral” da Biblioteca Nacional de Portugal, o Setor de “Cimélios” da Biblioteca Municipal de Évora e o Setor de “Manuscritos” da Biblioteca do Palácio da Ajuda.

Para a análise dos dados recolhidos em documentos que levantamos nos arquivos brasileiros e portugueses, partimos do método qualitativo. Considerando que, diante da característica fragmentada da documentação referente à administração da Irmandade do Patriarca São José dos Oficiais dos Quatro Ofícios Anexos do Recife, não só por seu conjunto documental hoje não estar completo e as informações contidas lá serem, em grande parte, sucintas; mas, também, pelas más condições estruturais em que se encontram muitos desses documentos (rasuras, rasgos, oxidações, informações apagadas, enfim, deteriorações provocadas pela ação do tempo, pela ação de pragas e pela manipulação humana), pareceu-nos este o método mais apropriado, tendo em vista a impossibilidade de se fazer uma análise serial. Pelo mesmo motivo, também tivemos que ampliar nosso corpo documental e consultar, em complementação, uma documentação de natureza diversificada, como leis, alvarás, representações e requerimentos diversos, documentos contábeis sobre a capitania de Pernambuco, atas do Senado da Câmara, documentação iconográfica, relatos de viajantes, entre outros.

Tentamos, ainda, sob a orientação da Profa. Dra. Fernanda Olival, a utilização da prosopografia. No entanto, diante da característica fragmentada da documentação, e, também, pelo fato de que a maioria maça dos oficiais dos quatro ofícios anexos não teria figurado como assunto constante na burocracia metropolitana, percebemos, em seguida, que este método não seria satisfatório. De qualquer forma, os dados recolhidos em toda a documentação consultada alimentaram um banco de dados, que fora construído, ainda sob a orientação da Profa. Dra. Fernanda Olival em Portugal, a partir do Sistema Access. Este

⁷Gostaríamos de destacar que, nos últimos três anos, o acesso à documentação do Arquivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em Pernambuco – IPHAN/PE, onde está toda a documentação referente à Irmandade de São José e de outras irmandades do Recife, também nos foi negado. A alegação da funcionária responsável pelo dito arquivo foi, por todo esse tempo, que a documentação de todo o arquivo está em condições tão pecárias que não pode ser acessada pelos pesquisadores. Ao que tudo indica, a Superintendência do IPHAN de Pernambuco não está preocupada em cumprir a Lei Federal de nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que determina o acesso à informação, inclusive, de informações de interesse público, independentemente de solitações. Pois, nada foi feito a esse respeito, estando a documentação ainda intocada por profissionais especializados, que podem minimizar as condições em que os documentos se encontram, e disponibilizá-los aos pesquisadores que produzirão conhecimento a partir deles.

banco de dados acabou por se mostrar importantíssimo para que pudéssemos levantar e cruzar os dados que apresentamos no decorrer deste trabalho.

Assim, esta dissertação está dividida em três capítulos, nos quais procuraremos desenvolver e argumentar a hipótese que levantamos. No primeiro capítulo, o Recife aparece como cenário onde os confrades de São José aparecem trabalhando, negociando e também vivendo, intensamente, a cultura religiosa do setecentos, esta presente em todos os aspectos da vida de seus habitantes. Nossa intenção é mostrar ao leitor o contexto que teria possibilitado aos oficiais dos quatro ofícios anexos a criação, em 1735, da Irmandade do Patriarca São José, assim como o seu funcionamento por todo o século XVIII. Para isso, destacaremos a particularidade da formação urbana do Recife, apresentaremos a expansão urbana que este vivenciou no decorrer desta centúria, assim como a abertura do mercado de trabalho no setor construtivo e a consolidação de um mercado de produtos e serviços que estava disponível a esses artífices por essa época. Enfim, procuraremos mostrar que esses mecânicos não vivenciaram esse contexto passivamente, tendo eles participado ativamente da vida urbana da vila do Recife, gerando, inclusive, uma série de demandas.

No segundo capítulo, privilegiaremos a análise da Irmandade do Patriarca São José dos Oficiais dos Quatro Ofícios Anexos do Recife. Traremos dados que mostrarão quem eram seus confrades, como estavam eles compostos socialmente, como a dita confraria estava organizada internamente, como ela gerenciava a organização dos quatro ofícios anexos da vila do Recife, as relações que mantinha com os representantes da administração colonial, quais as mudanças que sua organização vivenciou no decorrer do século XVIII, assim como as estratégias utilizadas por seus membros, em defesa ou em adaptação a essas mudanças. Com isso intencionamos apresentar quem eram os homens que exerciam os quatro ofícios anexos no Recife no decorrer do setecentos, além de destacar o duplo aspecto que tinha a dita irmandade, funcionando, simultaneamente, por todo o setecentos, como confraria religiosa e corporação de ofícios.

E, por fim, no terceiro capítulo, discutiremos o valor do trabalho manual e o papel social que tinham seus executores na sociedade do Recife setecentista. A partir do questionamento que fizemos acerca da ideia que fora cristalizada pela historiografia sobre o período colonial, de que o exercício de ofícios mecânicos desabonava socialmente seus executores, apresentaremos dados sobre o valor monetário pago aos artífices pelo seu trabalho, assim como os mesmos estavam valorados socialmente na vila do Recife, no decorrer do século XVIII. Discutiremos, também, as mudanças políticas que ocorreram na capitania de Pernambuco, a partir da segunda metade desta centúria, quando o Marquês de Pombal sobe ao

poder. E, ainda, em que medida tais mudanças afetaram a Irmandade do Patriarca São José, a organização laboral dos quatro ofícios anexos na vila do Recife, assim como a valoração social desses trabalhadores naquela sociedade.

Capítulo 1

O Recife, os confrades de São José e as transformações urbanas

No ano de 1735, na Igreja do Hospital de Nossa Senhora do Paraíso da vila do Recife, no bairro de Santo Antônio, os confrades da Irmandade do Patriarca São José dos Oficiais dos Quatro Ofícios Anexos⁸ estavam às voltas com os negócios internos da confraria que tinham acabado de criar. Muitas demandas ocupavam-nos naquele momento: a elaboração de seu Compromisso, os gastos com as sentenças que deveriam ser pagas ao Ministro, a organização dos livros necessários para o melhor funcionamento de sua irmandade, o levantamento de dinheiro que seria realizado por meio do pagamento dos anuais pelos confrades e, como não poderia deixar de ser, a realização da festa em homenagem ao membro mais importante daquela confraria: São José, que fora escolhido como santo patrono pelos confrades, e a quem pediam proteção e dedicavam todo o seu amor e devoção.

Essa azáfama não era exclusiva dos confrades de São José, pois, de maneira geral, qualquer irmandade leiga criada nesse período passaria por tais demandas para ser reconhecida por sua comunidade e se firmar como tal. Além das obrigações espirituais que tinham com o santo de sua devoção e com os seus confrades, como a realização de missas, festas e a prática do assistencialismo, as confrarias também estavam envolvidas em obrigações burocráticas, imprescindíveis para que pudessem funcionar oficialmente aos olhos do Estado e do poder eclesiástico. Assim, verifica-se nos primeiros anos de funcionamento da Irmandade do Patriarca São José dos Oficiais dos Quatro Ofícios Anexos, despesas que vão

⁸Durante a análise da documentação manuscrita utilizada para o desenvolvimento desta dissertação, identificamos que houve no Recife setecentista duas confrarias destinadas à devoção a São José: uma delas foi criada pelos padres do Hospício da Penha; e a outra criada pelos oficiais carpinteiros, pedreiros, marceneiros e tanoeiros da vila do Recife. Todavia, observamos que a Irmandade de São José, criada por estes oficiais mecânicos construtores do Recife, aparece na documentação sob várias designações, entre elas: “Irmandade do Patriarca São José dos Oficiais dos Quatro Ofícios Anexos”, “Irmandade de São José da Beira Mar”, “Irmandade de São José do Riba-Mar”, e, muitas vezes, apenas como “Irmandade do Patriarca São José”. Mesmo que a designação, “Irmandade de São José do Riba-Mar” (adotada, principalmente pela população, por estar a sua igreja construída bem à “Riba” do Mar) tenha sido a que se consagrou no decorrer dos tempos, optamos por adotar a primeira delas: “Irmandade do Patriarca São José dos Oficiais dos Quatro Ofícios Anexos”, por acharmos que esta designação corresponde mais à “essência” da confraria em seus primórdios. Também nos utilizaremos, neste texto, das designações “Irmandade do Patriarca São José”, “Irmandade de São José do Recife” ou apenas “Irmandade de São José” para designar o nosso objeto de estudo, apenas com vistas de tornar a leitura mais solta e menos cansativa.

desde gastos com velas, incensos, vinho e com Padre Regente para realizações de missas, até as despesas de caráter mais burocrático.⁹

No ano de 1735, por exemplo, ano de criação da irmandade, foram pagos 4 mil réis ao Reverendo Padre Diogo para fazer o Compromisso que regularia a recém-fundada confraria. Também se gastou 3.760 réis “Pelo livro para o comprimisso, rubricas e sentença ao Ministro”¹⁰ e 640 réis “Por hum livro para a receyta dos annais e condenações dos offeciais de carpinteiro e outro para asentar os ditos offeciais”. Já no ano de 1737, constam as despesas de 320 réis, “Pello que se despendeo em duas petições em [vtilidade] da Irmandade” e de 640 réis “Pellas diligencias pellas ditas petições”.¹¹

Também foi nestes primeiros anos de existência da irmandade que a imagem de seu santo protetor foi logo providenciada. Os confrades trataram em comprar “hũ pao de sedro para a imagem do Glorioso Santo”¹² e encomendar o desenho de sua imagem ao Mestre José Cardoso, cabendo a Manuel Dias o feitiço dos dois respaldos de prata que “repousariam” sobre as cabeças de São José e de Cristo menino em seus braços. As festas em sua homenagem, realizadas – quando não havia impedimentos devido ao calendário religioso – no dia do dito santo, em 19 de março, eram organizadas com muito zelo pelos confrades, que gastavam o que conseguiam para que a festa saísse à altura de seu patrono. As festas ao Santo tinham missas rezadas, missas cantadas pelo Reverendo Padre Regente e acólitos, sermões do Reverendo Padre Pregador, muitas velas, muito incenso, fogos de artifício, vinho e música, esta geralmente conduzida por algum mestre do ofício de músico, como o renomado

⁹ Estes gastos despendidos com a burocracia nos chamam a atenção para duas coisas: a primeira é que, mesmo que a Irmandade de São José fosse composta por segmentos mais baixos da sociedade, para que pudesse funcionar, ela tinha que passar, obrigatoriamente, pela logística da produção de documentos e pelo aval do Estado. A segunda coisa é que, diante dessa burocracia, esses segmentos mais baixos estavam condicionados a terem um certo domínio da escrita, ou, senão, buscar o auxílio de pessoas que tinham esse domínio e também o conhecimento das leis. Voltaremos a tratar disso no decorrer deste trabalho.

¹⁰A maneira sob a qual transcrevemos todos os documentos manuscritos, utilizados durante a pesquisa e apresentados neste trabalho, obedeceu às regras de transcrição recomendadas pela Paleografia. Todavia, faz-se necessário aqui apresentar ao leitor que: preservamos as palavras conforme escritas nos originais, inclusive as letras maiúsculas, as minúsculas, as letras dobradas, os acentos, as pontuações e até mesmo os “erros gramaticais” e as palavras escritas “incorretamente”. Principalmente, no que se refere aos documentos produzidos pelos próprios oficiais mecânicos, pois consideramos ser uma forma de chamar a atenção do leitor para a cultura escrita deles. As palavras que não conseguimos ler ou entender aparecem sob o símbolo “[...]”. As palavras das quais não temos certeza absoluta estão escritas como as percebemos, entre colchetes. As abreviaturas foram por nós dobradas e destacadas em itálico. E, por fim, apenas algumas palavras foram separadas ou juntadas, com vistas a dar mais sentido ao leitor. Apenas por preciosismo, achamos por bem informar, ainda, que os assentos “til” encontrados nos originais na letra “s”, colocamos na vogal que faz mais sentido para nós atualmente. Assim também nos casos de palavras que tem “ao” no final, e que nos originais os acentos são encontrados no “o”, também foram transferidos para o “a”, pelo mesmo motivo.

¹¹Cf. Recife, Arquivo da Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em Pernambuco – IPHAN/PE, *Livro de Receitas e Despesas da Irmandade de São José do Ribamar. 1735-1784*, arquivo deslizante nº 6, prateleira nº 2, Caixa nº 2, p.3-4. Daqui para frente, o presente documento será citado da seguinte forma: IPHAN/PE, *Livro de Receitas e Despesas*, e a página correspondente da citação feita.

¹²IPHAN/PE, *Livro de Receitas e Despesas*, p.3.

Reverendo Padre Mestre Inácio Ribeiro, excelente músico e afamado compositor, que conduziu a música na festa do ano de 1737.¹³

Em sua obra *Devoção e Escravidão*, Julita Scarano coloca a música como indispensável nas festas organizadas pelas irmandades no setecentos. Segundo ela, a música era parte integrante de toda festividade oficial, sendo algumas vezes composta especialmente para determinadas festas e executada durante as comemorações. Os sermões também não ficavam atrás, sendo, da mesma forma, considerados de extrema relevância para as festividades. Tanto que, quando possível, convidavam pregadores famosos, pagando-lhes preços altíssimos.¹⁴ Na festa do ano de 1737, organizada pelos confrades de São José do Recife, é possível verificar, através dos gastos registrados no Livro de Receita e Despesas, que, juntamente com a música que custou 4 mil réis aos confrades, a missa cantada e o sermão foram os gastos mais elevados: 10 mil réis cada um. Segundo Scarano:

A palavra falada sempre teve papel essencial entre as comunidades iletradas, sem outros meios de comunicação (...). O sermão não tratava de assuntos exclusivamente religiosos, mas de tudo o que estivesse em voga, ou suscitasse interesse (...). Mas, mesmo do ponto de vista religioso, era a palavra um dos meios de instruir uma população sequiosa de conhecer os mistérios da fé e a vida dos santos, dotada de intensa religiosidade (...).¹⁵

Não era só com sermões, missas cantadas e música que se gastava muito nesses momentos de festidades. Em geral, todos os gastos com as festas ao Santo pesavam muito nas contas da Irmandade de São José do Recife, como mostra o livro contábil já citado. As quantidades de velas, incensos, vinhos, entre outros, eram maiores que o habitual, como mostra o valor registrado de 11.460 réis, supostamente gasto em 18 libras de cera para a festa do ano de 1737; enquanto que no mesmo ano, dentro dos gastos gerais da irmandade, foi gasto o valor de 880 réis, relativo à cera para dois anos.¹⁶ Em todo o caso, mesmo pesando no

¹³Todos esses elementos constam como gastos no *Livro de Receitas e Despesas*. IPHAN/PE, *Livro de Receitas e Despesas*, p.3-4. Segundo Pereira da Costa, o Padre Inácio Ribeiro Nóia nasceu no Recife em 1688, e ainda vivia em 1757. Era notoriamente conhecido pelo melhor e mais perito mestre da arte do contraponto, e em tudo melhor na arte da música, “e de tal sorte, que compunha a letra e a solfa, e a cantava com boa voz e suma graça”. Ver em: COSTA, Francisco A. Pereira da. *Anais Pernambucanos*.v16. Recife: FUNDARPE, 1984, p.166.

¹⁴Julita Scarano, *Devoção e Escravidão*: a irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no século XVIII, São Paulo, Ed. Nacional, 1978, p. 75-77.

¹⁵Ibidem, p.76-77.

¹⁶É importante deixarmos claro que esses registros sobre os gastos da irmandade podem não corresponder exatamente à verdade. Esses livros contábeis eram frequentemente alvos de fiscalização não só da Mesa Diretória da irmandade, como também da Igreja e da Coroa. Dessa forma, as despesas e as receitas poderiam ser justificadas ora de maneira mais transparente ora de maneira menos transparente pelos confrades. Entretanto, de

orçamento da irmandade, a realização das festas se fazia importante para os confrades, não só para que eles pudessem oferecer a sua devoção e agradecimento ao santo protetor, mas também porque a realização de tais festas se mostrava de extrema importância para a consolidação da confraria, especialmente nesses primeiros anos de existência.

As festas, em geral, mobilizavam toda a sociedade açucareira. Eram eventos públicos, religiosos ou profanos, nos quais as diferentes camadas sociais participavam inseridas em hierarquias próprias, cada grupo conhecendo sua função e seu papel. Organizados, principalmente por meio de irmandades, diversos grupos sociais, diferenciados por cor, etnia ou profissão, participavam das procissões e festejos contribuindo com danças e apresentações próprias.¹⁷

Para Rita de Cássia Araújo, eram estas festividades ocasiões de se ver, mas também de ser visto; de prestigiar e de ser prestigiado pela comunidade a que se pertencia. Era um suntuoso espetáculo teatral que se passava ao ar livre. No caso da procissão solene, diz esta autora, ao contar com a participação de grande número de irmandades religiosas, era a ocasião para reforçar as alianças e estreitar os laços de solidariedade que deveriam existir entre os membros da comunidade católica. Ao mesmo tempo, criava oportunidade para que os diferentes grupos reunidos percebessem a si e aos outros em suas diferenças e semelhanças.¹⁸

As festas, para Antônia Aparecida Quintão, representavam, entre outras coisas, um desafio anual para as associações leigas, um meio de mostrar sua importância e força. Eram nas festas onde se concentrava o esforço da organização em ver aumentado o prestígio da confraria. Era, igualmente, ocasião de rivalidade e demonstração da importância que estas associações conquistaram e que mantinham na comunidade.¹⁹ Além disso, assim como os funerais e o socorro aos irmãos mais necessitados, estas festas também se mostravam como indicativos da habilidade que as irmandades tinham em gerenciar os seus próprios bens.²⁰

Por isso, mesmo com o fato de os gastos com as festas ao santo pesarem demasiado no orçamento da Irmandade, tais festas faziam parte das obrigações de seus irmãos e não objetivavam apenas o regozijo espiritual, momentos de agradecimento pelas bênçãos

acordo com Marc Bloch, o historiador sabe “que suas testemunhas podem se enganar ou mentir. Mas, antes de tudo, preocupa-se em fazê-las falar, para compreendê-las”. In: BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2002, p. 96.

¹⁷Kalina Vanderlei da Silva, *Nas solidões vastas e assustadoras: os pobres do açúcar na conquista do sertão nos séculos XVII e XVIII*, Tese de Doutorado, Recife: CFCH, UFPE, 2003, p.36.

¹⁸Rita de Cássia Barbosa de Araújo, “A redenção dos pardos: a festa de São Gonçalo Garcia no Recife, em 1745”. In: JANCOSÓ, István & KANTOR, Iris (Org.). *Festa, cultura e sociabilidade na América Portuguesa*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2001, p. 436.

¹⁹Julita Scarano, op.cit., p. 152.

²⁰Antônia A. Quintão, *Lá vem o meu parente: as irmandades de pretos e pardos no Rio de Janeiro e em Pernambuco (Século XVIII)*.Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH,USP,1997, p.107.

conseguidas e de apelo ao socorro dos céus por meio da intermediação do santo. Elas também pretendiam, principalmente nesses momentos iniciais da Irmandade do Patriarca São José dos Oficiais dos Quatro Ofícios Anexos, uma oportunidade de se apresentarem à sociedade, enquanto grupo detentor de poder, prestígio e riqueza. Era o momento de mostrar o quanto valorosos e organizados eles poderiam ser, além de reforçar, para os seus e para os outros, as hierarquias estabelecidas no interior de sua confraria.

A Irmandade do Patriarca São José dos Oficiais dos Quatro Ofícios Anexos foi fundada na Igreja do Hospital de Nossa Senhora do Paraíso, localizada na vila do Recife, no ano de 1735, por oficiais mecânicos carpinteiros, pedreiros, marceneiros e tanoeiros.²¹ Flávio Guerra conta que já em 1653 havia, no mesmo local onde anos mais tarde viria a ser construída a igreja que abrigaria a Irmandade de São José, uma capelinha erigida pelos carpinteiros do Recife em devoção ao santo patriarca.²²

Organizados sob o estatuto de confraria apenas em 1735²³, os confrades passaram a ocupar, inicialmente, um dos altares laterais da Igreja de Nossa Senhora do Paraíso até a construção da sua própria igreja em 1752, em um terreno fora das portas de Santo Antônio, bem à “riba do mar”, muito próximo ao forte das Cinco Pontas. Segundo Pereira da Costa:

Em vereação da Câmara do Recife, de 27 de maio do mesmo ano [1752], compareceram o juiz, o escrivão e o procurador dos ofícios de carpina e marceneiro, da Irmandade de S. José, santo dos seus ofícios, os quais requereram que pretendendo fundar uma igreja sob a invocação de S. José, “no campo do Curral, junto à cacimba chamada do Cajueiro”, em terras que aforaram ao Padre Mateus Correia²⁴; e ignorando-se as ditas terras efetivamente pertenciam ao referido padre,

²¹Francisco A.Pereira da Costa, *Anais Pernambucanos*, Recife: FUNDARPE, vl.5, 1983, p.425; e vl.6, 1984, p.96-97.

²² Flávio Guerra, *Velhas igrejas e subúrbios históricos*. Recife: Prefeitura Municipal do Recife, 1960, p.73.

²³A partir da análise da documentação administrativa da irmandade, é possível dizer que já em 1735 ela possuía um Compromisso que regulava a sua vida confrarial. No entanto, este documento não foi encontrado no decorrer da pesquisa. Supomos, ao encontrarmos no Arquivo Histórico Ultramarino casos de outras irmandades no Recife que tiveram seus Compromissos feitos antes de 1750 e que alegavam não os tê-los mais, que, com o Regalismo a partir do reinado de D.José I, quando a confirmação dos Compromissos perante o rei passou a ser obrigatória, houve o aumento do controle sobre esses estatutos, portanto, um maior cuidado pelas irmandades em mantê-los. Preocupação que, possivelmente, não acontecia no período anterior, quando os Compromissos eram confirmados – quando confirmados – muitas vezes apenas pelo poder eclesiástico. Para mais informações acerca da ingerência da Metrópole sobre as irmandades leigas luso-americanas a partir de 1750, ver em: BOSCHI, Caio César. *Os leigos e o poder: Irmandades Leigas e Política Colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ed. Ática, 1986.

²⁴O Livro de Receitas e Despesas da Irmandade e o Compromisso de 1774 sugerem que o terreno era de fato do Padre Mateus Correia, religioso do convento da Madre de Deus, da congregação do Oratório de São Felipe Neri, no Recife, e que ele próprio o teria doado à irmandade. No livro contábil da dita irmandade, por exemplo, são apresentadas despesas que vão desde 1759 a 1780 sobre as missas que foram dirigidas à alma do Padre. Já no Compromisso de 1774, existe um trecho que obriga os irmãos a rezarem as missas à sua alma, sempre nos dias de natal, por este padre ter doado o “citio para a construção da igreja”. Ver mais em: IPHAN, “Igreja de São José do Ribamar”, *Inventário Nacional de Bem Móveis e Integrados de Pernambuco*, vl11, Recife, 2004, p. 28-9; e em:

ou à Câmara, que, neste caso, ofereciam o foro de oitenta réis por palmo, até que se resolvesse a quem de direito pertencia êsse terreno, o que a Câmara aceitou, mediante um termo de responsabilidade, firmado no mesmo dia.²⁵

Em 06 de junho deste mesmo ano de 1752 teria saído, ainda de acordo com Pereira da Costa²⁶, uma setença favorável do provisor do bispado de Olinda, Cônego João de Soares Barbosa, aceitando como “em condições regulares” o patrimônio da Irmandade de São José. Encontramos um registro, feito neste ano pelo tesoureiro da irmandade, de uma saída de 16 mil réis, referente à “despesa que fiz com a setença e patrimonio e os mais despachos na camera eclesiastica”²⁷, muito possivelmente pagos pelas custas deste processo. Nele, o patrimônio da irmandade, para a feitura da igreja, estaria cotado a esta época em aproximadamente 100 mil réis; e seu vencimento anual cotado a 6.650 réis. Ainda assim, o provisor do bispado achou tal patrimônio regular, autorizando, dessa forma, sua construção em um terreno situado “nas terras do Curado, na rua de Julião de França’ – fora da porta de Santo Antônio”, determinando, porém, que a irmandade deveria construir logo ali sua igreja em pedra e cal, “com cinco degraus pelo menos, sob pena de não se conceder licença para a sua bênção”.²⁸

Luis José Correia de Sá, governador e capitão general da Capitania de Pernambuco e suas anexas entre os anos de 1749 e 1756, registrou em seu diário o primeiro instante da fundação da igreja dedicada ao santo carpinteiro. Em 29 de junho de 1752, numa quinta-feira, Correia de Sá escreve:

De tarde fui assistir à função da primeira pedra, que se lançou para uma igreja que erigem ao Sr. São José os oficiais carpinteiros, tanoeiros, marceneiros e pedreiros. Levei eu mesmo a pedra, o Coronel do Regimento do Recife João Lobo de Lacerda, o Tenente-Coronel Patrício da Nóbrega e Vasconcelos, o Sargento-Mor Pedro de Moraes Magalhães, ambos oficiais do mesmo regimento. O sítio da igreja é junto à Fortaleza das Cinco Pontas.²⁹

Cf. Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, *Compromisso da Irmandade e Confraria do Patriarca o Senhor São José, dos ofícios de carpinteiro, pedreiro, marceneiro e tanoeiro, estabelecida na vila de Santo Antônio do Recife de Pernambuco*, Século XVIII, códice 1301, fl.7v.

²⁵Francisco A. Pereira da Costa, *Anais Pernambucanos*, vl.6, Recife: FUNDARPE, 1984, p.94.

²⁶Graças a Pereira da Costa foi possível recuperar algumas informações contidas nas atas do Senado da Câmara do Recife, do período que compreende 1750 a 1760, haja vista que as mesmas encontram-se já há alguns anos desaparecidas.

²⁷IPHAN/PE, *Livro de Receitas e Despesas*, p.12.

²⁸Francisco A. Pereira da Costa, op.cit., vl.6, 1984, p.93-94.

²⁹“O Diário do Governador Correia de Sá 1749 a 1756”, *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, Recife, vl. LVI, 1983, p.149-150.

A participação do Governador Correia de Sá em eventos como este fazia parte das atribuições de um governador por estes tempos, já que era o maior representante da Coroa na capitania. Sua presença na função da primeira pedra da Igreja de São José não se mostrava tão excepcional e fazia parte do protocolo, afinal, uma igreja seria construída ali em exaltação a São José e passaria a fazer parte da paisagem do Recife. Em seu diário é possível constatar ainda a sua participação em outros eventos da Irmandade do Patriarca São José dos Oficiais dos Quatro Ofícios Anexos – como veremos no decorrer deste trabalho –, como também em eventos de outras irmandades leigas, tão importantes socialmente quanto, como a Irmandade de Nossa Senhora do Livramento e a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário.

Todavia, o que vale destacar neste testemunho de Correia de Sá é a sua preocupação em registrar detalhes deste acontecimento, como a ilustre presença no evento de três oficiais do Regimento do Recife: o Coronel João Lobo de Lacerda, o Tenente-Coronel Patrício da Nóbrega e Vasconcelos e o Sargento-Mor Pedro de Moraes Magalhães. Os três eram, nada menos que, as três mais altas patentes militares do Terço de Infantaria da vila do Recife, o que nos sugere que este evento não teria sido banal, nem sem importância para a comunidade.³⁰

Este dia tão importante para os confrades de São José está registrado em seu primeiro Livro de Receitas e Despesas. Foram gastos alguns contos de réis em pregos, cabos, cordas e arcos, além do pagamento de 4.800 réis pela mão-de-obra do armador João de [Moura] Rosa, responsável por fazer a estrutura do acontecimento. Ademais, ainda conseguiram de esmolas doadas pelos devotos que lá foram conferir a colocação da primeira pedra da igreja cerca de 27.760 réis, montante que seria destinado à continuação da construção do templo.³¹

A abertura do culto na nova igreja só teria se dado dois anos mais tarde, em 1754, como também registra Correia de Sá em seu diário no dia 24 de agosto de 1754, um sábado:

Jantei na Madre de Deus, de tarde acompanhei a procissão que se fez, saindo da Congregação [São Filipe Néri] a nova Imagem do Sr. São José ao colocar-se na Igreja nova que lhe têm feito os oficiais de varios ofícios, acompanhou o Regimento Salvaram todas as fortalezas quando o santo entrou na nova igreja.³²

A festa em comemoração à entrada da imagem na igreja nova teria acontecido no domingo, no dia seguinte à procissão, como também registrado pelo governador: “Fui assistir

³⁰Ibidem, p.354.

³¹ IPHAN/PE, *Livro de Receitas e Despesas*, p.12.

³²“O Diário do Governador Correia de Sá 1749 a 1756”, op.cit., p.246.

à festa do Sr. São José na igreja nova”.³³ Tanto a festa quanto a procissão foram organizadas pelos confrades com tudo o que podiam pagar para a mais perfeita exaltação ao seu santo patriarca e júbilo dos devotos, como demonstração pública do prestígio de sua confraria. Foi um dia de muita emoção, como corrobora o testemunho de Correia de Sá quando diz que “salvaram todas as fortalezas quando o santo entrou na nova igreja”; e os confrades se empenharam demasiadamente para que tudo ocorresse a contento.

Por este tempo, a igreja do Santo ainda estava inacabada, mas já estava em condições – ainda que não as ideais – para abrigar a sua imagem. Conforme estudo realizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN para o processo de tombamento da Igreja de São José do Ribamar do Recife, pode-se supor que entre 1752 e 1754 estava sendo construída a capela-mor e também um espaço anexo destinado à sacristia.³⁴ Em 1753 constam gastos, inclusive, de equipamentos hidráulicos destinados à liturgia, como o lavatório e seu esguicho e a lavragem da pia batismal.³⁵

Pronto ou não, os irmãos trataram de deixar o templo em condições suficientes para receber o seu membro mais ilustre. Neste ano de 1754 contrataram os serviços de um “preto que caiu a igreja” (ou seja, branqueou as paredes com cal) e um mestre pintor que cuidou dos detalhes mais refinados, como a pintura da capela e a pintura do frontal. Trataram logo em pagar a feitura da tão esperada imagem de seu santo patriarca ao mestre imaginário Luis Nunes; como também em pagar o estufamento da mesma e as açucenas de prata que repousariam nas mãos do santo (**Fig. 1**). Providenciaram a compra de um sino, um missal, um cálice de prata, e duas pedras para sustentar o altar, além de contratarem o serviço de um mestre alfaiate para a feitura de alguns ornamentos.³⁶

Para os dois dias de festividade – dias 24 e 25 de agosto de 1754 –, os confrades buscaram prover a Irmandade de “azeite pera lampida”, de vários ramalhetes de flores, sem

³³Idem.

³⁴IPHAN, “Igreja de São José do Ribamar”, op.cit., vl.1. 2004, p.29.

³⁵IPHAN/PE, *Livro de Receitas e Despesas*, p.14.

³⁶Ibidem, p.15-15v.

Fig.1: Esta é, possivelmente, a imagem de São José encomendada ao mestre Luiz Nunes (fotografia de minha autoria, 2013), e que foi levada até a Igreja de São José no dia de sua abertura para o culto em 25 de Agosto de 1754, como sugere o inventário do IPHAN. Hoje ela se encontra, como outras imagens dos séculos XVIII e XIX, que eram de propriedade da Irmandade de São José, mal armazenadas em um depósito na Igreja de Santa Rita de Cássia, sob a salvaguarda do IPHAN.

contar as hóstias e o vinho. A entrada da nova imagem do santo patriarca em sua nova morada foi celebrada com procissão, acampanhada com grande emoção pelos devotos; e contou com a presença do Regimento e de figuras ilustres, como o já citado Governador Correia de Sá; além da bênção do Reverendo Padre Vigário que trouxe consigo o Santíssimo Sacramento.³⁷

Como dito anteriormente, estas festividades promovidas pelas irmandades leigas setecentistas eram importantes não só para exaltar a fé no santo de sua devoção e estreitar os laços de solidariedade entre os membros católicos, mas também para que essas pudessem se estabelecer perante a sua comunidade enquanto confraria, e, se possível, com certa estima, o que era mais desejável. No caso específico da Irmandade de São José, essas festividades também possibilitavam a arrecadação de esmolas e a entrada de novos irmãos, o que causava o aumento significativo em seu numerário, tendo em vista que, quanto maior a demonstração de prestígio e honras pela dita irmandade, mais faziam despertar o sentimento de outros quererem pertencer à confraria. Tanto que na receita do ano de 1754, ano da abertura da nova igreja, a dita irmandade teria arrecadado cerca de 67.090 réis; e teria arrebanhado alguns novos irmãos que também teriam contribuído com esmolas.³⁸

A conclusão de sua igreja, portanto, levaria ainda algumas décadas, como era comum acontecer no período. De acordo com estudo do IPHAN para o processo de tombamento desta igreja, esta estaria parcialmente concluída no início do século XIX³⁹ (**Figs. 2, 3 e 4**). No entanto, desde o começo da edificação da igreja de São José é possível verificar os pesados gastos despendidos pelos confrades nos primeiros anos: altas quantias foram gastas em materiais de construção como telhas, taboados, pregos, cal e balsas de alvenaria e pedras de cantaria; além do aluguel de uma casa para guardar todo o material destinado à obra.

Também foram altos os gastos com a mão de obra. Consta o pagamento das diárias de oficiais construtores e das diárias de “pretos serventes”. Alguns desses oficiais construtores, por serem dos quatro ofícios anexos e pertencerem à dita irmandade, trabalharam na

³⁷Ibidem, p.15.

³⁸Ibidem, p.14v.

³⁹No final do ano de 1791, os confrades da Irmandade de São José deliberam em Mesa sobre a execução da obra do frontispício. Já entre os anos de 1793 e 1794 deliberam sobre a execução do acabamento do espaço interno da igreja: feitura do cordão do cruzeiro e a conclusão do pedestal do arco da capela-mor. Em 1794, inicia-se o ladrilhamento da igreja e em 1796 decidem fazer uma segunda sacristia. Um termo de 25 de novembro de 1798 indica a feitura do púlpito, a execução da talha da capela-mor e a obra de cantaria do frontispício e porta principal. Diante da impossibilidade de consulta do segundo Livro de Receitas e Despesas da Irmandade de São José (1784-1858), não é possível precisar o término da fachada (incluindo o frontão), porém supõe-se que pode ter ocorrido entre os anos de 1798 e 1804, ano este em que aparecem as primeiras referências para se fazer o forro de madeira sobre a nave da igreja. Todas essas informações sugerem que a feição da igreja de São José do Ribamar que conhecemos hoje foi delineada, principalmente, no decorrer do século XIX e não no XVIII. Não só pela conclusão tardia da fachada, como também pelas diversas reformas que esta passou durante o oitocentos, incluindo a feitura da sua torre, que data de 1896. Ver em: IPHAN, “Igreja de São José do Ribamar”, *Inventário Nacional de Bem Móveis e Integrados de Pernambuco*, v11, Recife, 2004, p.37-47.

Figs. 2, 3 e 4: Exterior e interior da Igreja de São José do Ribamar (Fotografias de minha autoria, 2012).

construção da igreja destinada ao seu santo patriarca, trocando o valor de seu trabalho por anuais (anuidades) que seriam pagos à Irmandade. Ademais, não só de paredes implicava o funcionamento da Irmandade nestes tempos. Desde o ano de 1754, quando a Igreja de São José foi aberta ao culto, a irmandade deixou de se reunir e deliberar na Igreja do Hospital de Nossa Senhora do Paraíso, passando a fazer isso na igreja de seu patriarca. Por isso, despesas como as já citadas acima (lavatório, pia batismal, sino, cálice, missal, etc.) e outras como a feitura de cofres, compra e encadernações dos livros administrativos e outros objetos para aparelhar a sacristia onde se reuniriam os confrades foram custosas, mas necessárias.

Como não era difícil de acontecer por esses tempos na América Portuguesa, o andamento da construção da igreja de São José teve que desacelerar por falta de recursos financeiros. Conta Fernandes Gama, autor de *Memórias Históricas da Província de Pernambuco*, que foi por este motivo – ou seja, pela dificuldade na conclusão da dita igreja – que em 1788, o então governador de Pernambuco, D. Tomás José de Melo⁴⁰, que era devoto de São José, quis proteger a construção e, vendo que o dinheiro que os confrades estavam arrecadando com esmolas não era suficiente, resolveu usar de sua criatividade para solucionar tal problema:

As embarcações que vinham a este Porto perdiam as ancoras no fundo (...). D. Thomaz, aproveitando essa occurencia, mandou rossegar pelo Patrão da Barra os ferros deixados no fundo, que seus donos podiam vir buscar; e tomando-os por perdidos, mandou-os depositar na praia de S. José. Depois, convidando os Negociantes d'esta Praça, e mui bem pode ser os proprios donos das ancoras, ordenou que fossem estas arrematadas, e que se entregassem a quem mais desse (...); e como algumas vezes acontece que motivos reprovados vem a ter resultados pios, a adulação de alguns Negociantes levou os ferros a alto preço; [um ferro foi arrematado tres vezes, porque os arrematantes, dando o dinheiro da arrematação, deixavam o ferro para S. José!] d'esta sorte a obra da Igreja de S. José, até aquelle tempo tão falta de recursos, logo teve fundos para continuar com rapidez.⁴¹

⁴⁰Enquanto governador de Pernambuco, D. Tomás José de Melo não ajudou apenas os confrades de São José, ele também criou tributos e multas com o intuito de recolher recursos para obras pias. Para a mesma finalidade, também ofereceu cargos honoríficos a homens de posses em troca de esmolas doadas por eles. Assim, com o produto destas patentes e com as esmolas doadas por filantropos, D. Tomás conseguiu concluir dois dos estabelecimentos mais importantes desta época: a Casa dos Expostos e o Hospital dos Lázaros em Santo Amaro. Ver em: IPHAN, “Igreja de São José do Ribamar”, *Inventário Nacional de Bem Móveis e Integrados de Pernambuco*, v11, Recife, 2004, p.36.

⁴¹José Bernardo Fernandes Gama, *Memórias Históricas da Província de Pernambuco*, Tomo IV, Pernambuco: Typographia de M. F. de Faria, 1848, p.364-365. O texto escrito entre colchetes trata-se de uma nota que o próprio autor coloca dentro deste parágrafo.

Se assim aconteceu ou não, este caso da arrematação das âncoras, apesar de um tanto cômico – se com os “olhos” de hoje pararmos para imaginar a cena contada por Fernandes Gama –, no fundo, traz à discussão a dificuldade que muitas irmandades do período tinham em dar continuidade à construção de suas igrejas, recorrendo a vários recursos, inclusive, até ao apadrinhamento de alguém influente, como foi a figura do Governador D. Tomás José de Melo. No caso específico da Irmandade de São José, o apadrinhamento de D. Tomás foi tão importante para os seus confrades, que, em 6 de janeiro de 1799, teria a Irmandade contratado José de Oliveira Barbosa⁴², responsável pelos “riscos” das obras de entalha da capela-mor, do frontispício e porta principal e púlpito da Igreja de São José, para “fazer o retrato vera effigie do Ilmo. e Exmo. Sr. General D. Tomás José de Melo por preço e quantia de 20\$, dando-o pronto com moldura dourada e a sanefa’, para ser colocado no consistório ‘em memória dos benefícios feitos à nossa igreja’”.⁴³

Segundo Fritz Teixeira de Salles, cada irmandade era proprietária por direito das igrejas ou capelas que construía, do cemitério onde eram sepultados seus irmãos falecidos, dos animais de sela, das imagens, dos utensílios e mobiliário existentes em seus templos, como também de escravos, caso os possuísse. Tratava-se de uma propriedade coletiva, concorrendo para desenvolver consideravelmente o poder econômico dessas associações. Quem edificava e organizava uma igreja obtinha o direito de Padroeiro – *Patronum faciunt dos, aedificatio, fundus* –, possibilitando, inclusive, à irmandade fundadora da igreja, o direito de precedência nas cerimônias do culto e procissões.⁴⁴

Assim sendo, as irmandades que ocupavam, inicialmente, altares laterais de outras igrejas, como foi o caso da Irmandade de São José em seus primórdios, tratavam logo de construir, assim que possível, sua própria igreja ou capela. De acordo com Julita Scarano, enquanto só dispunham de altares colaterais para a cerimônia do culto, estas confrarias iam constituindo “patrimônio”, com a finalidade de construir suas igrejas, que, em um primeiro momento, eram, geralmente, exíguas e de caráter provisório, até que os fundos necessários fossem angariados para a construção definitiva. Ela explica que ter uma igreja própria

⁴²José de Oliveira Barbosa, alferes e pintor, foi o responsável, supõe-se, pelo desenho da portada principal do frontispício da Igreja de São José, que fora esculpida em arenito, como também da porta principal propriamente dita. Ver em: IPHAN, “Igreja de São José do Ribamar”, *Inventário Nacional de Bem Móveis e Integrados de Pernambuco*, v11, Recife, 2004, p.46.

⁴³José Antônio Gonsalves de Mello, “Alguns aditamentos e correções”, In: COSTA, F.A. Pereira da. *Anais Pernambucanos*. vl 6. Recife: FUNDARPE, 1984, p.590. Uma observação acerca desta citação é que Mello não deixa claro de onde tirou esta informação. O mesmo sugere que teria sido no Livro de Termos da Irmandade de São José, contudo, devido às más condições de parte desta documentação, não conseguimos confirmá-la.

⁴⁴Fritz Teixeira de Salles, *Associações religiosas no ciclo do ouro*, Belo Horizonte: Universidade de Minas Gerais, 1993, p.18- 31.

garantia a estas irmandades uma participação mais ativa na vida local. Somente as confrarias que não conseguissem progredir suficientemente continuavam a ser “associações de altares laterais”, ocupando posição secundária nas igrejas de outras irmandades. Dessa forma, todas elas, portanto, tinham por meta a construção de templo próprio, pois, assim, ganhavam maior *status* e maior liberdade de ação.⁴⁵

Destarte, foram esses os passos seguidos pelos confrades da Irmandade de São José desde a sua fundação em 1735. Enquanto irmandade leiga, agregadora de uma parcela significativa de oficiais mecânicos do Recife, ela se utilizou de várias estratégias – como a construção de templo próprio e a promoção de festas –, que vislumbravam, no fundo, uma maior independência e melhoramento do *status* social de seu grupo, mas que acabaram também por interferir na valoração social do trabalho de seus integrantes.

Como foi possível analisar a partir da documentação administrativa da dita irmandade, não foram “passos” nada suaves, pois muitos obstáculos foram enfrentados por eles para a concretização desse objetivo. Desde seu início, os confrades estiveram envoltos em exigências burocráticas, em fiscalizações, em levantamento de numerário; além de preocupados em traçar diretrizes, não só para o melhor funcionamento cotidiano da confraria, como também para controlar – o que era imprescindível – a conduta de seus integrantes, seja enquanto confrades, ou enquanto oficiais mecânicos, representantes dos quatro ofícios anexos.

O Compromisso, uma das primeiras providências a ser tomada em sua fundação, feito pelo Reverendo Padre Diogo e que depois teve que ter um capítulo seu retirado “em pública forma” pelo escrivão José da Fé Vieira; a pronta providência dos livros administrativos; a dificuldade de se organizarem em Mesa, como ocorreu no ano de 1743; as petições e deligências pagas; a preocupação em cobrar os anuais de seus confrades, assim como as “condenagens”, os “juizados” e “escrivânias”; e a tentativa de se adequarem às exigências dos órgãos fiscalizadores, mostram o empenho dos confrades de São José em se organizarem nesses primeiros anos de existência.⁴⁶

A exemplo, consta no primeiro Livro de Receitas e Despesas da Irmandade de São José um acontecimento que ilustra bem esse empenho. Em 12 de dezembro de 1747, teria

⁴⁵Julita Scarano, op.cit., p.30-31.

⁴⁶“Condenagens” eram como multas pagas pelos oficiais dos quatro ofícios anexos que descumpriam as normas impostas pela Irmandade do Patriarca São José dos Oficiais dos Quatro Ofícios Anexos. “Juizados” e “escrivânias” eram as quantias que deveriam ser pagas por aqueles que assumissem os cargos de “Juiz” e “Escrivão” da Irmandade. Os valores do “juizado” e da “escrivânia” permaneceram os mesmos durante os setecentos e correspondiam a 4 mil réis e a 2 mil réis, respectivamente. Informações como estas, que explicam melhor sobre o funcionamento da Irmandade, serão tratadas mais detalhadamente no capítulo 2 deste trabalho.

José Fernandes de Cardoso, então tesoureiro da Irmandade de São José, ido à casa de morada do Doutor Provedor dos Resíduos, João de Sousa de Meneses Lobo, com o intuito de prestar as contas da Irmandade, referente aos anos de 1735 a 1746. Tendo examinado tudo aquilo, viu o dito Provedor que faltava nas contas da Irmandade uma quantia de 135.770 réis,

dos quais mandou o dito [Doutor] Provedor se lhe [fizer] carga no Livro dos termos a que [tocar] na forma dos mais que nele se acham carregados para deles dar contas nas primeiras, que [até] [somarem]; cuja quantia fará logo a dita Irmandade [pussua] Editais em que declare que a confraria [trate] [esta] quantia para se por [acaso] a qual [derão] com [Hipoteca] de propriedades de casas, [bens] de raiz, [mostrando] o devedor serem Livres [e] [desembarazados] e depois de assim mostrado e feito [escriptura] e entregue o dinheiro [ao] [doutor] o [citará] [...]. Quando [for] [lhe] cobrarem contas [virá] com [este] Livro para servir no conhecimento que [a] [sobredita] divida se [acha] se [quita].⁴⁷

Na prestação de contas seguinte estava lá o valor ressarcido: “Pelo que ficou [Ficado] em mão do Tesoureiro quando deu conta ao [Sr.] Doutor Juiz de Fora João de Sousa de Meneses Lobo 135\$770”.⁴⁸ Este acontecimento nos ajuda a vislumbrar como foram estes primeiros anos da Irmandade, quando esta procurava se “adequar” aos olhos fiscalizadores da Igreja e do Estado e se estabelecer como grupo. Enquanto ocupavam o altar lateral da Igreja do Hospital de Nossa Senhora do Paraíso da vila do Recife, buscaram se organizar, promover a sua confraria, arrebatar novos irmãos e juntar recursos para a construção de sua própria igreja, com vistas ao melhoramento do seu *status* social e maior independência.

Assim, percebemos que, de uma simples capelinha, ereta por volta de 1653, passou-se à construção de uma igreja prestigiosa, a única na vila do Recife a ser construída por organização mestreiral. A paulatina força e a crescente importância da confraria, e com ela do valor do trabalho manual, parecem ter acompanhado o desenvolvimento urbano do viver na colônia durante o século XVIII, como também aparecem em completa conexão com o contexto histórico vivido no Recife do século XVIII. O desenvolvimento da vila, a azáfama da urbanização e com ela da expansão comercial do local fizeram com que os oficiais mecânicos angariassem novos prestígios sociais e pudessem demonstrar sua força publicamente, com a construção da igreja e a suntuosidade das festas ao padroeiro. Parece,

⁴⁷IPHAN/PE, *Livro de Receitas e Despesas*, p.6-6v.

⁴⁸Ibidem, p.7.

portanto, que o trabalho manual ganhava um novo lugar na sociedade, ao invés de continuar a se apresentar apenas como um dos itens de impedimento para se galgar honrarias de nobreza.

Até o momento, foi possível traçar um pouco do percurso feito pela irmandade desde a sua fundação até a construção de sua igreja. No entanto, faz-se necessário daqui para frente tentar entender um pouco melhor a conjuntura que permitiu ou contribuiu para que este grupo de oficiais mecânicos carpinteiros, pedreiros, marceneiros e tanoeiros na vila do Recife, na primeira metade do século XVIII, pudesse se organizar e se estabelecer enquanto grupo.

1.1 O Recife mercantil e seus diversos tipos sociais

Em *Sobrados e Mucambos*, Gilberto Freyre, quando busca analisar o patriarcado existente na América Portuguesa tendo como referência dois tipos de moradas características do período – o sobrado e o mucambo –, traz uma reflexão que foi muito cara a essa pesquisa e que procuramos não perder de vista durante o seu desenvolvimento. Segundo ele, “do estudo das expressões ou variações de *status* na história da sociedade brasileira, nunca se deve separar a consideração da situação regional do indivíduo ou do grupo, tantas vezes modificadora de outros aspectos do seu *status*”⁴⁹, seja no sentido dignificante, de valorização; seja no sentido degradante, de desvalorização:

São numerosos os exemplos de designações pejorativas de naturais ou de residentes de certas áreas ou regiões rivais em poder econômico em poder político e em valores culturais. Nessas designações têm se refletido circunstâncias regionais modificadoras do *status* de indivíduo ou grupo, status que raras vezes pode ser seca e exclusivamente atribuído à condição de raça ou de classe de um ou do outro. Para qualquer caracterização sociológica de *status* do brasileiro dentro de uma sociedade regulada principalmente pela tutela da família ou patriarca devemos sempre nos informar, além de sua posição na constelação familiar, de sua condição de região, ao lado da de raça e da de classe.⁵⁰

Assim sendo, ao buscar analisar qual era, no período, o papel social dos confrades de São José do Recife e a que valoração social estavam eles submetidos, entendemos que ser um oficial mecânico em Pernambuco poderia ser diferente se comparado a ser um oficial

⁴⁹Gilberto Freyre, op. cit., 2004, p.491.

⁵⁰Ibidem, p.492.

mecânico em São Paulo, na Bahia ou em outra localidade da América Portuguesa, embora, seja claro para nós, que a capitania de Pernambuco estava inserida em um modelo político maior, inerente a todo o conjunto do reino. Ademais, mesmo com a proximidade do Recife em relação à Olinda, principal vila da capitania de Pernambuco, e por tanto tempo submetido à política e administração desta, consideramos também que ser oficial mecânico em Olinda não foi o mesmo que ser oficial mecânico no Recife.

Por isso, durante o desenvolvimento da pesquisa, procuramos não esquecer que, além de Olinda e Recife terem por tanto tempo se mantido como áreas rivais, o Recife teve características geográficas, sociais e culturais próprias, que o teriam diferenciado da vila de Olinda, como certamente de outros povoados e vilas existentes na capitania. Segundo Nestor Goulart Reis, o contraste entre os sítios de Olinda e de Recife tornou-se um exemplo clássico de diferença entre sítios, dentro de tradições urbanísticas e condições sociais diversas.⁵¹

A começar por sua configuração geográfica. Diferentemente de Olinda, Recife estava assentada em terreno plano, embora tivesse a mesma irregularidade no traçado. A maior parte do Recife se desenvolveu no sentido do mar. Alguns dos seus principais bairros atuais (Santo Antônio, São José e parte da Boa Vista) foram lugares completamente cobertos pelos mangues alimentados pelas enchentes das marés e conquistados pelo braço do homem por meio de aterros para que fosse traçada e arquitetada a cidade.⁵² Ou seja, as condições de topografia e de solo no Recife impuseram uma outra configuração ecológica e impuseram também outras relações de espaço do homem com a área urbana, como bem ressaltou Gilberto Freyre.⁵³

Seu primeiro núcleo de povoamento, a partir da administração portuguesa, foi de pescadores, ao contrário de Olinda que, protegida pelas alturas, foi escolhida pelo donatário de Pernambuco para se instalar, trazendo consigo uma certa estrutura administrativa. Elevada à vila em 1537, Olinda contava, já neste século, com um traçado urbano configurado e com a presença de importantes ordens religiosas como as dos carmelitas, jesuítas, franciscanos e beneditinos. Escolhida pelos governadores e capitães-mores e pelos senhores de terras e escravos absenteístas como local de morada por excelência, ela parecia traduzir, no decorrer do século XVI, todo o fausto e a opulência proporcionados pelo açúcar.⁵⁴ Dessa forma, se

⁵¹Nestor Goulart Reis Filho, *Evolução Urbana do Brasil (1500 a 1720)*. São Paulo:Ed. Pini, 2000, p. 126.

⁵²Danillo Frago, *Velhas ruas dos Recife*, Recife: Ed. UFPE, 1971, p.14-15.

⁵³Gilberto Freyre, op.cit., 2004, p.273.

⁵⁴Luiz Geraldo Silva, *A faina, a festa e o rito: uma etnografia histórica sobre as gentes do mar* (sécs. XVII a XIX), Campinas: Papirus, 2001, p.121.

compararmos como se deu o povoamento de Recife e de Olinda, pode-se dizer que era um povo “miúdo” demais esse do Recife dos primórdios.

Local inicialmente escolhido para ser o porto de Olinda, já que lá teria o primeiro donatário percebido que serviria satisfatoriamente como porto natural,⁵⁵ Recife “surgiu” ainda na primeira metade do século XVI, no trecho paralelo à linha de arrecifes. Lá começaram a se abrigar em palhoças alguns pescadores e a população mestiça que trabalhava na carga e descarga de embarcações quando demandava o porto.⁵⁶ Munido de fortificações e ocupando uma posição favorável à defesa, o povoado tinha o porto como a principal entrada e saída de mercadorias e pessoas. Tinha alguns edifícios que, em geral, eram muito simples. Também possuía alguns armazéns, moradas de pescadores e alguns prostíbulos.⁵⁷ Povo “miúdo” demais, como já dito.

Por muito tempo Recife se configurou dessa maneira, permanecendo como povoado de Olinda e exercendo sua função de porto. Pouco a pouco a povoação foi adquirindo importância econômica e aumentando a sua população, sem perder seu caráter portuário. Dessa forma, o porto foi um traço distintivo que delineou seu espaço – até recentemente –, que o impulsionou, que ajudou a definir suas atividades econômicas, sua política, suas características, sua identidade. É possível dizer que sem o seu porto, Recife não teria sido Recife, teria sido uma outra configuração sócio-espacial, completamente diferente (**Fig. 5**).

Segundo Fernand Braudel, uma cidade cresce em um determinado sítio, “casa” com ele e, com raríssimas exceções, nunca mais o abandona. O sítio em que se estabelece pode ser mais ou menos favorável, perdurando, ao mesmo tempo, as vantagens e os inconvenientes iniciais. No entanto, esses inconvenientes acabam sendo compensados por sérias vantagens, senão os entraves não seriam aceitos nem suportados. Estas vantagens se apresentam, normalmente, por sua situação frente às regiões vizinhas, e os privilégios de posição, afirma, são indispensáveis à prosperidade das cidades.⁵⁸ Assim aconteceu com o Recife, pois desde o início se apresentou como um ótimo porto natural e de posição favorável para defesa. Não teria sido este o diferencial frente aos outros núcleos urbanos da capitania?

⁵⁵Duarte Coelho, primeiro donatário de Pernambuco, quando chegou em Olinda verificou que não havia um bom local para ancoradouro das embarcações, enquanto ao sul, paralela ao istmo, havia uma linha emergente de arrecifes com um porto natural, aconselhável para veleiros. Ver em: FRAGOSO, Danillo. *Velhas ruas dos Recife*. Recife: Ed. UFPE, 1971, p. 13.

⁵⁶Danillo Fragoso, op.cit., p.13.

⁵⁷George Félix Cabral de Souza, “Exercício de poder e conflito estamental na Câmara do Recife – século XVIII”, In: *Anais da V Jornada Setecentista*, 2003, p.1. Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/porta/cedope/files/2011/12/Exerc%C3%ADcio-de-poder-e-conflito-estamental-na-c%C3%A2mara-do-Recife-s%C3%A9culo-XVIII-George-F%C3%A9lix-Cabral-de-Souza.pdf>.

⁵⁸Fernand Braudel, *Civilização material, economia e capitalismo – Séculos XV-XVIII*, Tomo I. Lisboa: Teorema, s.d, p. 440-441.

Fig. 5: Panorama do termo do Recife no século XVII. Nesta representação vemos a ilha do Recife contendo algumas edificações e fortes, como também servindo de porto. Destaque para o paredão de arrecifes mais abaixo, onde há uma abertura para a entrada das embarcações. No topo, vemos a ilha de Santo Antônio, ainda contendo poucas edificações. Fonte: “Recife com seu traçado regular e terreno plano”, originalmente contido no Atlas Manuscrito de João Teixeira. In: REIS FILHO, Nestor Goulart. *Evolução Urbana do Brasil (1500 a 1720)*. São Paulo: Ed. Pini, 2000, p.76.

Isto posto, foi certamente a partir da invasão holandesa que o Recife teria experimentado um crescimento rápido e intenso, tanto quantitativo como qualitativo.⁵⁹ De acordo com Freyre, durante o domínio holandês, o simples povoado de pescadores em volta de uma igrejinha e à sombra feudal e eclesiástica de Olinda vivenciou significativo desenvolvimento: sobrados de quatro andares; palácios de rei; pontes; canais; jardim botânico; jardim zoológico; observatório; igrejas da religião de Calvino; sinagoga; muitos judeus; estrangeiros das procedências mais diversas; prostitutas; lojas; armazéns; oficinas; indústrias urbanas. Todas as condições para uma urbanização intensamente vertical.⁶⁰

Segundo ele, um dos maiores benefícios deixados pela administração holandesa foi o de ter dotado o Recife de pontes. Com elas, parte da população passou-se da quase ilha do Recife para a ilha de Antônio Vaz, onde antes só havia um convento de frades e algumas palhoças de pescadores. Faz-se importante ressaltar que a Ilha de Antônio Vaz, posteriormente ilha de Santo Antônio – onde teria se configurado, ao pé do Forte das Cinco Pontas e de Afogados, o atual bairro de São José, sítio escolhido pelos confrades dos quatro ofícios anexos para a construção de sua igreja – sofreu durante este período um “boom” populacional que por tempos não cessou.⁶¹ Não só os burgueses mais ricos se transferiram para lá como também numerosos tipos, de diferentes grupos sociais, como os artífices.⁶²

⁵⁹ Nosso objetivo aqui não é de forma alguma nos debruçar sobre a análise do Brasil Holandês. Existe uma quantidade significativa de trabalhos produzidos pela historiografia que se debruça de forma mais aprofundada sobre este tema. Para mais informações ver, entre outras obras: MELLO, Evaldo Cabral de. *Nassau: governador do Brasil Holandês*. São Paulo: Cia das Letras, 2006; SILVA, Leonardo Dantas. *Holandeses em Pernambuco (1630-1654)*. Recife: Instituto Ricardo Brennand, 2005; COELHO, Duarte de Albuquerque. *Memórias diárias da Guerra do Brasil*. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1981; e MELLO, José Antônio Gonçalves de. *Tempo dos flamengos: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*. São Paulo: José Olympio, 1947.

⁶⁰ Gilberto Freyre, op.cit., 2004, p.107.

⁶¹ Segundo Luiz Geraldo Silva, inicialmente, o rápido desenvolvimento urbano e arquitetônico de Antônio Vaz – como também o do Recife – não foi acompanhado de imediato pelo rápido crescimento da população neste local. Isso aconteceria um pouco depois. Por volta de 1646, Recife e Antônio Vaz já contavam com cerca de nove mil pessoas. Quatro vezes mais do que o número de habitantes de dez anos antes. Ver em: Luiz Geraldo Silva, op.cit., p.125.

⁶² Gilberto Freyre, op.cit., 2004, p.274. Ao leitor que não conhece como o Recife está configurado geograficamente, talvez faça-se necessário informar que, inicialmente, a cidade do Recife era uma pequena ilha. Um istmo ligado à Olinda e que convencionou-se chamá-lo de “Recife”, depois de “São Frei Pedro Gonçalves”, e, ainda, “ilha do Recife” ou “bairro do Recife” (Todas essas denominações serão encontradas no decorrer deste trabalho). Logo em seguida a essa pequena “ilha”, encontra-se uma outra ilha, a antiga “ilha de Antônio Vaz”, posteriormente chamada de “ilha de Santo Antônio” ou “bairro de Santo Antônio”. Em seguida à ilha de Santo Antônio, encontramos a Boa Vista ou “bairro da Boa Vista”, que dá acesso ao “continente”. Esses três bairros figuravam nos tempos iniciais da cidade do Recife e foram ligados por pontes já no período holandês. Dessa forma, o Recife esteve sempre cercado por águas e, para as andanças entre essas localidades, a construção de pontes foi fundamental. Ainda hoje a cidade possui esse mesmo tipo de configuração, e tanto o bairro do Recife, como os bairros de Santo Antônio – incluindo São José – e o da Boa Vista, formam juntos o centro da cidade do Recife. Outrora os locais mais importantes do termo – e depois da vila do Recife –, hoje permanecem tão importantes quanto antes. É lá que a identidade do povo recifense se faz ver entre as pontes e os rios Capibaribe e Beberibe, o mar e o porto. É lá, ainda, que os recifenses em suas andanças para resolver assuntos dos mais diversos, percorrem as ruas, vielas e becos de tempos remotos. Muitos ainda com os mesmos nomes de séculos

Segundo Gilberto Osório de Andrade, no espaço social do Recife, a Companhia das Índias Ocidentais teria introduzido – com seus propósitos de comercialização intensiva, seus métodos e divisão do trabalho e seus capitais particulares exigentes de dividendos altos assegurados pela estável cotação dos títulos nas bolsas de Amsterdam, Middelburgo, Rotterdam, Hoorn e Groninga – um aumento significativo de homens livres de procedência urbana e sem nobreza: funcionários da companhia, contadores, comissários, despachantes, atacadistas e varejistas, banqueiros, agiotas, caixeiros, concessionários de transporte fluviais, alfaiates, cozinheiros, jardineiros; somando-se a esses, oleiros, pedreiros, carpinteiros, sapateiros, ferreiros, sirigueiros, padeiros, calafates, caldeireiros, purgadores de açúcar, marchantes, barqueiros, boticários, barbeiros, carreiros e tantos outros.⁶³

Com a retirada dos holandeses em 1654, a capital da capitania volta a ser Olinda. Porém, apesar do retorno ao *status* de simples povoado, Recife passou a oferecer oportunidades promissoras a mercadores, comissários volantes, “mascates” e trabalhadores de vários ofícios manuais, especialmente por causa dos vazios deixados na classe comercial após a saída dos holandeses. De acordo com Rita de Cássia Araújo, no Recife desembarcavam de Portugal pessoas ávidas em fazer fortuna, em sua maioria de origem social modesta e humilde, saída do campo e da cidade; como também pessoas designadas pela Coroa para ocupar postos e funções administrativas.⁶⁴ No fim do século XVII, Recife já contava com várias igrejas e com novas ruas.

No início do século XVIII, o Recife se encontrava tão essencialmente mercantil, que trazia em sua materialidade a visão de mundo deste grupo, na qual, de acordo com Sílvia Mendes Zancheti, o espaço urbano era indiferenciado como campo de localização residencial e na qual, dentro da uniformidade tipológica dos edifícios residenciais, a riqueza do indivíduo era percebida pela quantidade de pavimentos, janelas e portas das casas, e não tanto pela aplicação de elementos artísticos significativos, o que podia ser observado pela escassez de ornamentos nas fachadas e nos interiores. Segundo ele, o mesmo teria acontecido com os edifícios da administração pública: todos modestos e funcionais, indicando a posição secundária que a Coroa teria tido no desenvolvimento urbano da vila,⁶⁵ tendo em vista que:

atrás (Rua do Fogo, Rua do Rangel, Rua da Moeda, Rua do Livramento, Rua da Praia, etc.), e que, muitas vezes dados pelo próprio povo do Recife, por este mesmo povo ainda são conservados.

⁶³Gilberto Osório de Andrade, *Montebelo, os males e os mascates*: contribuição para a História de Pernambuco na segunda metade do século XVII. Recife: UFPE, 1969, p.89.

⁶⁴Rita de Cássia Barbosa de Araújo, op.cit., p.429.

⁶⁵Sílvia Mendes Zancheti, “O Recife do século XVIII como cidade barroca”. In: *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, nº 3, v. 6, 2000, p.6.

O Recife dos séculos XVII e XVIII, diferentemente das outras duas grandes cidades do Brasil – Salvador e Rio de Janeiro – não foi sede do poder real. Desde a sua fundação, a cidade teve um caráter comercial e burguês. Sua forma foi, principalmente, o produto da ação de três atores sociais: o comerciante burguês, os religiosos e o administrador português. O comerciante foi o ator de maior dinamismo, pois foi ele quem deu impulso à cidade, acumulou a riqueza produzida na província e transformou-a em construções urbanas, fossem elas civis, religiosas ou públicas.⁶⁶

Para Osório de Andrade, com a dominação holandesa, a *Wirtschaftsethik* do protestantismo implantara novos sistemas de valores e novos procedimentos: racionalização em grande escala da vida humana em geral e das vocações e profissões em particular; ganho do dinheiro como ocupação virtuosa, inclusive sob a forma de lucros ou de juros, tão legítimos quanto as vantagens obtidas da nobre atividade agrícola; e todo trabalho proveitoso como dever social. Resumindo: o oposto do que pregava, segundo ele, o ideal ascético do catolicismo hispânico, “em função do qual os ‘ofícios mecânicos’ eram mister ignóbil e, pecado por pecado, as indulgências seriam mais complacentes com espertezas e descaminhos episódicos do que com a viciosa ambição do lucro contumaz”.⁶⁷ Ainda para ele, o impacto cultural sofrido pelo Recife durante a invasão holandesa teria sido tão significativo, que teria se desdobrado até o desfecho da conhecida Guerra dos Mascates, e ainda depois, transformando irreversivelmente a arcaica estrutura sócio-econômica colonial.

A Guerra dos Mascates, episódio bastante conhecido da história do Brasil,⁶⁸ eclodiu em 1710, justamente por conflitos entre os chamados “mascates” do Recife – muitos deles reinóis e endinheirados – e a “nobreza” rural de Olinda, que viu perder muitos dos seus privilégios estabelecidos antes da invasão holandesa. Segundo George Cabral de Souza, a dicotomia entre produtor e mercador é uma característica marcante nas relações sociais em Pernambuco, e que remonta às diferenças de origem dos elementos constitutivos de cada um dos grupos e do encaminhamento histórico que tomava a Colônia: “a separação entre produtor e mercador também se agravou com a dominação holandesa, que acabou delimitando ainda

⁶⁶ Ibidem, p.4-5.

⁶⁷ Gilberto Osório de Andrade, op.cit., p. 91.

⁶⁸ A Guerra dos Mascates foi um confronto entre elementos da açucarocracia olindense e os mascates do Recife, que eclodiu por causa da elevação do Recife à vila em 1709. Nosso intuito aqui também não é tratar profundamente deste acontecimento. Há diversas obras que tratam do episódio e que discutem mais profundamente, inclusive, sobre quais as motivações e os interesses que estavam por trás dele. Para maiores informações, ver, entre outras obras: MELLO, Evaldo Cabral de. *A fronda dos mazombos: nobres contra mascates*, Pernambuco, 1666-1715. São Paulo: Editora 34, 2003; MELO, Mario. *A Guerra dos Mascates como afirmação nacionalista*. Recife: APEJE, 1984; e FERRER, Vicente. *Guerra dos Mascates (Olinda e Recife)*. Lisboa: Editora A. M. Teixeira, 1915.

mais claramente os espaços e os domínios do rural e do urbano, da produção e da comercialização”.⁶⁹

Sem entrar no mérito da questão – que não é o nosso propósito aqui – o que se faz importante saber é que a “nobreza da terra” olindense sentia-se preterida e prejudicada diretamente pela preponderância do Recife e pela crescente influência dos “mascates” naquela altura. Certamente não eram apenas insatisfações de cunho político e econômico, mas também sócio-cultural. Político e econômico porque, não só os “mascates” enriqueciam a olhos vistos, arrematando contratos vantajosos e muitas vezes executando diligentemente os juros dos créditos oferecidos à “nobreza da terra” de Olinda, mas, endinheirados que eram, iam atrás de títulos de nobreza e poder de governo: introduziam-se no palácio dos governadores, levando consigo os seus e criando uma rede de relações. Além disso, não se contentavam com menos do que entrar em cargos honrosos da nobreza, como eram os de vereador da Câmara e almotacés.⁷⁰

Também de cunho sócio-cultural porque, para os senhores de Olinda, os “mascates” não poderiam ser considerados nunca “homens bons” por estarem todos infectados pelo ambiente burguês do povoado. Baseado em um registro feito por Fernandes da Gama, Osório de Andrade coloca que a gente do Recife era tão densamente mercantil que “recrutar dentro dela os que não fossem ‘mercadores’ era pior ainda: era contar somente, para categoria eleitoral de ‘homens bons’, com a ralé dos ofícios servis, dos forasteiros chegados mais de fresco e ainda não promovidos no comércio”.⁷¹ Assim, “comércio” era tudo o que não fosse lavoura, clero e milícia. Era considerado ocupação desprezível, pois honorífico era mesmo o trabalho agrícola.⁷² Tais argumentos estavam ancorados em um universo simbólico, próprio da cultura a que estavam inseridos na época. Cultura essa em que faziam parte, por exemplo, as ideologias, a religião, os mitos, as alegorias e as festas.⁷³

Para Kalina Vanderlei Silva, mesmo com toda a particularidade da formação e desenvolvimento do Recife, este não pode ser entendido isolado de Olinda, pois, além das ligações políticas existentes entre esses dois centros, existiram ligações sociais e cotidianas marcantes:

⁶⁹George Félix Cabral de Souza, op.cit., p.4.

⁷⁰Gilberto Osório de Andrade, p.100-101.

⁷¹Ibidem, p.103.

⁷²Ibidem, p.102.

⁷³Rita de Cássia Barbosa de Araújo, *Festas: máscaras do tempo: entrudo, mascarada e frevo no carnaval do Recife*, Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1996, p.48-49.

Olinda e Recife, enquanto núcleos populacionais, fazem parte de uma estrutura sócio-econômica estabelecida nas capitanias canavieiras do norte do Estado do Brasil que congrega uma série de outros núcleos, tornando-os elementos de uma estrutura coesa, que como tal deve ser entendida (...). Essa sociedade urbana das vilas açucareiras é uma sociedade escravista, onde a base das relações sociais está calcada na posse de escravos. Mesmo a crescente camada de homens livres coexiste em íntima relação com a escravidão e é influenciada por essa instituição. Por seu turno, o imaginário que desvaloriza o trabalho mecânico nas vilas do açúcar se desenvolve dentro desse contexto escravista, no qual as camadas urbanas ligadas ao comércio e às atividades artesanais se ressentem dos valores vigentes na sociedade, ao mesmo tempo que buscam o enobrecimento através da assimilação desses valores.⁷⁴

Certamente esse é um ponto de suma importância e que não pode ser perdido de vista um só instante. Como bem destacou Braudel ao tratar das cidades coloniais na América Ibérica: “Nessa América, não há quaisquer cidades estritamente comerciais ou então em posição subalterna; por exemplo, Recife – a cidade dos mercadores – ergue-se ao lado da cidade aristocrática de Olinda, a dos grandes proprietários de plantações, *senhores de engenhos* e donos de escravos”.⁷⁵ Todavia, neste momento, na tentativa de analisar o microcontexto encontrado pelos oficiais dos quatro ofícios anexos em 1735, e que os teriam motivado à criação de sua confraria, procuramos entender de que maneira esse microcontexto pode ter interferido na percepção que tais oficiais tinham de si mesmos, seja enquanto trabalhadores dessa ou daquela profissão, seja enquanto um grupo específico de trabalhadores, como também na percepção que tinham acerca do valor social de seu trabalho, a ponto de tomarem a iniciativa de fundarem uma associação na qual, não só se reuniam para a devoção de seu santo patriarca, como também para gerir suas atividades profissionais.

Dessa forma, entendemos que o Recife foi marcado por ser composto, desde seus primórdios, por um povo “miúdo” e em grande parte mestiço que, conforme foi crescendo, lutava contra as águas por mais espaço através dos aterros, e que depois se viu povoado largamente por “mascates” e “trabalhadores” de diversos tipos de ofícios, inclusive os burocráticos. Foi também marcado por ter um porto que desde cedo abriu a possibilidade de contato quase que imediato com pessoas e ideias do mundo inteiro, e ainda, por ter tido um desenvolvimento urbano tão intenso que, a partir da invasão holandesa, pôde vivenciar outra forma de urbanidade e de gestões política, econômica e religiosa, o que teria possibilitado,

⁷⁴Kalina Vanderlei da Silva, op.cit., p.60.

⁷⁵Fernand Braudel, op.cit., s.d., Tomo I, p.459.

também, em seu espaço, a convivência entre pessoas de diversificados grupos sociais, muitas sem nobreza alguma.

Viver no Recife não era o mesmo que viver em Olinda, assim como pertencer ao Recife não era o mesmo que pertencer a Olinda. E, apesar de compreendermos e fazer parte de nossa análise que ambos os espaços estavam inseridos na mesma estrutura sócio-econômica estabelecida nas capitanias canavieiras do norte do Estado do Brasil, como alertou Silva, consideramos que, ainda assim, não podemos descartar da nossa análise a particular situação microrregional do grupo de oficiais mecânicos que vivia e trabalhava na vila do Recife no setecentos, como sugeriu Freyre, por considerarmos sim ser esse um fator de extrema importância para compreendermos como os artífices dos quatro ofícios anexos valoravam o seu trabalho e a si mesmos enquanto trabalhadores, assim como eram valorados socialmente no interior de sua comunidade.

No tocante a esse movimento simultâneo de semelhanças e particularidades, que acreditamos estarem envolvidos os dois núcleos urbanos mais importantes da capitania de Pernambuco, Claude Lévi-Strauss ajuda-nos a esclarecer um pouco essa questão:

Operam simultaneamente, nas sociedades humanas, forças que atuam em direção oposta, umas tendendo para a manutenção e mesmo para a acentuação dos particularismos, outras agindo no sentido da convergência e da afinidade (...). E ao lado das diferenças devido ao isolamento, existem aquelas, também importantes, devido à proximidade: desejo de oposição, de se distinguirem, de serem elas próprias (...). Por conseguinte, a diversidade das culturas humanas não nos deve induzir a uma observação fragmentária ou fragmentada. Ela é menos função do isolamento dos grupos que das relações que os unem.⁷⁶

Mesmo após a retirada dos holandeses do território, a crescente importância do Recife continuou seguindo seu curso, ainda que a Câmara de Olinda mantivesse por muito tempo a sua representatividade política e simbólica. Neste período, a sua dinâmica essencialmente urbana só tendeu a se cristalizar, se expandido cada vez mais. Foi ela acompanhando importantes transformações estruturais ocorridas na própria América Portuguesa, principalmente após a grave crise na exportação do açúcar – atribuída à concorrência da produção das Antilhas –, que acabou por permitir a consolidação de uma economia urbana e de camadas sociais tipicamente urbanas em muitos outros pontos da Colônia.

⁷⁶Claude Lévi-Strauss, “Raça e História”. In: *Os pensadores*, vl. L. São Paulo: Ed. Abril, s.d., p.02-03.

Vencida a “guerra” pelo partido dos “mascates”, que contou com o apoio da Metrópole, Recife se consolidou definitivamente como vila e passou por várias mudanças, expandindo-se ainda mais. Segundo Rita de Cássia Araújo, entre a segunda metade do século XVII e a primeira metade do XVIII, a área urbana do Recife expandiu-se de tal modo que chegou a incrementar a ocupação do bairro da Boa Vista. A construção de grande quantidade de igrejas, nesse período, constitui indiscutivelmente, para ela, o sinal de riqueza que circulava na vila, além de externar a importância da religião para a sociedade colonial. Veremos isso a seguir.

1.2 A paisagem do Recife no setecentos

Como visto anteriormente, o Recife cresceu de tal maneira que extrapolou os limites dos bairros do Recife e de Santo Antônio, passando também a incrementar a ocupação do bairro da Boa Vista e outras localidades. Esse crescimento, que entra pelo século XVIII em ritmo extremamente acelerado, podia ser percebido por meio do afluxo de pessoas, do aumento das construções de edifícios, da carência de víveres para abastecer a população,⁷⁷ como também por meio da lotação da cadeia, que precisou ser alargada, conforme requerimento feito ao Rei D. João V, em 24 de janeiro de 1735, pelo então carcereiro da cadeia nova do Recife, Antônio de Azevedo Pereira, que enfatizava “por hoje se achar muito habitada, e populosa, e por vícios daquela Provincia ser grande o numero dos delinquentes se mandou alargar mays a dita cadeia”.⁷⁸

A vila do Recife da primeira metade do setecentos aparece, então, para o cirurgião Manuel dos Santos como tendo cerca de dois mil edifícios, entre casas térreas e sobrados, habitados por milhares de indivíduos adultos e “párvulos”, brancos e negros, libertos e escravos; abastecida pela água vinda do Varadouro, em Olinda, que era transportada por canoas pelo Rio Beberibe; com um número muito significativo de indigentes e também de escravos vindos da Guiné, Mina e Angola. Era ela ainda intensamente povoada por reinóis, que, chegando lá “pela maior parte pobres, e por não perdoarem a trabalho, chegaram a

⁷⁷Rita de Cássia Barbosa de Araújo, *As praias e os dias: história social das praias do Recife e de Olinda*, Recife : Prefeitura do Recife, Secretaria de Cultura, Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2007, p.73.

⁷⁸Cf. Lisboa. Arquivo Histórico Ultramarino. *Requerimento do carcereiro da cadeia nova do Recife, Antonio de Azevedo Pereira, ao rei [D. João V], pedindo guardas para aquela cadeia*. 1735. Pernambuco, Cx. 48, D. 4261, fl.1.

adquirir pela sua indústria (...) os cabedais que os filhos do Brasil pela sua ociosidade (...) costumam desperdiçar”.⁷⁹

Segundo Raimundo Arrais, o grande crescimento populacional do Recife, bem como a sua expansão física, acompanharam o desenvolvimento econômico da então vila e fora sustentada pela intermediação comercial que marcou a origem de seu assentamento. Seu espaço físico teria sido modelado por meio da ação de um regime de apropriação do solo, que promovia investimentos não só em terras destinadas à agricultura, mas também em propriedades destinadas a residências e negócios nas áreas centrais, de forma que o capital mercantil era aplicado no usufruto de rendas e nas edificações urbanas. Assim, devido à sua vinculação com o porto, a cidade retirava os dividendos de parte da renda gerada no setor agrícola, o que lhe permitia ampliar, no seu interior, a divisão social do trabalho, acabando por reforçar os fatores da sua diferenciação e domínio comercial sobre aquele setor.⁸⁰

Muitos desses investidores, que aplicaram seus capitais na expansão urbana do Recife, e que eram, em maior parte, grandes comerciantes integrantes da elite local, iniciaram o século XVIII empenhados na elevação do *status* administrativo do então povoado, conseguindo alcançar tal objetivo após a consolidação da sua elevação à vila, depois da vitória desse partido na Guerra dos Mascates. De acordo com Arrais, era na base desse prestígio político que o Recife começava a desfrutar, que estava a sua prosperidade, “patenteada nos inúmeros edifícios levantados na cidade, na realização de consideráveis melhoramentos urbanos voltadas para atender a uma expansão populacional que alcançava (...) entre nove e dez mil moradores”⁸¹ (Figs. 6, 7 e 8).

Dessa forma, já a partir de fins do século XVII e início do século XVIII, verifica-se que o Recife vai se estendendo em direção ao norte, ao longo do istmo – no sentido de Olinda –, passando também a ocupar o espaço para além das chamadas “Portas do Recife”.⁸² Nesse momento, a realização de aterramentos foi decisiva para o crescimento de sua configuração espacial, atendendo não só a expansão ao norte, como também as novas pressões de expansão na direção sul, rumo ao rio dos Afogados,⁸³ região ao pé de onde mais tarde os confrades de

⁷⁹Manuel dos Santos, “Calamidades de Pernambuco”, In: SOUTO MAIOR, Mário & SILVA, Leonardo Dantas (Orgs.). *O Recife: quatro séculos de sua paisagem*. Recife: Ed. Massangana, 1992, p. 64 e 65.

⁸⁰Raimundo Arrais, *O pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX*. São Paulo: Humanitas, 2004, p.103-104.

⁸¹Ibidem, p.111.

⁸²Luiz Geraldo Silva, op.cit., p.129.

⁸³Raimundo Arrais, op.cit., p.108.

Figs. 6, 7 e 8: Mapas que ilustram o povoamento, nos séculos XVII e XVIII , da ilha de Santo Antônio, local onde estava estabelecida a Igreja de São José. Por meio das três imagens é possível ter uma ideia sobre como o Recife se expandiu. Fonte: MENEZES, José Luiz Mota (Org.). *Atlas histórico-cartográfico do Recife*. Recife: Ed. Massangana, 1988, mapas 10,12 e 13.

São José erigiriam a igreja de seu patriarca, e que já contava, em começos do século XVIII, com várias casas de habitação,⁸⁴ chegando à metade deste século com a seguinte feição:

Para a parte do sul se alargarão também os moradores, e em huma deliciosa planície chamado lugar desafogado [Afogados], a que se vay hũa fermosa calçada, que principia ao pe da Fortaleza das sinco pontas fundarão hum arrayal, que se compoem de trezentas e tantas moradas, hũa Igreja dedicada ao Divino Espírito Santo, e hum Recolhimento de Donzellas (...).⁸⁵

Antônio Fernandes de Matos, pedreiro e importante empreiteiro da segunda metade do seiscentos, considerado no período um dos homens mais ricos da capitania, foi um daqueles que viu nesses aterramentos a possibilidade de aumento de seus lucros. Segundo depoimento do engenheiro Diogo da Silveira Veloso, em 1713, a intenção de Matos, responsável pela construção do conhecido Forte do Matos, que tinha como objetivo impedir o crescimento de um banco de areia que se formava no extremo sul do istmo do Recife, era a construção ali, por meio de aterramento, do maior número possível de casas, ampliando, assim, a área de povoamento do Recife. Veloso conta que sua intenção inicial era fazer um cais de pedra, desde a ponte que dividia as povoações do Recife e Santo Antônio até o Forte do Brum, com o pretexto de lhe darem toda a terra que entulhasse, e “como por este caminho não conseguiu o seu intento, que era alcançar terreno para fazer moradas de cazas, offereceo fazer o dito forte à sua custa, com que veyo a ficar senhor de tanta, que fez nella mais de trinta moradas”.⁸⁶

Conforme as palavras do beneditino Domingos do Loreto Couto, na metade do setecentos, em sua obra *Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco*,

Parece ser este nobilissimo Reciffe feito de alambre para atrahir, ou que tem virtude magnetica para acariciar com mais doces laços do que comenta a fabula, que tivera Hercules de cadeas para prender homens; armado de mais suaves prisões do que sonhou o hyperbole, que tivera Anfion de cordas para enredar penhas, e Arion de redes para enlaçar agoas; está sempre atrahindo vesinhos, que acrescentem o numero de seos moradores (...).⁸⁷

⁸⁴Francisco A. Pereira da Costa, *Arredores do Recife*, Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981, p.11.

⁸⁵Domingos do Loreto Couto, *Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Oficina Tipográfica da Biblioteca Nacional, 1904, p.161.

⁸⁶Diogo da Silveira Veloso apud MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Um mascate e o Recife*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981, p.34.

⁸⁷Domingos do Loreto Couto, op.cit., p.160.

Desse modo, com o crescimento incessante de pessoas atraídas para os arredores do Recife, a vila segue um movimento de ocupação, não só rumo ao norte – em direção à Olinda – e ao sul – em direção a Afogados –, como também em direção ao bairro da Boa Vista, também a partir das obras de aterro realizadas no início do século XVIII.⁸⁸ Sobre o bairro da Boa Vista por esta época, Loreto Couto conta que “Està assentada esta nova e já numerosa povoação em hũa deliciosa planície, (...) em que se achão já fundadas mil cento e treze moradas de casas de pedra, e cal, e muitas dellas de dous sobrados feitas ao estillo moderno. Sete sumptuosas Igrejas, e seis fermosas capellas”.⁸⁹

Entretanto, faz-se necessário destacar que a expansão do Recife também se deu por outras áreas que fugiam do perímetro que compreendia os bairros do Recife, Santo Antônio e Boa Vista. Segundo Pereira da Costa, para visualizarmos corretamente o povoamento do Recife, é preciso que não se considere somente o movimento que partia da área do porto para Santo Antônio. Houve também um movimento contrário, que, segundo ele, foi igualmente importante economicamente, que partia do interior para o sentido do porto: um movimento que tinha por origem os engenhos de açúcar, desde meados do século XVI estabelecidos à margem do rio Capibaribe. Para ele,

A riqueza que, em forma de caixa de açúcar – uma das drogas mais valorizadas do mundo ocidental de então – afluía ao porto, foi dando condições à ampliação do povoamento do Recife. Vários “passos”, armazéns ou depósitos de caixas de açúcar, foram sendo construídos às margens do rio nas proximidades do porto e alguns desses “passos” se transformaram em pequenos núcleos de população.⁹⁰

Paulatinamente, no decorrer de todo o século XVIII, a expansão urbana do Recife passa cada vez mais a agregar essas áreas, gerando um processo de suburbanização, fazendo com que a área mais tradicional da produção açucareira da capitania – a chamada Várzea do Capibaribe – começasse a ser desmembrada em lotes destinados à construção de sítios e residências.⁹¹ De acordo com Luiz Geraldo Silva, principalmente a partir da segunda metade do setecentos, muito da intensa ocupação e povoamento dessa área – que compreendia os bairros posteriores à Boa Vista, como os bairros da Madalena, Casa Forte, Poço da Panela e Apipucos – deve-se, em boa medida, ao transporte fluvial feito pelos canoieiros do Recife. Estes levavam em suas canoas todo o material de construção necessário às novas casas, toda a

⁸⁸Francisco A. Pereira da Costa, op.cit., 1981, p.145.

⁸⁹Domingos do Loreto Couto, op.cit., p.160.

⁹⁰Francisco A. Pereira da Costa, op.cit., 1981, p.144.

⁹¹Luiz Geraldo Silva, op.cit., p.131.

água potável nelas consumida e as próprias pessoas ali residentes, em uma época que não havia nenhuma estrada ligando essa região ao antigo centro urbano, até então formado pelos bairros de São Frei Pedro Gonçalves (bairro do Recife), Santo Antônio e Boa Vista.⁹²

Todavia, nosso interesse aqui se concentra, principalmente, no perímetro que envolvia o Recife propriamente dito e os seus arredores mais fronteiriços, como o lugar de Afogados e o lugar da Boa Vista, onde, já em começos do século XVIII, a expansão urbana se fazia sentir de maneira mais imediata (**Fig.9**). Esses locais, mais prontamente fronteiriços, não faziam, neste período, parte do Recife – que era composto, por esta época, apenas pela ilha do Recife e a ilha de Santo Antônio e mais algumas freguesias rurais como Ipojuca, Cabo e Muribeca⁹³ –, ainda que compusessem a sua paisagem urbana. Tanto o lugar de Afogados como o lugar da Boa Vista, mesmo recebendo as influências da dinâmica política, econômica e social do Recife, estavam sob jurisdição da Câmara e da freguesia da Sé de Olinda,⁹⁴ ainda que distantes delas e, aparentemente, sem algum “espírito” de pertencimento. Assim indica um requerimento, feito em 1773 pelos moradores da Boa Vista, pedindo ao Rei D. José I que desmembrasse este povoado da freguesia da Santa Sé de Olinda, pois eles

Reprezentão a opreção e incomodo *que* tem sentido e vão sofrendo, de manterem a expensas proprias a Igreja De Santa Cruz erecta no mesmo Lugar da Boa Vista, *que* desta da Matriz Cathedral, mais de legua e em parte legua e meya *para* nela se administrar os Sacramentos aos referidos freguezes (...). He o Parrocho da dita Freguesia Denominado Cura da Sé e amovivel o qual nunca administrou por Sy os Sacramentos aquelle Pouvo mas sim por hum administrador (...). Cujas ovelhas nunca serão bens curadas como *supplicantes* tem experimentado, enquanto não forem desmembrados da dita Freguesia da Sé.⁹⁵

Considerando o fato de os Afogados e a Boa Vista estarem, por esta época, sob a jurisdição de Olinda, acreditamos que, se na prática existiu algum “espírito” de pertencimento desses lugares em relação a esta, as suas fronteiras com o Recife foram tão demasiadamente

⁹²Ibidem, p.120.

⁹³Janaína Santos Bezerra, “Fragmentos de um Recife Setecentista: Configurações Urbanas e Realizações Culturais”. In: *história e-história*, Agosto, 2010, s.p. Disponível em: <http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=artigos&id=137>.

⁹⁴Segundo Leonardo Dantas Silva, por meio da Carta Régia de 06 de dezembro de 1817, tanto a povoação de Afogados como a da Boa Vista foram desmembradas do termo e jurisdição de Olinda, passando ambas a pertencerem ao Recife. Ver em: SOUTO MAIOR, Mário & SILVA, Leonardo Dantas (Orgs.). *O Recife: quatro séculos de sua paisagem*. Recife: Ed. Massangana, 1992, p.20.

⁹⁵Cf. Lisboa. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Ordem de Cristo/Padroados do Brasil/Bispado de Pernambuco. *Pedido dos moradores do lugar da Boa Vista para a sua separação da freguesia da Santa Sé de Olinda*. Maço 12, documentos avulsos, fl.1.

fluidas que as influências vindas do seu crescimento urbano causaram um impacto direto na constituição e no crescimento dessas regiões, principalmente porque estas estavam imediatamente próximas ao que se entendia por Recife propriamente dito e muito longe de Olinda, como vimos no requerimento encaminhado ao Rei D. José I pelos moradores da Boa Vista.

Assim sendo, consideramos na nossa análise o “Recife” como o perímetro que compreende os bairros de São Frei Pedro Gonçalves e de Santo Antônio; juntamente com a povoação de “Fora de Portas”, ao norte; o lugar da Boa Vista; e o lugar de Afogados, ao sul. Ou seja, as povoações que estavam imediatamente fronteiriças ao Recife propriamente dito. Dessa forma, consideramos aqui o Recife como toda essa região, e partimos da ideia desse “Recife” como *espaço*, conforme definiu Michel de Certeau: como um “lugar praticado”, animado pelo conjunto dos movimentos que ali se desdobram. Pois, segundo ele, o espaço “é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais”.⁹⁶ É desse modo que analisamos aqui essa região como um todo: um lugar praticado, para além das fronteiras político-administrativas.

Diante das implicações existentes pelo fato dessas localidades estarem separadas politicamente do Recife e recebendo as interferências da política olindense, procuramos não perder de vista que a análise do processo de produção do espaço deve levar em conta que um determinado território, do ponto de vista político, pode ser considerado uma unidade espacial concretamente delimitada, mas não é uma unidade isolada, imune a influências externas e incapaz de exercer influências fora de seus limites, como bem alertou Manuel Correia de Andrade.⁹⁷

Ademais, quanto ao limite colocado pelo nosso recorte – que acabou por não incluir outras áreas, como a Várzea do Capibaribe, por exemplo –, este visa um melhor entendimento acerca do efeito mais imediato, provocado pelo crescimento urbano incessante sofrido pelo Recife desde fins do século XVII e que entra com toda a força pelo século XVIII. Portanto, mesmo o limite sendo um elemento intruso e idealizado, ele insinua a presença da diferença e sugere a necessidade de separação: ele é, pois, “um conceito inventado para dar sentidos às coisas, para facilitar a compreensão do que pode ser interpretado de várias maneiras”.⁹⁸

⁹⁶Michel de Certeau, *A invenção do cotidiano: artes do fazer*, Petrópolis: Ed. Vozes, 1998, p.202.

⁹⁷Manuel Correia de Andrade, *Poder político e produção do espaço*, Recife: Ed. Massangana, 1984, p.80.

⁹⁸Cássio Eduardo Viana Hissa, *A mobilidade das fronteiras: inserções da geografia na crise da modernidade*, Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006, p.19-21.

Como já visto, Recife cresceu e expandiu seus limites, incrementando a ocupação de áreas vizinhas e para além delas. Todavia, indo a outro sentido, mais a interior da vila, a ilha do Recife e a ilha de Santo Antônio também viam o número de seus habitantes aumentando significativamente. Assim, em 28 de fevereiro de 1764, pedem os moradores do Recife ao Rei D. José I, em vista do crescimento de sua população, que divida o Recife em duas paróquias:

(...) *que* sendo aquela *vila* a mais notável do Estado do Brazil, e a mais populosa como hé notório, tenha hua só *freguesia*, de que he orago *São Pedro Gonçalves*, e a sua Matriz sita no Bairro de *Santo Antonio*, *que* são oz dous, de que se compõem esta grande *Vila* por hua Ponte fabricada sobre as agoas do Rio Bibiribe, e Capibaribe, *que* juntas separão em duas Povoações a Villa, como hé sabido, podendo em cada hum dos Bairros ter um Vigário, a saber hum no Recife, outro no Bairro de *Sancto Antonio*, servindo a Ponte de dividir as Parochias, assim como separa a Povoação [Isto] supplicão os Moradores a *Vossa Magestade*; pedindo Mande *Vossa Magestade*, e *que* se fação duas Igrejas, hua em cada Bairro, pois disso se segue aos Moradores utilidade e sempre ficão as duas Igrejas [pingues] no Rendimento, porque o Bairro do Recife tem 5 [mil] pessoas de [Rol], e o Bairro de *Sancto Antonio* por sima de 8 [mil], E o melhor hé *que* se distribua a Cura de tantas almas em dous Parocos crescendo mais hua Igreja para aumento do bem Espiritual, e accomodaçao também de mais sacerdotes: E supposto pareça *que* dividindo-se a Igreja, ficará a do Bairro de *Sancto Antonio* mais Rendosa, por ter mais povo; não será assim, por ser o povo deste Bairro mais pobre, [em] [esta] [Parte] miseravel, do que o do Bairro do Recife, *que* hé da gente mais Rica, e lhe pode ficar pertencendo a gente embarcadiça, *que* vem de Mar em fora a este porto, *que* costumão alojar-se no [dito] Bairro, como mais proximo aos surgidouros e Marinha.⁹⁹

De acordo com este depoimento, nota-se que no setecentos a população de Santo Antônio ultrapassa em número de habitantes a do bairro do Recife.¹⁰⁰ A escassez de espaço, sentida por este desde o domínio holandês, continua neste período, enquanto que Santo Antônio, por ser mais espaçoso geograficamente, consegue abrigar um maior número de pessoas, ainda que, por este motivo, crescesse tanto em população, a ponto de promover a

⁹⁹Cf. Lisboa. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Ordem de Cristo/Padroados do Brasil/Bispado de Pernambuco. *Requerimento dos moradores da Vila de Santo Antônio do Recife pedindo a sua divisão em duas paróquias*. Maço 12, documentos avulsos, fl. 2-2v (cópia).

¹⁰⁰Na década de 1780, o número de habitantes dos bairros do Recife e de Santo Antônio chegara a, aproximadamente, 25 mil. Sendo assim, em 25 de agosto de 1789, a rainha D. Maria I emite um alvará dividindo, finalmente, a vigaria do Recife em duas paróquias: uma no bairro de S. Fr. Pedro Gonçalves do Recife, com esta mesma invocação; e outra no bairro de Santo Antônio, com a do SS. Sacramento. Ver em: COSTA, F.A Pereira da. *Anais Pernambucanos*. vl.6. Recife: FUNDARPE, 1984, p.538.

ocupação das áreas vizinhas. Em 1759, o autor de *Desagravos do Brasil e glórias de Pernambuco*, Loreto Couto descreve a paisagem de Santo Antônio da seguinte forma:

Occupão seos braços, e corpo todo terreno, em que se contão mais de duas mil cazas com seos quintaes, ou jardins com poços de agoa clara, e doce, que serve para rego das plantas, e gasto dos moradores. Quatro maravilhosos conventos, caza da Misericordia, dez grandiosas Igrejas, e sete praças capazes de nellas correr touros, termina se a sua opulencia com a Real Fortaleza das sinco pontas que lhe fica ao meyo dia. (...) He muyto fermosa por dentro, porque tem as ruas largas, e limpas, os edificios altos, e nobres, e as cazas sempre bem cayadas de branco, e as sacadas de verde, os Templos ricos, os conventos sumptuosos, e o sitio dos melhores pela sua alegre, e espaçosa vista.¹⁰¹

O bairro de Santo Antônio, antiga ilha de Antônio Vaz, que desde o seiscentos contava com certa importância e vivenciava um crescimento populacional que não cessou no século XVIII, foi lugar de morada de variados tipos sociais e, talvez por isso, na primeira metade do setecentos, seu espaço já estava nitidamente dividido em uma parte mais abastada e uma parte menos abastada. Foi nessa região que os confrades dos quatro ofícios anexos se organizaram pra criar sua confraria. Primeiramente em altar lateral da Igreja do Hospital de Nossa Senhora do Paraíso, que ficava em lugar mais privilegiado de Santo Antônio, depois na sua própria igreja, localizada fora das portas de Santo Antônio, lugar que viria a se chamar São José,¹⁰² local mais pobre do dito bairro e onde estava o terreno escolhido para a construção do templo dedicado ao seu santo patriarca.

Foi no decorrer do setecentos que, devido ao crescimento populacional de Santo Antônio, São José “criou corpo” populacional, aparecendo como lugar escolhido por várias pessoas para estabelecer sua morada ou o seu negócio (**Fig. 10**). Leonardo Dantas Silva conta que seu traçado primitivo foi elaborado pelo arquiteto flamengo Pieter Post em 1639, com vistas a fazer daquele lugar uma área destinada a habitações populares, na qual seriam erguidas as chamadas “casas terreiras de tábuas” destinadas à gente mais modestas.¹⁰³

¹⁰¹Domingos do Loreto Couto, op.cit., p.156.

¹⁰²Não identificamos quando esse lugar passou a ser denominado “São José”. Na documentação consultada constatamos que esse lugar é referido, na maioria das vezes, como “Santo Antônio” ou, às vezes, “fora das portas de Santo Antônio” e outras vezes “bairro de Cinco Pontas”. A denominação “São José” aparece um pouco mais citada em fins do século XVIII. De qualquer forma, utilizaremos a denominação “São José” quando precisarmos nos referir a esta parte da ilha de Santo Antônio, apenas para que o leitor possa se situar da melhor maneira. No tocante à relação do nome do bairro com a devoção ao santo, trataremos melhor a seguir.

¹⁰³Leonardo Dantas Silva, *Pernambuco Preservado – Histórico dos Bens Tombados no Estado de Pernambuco*, Recife: L. Dantas Silva Editor, 2008, p.210.

Fig. 10: Representação de parte do bairro de São José (1801). Nela está representada, entre outras coisas, o Hospício da Penha (A), a praia de São José (I), e a rua que desemboca no largo de São José, onde os oficiais dos quatro ofícios anexos construíram a igreja de seu patrono (H). Fonte: *Perspectiva de vários edifícios entre os quais a do Hospício de N. S. da Penha dos Capuchinos (1801)*. AHU_CARTm_015_D.949 .

O lugar de São José, na época, era uma espécie de bairro que ficava na freguesia insular de Santo Antônio¹⁰⁴, e sua localização era relativamente distante dos locais mais valorizados da vila, que continham os principais prédios administrativos. Sua população, que nos primórdios fora constituída por pescadores, era eminentemente a mais pobre e a mais escura da ilha.¹⁰⁵ Em seu perímetro, inclusive, se concentravam algumas das irmandades leigas e igrejas que eram voltadas para o culto de santos que representavam simbolicamente a identificação e as aspirações de grupos mais desprovidos socialmente, como a Igreja de N^a. S^a. do Livramento, Igreja de N^a. S^a. do Terço, Igreja de Santa Rita de Cássia, como também a própria Igreja de São José.

De acordo com Braudel, geralmente, ao crescer, uma cidade anexa alguns de seus arrabaldes, transformando-os e passando a mandar para lá as atividades estranhas à sua vida citadina. Dessa forma, todas as cidades do mundo possuem seus bairros periféricos, pois, “não há árvores vigorosas sem rebentos no pé, não há cidades sem arrabalde. São manifestações do seu vigor, mesmo quando se trata de miseráveis arredores, de ‘*bidonvilles*’”.¹⁰⁶ Nesses arrabaldes estariam os pobres, os artesãos, os marinheiros, as indústrias ruidosas e malcheirosas, as pensões baratas, etc. E ir para os arrabaldes de uma cidade, diz ele, é como sempre descer um degrau, seja em Bremen, em Londres ou em qualquer lugar do mundo.

De acordo com Nestor Goulart Reis Filho, o aumento da população na América Portuguesa, principalmente com o impulso da dinâmica urbana a partir da segunda metade do século XVII, conduziu à formação de bairros, e, conseqüentemente, à separação entre eles, devido à concentração de determinadas atividades e de determinados segmentos sociais. Esses bairros eram definidos por tipos especiais de habitações ou de usos, em contraste com outros bairros das vilas e cidades.¹⁰⁷ É dessa maneira que vemos São José por esta época: pouco a pouco se definindo e se diferenciando cada vez mais da outra parte de Santo Antônio, como também do Recife, da Boa Vista e dos Afogados.

Em 1761, Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão, em seu *Novo Orbe Serafico Brasilico*, diz o seguinte sobre o bairro de Santo Antônio:

¹⁰⁴O lugar de São José foi desmembrado do bairro de Santo Antônio e elevado a bairro em 1844. Para mais informações ver: LACERDA, Artur G. Gárcea de. *Discursos de uma modernidade: as transformações urbanas na freguesia de São José (1860-1880)*. Dissertação de Mestrado. Recife: CFCH, UFPE, 2003.

¹⁰⁵Marcelo Mac Cord, *Andaimes, casacas, tijolos e livros: uma associação de artífices no Recife, 1836-1880*. Tese de Doutorado. São Paulo: UNICAMP, 2009, p.27.

¹⁰⁶ Fernand Braudel, op.cit., s.d., Tomo I, p.443.

¹⁰⁷Nestor Goulart Reis Filho, op.cit., p.155.

Tem principio essa povoação juntamente com a do Reciffe, e nella habitavão algumas pessoas de mais posses (...). He muito mais avantajada hoje em vizinhos, que a do Reciffe, por ser o seu terreno mais amplo. No ano de 1755, pelo rol da desobriga, constava esse Bairro de Santo Antonio só de pessoas de Communhão de mais de sete mil. Ornão o seu districto quatro conventos, e oito igrejas. A nova do Sacramento, que ao presente levantarão como Matriz, a Capella de S. Jozé, tambem nova, a Igrejinha do Terço, a do Soldados, e Militares, o Templo de S. Pedro dos RR. Clerigos, a do Paraizo com Hospital para enfermos, a do Livramento dos Pardos, e o Rosários dos Pretos. O Convento dos PP. Carmelitas Descalços. O hospício de N. Senhora da Penha, de Religiosos Italianos, Collegio dos PP. Jesuitas, e a Casa de Santo Antonio dos Menores (...).¹⁰⁸

Neste testemunho de Jaboatão, pode-se notar a presença não só da Igreja do Hospital de Nossa Senhora do Paraíso, igreja onde foi fundada a Irmandade do Patriarca São José, como também a Igreja de São José, ainda capela, já figurando, assim, por esta época, na paisagem da vila do Recife. Jaboatão cita, ainda, outras igrejas, que, em sua grande maioria, foram levantadas pela iniciativa de leigos, como também alguns conventos fundados por suas respectivas ordens, mostrando-nos o fervilhar deste tipo de construção nesta povoação.

Foi, pois, na ilha de Santo Antônio, principalmente pelas bandas de São José, onde houve um maior número de igrejas construídas. Segundo Kalina Silva, é por este motivo que pode-se notar, no século XVIII, um maior desenvolvimento de Santo Antônio em relação ao bairro do Recife, tendo em vista que as irmandades socialmente mais importantes, como a do Santíssimo Sacramento – que integrava a elite –, a do Rosário dos Pretos e a do Livramento – que integravam libertos e escravos – estavam localizadas nesta ilha; além dos conventos dos franciscanos, dos carmelitas, dos capuchinhos e do colégio dos Jesuítas: “A existência de tantos templos indica uma efervescência cultural e social da povoação, visto que a maior parte das atividades lúdicas e socializantes são realizadas no âmbito do religioso”.¹⁰⁹

A construção de igrejas e conventos, juntamente com a realização de aterros, foi, sem dúvida, um dos fatores que estimularam a expansão do espaço físico do Recife. Foram essas construções pioneiras na ocupação das áreas vazias, deixando, assim, testemunhos na toponímia da cidade. Segundo Raimundo Arrais, “Os padres e os leigos empurrados pelo interesse do culto divino – interesse que não excluía (...) o desejo de ocupar solos abertos à

¹⁰⁸Antônio de Santa Maria Jaboatão, *Novo Orbe Serafico Brasilico ou Chronica dos Frades Menores da Província do Brasil*, Rio de Janeiro: Tipografia Brasiliense de M. Gomes Ribeiro, 1858, p.402-403.

¹⁰⁹Kalina Vanderlei da Silva, op.cit., p.48.

expansão urbana – iam à vanguarda dessa frente de ocupação e colonização das áreas desabitadas”,¹¹⁰ arcando, eles mesmos, com todas as dificuldades decorrentes desta iniciativa.

De acordo com Nestor Goulart Reis Filho, foi no século XVIII em que se presenciou, na América Portuguesa, o aumento das construções conventuais, atendendo ao crescimento das ordens religiosas. Cada ordem possuía, além das igrejas, os conventos, as oficinas, as hortas, entre outros, e, frequentemente, ao lado, as capelas dos seus terceiros. A tudo isso somavam-se as igrejas das paróquias que iam sendo criadas por todo lado, como decorrência do crescimento constante da população.¹¹¹ Ele explica que o conjunto das construções religiosas podia chegar a ocupar cerca de 20% da arquitetura urbana, fazendo com que a imponência de suas construções se destacasse na paisagem da cidade. No Recife não foi diferente.

Para Luiz Geraldo Silva, a febril atividade de construção de igrejas e conventos vivenciada pela vila do Recife em fins do século XVII e primeira metade do século XVIII, só pode ser compreendida se levarmos em consideração que ela foi acompanhada por amplas tensões sociais e por acontecimentos que marcaram profundamente este período e que não podemos perder de vista, como a já citada Guerra dos Mascates, a grande imigração portuguesa para Pernambuco e o impacto provocado no comércio e no tráfico interno de escravos pela descoberta de ouro nas Minas Gerais, pois, “Todos esses processos significaram alterações importantes no traçado urbano e na arquitetura da agora Vila do Recife”.¹¹²

Assim, já na primeira metade do setecentos, já se destacavam na paisagem da vila os já citados conventos das ordens dos Carmelitas, dos Jesuítas, dos Franciscanos, dos Congregados do Oratório (de onde saiu, em 1754, a imagem de São José para a sua nova morada); como também a igreja da Ordem Terceira de São Francisco, as igrejas da Penha, do Livramento, do Rosário dos Pretos, do Pilar, do Paraíso, do Terço, da Conceição dos Militares, de São Pedro dos Clérigos, entre outros prédios.¹¹³ O que indica não só a importância do papel da Igreja na vida urbana do Recife, mas também a sua expansão física e populacional e a circulação de dinheiro em diferentes setores de sua economia, inclusive nos setores mais básicos, como o de transporte, por exemplo, e no setor da construção, no qual estavam alicerçados ofícios como o de pintor, caiador, artistas de vários tipos e os quatro ofícios anexos, objetos deste estudo.

¹¹⁰Raimundo Arrais, op.cit., p. 109-110.

¹¹¹Nestor Goulart Reis Filho, op.cit., p. 189.

¹¹²Luiz Geraldo Silva, op.cit., p. 129-130.

¹¹³Ibidem, p. 130.

É, pois, nesse período que se nota um aumento cada vez mais significativo de canoeiros – citados aqui anteriormente no processo de suburbanização da vila – que, atendendo a uma demanda crescente gerada pela expansão urbana, forneciam, pelos rios do Recife, o transporte de pessoas e de mercadorias em geral, sobretudo de materiais de construção.¹¹⁴ Este era um serviço largamente utilizado pelo setor construtivo, que estava “a todo vapor”, e fazia parte do cotidiano daqueles que trabalhavam nos canteiros de obras. Os confrades de São José – para além de seu cotidiano nos canteiros – também se utilizavam desse serviço, como indica uma anotação de despesa da construção da nova igreja no ano de 1752, feita pelo irmão tesoureiro, Teotônio Ferreira dos Reis: “Despesas que fiz com várias balsas de alvenaria e pedras de cantaria 109.820 [réis]”.¹¹⁵

De acordo com Robert Smith, a maioria das igrejas da vila Recife foi construída ou ampliada no século XVIII, sendo elas produtos da riqueza resultante das exportações de produtos, promovidas pela Capitania de Pernambuco.¹¹⁶ Smith cita o testemunho de um escritor anônimo que em 1774 dizia que o Recife era a mais opulenta cidade da América Portuguesa, “devido ao seu grande comércio e o volume da navegação da Europa, Guiné, Angola, e o resto da costa africana, continuamente aportando aqui, assim como embarcações vindas do interior, para o Norte e outros portos do Brasil”.¹¹⁷

Assim, é seguindo essa dinâmica de crescimento populacional e físico, acompanhado de perto pelo setor construtivo, que a vila do Recife atravessa todo o século XVIII. Em fins desse século, sua população aparece por volta dos trinta e dois a trinta e três mil habitantes, distribuídos, principalmente pelos bairros do Recife, Santo Antônio e Boa Vista.¹¹⁸ Sua configuração espacial também aparece mais alargada, tendo em vista o processo de suburbanização que a vila já vinha vivenciando. Sobre esse processo, Luiz Geraldo Silva diz que “a ocupação da Várzea do Capibaribe vinculou-se à busca de lugares mais aprazíveis, distantes do mundo infecto de dentro das portas da cidade”,¹¹⁹ principalmente pelas camadas mais abastadas do Recife e de Olinda, que buscavam lugares mais frescos e higiênicos para os seus banhos de rio.

¹¹⁴Ibidem, p.127.

¹¹⁵IPHAN/PE, *Livro de Receitas e Despesas*, p.11.

¹¹⁶Robert Smith, *Igrejas, casas e móveis: aspectos da arte colonial brasileira*. Recife: MEC/UFPE/IPHAN, 1979, p.186.

¹¹⁷Escritor anônimo apud SMITH, Robert. *Igrejas, casas e móveis: aspectos da arte colonial brasileira*. Recife: MEC/UFPE/IPHAN, 1979, p.114-115.

¹¹⁸Luis dos Santos Vilhena, *Recopilação de noticias soteropolitanas e brasílicas contidas em XX cartas: que da cidade do Salvador Bahia de Todos os Santos escreve hum a outro amigo em Lisboa...*, v.1, Bahia: Imprensa Offical do Estado, 1921, p.816.

¹¹⁹Luiz Geraldo Silva, op.cit., p. 131

A feição que tinha a vila do Recife em fins do setecentos pode ser percebida pelos olhos do cronista Luís dos Santos Vilhena, que visitou o Recife em 1799. Em sua descrição, o bairro de Santo Antônio aparece como muito mais espaçoso, alegre e “desafogado” que o Recife, que nesta época estava extremamente edificado. Tinha na ponte que o ligava a este, numerosas “pequenas barracas, que por bons preços se alugão para logeas de vendas de fazenda”,¹²⁰ como também contendo muito bons edifícios e magníficos templos. A Boa Vista, com muitas ruas compridas e espaçosas, era repleta de propriedades e tinha a função de fazer a ligação entre as ilhas e o continente, “sendo como inumeráveis os carros e cavallos que frequentemente entrão com mantimentos, e generos de que se mantem o consideravel comercio de Pernambuco; havendo tão bem por ali communicação para a Cidade de Olinda e muitas outras povoaçoens”.¹²¹ Já o aterro que existia na povoação de Afogados por esta época, é descrito pelo cronista como uma “muito comprida restinga artificial que impede de comunicarse a agoa do mar com a do rio Capivaribe”; e onde também se fazia a comunicação do Recife para diversas partes do continente.¹²²

Assim sendo, a vila do Recife aparece em fins do século XVIII, ainda em crescimento acelerado: o “Recife é lugar próspero, aumentando dia-a-dia em importância e opulência”,¹²³ conforme destacou o viajante Henry Koster. Seus principais bairros, o do Recife e o de Santo Antônio, figuram nesta época, a partir de descrições de cronistas, como Vilhena, Koster e Tollenare – estes já no começo do século XIX –, como locais amplamente edificados, predominantemente comerciais, com animadas lojas, armazéns e mercados e com um intenso comércio de escravos, sendo ainda o porto a fonte primeira e essencial de sua dinâmica, conforme relato de Koster:

Pernambuco, alusivamente à sua importância política e com referência ao Governo Português, goza o terceiro lugar entre as províncias do Brasil, mas, no ponto de vista comercial e em relação à Grã-Bretanha, creio não enganar-me dando-o o primeiro plano. Suas exportações principais são algodão e açúcar. O primeiro vai, em sua maioria para a Inglaterra (...). O segundo é quase inteiramente embarcado para Lisboa. Peles, noz de coco, ipecacuanha e algumas outras drogas, são ocasionalmente exportadas em quantidades insignificantes (...). Dois ou três navios

¹²⁰Luís dos Santos Vilhena, op.cit., p.816.

¹²¹Ibidem, p.819.

¹²²Ibidem, p.818.

¹²³Henry Koster, “Viagens ao Nordeste do Brasil”, In: SOUTO MAIOR, Mário & SILVA, Leonardo Dantas (Orgs.). *O Recife: quatro séculos de sua paisagem*. Recife: Ed. Massangana, 1992, p.84.

saem anualmente para Goa, na Índia, e o comércio de escravos com a costa d'África é considerável.¹²⁴

No que concerne à composição de sua população nesses tempos, Koster diz que ela consistia em brancos, mulatos e negros livres, e escravos de vários matizes.¹²⁵ Tollenare, que ficou admirado com o movimento contínuo de negros que “vão e vêm, carregando fardos e se animando mutuamente por meio de um canto simples e monótono”,¹²⁶ coloca o bairro do Recife como lugar onde habitava a maioria dos negociantes, e o bairro de Santo Antônio onde habitavam muitos brasileiros brancos natos, mulatos e negros livres. Já a historiadora Janaína Santos Bezerra, que analisou os assentos de batismo da Igreja do Santíssimo Sacramento do Recife, traz dados que fornecem indícios de uma maior proporção de pessoas de cor constituindo essa população. Pois, de um total de 7.781 registros analisados por ela, 4.124 eram de negros ou mestiços, sendo a grande parte destes de indivíduos classificados como pardos, somando um total de 2.396 (30,79%).¹²⁷

Dessa forma, é esse o panorama do Recife encontrado pelos confrades de São José do Recife desde a fundação da irmandade dedicada ao seu patriarca, em 1735, até fins do século XVIII. Ao decidirem fundar, na primeira metade desse século, a sua confraria, encontraram estes uma vila que vivia um crescimento populacional e urbano intenso, atraindo para as suas vizinhanças cada vez mais um número maior de pessoas, estimulando, assim, o setor construtivo, que estava, então, “a todo vapor”.

Diante disso, não teria sido este o contexto que teria estimulado e possibilitado aqueles oficiais mecânicos carpinteiros, pedreiros, marceneiros e tanoeiros de se organizarem, a ponto de fundarem uma irmandade? Com o setor construtivo extremamente aquecido – estimulando outros setores, como o das artes e o de transporte de canoas, por exemplo – não teriam eles, por esta época, adquirido certo prestígio dentro do universo do trabalho, a ponto de sentirem a necessidade de se organizarem, para não só manter ou engrandecer tal prestígio, como também com vistas a aumentar seus numerários diante do aquecimento deste setor? Acreditamos que sim.

De acordo com a nossa análise, somente a partir desse contexto particular, vivido pelo Recife durante o setecentos – mas que acompanha um movimento fomentado já no seiscentos – é que podemos entender o porquê da fundação da Irmandade, como também a sua

¹²⁴Ibidem, p.85.

¹²⁵Ibidem, p.84.

¹²⁶Louis-François Tollenare, “Notas Dominicais”, In: SOUTO MAIOR, Mário & SILVA, Leonardo Dantas (Orgs.). *O Recife: quatro séculos de sua paisagem*. Recife: Ed. Massangana, 1992, p. 94.

¹²⁷Janaina Santos Bezerra, op.cit., s.p.

permanência, o seu “aumento” e as mudanças sofridas por ela no decorrer do século XVIII. Somente a partir desse contexto, de um mundo em movimento e em expansão, é que é possível entender, por exemplo, o controle e a regulamentação dos quatro ofícios anexos na vila do Recife, assumidos pela dita irmandade ao longo do setecentos, a ponto de submeter a ela os juízes desses ofícios ligados à Câmara, assim como a angariação de grande número de irmãos – para além de oficiais dos quatro ofícios anexos – e, até mesmo, os recursos obtidos por eles para a construção de sua igreja.

Os motivos que fizeram a Irmandade do Patriarca São José dos Oficiais dos Quatro Ofícios Anexos permanecer no decorrer desse século, assim como as mudanças sofridas pela mesma nesse período, serão retomados e melhor detalhados no capítulo seguinte. O próximo passo, por enquanto, é vermos os confrades trabalhando e agindo, juntamente com outros artífices da vila, sobre a paisagem do Recife que acabamos de descrever, modificando-a, com vistas a apresentar como estes trabalhadores encontraram, nesse contexto específico de expansão urbana, um mercado de trabalho promissor, que teria contribuído para a consolidação e para a organização de diversos ofícios na vila.

1.3 Trabalhadores em obra: os artífices construindo a paisagem do Recife

Em 28 de junho de 1752, os oficiais da Câmara do Recife enviam uma carta ao rei D. José I, pedindo que o soberano conceda à vila do Recife o título de cidade. Nesta carta, os oficiais enumeram uma série de qualidades que a vila teria, mostrando ser ela merecedora de tal honra e enobrecimento. Entre essas qualidades, estaria o fato de a vila do Recife “se hachar toda composta e cheia de nobres cazas e sumptuosos edefficios, magnificos Templos populosos conventos de Religiosos (...)”, entre outras grandezas.¹²⁸ Assim, no discurso dos oficiais da Câmara do Recife, a riqueza e a importância da vila do Recife, que justificariam a sua elevação à cidade, estariam impressas, sobretudo, na dignidade da materialidade da urbe: de suas casas, de seus edifícios e de seus templos.

Dessa forma, por meio desse pedido feito ao rei, não só temos uma ideia de como o Recife crescia nesse momento e como sua paisagem urbana estava configurada, mas também podemos vislumbrar um projeto pensado para a vila, ou como eles faziam questão de

¹²⁸Cf. Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, *Carta dos oficiais da Câmara do Recife ao rei [D. José I], sobre as condições que aquela vila possui para passar a ser cidade*. 1752. Pernambuco, Cx.73, D.6131, fl.1.

ressaltar: esperavam “alcançar da incomparável benignidade” do monarca o enobrecimento e a condecoração da “dita Villa, com o titullo de Cidade”.¹²⁹ Por quais pessoas ou grupos esse projeto foi forjado e como ele foi apropriado – e se foi –, não sabemos ao certo. O que temos ciência é que tal pedido foi de iniciativa do senado da câmara do Recife – obviamente contestado pelo senado da câmara de Olinda¹³⁰ – e era muito comum que as câmaras municipais fossem utilizadas como espaços de manobras políticas por grupos privilegiados, que, amparados pela autoridade do cargo, tinham como fim a defesa dos interesses de seus pares.¹³¹

Todavia, o que vemos na vila por todo o setecentos são esforços vindos por todos os lados, objetivando o seu aumento e o melhoramento do seu *status*. Como visto anteriormente, desde a sua elevação à vila, o espaço urbano do Recife se expandiu consideravelmente, e tornou-se um verdadeiro canteiro de obras. Assim, se tal projeto foi elaborado ou não, posto em prática ou não, o que vemos é que houve na vila um investimento na sua materialidade. Ordens religiosas e irmandades leigas se ocuparam da construção de belíssimos templos, assim como vários edifícios foram construídos e ruas foram cordeadas, e a administração colonial tratou de cuidar dos reparos, manutenção e da construção de muitos espaços na vila, o que teria gerado uma demanda crescente pelo trabalho de diferentes tipos de profissionais que atendessem e dessem conta desse investimento na materialidade da vila, *pari passu* ao funcionamento de um mercado de serviços e produtos, que atendia não apenas aos habitantes em geral, mas, principalmente, a esses diferentes tipos de profissionais no exercício cotidiano de seus ofícios.

De acordo com Leonardo Dantas Silva, o século XVIII foi o “século do ouro” para o Recife. Essa centúria teria sido marcada pela presença do Barroco em suas igrejas, substituindo o maneirismo dos séculos XVI e XVII, com o emprego de diversas técnicas na arquitetura e decoração. Vários artistas, reconhecidos e anônimos, vieram a decorar as igrejas da vila com azulejos, imagens, entalhas e dourados. A “febre” de construções religiosas

¹²⁹Idem.

¹³⁰Em 4 de julho de 1752, quem escreve ao rei D. José I são oficiais da câmara de Olinda, se opondo à constituição do Recife em cidade. Nesse documento, os oficiais dizem o seguinte: “Tem se divulgado a noticia que os officiaes da Camara do Reciffe tem feito nesta occasião a V. Magestade suplica para lhes conceder titulo de Cidade a villa do Reciffe, corroborando o seo Requerimento com Circunstancias que o facilitem, sendo as principaes o estado de Mayor opulencia, edificios, Igrejas, e outras grandezas, que nella se achão; e porque o pertendido argumento servirá infallivelmente de Mayor Ruina a esta cidade, como ja aconteceu Logo que se erigio villa naquele lugar (...)”. Ver em: Arquivo Histórico Ultramarino, *Carta dos oficiais da Câmara de Olinda ao rei [D. José I], sobre a oposição acerca da constituição do Recife em cidade*.1752. Pernambuco, Cx.73, D.6141, fl.1. O Recife, no entanto, só foi elevado à cidade em 1823.

¹³¹George Félix Cabral de Souza, “Exercício de poder e conflito estamental na Câmara do Recife – século XVIII”, op.cit., p.294.

vivenciada pelo Recife nesses tempos – como também por outras vilas como Olinda, Goiana e Igarassu – teria fomentado um mercado promissor aos artistas locais, fazendo com que pedreiros, carpinteiros, entalhadores, marceneiros, douradores, pintores, escultores e vários outros profissionais artistas vivessem em constante atividade produzindo e construindo obras novas para a mitra diocesana, irmandades, ordens religiosas e particulares.¹³²

Não há dúvidas que entre as maiores contratantes dos serviços desses artífices estavam as ordens terceiras e as irmandades leigas do Recife. Estas, além de passarem décadas investindo na construção, no aparelhamento e no embelezamento de suas igrejas, tinham que se ater ao funcionamento cotidiano de suas confrarias, bem como ao culto aos santos de suas invocações. Assim, foram elas também responsáveis por estimular na vila um mercado de serviços e produtos capaz de atender, minimamente, as suas necessidades.

Vimos, inclusive, no início deste capítulo, que a Irmandade do Patriarca São José dos Oficiais dos Quatro Ofícios Anexos, desde os seus primórdios, ainda sita na Igreja do Hospital de Nossa Senhora do Paraíso, foi contratante de serviços diversos, como o do mestre-imaginário José Cardoso para o feitio da primeira imagem do seu patriarca, e de Manuel Dias, a quem coube os esplendores de prata que repousariam na cabeça do dito santo.

Com o crescimento da importância da Irmandade no decorrer do século XVIII, a contratação dos serviços foi ampliada e recorrente. Os serviços e produtos que mais aparecem registrados em seu livro de contas são aqueles mais cotidianos, importantes para o funcionamento da própria confraria. Por isso, gastos com hóstias, vinho, água, incenso, azeite e velas são os que mais aparecem. As velas poderiam ser compradas ao cirieiro (fabricante ou vendedor de círios e velas) que tinha seu negócio atrás do Rosário e que, possivelmente, atendia a muitas confrarias da ilha de Santo Antônio. É com este cirieiro que entre os anos de 1782 e 1783, se gastou, ao que tudo indica para a novena do Patriarca, 6.760 réis, por “trinta e

¹³²Leonardo Dantas Silva, *Pernambuco Preservado: Histórico dos Bens Tombados no Estado de Pernambuco*, Recife: L. Dantas Silva Editor, 2008, p.29. Alguns destes artífices aproveitaram intensamente esse período, conquistando fama e assinando obras importantes: o pintor João de Deus e Sepúlveda, considerado o pintor pernambucano mais importante do século XVIII, responsável pela pintura de painéis das principais igrejas da vila, foi um deles. Seu discípulo, Manuel de Jesus Pinto, pintor e dourador, também, tendo seguido os passos de seu mestre. Outros, como os pintores Francisco Bezerra, Inácio de Melo e Albuquerque, José Ribeiro de Vasconcelos, os entalhadores Serafim dos Anjos e Miguel Ferreira Gondim, o prestigiado José Gomes de Figueiredo, autor de riquíssimo mobiliário encontrado em igrejas como a Madre de Deus, e, também, o pedreiro Manuel Ferreira Jácome, autor da planta da Igreja de São Pedro dos Clérigos, figuram entre estes profissionais renomados, que eram requisitados para os trabalhos mais refinados na vila. Para mais informações sobre as obras desses artistas, além da obra de Leonardo Dantas Silva acima citada, ver em: OLIVEIRA, Carla Mary S. “Arte Colonial e mestiçagens no Brasil setecentista: Irmandades, artífices, anonimato e modelos europeus nas Capitânias de Minas e do Norte do Estado do Brasil”. In: PAIVA, Eduardo F., AMANTINO, Márcia & IVO, Isnara Pereira (Orgs.). *Escravidão, mestiçagens, ambientes, paisagens e espaços*. São Paulo: Annablume, 2011; ACIOLI, Vera Lúcia C. *A identidade da beleza: dicionário de artistas e artífices do século XVI ao século XIX em Pernambuco*. Recife: Ed. Massangana, 2008; e SMITH, Robert C. *Igrejas, casas e móveis: aspectos de arte colonial brasileira*. Recife: Ministério da Educação e Cultura, 1979.

oito libras alugadas ao cirieiro de traz do Rozario e se pagou o [pezo] com as toxas tão bem da Irmandade e o feito de *que* tudo montou (...).¹³³

Gastos com os serviços de costura e de lavanderia também eram comuns: varas de panos de linho, varas de fitas, varas de galão e de panos diversos eram comprados para a confecção e acabamento de toalhas, cortinas e trajés. Entre os anos de 1782 e 1783, a Irmandade comprou um pano com o intuito de fazer uma toalha para cobrir uma mesa, pagando 0\$060 pelo “feito de cozer dito panno”. Um ano depois o gasto foi de 4.400 réis com o “Vistuario que se deo ao *Irmão* Esmoller João Maurisio”. As despesas com a(s) lavadeira(s) eram ainda mais recorrentes: “despesa que fez com a lavadeira”, “despeza *que* fez com a roupa *que* se lavou da sachristia”, “a Lavadeira da Roup Lavada”,¹³⁴ entre outras.

Nas décadas em que a Irmandade esteve empenhada na construção e no acabamento da igreja de seu patriarca, outros tantos tipos de profissionais foram contratados pela Irmandade. Além do vai e vem de mestres de obras, de oficiais pedreiros e carpinteiros, de serventes e negros escravos carregando materiais de um lado para o outro, podia-se encontrar também no canteiro de obras da dita igreja, cavouqueiros, entalhadores, douradores, pintores, ourives, ferreiros, imaginários, entre outros artífices, trabalhando ou negociando em seu espaço.

Assim, encontramos em 1756 o pagamento de um “ferreiro do resto da ferrage da capela” e em entre os anos de 1781 e 1782 uma saída de 11.695 réis, “A [gastos] das ferramentas que se pagou ao Ferreiro”. Entalhadores também foram contratados: em 1766, contratou-se o serviço de um para fazer o oratório, e, no mês de março de 1781, o entalhador Triunfo foi contratado para fazer um jarro e alguns castiçais. O trabalho de entalha da capela-mor, ao que tudo indica, só foi realizado depois que a Irmandade encomendou o seu “risco” ao já citado pintor, José de Oliveira Barbosa, também responsável pelos desenhos do púlpito e da portada principal do frontispício da Igreja de São José.¹³⁵

Também encontramos contratações, ao que parece, do trabalho de ourives da prata: além da encomenda a Manuel Dias dos esplendores de prata para a imagem de São José, no

¹³³ IPHAN/PE, *Livro de Receitas e Despesas*, p.89.

¹³⁴ Ibidem, p.41v-96v.

¹³⁵ Ibidem, p.18-76v. Não conseguimos identificar quando esse serviço foi realizado, mas uma ata da Irmandade de 1798 informa que José de Oliveira Barbosa, que era também inquilino da Irmandade, estaria, nesse mesmo ano, com os seus aluguéis atrasados. Sendo assim, a Irmandade teria dispensado os pagamentos desses aluguéis, em remuneração aos “riscos que o dito tirou para a igreja e de toda a obra como seja da talha da capela-mor e frontispício, porta principal e púlpito e o mais que precisava”. Ver em: MELLO, José Antônio Gonsalves de. “Alguns aditamentos e correções”. In: COSTA, F.A. Pereira da. *Anais Pernambucanos*. vl 6. Recife: FUNDARPE, 1984, p.589-590. Devido às más condições de parte desta documentação, não conseguimos confirmar tal informação.

ano de 1754, ano de abertura da igreja do Patriarca ao culto, os confrades registraram uma “despeza que fiz pera se pagar assocenas de prata do nosso Santo”. Anos depois, em 1771, aparece uma “despeza *que* fez com o conserto das flores de prata do Sancto”. Já em 1775, a encomenda foi ao sineiro, pois, neste ano, a Irmandade decide substituir o seu velho sino, que fora comprado em 1754, por um novo: “[Ao] Sineiro Manuel Vicente de Resto do Sino”, e, logo abaixo, registra-se a “(...) despeza que fiz com os pretos que carregarão os Sino Velho *para* a Caza do Sinero e troxero o novo”.¹³⁶

Do ano de 1780 ao ano de 1781, os confrades estavam ocupados com a pintura do altar-mor. Desta feita, gastaram com tintas, óleo, com o trabalho de pintores e com madeira para fazer os andaimes em que estes iriam trabalhar: “*Pelo* que dei ao Pintor *para* comprar oLeo”; “ao Pintor de Pratiar dois ramalhetes”; “*Pelo* que se fez de gasto com tintas e Pintor no Altar Mor”. No ano seguinte, o altar ainda estava em obras, havendo a necessidade de se contratar o serviço de cavouqueiro: “*Pelo* que se deo ao Caboqueiro Pampulha de Cortar hua pedra grande”; *Pelo* que se deo ao dito Caboqueiro de duas pedras que [buscou] para as obras”.¹³⁷

Entre os anos de 1782 e 1783, os confrades decidiram colocar uma cruz no altar, e, em consequência disto, despenderam, além de alguns milhares de réis por “hua cruz para o Altar e seu coração”, 3.360 réis “*Pelo que* se deo pelo dourado e prateado da dita Cruz” e 240 réis por “hua coroa de espinhos para o meyo do coração”. Também compraram de Feliciano de Almeida Vila Nova um par de custódias e encomendaram dois pares de ramalhetes compridos ao Mestre Simão Entalhador, pagando os confrades, ainda, 3.900 réis, “*Pelo* que se deo de Pratiar ditas costodias e Ramalhates”.¹³⁸

Outras tantas irmandades leigas e ordens terceiras contribuiram, juntamente com a Irmandade do Patriarca São José, para o aquecimento do mercado de trabalho de artífices no Recife setecentista. A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, por exemplo, contratou, entre os anos de 1722 e 1723, o pedreiro Antônio Gomes para a feitura de uma torre de pedra, para rebocar e fazer uma parede e pela feitura de umas soleiras. Dez anos mais tarde, essa irmandade também teria contratado o trabalho do carpinteiro e futuro confrade de

¹³⁶Todas estas informações estão contidas em IPHAN/PE, *Livro de Receitas e Despesas*, p.15-56.

¹³⁷Ibidem, p.18-89v. Em Bluteau, “cavoqueiro” é aquele que faz “cavoucos”, ou seja, buracos que são feitos com uma espécie de alavanca, o qual se enche de pólvora para arrebentar a pedra. No Inventário do IPHAN, encontra-se a seguinte observação sobre os cavouqueiros: “Oficiais que extraíam pedras das suas jazidas ou dos arrecifes da beira-mar (...), matéria-prima para a execução das obras de alvenaria e cantaria.” Ver em: IPHAN, “Igreja de São José do Ribamar”, op. cit., vl.1, 2004, p.19.

¹³⁸IPHAN/PE, *Livro de Receitas e Despesas*, p.89v.

São José, Bernardo Ribeiro, para o conserto de portas de casas localizadas na Rua da Praia e também pela feitura de duas janelas.¹³⁹

Em 1728, a Irmandade de São Pedro dos Clérigos deu início à construção de sua igreja, encomendando, assim, a sua planta ao renomado mestre-pedreiro, Manuel Ferreira Jácome. A pintura do forro, dos arcos, cornijas e do coro foi confiada ao, também renomado, pintor João de Deus e Sepúlveda; e o pintor Inácio de Melo e Albuquerque foi o responsável pela pintura de alguns painéis decorativos. Contratou-se também profissionais para a entalha e douramento da igreja, assim como os serviços do pedreiro e confrade de São José, Francisco Nunes Soares, para iniciar as obras da segunda torre da igreja no ano de 1758. O mobiliário de sua sacristia teria ficado a cargo de José Gomes de Figueiredo, cujo contrato com a dita irmandade teria sido feito em 1787.¹⁴⁰

Entre os anos de 1753 e 1754, o mestre-pedreiro e confrade de São José, Antônio do Rosário [Aranda], aparece recebendo o pagamento pelo trabalho “de suas mãos e serventes e oficiais de pedreiro” em uma obra na Igreja do Corpo Santo. Em 1762, a contratante foi a Ordem Terceira de São Francisco, que teria pago ao mestre-pedreiro o valor de 3.600 réis pelo trabalho “de fazer a capela de 7 dias e ½ à razão de 480 rs”. A Ordem Terceira de São Francisco também teria contratado outros artífices confrades de São José, entre eles: Joaquim da Silva, pedreiro, por obra que fez em quatro janelas em 1764; e o pedreiro Felipe de Mendonça Santiago, para fazer, em 1774, cinco moradas de casas térreas de pedra e cal, em um terreno que ficava no muro da dita Ordem. Já em 1792, aparece a Ordem Terceira de São Francisco pagando ao profissional de cantaria, José Rodrigues, pela feitura de uma pia de pedra para água benta e por abrir rasgos para algumas janelas.¹⁴¹

A Irmandade do Santíssimo Sacramento também nesse período deu início à construção da igreja, que em 1789 viria a ser a Igreja Matriz de Santo Antônio. Depois de arrematar o antigo prédio da casa da pólvora, em sítio próximo à Igreja do Hospital de Nossa Senhora do

¹³⁹Roberto A. Dantas de Araújo, *O ofício da construção na cidade colonial: organização, materiais e técnicas* (o caso pernambucano), v1, Tese de Doutorado, São Paulo: FAU/USP, 2002, p.132-133. Esses dados encontram-se na tese de doutorado desse autor, resultado de sua pesquisa sobre a organização dos ofícios da construção em Pernambuco. Entretanto, encontramos alguns equívocos de transcrição na documentação referente à Irmandade do Patriarca São José dos Quatro Ofícios Anexos, principalmente, na transcrição de alguns nomes próprios. Também nos deparamos, algumas vezes, com a falta de referência de alguns documentos citados pelo autor. Desse modo, faz-se necessário informar ao leitor que não sabemos de que maneira esses dados foram recolhidos e analisados. Todavia, pela importância dos dados apresentados por Araújo em sua tese e diante da quantidade diminuta de documentação sobre o tema, nos utilizamos deles aqui neste trabalho. Evidentemente que isto feito com o devido cuidado e atenção, verificando referências, cruzando informações e buscando, sempre que possível, confirmar tais dados.

¹⁴⁰Ver em: Francisco A. Pereira da Costa, op.cit., vl6, 1984, p.392-394; e Roberto A. Dantas de Araújo, op.cit., p.139.

¹⁴¹Roberto A. Dantas de Araújo, op.cit., p.134 e 138.

Paraíso, a dita irmandade se empenhou na construção do templo, concluindo, já em 1765, o corpo da igreja e da capela-mor, como também as duas dependências e fachadas exteriores. Profissionais carpinteiros e pedreiros – como o pedreiro Antônio da Costa em 1791 – foram contratados, além de entalhadores, douradores e outros. Manuel de Jesus Pinto teria sido o responsável pela pintura e douração da entalha e frisos de toda a igreja e os trabalhos de cantaria do frontispício atribuídos a Felipe Alexandre da Silva, mestre-entalhador.¹⁴²

Muitos destes artífices, quando não se encontravam trabalhando nos diversos canteiros de obras da vila, estavam em suas oficinas ou lojas tentando dar conta das encomendas. Ruas inteiras abrigavam esse tipo de estabelecimento e, geralmente, profissionais de cada especialidade se juntavam em uma determinada rua, muitas delas batizadas com os nomes dos respectivos ofícios que abrigava. Para Gilberto Freyre,

As ruas, parece que tiveram nas cidades mais antigas do Brasil seu vago caráter sindicalista ou medievalista, em umas se achando estabelecidos, se não exclusivamente, de preferência, certa ordem de mecânicos, em outras, os negociantes de certo gênero – carne ou peixe, por exemplo (...). Os nomes mais antigos de ruas acusam sobrevivência, no Brasil, do sindicalismo ou do medievalismo das cidades portuguesas. Rua dos Toneleiros. Beco dos ferreiros. Rua dos pescadores (...). Rua dos ourives (...).¹⁴³

Segundo Fernand Braudel, esses arruamentos teriam sido originados a partir do surgimento das feiras nos centros urbanos europeus, onde os mercadores e prestadores de serviços passaram a concentrar suas atividades em ruas e becos específicos, ainda no período medieval.¹⁴⁴ Nas cidades portuguesas, os arruamentos dos mesteres, que era jurisdição da Câmara Municipal, definiam a disposição de cada ofício pelas ruas da cidade, com vistas a facilitar a fiscalização das obras produzidas, a arrecadação de tributos, como também a procura da clientela por serviços e produtos. Cada ofício tinha uma determinada via para o exercício de suas atividades, e, caso houvesse a necessidade de se estender algum desses arruamentos, o próprio Senado regularizava a acomodação dos oficiais em outra via.¹⁴⁵

No caso da América Portuguesa, as ruas comerciais se desenvolveram a partir da segunda metade do século XVII, quando as ruas dos seus maiores centros urbanos passaram a

¹⁴²Ver em: Francisco A. Pereira da Costa, op.cit., vl6, 1984, p.107-110; Leonardo Dantas Silva, op.cit., 2008, p.198-199; e Roberto A. Dantas de Araújo, op.cit., p.138.

¹⁴³Gilberto Freyre, op.cit., 2004, p.146.

¹⁴⁴Fernand Braudel, op.cit., s.d, Tomo II, p.37.

¹⁴⁵Glaydson Gonçalves Matta, *Tradição e modernidade: práticas corporativas e a reforma dos ofícios em Lisboa no século XVIII*, Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: UFF, 2011, p.29.

adquirir importância. De acordo com Nestor Goulart Reis Filho, com o incremento do comércio e o aumento da dinâmica urbana, essas ruas passaram a não servir mais apenas como lugares de passagem, mas também como lugares de permanência, de contato, de discussão e de reuniões comerciais. Tanto que, a partir desse período, adquiriram elas uma nova importância plástica, passando a serem feitas, assim como as casas fixadas em seu espaço, com o intuito de serem vistas pelos que nelas permaneciam ou circulavam, tornando-se objeto de cuidados.¹⁴⁶

Assim observamos acontecer na vila do Recife durante o setecentos. Vivenciando um contexto de intensa expansão urbana, o alargamento verificado nas suas redes comerciais, percebido pelo plano de embelezamento plástico da urbe – plano que mostramos no início deste tópico –, pelas numerosas contratações de artífices diversos e também pela organização desses arruamentos de ofícios, indica que essa centúria, considerada a era de ouro do Recife, sustentou-se na expansão do comércio, na expansão das redes de trocas, indo ao encontro do que Fernand Braudel afirma sobre a expansão do comércio e o acúmulo do capital na Época Moderna. Segundo ele:

Poder-se-ia dizer que as cidades e a moeda fabricaram a modernidade; mas também, (...) que a modernidade, a massa em movimento da vida dos homens, impeliu para diante a expansão da moeda, construiu a tirania das cidades. Cidades e moedas são, ao mesmo tempo, motores e indicadores; elas provocam e assinalam a mudança. São também a consequência desta.¹⁴⁷

São escassos os dados e informações acerca do funcionamento e organização desses arruamentos no Recife Colonial, de fato assim é. Dos arruamentos que existiram na vila, conseguimos identificar alguns poucos, tendo uns coexistidos e outros não. Havia a rua dos Ferreiros, existente desde o século XVII e a rua dos Calafates, também antiga, pertencente, inclusive, ao perímetro das construções holandesas, mas já em 1767 com outra denominação. Também havia a rua dos Carvoeiros, anteriormente chamada de rua da Casa da Pólvora e onde se encontra hoje a Igreja Matriz de Santo Antônio; a rua dos Tanoeiros, localizada entre a Lingueta e a rua do Bom Jesus; e as ruas dos Barbeiros, dos Ourives e dos Caldeireiros, cujos registros aparecem existindo no oitocentos.¹⁴⁸

Muitos dos artífices da vila possuíam tendas, oficinas e lojas, possivelmente localizadas nesses arruamentos, como é possível perscrutar a partir das minguadas

¹⁴⁶Nestor Goulart Reis Filho, op.cit., p.134-138.

¹⁴⁷Fernand Braudel, *A dinâmica do Capitalismo*, Rio de Janeiro: Rocco, 1987, p.19.

¹⁴⁸Ver em: COSTA, Francisco A. Pereira da. *Anais Pernambucanos*. 10v. Recife: FUNDARPE, 1983-1985.

informações, e isto não se pode esquecer. Assim, nelas, eles faziam seus negócios e legitimavam hierarquias. Eram nesses locais que as identidades de grupo eram forjadas, onde os conflitos se desenrolavam e as estratégias de burla à fiscalização da administração colonial eram previamente traçadas ou inventadas ao “sabor” dos acontecimentos. Nelas, tornavam-se mais inteligíveis as regras de como se viver na *Res publica* e qual era o papel de cada um naquela sociedade.

Regras e burlas fiscais, como veio a acontecer com Domingos Pires Ferreira – possivelmente comerciante – e Manuel Pereira, no ano de 1762. Ao terem notícias, ao que parece, que os oficiais da Câmara fariam inspeção nas lojas da vila, resolveram fechar seus estabelecimentos neste dia. Por causa disto, em 26 de junho do dito ano, os dois foram notificados,

para apresentarem os papeis de licenças e aferimentos de que tinham suas logeas abertas pelas terem fechadas no dia da correição geral e sendo apregoados apareceram e pelo dito Manoel Pereira foi dito não ter licença em seu nome mas sim continuar ele com a que tinha tirado José Furtado que assistiu na mesma logea o que visto pelo dito Senado o houve condenado em seis mil reis e ouvido a Domingos Pires Ferreira declarou não ter licença nem aferição mas sim que tinha um caixeiro na logea para o qual tirou licença no mesmo dia o que visto e ouvido pelo dito Senado o houve por condenado em seis mil réis por cada uma das faltas (...).¹⁴⁹

Como visto, a administração colonial não se fazia ausente na organização do espaço urbano do Recife, tampouco na organização do trabalho dos artífices que lá trabalhavam. A própria existência de burlas – ou de tentativas delas, como mostra o exemplo acima – é um indicativo de que a Coroa se fazia presente na gerência da urbe. Tal presença poderia se dar por vários meios, principalmente por meio da câmara municipal, que, como uma espécie de mediadora mais instantânea entre a população e o poder metropolitano – entre outras coisas –, transmitia as regras do viver no espaço urbano, fiscalizando o seu cumprimento. Trataremos melhor disso no decorrer deste trabalho.

Note-se, entretanto, que cabia à Câmara não apenas regular, fiscalizar e punir, como acima foi mencionado. Essa entidade maior da administração colonial corporifica, igualmente, o papel de propulsora da expansão urbana do Recife, figurando como uma das principais contratantes dos trabalhos dos artífices, e contribuindo, juntamente com as irmandades leigas

¹⁴⁹“Atas da Câmara Municipal do Recife”, *Revista Arquivos*, n.1, Recife: Secretaria de Educação e Cultura, dezembro de 1976, p. 47-48.

e ordens religiosas, para o aumento do mercado de trabalho existente na vila nesses tempos. Quer dizer, entra nos jogos das trocas e na dinâmica do capitalismo, como refere Braudel.

Exemplo de tal papel, podemos constatar no caso do Capitão General Luiz José Correia de Sá, na época em que foi governador da capitania de Pernambuco, que teria empreendido algumas obras de reparo e manutenção ou mesmo obras novas na vila do Recife e vizinhanças. Em seu diário, encontramos o registro de algumas delas, como as obras das pontes de Afogados e Motocolombó em 1750, que ainda aparecem sendo executadas nos anos seguintes; e em 16 de março de 1751 há o registro da ida de Correia de Sá “à fortaleza do Brum ver as obras das casas que mandei fazer para a pólvora”, estas prontas e estabelecidas neste sítio já no ano seguinte.¹⁵⁰

Em julho de 1751, devido a um dano no bardo junto à ponte do Varadouro causado pelo Rio Beberibe, o dito governador aparece tratando do conserto, como registrou em seu diário: “Fui assistir à tapagem do arrombamento do bardo do Rio Beberibe, em cujo trabalho assistiram mais de 600 pessoas de serviço e, suposto que neste dia se tapou a água, para ficar com mais segurança, mandei ficar a mesma gente para o dia seguinte (...)”.¹⁵¹ Em primeiro de fevereiro de 1752, o governador teria dado início a uma obra na ponte nova da Boa Vista – tida como nova, pois reedificada durante o governo de Henrique Luís Pereira Freire, e em 23 de setembro desse ano, este teria ido ao Forte do Mar, juntamente com o capitão-engenheiro, tratar do reparo da ruína que o mar fizera no recife de pedras e do reparo de um pegão e ruína na ponte do Recife.¹⁵²

Já em julho de 1753, as energias de Correia de Sá estavam concentradas no conserto do palácio do Bispo, localizado na rua Nova em Olinda, que estava quase em ruínas e incapaz de ser habitado. Desta feita, no dia 8 do dito mês, teria o governador ido juntamente “com o Provedor da Fazenda e mais oficiais, engenheiro, mestres carpinteiros e pedreiros ver o Palácio do Bispo, para o conserto que el-Rei mandou fazer (...)”.¹⁵³ Essa obra foi arrematada apenas um ano depois, procedendo-se a vistoria do local no dia 16 de agosto de 1754, pelo Capitão da Infantaria com exercício de engenheiro Antônio José de Lemos, pelo Mestre do Trem Felix de Cantalício, pelo Juiz do ofício de pedreiro Teotônio Ferreira dos Reis, e pelo mestre do mesmo ofício Paulo Luis Fiesco, estes dois últimos confrades de São José.¹⁵⁴

¹⁵⁰“O Diário do Governador Correia de Sá 1749 a 1756”, op.cit., p.58 e 88.

¹⁵¹Ibidem, p.108.

¹⁵²Ibidem, p.129 e 160. A nível de esclarecer o leitor, em Bluteau, “pegão” aparece como uma obra de pedra e cal que sustenta a coluna exterior de um arco ou de uma abóbada.

¹⁵³Ibidem, p.195.

¹⁵⁴Ibidem, p.359.

Em 1764, é a câmara municipal do Recife que encontramos mandando fixar editais para arrematação de obras na vila. Em ata de vereação de 25 de janeiro, os vereadores registram que “(...) se mandou arrematar a obra do reparo da cadeia pela necessidade em que se achava ao Mestre Pedreiro Felix Vieira Franco”, este também confrade de São José. Anos mais tarde, em setembro de 1771, andaram os oficiais da Câmara em praça, “a quem por menos fizesse a imagem da Sra. Santa Isabel”, e, no mês seguinte, “arremataram em praça a imagem de madeira da Senhora Santa Isabel pelo preço de dezesseis mil e novecentos réis ao escultor Francisco Muniz Neves”. Em dezembro desse mesmo ano, foi a vez da Câmara arrematar a obra de pintura de sua própria sede, esta arrematada ao pintor José Marcos Cardoso.¹⁵⁵

O Governador D. Tomás José de Melo, já citado no caso das arrematações das âncoras na praia de São José, também foi responsável pelo empreendimento de várias obras de melhoramentos na vila do Recife. Entre essas obras, está a instalação de um mercado público na Praça da Polé, futura Praça da Independência, que teve que ser reformada para tal finalidade. A inauguração da praça teria acontecido em 21 de setembro de 1788, e, de acordo com Pereira da Costa:

A nova praça, formando um trapézio irregular (...) era formada por sessenta e duas casinhas, uniformemente construídas, com um alpendre corrido, que descansava sobre uma arcaria, correspondendo cada arco uma casinha (...). As casinhas da praça foram tôdas alugadas para estabelecimentos comerciais e quitandas, assegurando desde logo uma renda anual de 900\$000, de modo que a municipalidade, não sòmente se desempenhou logo do seu compromisso, como ficou daí por diante com uma nova fonte de renda para fazer face aos seus encargos.¹⁵⁶

Por esse tempo, D. Tomás também deu conta da construção da Casa dos Expostos e do Hospital dos Lázaros, como da reconstrução do Aterro de Afogados, que, por seu estado naquela época, dificultava a comunicação do Recife com o interior da capitania naquele ponto. Ele também teria tratado da instalação de um mercado público de carnes e peixes na rua do Hospício da Penha, bem ao pé da Igreja de São José, com todos os edifícios necessários para atender o tal mercado, e, ainda, construído uma ferraria para o conserto de armas e outros trabalhos públicos, regularizado as calçadas dos prédios e calçado ruas.¹⁵⁷

¹⁵⁵“Atas da Câmara Municipal do Recife”, *Revista Arquivo*, n.4, Recife: Secretaria de Educação e Cultura, outubro de 1985, p.29-206.

¹⁵⁶Francisco A. Pereira da Costa, op.cit., v16, 1984, p.139.

¹⁵⁷Ibidem, p.470.

Ademais os diferentes tipos de empreendimentos que vimos até o momento, e que teriam fomentado o mercado de trabalho na vila do Recife, há também nesse período um movimento crescente de reapropriação e ressignificação de monumentos e de alguns espaços já existentes na recém-criada vila, o que também teria demandado a contratação de profissionais especializados. Assim aconteceu com as construções que demarcavam as entradas do Recife, chamadas na época de “portas”. Essas “portas” teriam sido construídas no período holandês, obedecendo à relevância que os conquistadores flamengos atribuíam à defesa da cidade. Com o tempo, elas passaram a ter seus significados modificados sob pressão das lutas simbólicas que acompanharam as lutas dos exércitos e dos governos, e, assim, foram reconfiguradas e reapropriadas.¹⁵⁸

Conta Pereira da Costa que as “portas” existentes na ponte do Recife, depois de demolidas, teriam sido substituídas por dois arcos de cantaria, de igual arquitetura e disposições, colocados em cada um dos lados da dita ponte. Nesses arcos foram construídos nichos onde foram colocadas uma imagem de Nossa Senhora da Conceição, padroeira do reino, no lado da ponte que ficava a ilha do Recife, e uma imagem de Santo Antônio, padroeiro de Pernambuco, no lado da ilha de Santo Antônio.¹⁵⁹ O artista responsável em fazer essas imagens foi o entalhador João Pereira, que teria firmado um termo em 11 de agosto de 1746, na presença do então governador Marcos Noronha, no qual se comprometeu em entregar, pelo pagamento de 22.500 réis, as duas imagens de pedra, sob pena de prisão e de as mandar fazer à sua custa, caso não cumprisse com o combinado. Alguns anos mais tarde, a câmara municipal da vila do Recife decide construir uma capela em prolongamento ao arco da Conceição e erigir uma confraria, para que esta assumisse os encargos da administração da capela e de seu culto.¹⁶⁰

Outro exemplo de reapropriação dos monumentos e espaços do Recife e que vale ser citado aqui, é o caso do Forte do Matos. Construído em fins do século XVII e já arruinado e sem serventia no século XVIII, a reutilização deste forte foi considerada pela administração colonial em diversos projetos. Entre os quais, encontramos em 1748 a determinação do

¹⁵⁸Raimundo Arrais, op.cit., p.130-131.

¹⁵⁹Segundo Pereira da Costa, o arco de Santo Antônio marcava os limites da primitiva ponte de construção holandesa, e um modesto padrão levantado às glórias e tradições e às lutas da memorável campanha contra o invasor batavo, como indicava a inscrição aberta em pedra sobre o frontão da fachada: “No ano de 1743 reinando o muito alto e poderoso rei d. João V. N.S., arruinando-se esta ponte, foi reconstruída por iniciativa do exmo. governador Henrique Luís Vieira Freire, com o donativo generoso que para ela deram os três estados desta capitania, clero, nobreza e povo, e para memória de sua generosidade e valor com que os mesmos estados no ano de 1654 restauraram a sobredita capitania e tiraram do audacioso inimigo holandês, se erigiu este padrão”. Ver em: Francisco A. Pereira da Costa, op. cit., vl6, 1984, p.330.

¹⁶⁰Francisco A. Pereira da Costa, op.cit., vl6,1984, p.328-329.

Conselho Ultramarino de se fazer ali uma nova casa de pólvora, o que não foi realizado, sendo o Aterro da Boa Vista o local escolhido.¹⁶¹ Em 1761, encontramos o forte sendo utilizado pela Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, tendo em vista que a dita companhia teria pago, em primeiro de abril deste ano, a quantia de 198.400 réis pelo serviço do mestre-pedreiro Francisco Telles de Menezes, “pela obra que fes por ajuste no Armazem do Forte dos Matos como *parte*”; e em 23 de julho, ao mestre-carpinteiro Antônio José, “da Factura das portas do Armazem do forte do Mato *que* serve de alujamento dos *petrechoz* dos Navios”.¹⁶²

Entretanto, o projeto mais conhecido para o Forte dos Matos, que, inclusive, foi motivo de querelas e discussões, foi o projeto da utilização de seu espaço para o estabelecimento da nova alfândega do Recife. Em 02 de março de 1733, o Conselho Ultramarino discorre sobre o pedido que teria feito o então governador da capitania de Pernambuco, Duarte Sodré Pereira Tibão, para utilização das estruturas do dito forte para tal finalidade:

O governador e capitão general da capitania de Pernambuco, Duarte Sodré Pereira fêz presente a Vossa Majestade que era conveniente ao serviço de Vossa Majestade, e bem comum construir-se uma nova Alfândega no sítio chamado forte do Matos, por ter boa suficiência para esta obra e por não haver Alfândega naquela praça, sendo preciso mandar-se fazer, porquanto a que serve estava dividida em dois armazéns distantes um do outro mais de um tiro de espingarda, com muita má arrecadação por esta divisão, e apontou as mais razões que se lhe ofereciam para que esta nova obra se fizesse, remetendo documentos e um mapa dela.¹⁶³

Apesar desse projeto não ter se concretizado, muitas propostas foram enviadas à Coroa com esse intuito, juntamente com plantas contendo projetos de engenharia, com vistas a reformá-lo para o que seria a sua nova função. Uma planta enviada ao Conselho Ultramarino na década de 1730 (**Fig.11**), por exemplo, consta uma avaliação feita por engenheiros militares sobre como se poderia aproveitar a estrutura do forte para a nova alfândega, juntamente com o orçamento para a dita obra feito por alguns artífices da vila: “Avaliamos toda esta obra assim de pedreyro, como de carpinteyro e ferreyro, segundo o orçamento que

¹⁶¹Ibidem, p.73-74.

¹⁶²Cf. Lisboa, Arquivo Nacional Torre do Tombo, *Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba*, Livro 525, p.137 e 175. Daqui para frente, o presente documento será citado da seguinte forma: A.N.T.T., *Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba*, e a página correspondente da citação feita.

¹⁶³“Consultas do Conselho Ultramarino/Capitanias do Norte (1716-1746)”, *Documentos Históricos*, vl.100, Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1953, p.104-105.

della fizemos pelos preços que nos parecerão Racionaveis em vinte contos, vinte e oyto mil novecentos e sessenta Reis”.¹⁶⁴

Desse modo, encontramos, durante todo o setecentos, artífices dos mais diversos ofícios trabalhando em diferentes pontos da vila do Recife. De obras novas a obras de reparo, manutenção, ou de reformas objetivando novos significados, assim como da prestação de serviços simples a prestação de serviços mais complexos, os trabalhadores encontram, nesse período, um mercado de trabalho aquecido, que aparece absorvendo a oferta de mão de obra existente, como também gerando sua procura. E, paralelamente a isto, para que muitos desses trabalhadores pudessem dar conta dos tantos serviços e encomendas que apareciam, estes também puderam contar com um mercado de produtos e serviços que atendia, pelo menos minimamente, o exercício cotidiano de seus ofícios. Como pontuou Fernand Braudel:

Onde quer que se situe, uma cidade implica sempre um certo número de realidades e de processos, com regularidades evidentes. Não há cidade sem divisão obrigatória do trabalho e não há divisão do trabalho um pouco avançada sem a intervenção de uma cidade. Não há cidade sem mercado e não há mercados regionais ou nacionais sem cidades. Fala-se muitas vezes do papel da cidade no desenvolvimento e na diversificação do consumo, mas muito raramente do facto, aliás importantíssimo, de o mais pobre dos cidadãos passar obrigatoriamente pelo abastecimento do mercado, do facto de a cidade, em geral, generalizar o mercado.¹⁶⁵

A Irmandade do Patriarca São José, por exemplo, além de importante contratante de serviços de diferentes profissionais, juntamente com outras irmandades e ordens terceiras, despendeu, durante o setecentos, significativas somas com a compra de variados produtos, principalmente com a compra de materiais para a construção da igreja de seu patriarca. Em seu livro primeiro de contas, consta a compra de cordas, cabos, pregos, tábuas e diferentes tipos de madeira, de cal, de telhas, tijolos, pedras, entre outros produtos. Diante disso, como tinham eles acesso ao material para a realização de seu trabalho? Onde eles compravam esses produtos? Quem os fornecia?

No que se refere à madeira, por exemplo, a Irmandade foi consumidora assídua de taboados e de madeiras de diversos tipos, como cedro, sucupira, louro, entre outras. Seus usos pelos confrades foram os mais diversos, podendo ser utilizada desde na estrutura das edificações até na feitura de andaimes. Sabe-se que no início do século XVIII a capitania de

¹⁶⁴Cf. Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, *Planta do novo edifício da Alfândega de Pernambuco, no forte do Matos/João de Macedo Corte Real, Diogo da Sylveyra Vellozo, 1730*, Cartografia, Pernambuco, D.894.

¹⁶⁵Fernand Braudel, op.cit., s.d., Tomo I, p. 423.

Pernambuco era detentora de boas madeiras, como mostra uma carta de 1715, escrita pelo vice-rei Marquês de Angeja, ao então governador de Pernambuco, Dom Lourenço de Almeida, comunicando ao dito que estava informado que “essa Capitania é também abundante de muitas e boas madeiras, especialmente no Distrito de Tamandaré (...)”.¹⁶⁶

Sabe-se também que no começo desse século as matas de Camaragibe, distante alguns quilômetros do Recife, ainda era farta em boas árvores, e era lá onde o empreiteiro Antônio Fernandes de Matos extraía esse produto para os seus empreendimentos.¹⁶⁷ No livro de contas da Irmandade encontramos registros de pagamentos pela compra de madeira, indicando que ela, pelo menos em estado pronto para uso, era obtida por meio de fornecedores. Assim, em 1755, consta uma despesa que fez a Irmandade “en pagar a Nicolao do rego de resto que Se lhe devia de madeira que vendeo para a nossa Igreja”.¹⁶⁸ O mesmo Nicolau do Rego aparece, em 1776, recebendo da Ordem Terceira de São Francisco a quantia de 131.505 réis, “por conta da madeira que está fazendo para o conserto do telhado da nossa capela (...) e 108\$495 pelo resto da madeira que fez para o conserto da capela”.¹⁶⁹

A pedra também foi consumida assiduamente pela Irmandade durante a construção da igreja de seu patriarca, principalmente aquelas destinadas à alvenaria e à cantaria. Ao que tudo indica, depois de retiradas e cortadas, as pedras eram transportadas em jangadas – como a maioria dos produtos – das pedreiras até o Recife e deixadas na praia. Dali eram levadas por serventes ao telheiro do canteiro de obras da igreja,¹⁷⁰ como sugere algumas despesas registradas pela Irmandade: “despeza que fiz com Varias Balças de Alvenaria e pedras de Cantaria”; “Pelo que despendi com 96 Balsas de Alvenaria cada hua a 320”; “Pelo que despendi como o que paguey ao Ajudante dos dias que se ocupou na pedreira”; “[Por] quatro Pretos que conduzirão duas pedras da praia ao [Telheiro]”.¹⁷¹

Havia, ao menos, duas pedreiras que abasteciam os consumidores do Recife: a da Barreta, localizada nas proximidades do atual bairro do Pina;¹⁷² e a de Nazaré, localizada atualmente na cidade do Cabo de Santo Agostinho. Conta Pereira da Costa que a pedreira de

¹⁶⁶“Correspondencia dos Governadores Gerais (1704-1714)”, *Documentos Históricos*, vl.40, Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1938, p.28.

¹⁶⁷José Antônio Gonsalves de Mello, *Um mascate e o Recife: a vida de Antônio Fernandes de Matos no período de 1671-1701*, Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981, p.23.

¹⁶⁸IPHAN/PE, *Livro de Receitas e Despesas*, p.17.

¹⁶⁹Roberto A. Dantas de Araújo, op.cit., p.136.

¹⁷⁰IPHAN, “Igreja de São José do Ribamar”, op. cit., vl.1, 2004, p.34.

¹⁷¹IPHAN/PE, *Livro de Receitas e Despesas*, p.12-81. Segundo Bluteau, “telheiro” é uma espécie de telhado de uma ou duas águas de telha, onde trabalham abrigados os canteiros.

¹⁷²Segundo Pereira da Costa, a Barreta estava localizada na Praia da Candelária, cuja propriedade ia desde do pontal do Pina até a povoação da Candelária, atual bairro de Candeias. Ver em: Francisco A. Pereira da Costa, op.cit., vl.5, 1983, p.107.

Nazaré era a que fornecia as pedras de melhor qualidade,¹⁷³ e, de acordo com estudo do IPHAN, muito possivelmente, era lá que, na maioria das vezes, os confrades de São José obtinham este produto.¹⁷⁴

Os confrades da Irmandade do Patriarca São José também gastaram somas significativas com “tijolos de alvenaria”, “com tigolos e Barro e frete a canoa *para* o Ladrão”, “com a compra de 300 tigolos quadrados para ladrilho da Capela Mor”, “com a compra de 200 telhas *para* retelhar a Igreja, e as cazas”¹⁷⁵, entre outros gastos com este tipo de produto. De acordo com Pereira da Costa, por volta da década de 1780, havia na rua Florentina, localizada no bairro de Santo Antônio, uma grande olaria, que, “além do fabrico de tijolos e telhas, ocupava-se também no de louça de barro, vidrada ou não. O estabelecimento deitava os fundos para o rio, e ainda trabalhava em 1833 (...)”.¹⁷⁶

Não conseguimos identificar se essa olaria específica era fornecedora da Irmandade de São José. O que sabemos, no entanto, é que a dita irmandade comprava esse produto a José Venâncio, dono de uma olaria na época. Assim, encontramos no livro de contas da Irmandade um registro feito entre os anos de 1781 a 1782, “*Pelo* que paguei o frete da canoa que foi buscar tijolo na olaria do Doutor Joze Venancio”. Um ano depois também encontramos os seguintes registros: “Pela Esmolla *que* se cobrou *para* as obras que deixou o defunto Manuel Pereira e se passou dito *dinheiro para* mão do Doutor Joze Venancio para tijolos de sua olaria”; e a saída de 50 mil réis, “*Pelo* que se deo ao Doutor Joze Venancio de dois milheiros e meyo de tijolos da sua olaria e fretes (...)”.¹⁷⁷

Pelas compras feitas pela Irmandade do Patriarca São José no período em que esteve ocupada com a construção da igreja de seu patriarca, é possível vislumbrar um mercado existente na vila do Recife que atendia, pelo menos minimamente, as demandas por materiais para a realização dos ofícios de seus confrades. No tocante aos artífices de outros ofícios, encontramos, por exemplo, a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, fornecendo alguns produtos a esses profissionais. É o caso do juiz do ofício de sapateiro, Manuel de Souza Tavares, que, em 3 de junho de 1760, teria comprado à dita companhia, “fio de sapateiro, cordovão, carneiras brancas e vermelhas *que* se venderão nesse dia a *Dinheiro*, de contado (...)”, e em 12 de março do ano seguinte, aparece o seguinte registro feito no livro de contas

¹⁷³Francisco A. Pereira da Costa, op.cit., vl.6, 1984, p.110.

¹⁷⁴IPHAN, “Igreja de São José do Ribamar”, op. cit., vl.1, 2004, p.34.

¹⁷⁵IPHAN/PE, *Livro de Receitas e Despesas*, p.32-63.

¹⁷⁶Francisco A. Pereira da Costa, op.cit., vl.6, 1984, p.455.

¹⁷⁷IPHAN/PE, *Livro de Receitas e Despesas*, p.81-89v.

da Companhia: “Manuel de Souza Tavares Iuiz do officio de çapateiro os diversos generos Do seu officio (...) 595\$471”.¹⁷⁸

Outros artífices também aparecem com contas abertas nos registros de contas da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba. Entre eles, encontramos o já citado mestre-carpinteiro Antônio José, o dourador Manuel da Silva, e os mestres-ferreiros Ventura Coelho, Manuel Gomes da Costa, Remígio da Costa de Jesus, que, em 25 de abril de 1761, aparece devendo a quantia de 91.360 réis “de ferro que recebeo neste dia como parte” e “de meynos pezos a balança como parte”, e, ainda, João de Barros Correia, que, em 18 de setembro deste ano, aparece devendo à dita companhia 66.291 réis “de ferro que recebeu como parte”.¹⁷⁹

Assim, tratamos aqui como a expansão urbana e o aquecimento do setor construtivo vivenciados pelo Recife no setecentos também teriam estimulado o mercado de trabalho da vila, que passou a demandar uma oferta maior do trabalho de diferentes tipos de profissionais, possibilitando, por esta época, que alguns ofícios se estabelecessem e se organizassem, e contribuindo para uma maior diversificação de serviços prestados e de produtos disponíveis no espaço urbano da vila. O universo laboral do Recife foi ampliado, e, portanto, ampliados também as relações profissionais, as solidariedades, as negociações, os conflitos e as alianças entre os diversos ofícios existentes, que aconteciam nos diferentes espaços da vila, como as oficinas, as lojas, os canteiros de obras, as praças ou mesmo as ruas, fossem estas destinadas à acomodação de profissionais ou não.

Dessa forma, o Recife que nos deparamos por esses tempos é um Recife em crescimento, mas também em constante movimento, transformação e agitação. O trabalho “invadira” o espaço urbano da vila e, junto com ele, também os seus executores. Podia-se encontrar em suas ruas, por exemplo, a lavadeira a caminho da entrega da roupa limpa para os seus clientes, o alfaiate em sua loja medindo um pedaço de tecido que iria trabalhar, o ferreiro em sua oficina fabricando ferramentas, o canoeiro indo e vindo pelos rios carregando uma quantidade enorme de produtos, o entalhador e o pintor dentro de uma das tantas igrejas produzindo obras belíssimas, e os confrades de São José pendurados em

¹⁷⁸A.N.T.T., *Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba*, p.12 e 130. A Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba teve seus estatutos firmados em 1759. Dessa companhia faziam parte capitalistas e comerciantes de Pernambuco, Lisboa e Porto, e tinha como finalidade explorar o comércio de importação e exportação das capitanias de Pernambuco e Paraíba com a Metrópole. Durante o seu funcionamento, muitas queixas foram dirigidas à Metrópole devido à prática monopolista desta companhia, que, segundo as queixas, beneficiava apenas aos negociantes a ela atrelados, e acarretava prejuízo ao povo. Para mais informações, ver, entre outras obras: ALMEIDA, Érika Simone de. *O fim do monopólio: a extinção da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba (1770-1780)*. Dissertação de Mestrado. Recife: UFPE/CFCH, 2001; CARREIRA, António. *As Companhias Pombalinas*. Lisboa: Ed. Presença, 1982; e RIBEIRO JR., *Colonização e monopólio no Nordeste brasileiro: A Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba (1759-1780)*. São Paulo: Hucitec, 1976.

¹⁷⁹Ibidem, p.149 e 188.

andaimes nos vários edifícios da vila, ou mesmo em suas oficinas dando conta da encomenda de mobiliário ou da feitura de tonéis e pipas que seriam levados abarrotados pela próxima embarcação de partida no porto.

Assim, tec tec tec, pá pá pá, xriiiiiii, entre outros sons deveriam fazer parte do viver no Recife setecentista. Talvez escutados em qualquer canto. Talvez acompanhados por uma conversa, uma negociação ou mesmo acompanhados pelo canto simples e monótono que animava o vai e vem dos negros carregando seus fardos, como contou Tollenare. De agora em diante, fecharemos este capítulo tratando da cultura e religiosidade no Recife nesses tempos, com o intuito de apreender um pouco o ambiente mental em que os confrades de São José estavam inseridos.

1.4 A cultura religiosa no Recife setecentista

O século XVIII é conhecido historicamente como o século das “Luzes”, por ter sido influenciado pelo movimento europeu da Ilustração, quando a razão passa a ser o grande mote. Herdeiros de um conjunto de transformações mentais ocorridos desde o Renascimento Cultural até a crise da consciência europeia do século XVII, homens e mulheres ligados às letras, assim como grupos de intelectuais, ávidos por compreender o mundo e as relações humanas nos quais estavam inseridos, analisam, comparam e experimentam, como também contestam, por meio da razão, todo e qualquer caráter de faculdade inata.¹⁸⁰ A ciência para eles passa a ser a da Natureza, sendo o laboratório criado para operações misteriosas, como cortar, dissecar, observar por microscópio e agitar frascos com substâncias estranhas. Segundo Paul Hazard, “Estamos perante a crítica universal; exerce-se em todos os domínios, na literatura, na moral, na política, na filosofia; ela é a alma desta idade controversa”.¹⁸¹

Todavia, esta é apenas uma das faces do século XVIII no mundo Ocidental no que se refere ao universo das ideias, como, aliás, Paul Hazard enfatiza em seu estudo. A grande massa de homens e mulheres estava fora do círculo dos salões, e permanecia, de modo geral, alheia ao furto realizado pela Natureza, lugar antes ocupado pelo Criador. Massa essa que ainda permaneceria pautada por um mundo comandado pelo sopro onipresente de Deus, com

¹⁸⁰Paul Hazard, *O Pensamento Europeu no século XVIII* (De Montesquieu a Lessing). Lisboa: Editorial Presença, s.d., p.36.

¹⁸¹Ibidem, p.18.

práticas culturais ritmadas pelo compasso religioso e à espera de uma salvação eterna, sobretudo nos lugares cujas monarquias desde o século XVI teriam optado pela Contra-Reforma.¹⁸²

Como na América Portuguesa, onde, para além dos pequenos grupos ligados às letras, os ideais da Ilustração dificilmente foram acessados. Ao analisar os documentos da época, torna-se claro que na vila do Recife, por exemplo, as ideias mais vitais e caras ao movimento das Luzes atingiram uma parcela diminuta de sua população. Quando conseguiam atingir um número maior de pessoas, dava-se por vias diversas e/ou transversais e não de forma sistematizada, tendo em vista, entre outras coisas, as dificuldades na obtenção e na circulação de livros, e ocorrendo, muitas vezes, “ao sabor” de diferentes apropriações e interpretações. Segundo Julita Scarano, na América Portuguesa,

os ideais da Ilustração afetaram apenas as pessoas mais cultas, como os intelectuais das Minas Gerais, mas isso não significa que a população tenha acompanhado ou tomado conhecimento das novas modas culturais, e abandonado suas antigas convicções. O apelo às forças sobrenaturais, a importância da magia e a persistência da crença na existência de um mundo que se sobrepõe a este mundo carnal continuou e manteve sua preponderância no decorrer daquele século e também nos posteriores.¹⁸³

Para Scarano, a ciência e as mudanças na maneira de significar a vida e a Deus não teriam modificado a visão corrente que tinham os luso-americanos de um mundo de enigmas e de mistério envolvendo todas as coisas. As ideias místicas, a religiosidade e a precariedade da vida, a falta de explicação para fenômenos corriqueiros como os astronômicos e os meteorológicos, conta ela, levavam as pessoas a uma busca do espiritual, do mágico, à crença na possibilidade de obter auxílio por diferentes meios.¹⁸⁴

Assim acontecia no Recife setecentista. Sua população se voltava constantemente ao invisível, ao Alto, para significar a vida e a morte, para fazer os seus apelos e receber algum tipo de sinal como ajuda. Tanto que, no dia 5 de março de 1774, teria caído uma tempestade tão forte na vila, repleta de raios e barulhentos trovões, que “assustou-se o povo de tal sorte,

¹⁸²No entanto, deve-se ter em conta a circulação de ideias entre a denominada cultura popular e a cultura erudita e, com isso, a recepção de determinados novos valores nas camadas que se encontram distantes dos espaços de discussão filosófica, como parece ocorrer no Recife setecentista, sobretudo no que se refere a uma certa racionalização do trabalho e na apropriação de um instrumental burocrático-administrativo por parte dos irmãos da Irmandade de São José do Recife, por exemplo. Isto será melhor tratado no capítulo terceiro deste trabalho.

¹⁸³Julita Scarano, *Fé e Milagre: Ex-votos pintados em madeira: Séculos XVIII e XIX*, São Paulo: EDUSP, 2004, p.11.

¹⁸⁴*Ibidem*, p.13.

que começou a praticar devotíssimas procissões; e o do bairro do Recife, invocando a proteção de N.S. da Conceição do Arco da Ponte, atribuiu ao seu patrocínio o aplacar-se a tormenta sem causar dano algum naquele bairro”.¹⁸⁵

Dessa forma, para maior parte da população, principalmente para os grupos subalternos dos quais, por exemplo, faziam parte os oficiais dos quatro ofícios anexos e confrades de São José, a fé é que era soberana e a sabedoria da fé, quase sempre, superava a razão. Segundo Virgínia Assis, na capitania de Pernambuco, até mesmo os “barões do açúcar” não deixavam de prestar sua homenagem a Deus e acreditavam piamente em céu e inferno, no milagre da consubstanciação, em Cristo e na Virgem Maria. São testemunhos de sua fé, a grande quantidade de imagens sacras em suas casas, as narrativas dos milagres, os ex-votos, as inúmeras igrejas construídas sob seus patrocínios, assim como a fundação de irmandades do Santíssimo Sacramento, que, na função processional de levarem o Viático a enfermos e moribundos, seus membros acabavam por cumprir um preceito básico do catolicismo, que seria a última comunhão de Cristo, simbolizando a fé em uma vida futura.¹⁸⁶

A preocupação com o fenômeno da morte era, de fato, algo sempre presente nessa sociedade, pois esse acontecimento independia da vontade de cada um, dependia somente da vontade do Criador. Eles acreditavam na salvação da alma e em uma vida plena no pós-morte. Não aleatoriamente que este tema figura como uma constante nos Compromissos das irmandades leigas da América Portuguesa, pois, eram elas responsáveis, em grande medida, pela encomenda da alma de seus membros por meio de celebrações de missas em seus nomes. E quanto maior fosse o número de missas recebidas pela alma que deixara o corpo, maiores seriam as possibilidades para ela se livrar do fogo eterno do inferno.¹⁸⁷

Essas missas eram levadas tão a sério que os capelães que atendiam as irmandades as registravam em um livro específico. Assim acontecia na Irmandade de São José¹⁸⁸ e em outras, como, por exemplo, na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos do Recife, que registra, em 11 de agosto de 1752, o seguinte: “O Padre Manoel Bernardez da Camara

¹⁸⁵Francisco A. Pereira da Costa, op.cit., vl.6, 1984, p.328.

¹⁸⁶Virgínia Maria Almoedo de Assis, *Pretos e Brancos a serviço de uma ideologia de dominação* (o caso das Irmandades do Recife), Dissertação de Mestrado, Recife: CFCH/UFPE, 1988, p.63-66.

¹⁸⁷Ibidem, p.74. De acordo com Virgínia Assis, quanto mais rica a irmandade, maior o número de missas celebradas. Podemos perceber a disparidade na quantidade de missas celebradas por diferentes grupos sociais nos exemplos da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e do grupo de oficiais capineiros do Recife.

¹⁸⁸Não conseguimos encontrar esse livro de certidões de missas da Irmandade de São José, mas sabemos de sua existência por ter sido citado na documentação referente à administração da dita irmandade. Os registros de missas direcionadas às almas de seus confrades que tivemos acesso encontram-se, principalmente, no primeiro Livro de Receitas e Despesas da Irmandade de São José, cuja referência encontra-se por todo esse capítulo.

(...) Certifico que dice des missas pela alma de Francisco Pinto Irmão de Nossa Senhora do Rozario dos Pretos desta Vila, e receby dous mil reis do Procurador da dita Irmandade (...)”.¹⁸⁹

Os oficiais capineiros da Praça da Polé, das Cinco Pontas, da Rua da Praia e da Boa Vista também possuíam conjuntamente um livro de recibos, no qual também registravam as despesas com as missas encomendadas. Nesse livro consta um registro que diz:

Certifico eu abayxo aSignado, que disse hua Missa pella alma de Miguel, escravo do Padre Antonio morador em olinda, com a esmolla de duzentos Reis que receby de Matheos [Pereira] Capitam mandante da Praça dos Capineiros, e por virdade passej esta de mesma Letra e Signal e o juro in Verbo Sacerdotis. Recife 10 de Junho de 1772. Manoel Rodriguez Ferreira.¹⁹⁰

Os rituais de “boa morte” eram de extrema importância para essa sociedade, pois tinham a função de homenagear o morto e ajudá-lo a trilhar o caminho para o outro mundo, a realizar a “grande passagem”. A exemplo disto, Loreto Couto conta, em 1759, como se dava essa prática entre os membros da Irmandade de São Pedro dos Clérigos do Recife: “(...) fasem fervorosa assistencia a seos Irmaões na ultima infirmitade, acompanhando todos em corpo de comunidade com sirios brancos, esquife proprio, estações com responsos, ao Irmão que morre, e lhe fazem muytos sufragios pela sua alma”.¹⁹¹ Dentre esses rituais, certamente, o sepultamento tinha uma posição de destaque. Havia um temor muito grande em não ter seus corpos sepultados ou mesmo de terem um sepultamento sem honras. Também era importante que a sepultura fosse feita em terreno sagrado, pois, no imaginário religioso setecentista, isto significava encaminhar a alma para a salvação.¹⁹²

Assim, encontramos alguns registros no livro de contas da Irmandade do Patriarca São José que sugerem a importância conferida ao sepultamento dos corpos, entre os quais

¹⁸⁹Cf. Recife, Arquivo da Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em Pernambuco – IPHAN/PE, *Livro de Recibo de Esmolas de Missas da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos. 1751-1849*, Livro 33, p.11.

¹⁹⁰Cf. Recife, Arquivo da Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em Pernambuco – IPHAN/PE, *Livro de Recibos (1765)*, arquivo deslizante nº 6, prateleira nº 2, Caixa nº 6, fl.5v. Daqui para frente, o presente documento será citado da seguinte forma: IPHAN/PE, *Livro de Recibos*, e o fôlio correspondente da citação feita. Faz-se necessário informar que este livro de recibos de missas dos capineiros encontra-se, no Arquivo do IPHAN, como pertencente ao corpo documental da Irmandade do Patriarca São José dos Oficiais dos Quatro Ofícios Anexos.

¹⁹¹Domingos do Loreto Couto, op. cit., p.157. Como informação ao leitor, “responso” é uma oração ou uma súplica que se diz pelos defuntos. Isso quer dizer que, durante a condução do corpo do morto, os membros da Irmandade de São Pedro dos Clérigos faziam paradas para realizar os tais responsos.

¹⁹²Daniel Precioso, *Legítimos vassalos: pardos livres e forros na Vila Rica Colonial (1750-1803)*, São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011, p.142.

podemos citar dois bem significativos: em 1763 aparece uma “Despesa que fez em pagar a hum preto *que* abrio huma sepultura pera um pobre que botarão na porta da Igreja”, e entre os anos de 1782 e 1783, “*Pelo que* se deo de esmolla do defunto que [apareceu] afogado na praia e se [deo] sepultura (...)”.¹⁹³ Em ambos os registros, a Irmandade decide providenciar o sepultamento dos dois homens, que, apesar de não serem seus confrades, não tiveram como arcar ou preparar previamente o sepultamento de seus corpos. Dessa forma, é possível ver o quanto o sepultamento era importante para essa sociedade, além de mostrar também outro princípio do catolicismo durante o setecentos: a caridade.

Na doutrina mística de Antônio de Pádua – o santo lisboeta –, por exemplo, o homem perfeito é o homem caridoso, que vive só do fogo da caridade. A prática das virtudes evangélicas e, sobretudo, o amor dispõem a pessoa para acolher o dom do Senhor, assim, o amor é necessário. Na mística, todo amor vem de Deus, por isso, Ele nos oferece a possibilidade e os elementos que caracterizam o amor: a benevolência, a ajuda e a confiança. Uma vez que Deus ama e que nele esse alo é extensivo ao seu ser, Ele não ama nenhum ser menos que a si mesmo. Portanto, quando Deus ama uma alma, Ele, de certo modo, a põe dentro de si e a torna igual a si.¹⁹⁴

Citamos acima Santo Antônio, que por sinal é padroeiro de Pernambuco, onde a devoção a este santo era fortíssima em tempos coloniais, como também citamos a invocação do povo do Recife pela proteção de Nossa Senhora da Conceição durante uma tempestade em 1774. Nesses tempos, os santos continuaram a ser muito populares, assim como as hagiografias não tinham perdido o seu papel na cultura colonial, daí a permanência da sua difusão entre os crentes, que viam na vida dos santos o modelo de vida a ser seguido.

De acordo com Caio Boschi em seu trabalho de referência sobre as irmandades leigas coloniais, havia um caráter intimista na religiosidade na América Portuguesa, na qual o sobrenatural era atingido pela intermediação dos santos, estes entendidos pelos crentes dessa época, praticamente, como entidades familiares, próximas e acessíveis. Ele explica que, embora teoricamente a invocação dos santos tenha sido incentivada por decretos reformistas do Concílio de Trento, ela correspondia, na prática, a reivindicações essencialmente imediatistas e temporais. Para além da afinidade epidérmica ou pela identidade de origem

¹⁹³IPHAN/PE, *Livro de Receitas e Despesas*, p.35 e 85v.

¹⁹⁴CARUANA, E., BORRIELO, L., DEL GENIO, M. R. & SUFFI, N. *Dicionário de Mística*. São Paulo: Paulus, 2003, s.v. “Antônio de Pádua” e “amizade”. Resumidamente, “mística” é a experiência que se faz no plano sobrenatural e nos mistérios do encontro homem-Deus. Para ela, provindo de um único Criador, a natureza humana é a mesma em toda parte, feita a imagem de Deus e voltada para a consecução da semelhança com ele. Para os cristãos, a imagem é o dom recebido com o ser e esta semelhança se realiza sob o influxo do Espírito Santo, na dependência da Encarnação redentora e mediante a imitação de Cristo, Cabeça do Corpo místico, que é a Igreja. Para mais informações, ver neste mesmo dicionário, s.v. “mística”.

geográfica, as invocações eram escolhidas pelas pessoas, muitas vezes, pela afinidade com suas agruras vivenciadas no mundo terreno.¹⁹⁵

São inúmeras as invocações encontradas no Recife setecentista, fato que pode ser percebido, só para começar, pela quantidade de oratórios particulares construídos em diversos pontos da cidade: quarenta e dois, de acordo com Loreto Couto, que eram embutidos na face exterior das paredes das casas, “dando as ruas maior lustre”.¹⁹⁶ Segundo Pereira da Costa, nesses pequenos santuários de madeira se venerava um santo qualquer, como o do nome dos donos da casa, ou outro da sua particular devoção, mas, a maioria era dedicada à Nossa Senhora. Na frente desses oratórios, “se rezavam com ajuntamento de pessoas de um e outro sexo, permitindo apenas que se rezassem pelas mulheres das suas janelas, e pelos homens das lojas ou portas das suas casas”.¹⁹⁷ Em dias festivos, os fiéis colocavam como extensor desses nichos uma espécie de altar sobre a calçada, coberto por um toldo que chegava até o meio da rua, improvisando, assim, uma capela para realizarem as celebrações dos atos religiosos.

Como visto, algumas dessas invocações possuíam nichos em casas de particulares ou em alguma via pública. Outras tantas poderiam possuir até seu templo próprio, ou apenas um altar lateral em alguma igreja da vila. Era o caso de Nossa Senhora do Rosário, que tinha seu próprio templo, construído pela iniciativa dos confrades da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos do Recife, e, nos altares laterais de sua igreja, estavam abrigadas as invocações à Nossa Senhora da Boa Hora, a São Domingos, e aos santos pretos Eslebão, Moisés, Benedito, Antônio de Catagerona, Efigênia e o Rei Baltazar.¹⁹⁸ Também era o caso de São José, que também tinha seu próprio templo, construído pelos confrades da Irmandade do Patriarca São José dos Oficiais dos Quatro Ofícios Anexos, e que abrigava em seus altares laterais às invocações à Nossa Senhora das Mercês, ao Senhor Bom Jesus dos Aflitos e à Santa Apolônia. Foi, por exemplo, neste altar de Santa Apolônia que o Governador Correia de

¹⁹⁵Caio César Boschi, *Os leigos e o poder: Irmandades Leigas e Política Colonizadora em Minas Gerais*, São Paulo: Ed. Ática, 1986, p.59.

¹⁹⁶Domingos do Loreto Couto, op. cit., p.159.

¹⁹⁷Francisco A. Pereira da Costa, op.cit., vl.6, 1984, p.492. Segundo Pereira da Costa, os exercícios religiosos praticados nesses nichos, nada tinham de edificantes aos olhos das autoridades civis e eclesiásticas. Ele explica que foram tantos os abusos, irreverências e desordens que, muitas vezes, era solicitada a intervenção da polícia. Por isso, em 1787, o bispo diocesano, D. Fr. Diogo de Jesus Jardim, proibiu esses exercícios religiosos ao ar livre, em plena rua, e noturnos. Todavia, depois de algum tempo, as prescrições do bispo foram pouco a pouco sendo relaxadas, até se tornarem completamente abolidas e os exercícios religiosos voltaram a ser feitos em frente a esses oratórios. Ver nessa mesma obra, p.494.

¹⁹⁸Domingos do Loreto Couto, op. cit., p.158.

Sá se encontrava no dia 9 de fevereiro de 1756, dia da santa, de acordo com anotações desse dia em seu diário: “Fui às Cinco Pontas fazer oração à Santa Apolônia”.¹⁹⁹

A escolha – e apropriação – dessas invocações poderia se dar por diferentes vias: pelo exemplo de vida deixado pelo santo, por uma qualidade sua específica e admirada, pelo seu dom de interceder pelos homens, pela identidade do fiel com algum episódio de sofrimento em sua vida ou com algum de seus aspectos físicos – como a cor da pele –, entre muitas outras vias. Assim, os pretos, escravos ou forros, por exemplo, tendiam a buscar alívio e socorro invocando santos de pele mais escura, como Santo Eslebão, São Benedito e Santa Efigênia, pois supunham que dificilmente os santos brancos saberiam compreender os dissabores e sofrimentos dos negros.²⁰⁰

Outro exemplo esteve na tendência de artífices invocarem santos que exerceram em vida os mesmos ofícios que os seus, ou que, de alguma forma, os representassem, como: Santo Elói, que era, além de bispo, ourives; São Crispim e São Crispiniano, irmãos que ganhavam a vida como sapateiros; Santa Apolônia, que se tornou orago daqueles que exerciam o ofício de tirar dentes; e São José, santo carpinteiro. Evidentemente que a escolha dessas invocações era muito complexa e de identificação pessoal, e a invocação de um determinado santo não excluía a invocação de outro ou de outros. Podia-se “adotar” um santo para devoção pessoal e invocar muitos outros de acordo com as diversas situações e ocasiões.

Segundo Caio Boschi, na América Portuguesa, o caráter essencialmente prático e imediatista das invocações buscava suprir a insegurança emocional de seus coetâneos, levar consolo e prestar auxílio nas doenças, o que teria permitido a prática de uma religião calcada no íntimo e direto contato com os santos. Por isso, o culto aos santos, longe de ser uma

¹⁹⁹“O Diário do Governador Correia de Sá 1749 a 1756”, op.cit., p.310 e 371. Também identificamos abrigadas na Igreja de São José as invocações à Santa Luzia, à Nossa Senhora do Bom Parto, ao Senhor Bom Jesus da Caridade, ao Senhor Bom Jesus dos Pescadores e à Nossa Senhora da Luz. No entanto, todas essas invocações são encontradas na dita igreja apenas no século XIX, com exceção da invocação à Santa Luzia, da qual ainda temos algumas dúvidas, pois existe como patrimônio da Irmandade de São José uma imagem desta santa produzida no século XVIII, mas ela só é citada no inventário da Irmandade de São José do ano de 1941 e não conseguimos obter mais dados sobre ela. Para mais informações, ver em: IPHAN, “Igreja de São José do Ribamar”, op. cit., vl.1, 2004, na lista das imagens religiosas pertencentes à Igreja de São José, s.p.

²⁰⁰Caio César Boschi, op.cit., p.26. Não é o nosso objetivo aqui entrar em detalhes sobre os atributos de cada uma dessas invocações – exceto a invocação a São José –, nem sobre o porquê das escolhas de cada uma delas pelos fiéis, mas sim apresentar o ambiente mental em que estavam inseridos os coetâneos do Recife setecentista. Para informações sobre esse assunto, ver, entre outros trabalhos: BEZERRA, Janaína Santos. *Pardos na Cor & Impuros no Sangue: etnia, sociabilidades e lutas por inclusão social no espaço urbano pernambucano do XVIII*. Dissertação de Mestrado. Recife: UFRPE, 2010; SAMPAIO, Juliana da Cunha. *Irmãs do Rosário de Santo Antônio: Gênero, Cotidiano e Sociabilidade em Recife (1750-1800)*. Dissertação de Mestrado. Recife: UFRPE, 2009; VIANA, Larissa. *O idioma da mestiçagem: as irmandades de pardos na América Portuguesa*. Campinas: Ed. Unicamp, 2007; QUINTÃO, Antônia Aparecida. *Lá vem o meu parente: As Irmandades de pretos e pardos no Rio de Janeiro e em Pernambuco (Século XVIII)*. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH, USP, 1997; e SCARANO, Julita. *Devoção e Escravidão – A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no século 18*. São Paulo: Ed. Nacional, 1978.

atipicidade, tornou-se exatamente o seu traço peculiar: “não houve naquela realidade social sinais de irreligiosidade; antes, ali aflorou uma forma própria de vivência do catolicismo, em que a fé se associava à cultura local”.²⁰¹

Desse modo, os atributos que os santos possuíam interferiam, sobremaneira, na escolha dos fiéis para os invocarem. Tradicionalmente, esses atributos estavam presentes nas representações dos santos, seja em pintura ou em escultura, de modo a lembrar ou mesmo instruir os fiéis sobre as suas histórias de vida, que eram exemplos de santidade e elevação em Cristo, pois, mesmo sofrendo os mais terríveis males e martírios em vida, eles não desistiram dos preceitos do Cristianismo, passando a estar na outra vida ao lado do Senhor, intercedendo pelos homens. Assim sendo, a já citada Santa Apolônia, aparece representada com um alicate na mão, remetendo ao episódio em sua vida no qual teria se recusado, por ser cristã, a sacrificar aos deuses, e por isso teria tido seus dentes arrancados. Outro exemplo é o atributo hagiográfico de Santa Luzia, que aparece comumente representada segurando uma espécie de bandeja contendo um par de olhos, remetendo ao cruel martírio vivido por ela, quando, ao ser denunciada como cristã, teria sido condenada a viver em um bordel, e, por se recusar, buscando conservar a sua castidade, teve seus olhos arrancados²⁰² (**Figs.12 e 13**).

Para a mística, a vocação do cristão para a santidade pode ser considerada um chamamento ao heroísmo, pois a incorporação a Cristo obriga que o cristão esteja preparado em todos os momentos para o sacrifício mais sublime da caridade, para o sacrifício por amor a Cristo e à sua Igreja. Entretanto, por mais difícil e exigente que seja a santidade, todo cristão, só por ser cristão e por isso incorporado a Cristo, é chamado a ser santo. Segundo o nº 40 da *Lumen gemium*, a santidade é uma vocação universal. Porém, para chegar à perfeição, os fiéis devem usar as “louças” recebidas de acordo com a medida segundo a qual Cristo quis dá-las, com o objetivo de, seguindo o exemplo dele, vir a se tornar conforme sua imagem, obedientes em tudo à vontade do Pai, dedicando-se com plena generosidade à glória de Deus e ao serviço ao próximo.²⁰³

²⁰¹Ibidem, p.179.

²⁰²TAVARES, Jorge Campos. *Dicionário de Santos*: hagiológico, iconográfico, de atributos, de artes e profissões, de padroados, de compositores de música religiosa. Porto: Lello & Irmão, 1990, s.v. “Apolônia de Alexandria” e “Luzia de Siracusa”. Em um artigo sobre Compromissos de irmandades leigas, Márcia Almada cita um Compromisso de uma irmandade portuguesa que invocava Santa Luzia, no qual seus membros colocam que a própria santa “tirara os olhos e os mandara a quem por respeito deles procurava desinquietá-la o que se foi obra foi de grande exemplo de castidade (...)”. Ver em: ALMADA, Márcia. “Registros de Santos, Compromissos de Irmandades e Imagens que Navegam no Mundo Atlântico”, *Portuguese Studies Review*, 18, 1, 2011, p.11.

²⁰³*Dicionário de Mística*, op.cit., s.v. “santidade”.

Fig. 12: Imagem de Santa Apolônia (séc. XVIII)

Fig.13: Imagem de Santa Luzia (séc. XVIII)

As duas imagens, segundo inventário do IPHAN, foram produzidas no século XVIII, e faziam parte do patrimônio da Igreja de São José. Ainda podem ser vistas no depósito localizado na Igreja de Santa Rita de Cássia, sob salvaguarda do IPHAN. Fonte: IPHAN, *Inventário geral da Igreja de São José do Ribamar do Recife*, vl1, Recife, 1975, p. 64 e 82.

Dentre as inúmeras invocações existentes, definitivamente, as invocações a Jesus Cristo e à Virgem Maria sob os seus variados títulos eram as mais perenes. No ensinamento místico de Francisca Romana – santa que viveu no século XIV, e que fora influenciada pelo franciscanismo –, por exemplo, Jesus Cristo encarna a realidade de um Deus-homem, que nasceu de uma mulher e viveu em meio a sofrimentos. Esse fato único, central e decisivo na história da humanidade é que teria realizado a redenção dos homens. Cristo, Filho de Deus e feito de carne, é, pois, o Salvador. Mas antes de qualquer coisa, ele é o Rei celeste, o Senhor do mundo. Já a Virgem Maria, completamente ligada para ela ao significado de Cristo, era a advogada dos pecadores, aquela que intercede continuamente diante do Pai em favor da humanidade ameaçada.²⁰⁴

Na América Portuguesa, assim como em outros tantos lugares, a invocação à Virgem Maria estava ligada a atributos que poderiam recordar algumas passagens de sua vida, como a sua concepção (a Imaculada Conceição); o sofrimento vivido por ela durante a Paixão de Cristo; e a sua morte terrena e coroação nos céus (a Assunção). Poderiam também recordar suas aparições em carne, em espírito ou em imagem em regiões geográficas diversas, como indicam as invocações a Nossa Senhora de Belém e a Nossa Senhora da Penha. Ademais, alguns atributos, igualmente populares, poderiam estar ligados à intercessão da Virgem em favor dos homens, como as invocações a Nossa Senhora da Boa Viagem, a Nossa Senhora do Livramento, entre outras.

Na vila do Recife, por exemplo, na maioria dos oratórios que citamos anteriormente, Loreto Couto conta que, das

Ave Marias por diante com a agradável e sonoro canto he a serenissima Raynha dos Anjos Maria Santissima, louvada (...). A todos os oratorios excede o do arco da Ponte em que he adorada, servida, e venerada hũa formosa Imagem da Senhora, com o titulo da sua Conceyção immaculada. He grande a devoção, com que os fieis a buscão todos os dias, valendo se em seos trabalhos do seu amparo, e patrocínio, que achão tão propicio, como testeficão as muytas memorias de quadros e varios sinaes de cera que o estão publicando.²⁰⁵

²⁰⁴Ibidem, s.v. “Francisca Romana”.

²⁰⁵Domingos do Loreto Couto, op. cit., p.159. Pereira da Costa alerta sobre o fato de que o nicho de Nossa Senhora da Conceição a que Loreto Couto se refere não era a capela sobre o arco do mesmo nome, construída muitos anos depois, mas sim um simples oratório que existia sobre o antigo arco da ponte, que então era igual ao que havia na outra extremidade, onde se via a imagem de Santo Antônio. Ver em: COSTA, Francisco A. Pereira da. *Anais Pernambucanos*.vl6. Recife: FUNDARPE, 1984, p.494.

A invocação a Jesus Cristo também aparece sob várias denominações, e, igualmente à invocação à Virgem Maria, poderia estar ligada a atributos que destacassem as suas virtudes ou representassem a sua intercessão em favor dos homens. Entretanto, as invocações mais populares estiveram ligadas a passagens da sua vida, principalmente à sua Paixão, como a invocação ao Senhor Bom Jesus dos Passos, ao Senhor Bom Jesus das Chagas, ao Senhor Bom Jesus dos Martírios, entre outras. No Recife, por exemplo, havia uma quantidade significativa nas igrejas de representações sobre cenas da Paixão.²⁰⁶

Diante do caráter intimista da religiosidade luso-americana, poderíamos sugerir que a grande quantidade existente de invocações a Jesus Cristo ligadas às cenas de sua Paixão teria se dado apenas pela identificação dos fiéis com as dores que este teria passado em sua vida terrena. Porém, não podemos perder de vista que, para os coetâneos do setecentos, Cristo, além de ser Deus, simbolizava o modelo mais perfeito de homem e de transcendência. Esse simbolismo, inclusive, não se resumia a uma prática específica da espiritualidade luso-americana, nem ao século XVIII, pois as raízes do cristocentrismo remetem ao próprio Novo Testamento, assim como para toda uma tradição medieval que passou a enaltecer a figura humana de Cristo como instrumento singular para a prática espiritual direcionada a Deus. Por isso mesmo, a vulgarização, dos tempos medievais até a Época Moderna, da *imitatio Christi*, cuja divulgação vê-se marcada por uma enorme quantidade de obras que, a partir, sobretudo, do século XVI, trazem como tema a imitação da vida de Cristo e os seus mistérios.²⁰⁷

Talvez a mística de Francisca Romana também nos ajude a entender melhor o porquê de uma quantidade maior de invocações a Cristo ligadas a cenas de sua Paixão. Para ela, a recordação dos pecados e a contínua memória da Paixão de Cristo é que levam à compunção do coração e ao dom das lágrimas, que fazem com que haja uma completa identificação mental e corporal com as dores que Cristo sofreu. Foi por esse motivo que, no século XV, teria ela se tornado uma grande divulgadora dos muitos motivos indispensáveis à mística da cruz, como a devoção ao sangue, aos emblemas da Paixão, à coroa de espinhos e às chagas.²⁰⁸ Devoção encontrada, igualmente, nos místicos modernos, a exemplo de Teresa de Ávila e João da Cruz, que conferem à Paixão, e à Cruz, um lugar vital e determinante como caminho para a santidade do crente – momento da solidão e da experiência íntima entre o cristão e Deus.²⁰⁹

²⁰⁶Virgínia Maria Almoedo de Assis, op.cit., p.65.

²⁰⁷*Dicionário de Mística*, op.cit., s.v. “Cristo-Cristocentrismo”.

²⁰⁸*Dicionário de Mística*, op.cit., s.v. “Francisca Romana”.

²⁰⁹É o caso, por exemplo, do que acontece com o baiano Antônio Dias Quaresma, na primeira metade do século XVIII, estudado pela Profa. Dra. Maria Lêda Oliveira, “O baiano de setecentos que queria ser papa”, 2014 (texto

A mística da cruz de Cristo abrange, embora vá além, a mística da sua Paixão. A cruz é “mistério”, evento em que Deus age para a salvação do homem, assim como também é enigma que provoca a aceitação da fé pura e simples. Nos dois sentidos, a cruz toca o centro da existência do crente, que pode experimentá-la por meio de infinitas gradações de intensidade, chegando até os fenômenos místicos. A autêntica mística da cruz é aquela em que se vive, por dom do amor infuso, a própria experiência interior de Cristo crucificado, experimentando toda a sua amargura e toda a sua profundidade divina.²¹⁰

Isto posto, depois de Jesus Cristo e da Virgem Maria, é, certamente, São José quem goza da mais alta hierarquia espiritual. Não por menos, considerando que ele teria sido o escolhido, por suas altas virtudes, pelo próprio Criador para ser esposo de Maria Santíssima e pai putativo de Cristo, o Salvador. Na América Portuguesa, as invocações a São José, geralmente, estavam ligadas a três características: à família, pois, juntamente com Maria e Jesus, era integrante da “Sagrada Família”, que tinha, inclusive, invocação própria; à boa morte, pois, já em idade avançada, teria passado da vida terrena para a outra vida tendo ao seu lado Jesus e Maria; e ao seu ofício de carpinteiro, por tê-lo exercido humildemente por toda a sua vida, mesmo pertencendo à família de David, que fora rei de Israel e do povo judaico.²¹¹

Iconograficamente, São José apresenta-se, na maioria das vezes, como carpinteiro ou como pai de Jesus. Como carpinteiro, traz consigo ferramentas de seu ofício, e como pai de Jesus traz consigo uma vara de flores na mão (alusão por ter sido o escolhido, entre outros pretendentes, para desposar Maria) que se transforma em lírios brancos (alusão à sua pureza e ao seu casamento virginal) ou Jesus menino em seus braços.²¹² Curiosamente, o aspecto da vida de São José que os confrades dos quatro ofícios anexos do Recife procuraram retratar, ao encomendar a sua imagem ao artífice Luis Nunes em 1754, nada remete ao seu ofício de carpinteiro. De acordo com o primeiro livro de contas da Irmandade, a imagem trazia consigo uma vara de açucenas na mão e resplendores de prata na cabeça, e, ao que tudo indica, teria também o menino Jesus em seus braços²¹³ (**Fig.14**).

inédito). É possível, nesse estudo, perceber o quanto Dias Quaresma traduz as marcas da espiritualidade e da mística mencionadas até aqui, como sua devoção à Paixão, à Cruz, e à Maria.

²¹⁰*Dicionário de Mística*, op.cit., s.v. “cruz”.

²¹¹*Dicionário de Santos*, op.cit., s.v. “José”. O fato é que pouco se tem de referências sobre a vida desse santo, pois sua história aparece nos evangelhos entrelaçada à história da infância de Jesus Cristo. As principais referências estão nos Evangelhos de Lucas e Mateus.

²¹²Sobre os atributos apresentados de São José, ver em: *Dicionário de Santos*, já referido neste capítulo, s.v. “José”; e em VARAZZE, Jacopo de. *Legenda Áurea: vida de santos*. São Paulo: Cia das Letras, 2006, p. 750-751.

²¹³IPHAN/PE, *Livro de Receitas e Despesas*, p.15-15v. As imagens de São José contidas na figura 1, que apresentamos no começo deste capítulo, e na figura 14, apresentadas acima, tratam-se, na verdade, da mesma imagem do Santo. A diferença é que a primeira é de registro atual, em que a imagem encontra-se danificada e

Por meio do Compromisso da Irmandade do Patriarca São José de 1774, também é possível obtermos mais informações acerca de quais aspectos da vida de São José os confrades dos quatro ofícios anexos do Recife escolheram invocar. Um trecho de seu *Exórdio* diz o seguinte:

(...) e terem a tantos annos Eregido esta Santa Irmandade e confraria a seu patrono o Patriarca *Senhor* Sam Iozé em exzequiu do grande culto *que se lhe deve dar por* Ser Paij Putativo do filho de Deos Iezus Christo Nosso *Senhor* Espozo de Maria Santissima e Como neste mundo exercitou A arte de Seu officio de carpenteijro debaixo de cuja Bandeira se aListrão estes deVotos Irmãons dos Coatro officios anexos.²¹⁴

As motivações dos confrades do Patriarca São José para a escolha de sua devoção, apresentadas no trecho acima, acabam por corroborar a escolha dos atributos contidos na imagem do seu orago, encomendada ao artífice Luis Nunes vinte anos antes, que seria, então, São José representado como pai de Jesus, assim como esposo de Maria. Todavia, o Compromisso, ao contrário da imagem encomendada, vai além e nos mostra que tal escolha também se deu pelo fato do santo ter exercido o ofício de carpinteiro, um dos ofícios anexos.

Antes de adentrarmos melhor nesse assunto, faz-se necessário informar que o culto a São José era bastante difundido na vila do Recife e em suas vizinhanças. O diário do

sem seus atributos (resplendor, cajado de flores e o Menino Jesus), provavelmente roubados; e a segunda está registrada em uma fotografia contida no inventário do IPHAN para o processo de tombamento da Igreja de São José do Ribamar do ano de 1975, ainda com seus atributos. Não temos certeza de que essa imagem trata-se da mesma encomendada ao artífice Luis Nunes em 1754, porém, de acordo com o inventário do IPHAN, essa é uma imagem feita no século XVIII, e, pelo que consta no inventário da Irmandade de São José do ano de 1914, entre as imagens de São José existentes na dita irmandade é possível sugerir que trata-se da mesma imagem, pelas dimensões que contem para figurar no altar mor. Ver em: IPHAN, “Igreja de São José do Ribamar”, *Inventário Nacional de Bem Móveis e Integrados de Pernambuco*, vl1, Recife, 1975, p.49. Diante do fato de não podermos confirmar que trata-se da mesma imagem, faltou na nossa análise destacar que nela, além de conter atributos como o cajado de flores, o resplendor e o Menino Jesus, São José aparece vestindo botas. Esse atributo das botas está ligado à passagem bíblica na qual é narrada a fuga de José para o Egito com a Virgem Maria e Jesus recém-nascido, ao saberem que o rei Herodes planejava matar todos os recém-nascidos da região. Segundo Célio Macedo Alves, a imagem que representa a invocação de São José de Botas, geralmente apresenta o santo em trajes de viagem e carregando ao colo o Menino Jesus, ainda que na mão livre costume levar a vara florida. Esse detalhe mostrou-se extremamente relevante para nós, mas, infelizmente, não podemos confirmá-lo. No entanto, mesmo com a impossibilidade de nos debruçar sobre a análise iconográfica da imagem de São José contida nas figuras, uma possível invocação a São José de Botas ainda encontra-se atrelada ao papel de José como esposo de Maria e pai de Jesus, o que corrobora com a análise que tecemos até agora a partir de outras fontes. Ver em: ALVES, Célio Macedo. “Um estudo iconográfico”. In: COELHO, Beatriz. *Devoção e Arte: Imaginária religiosa em Minas Gerais*. São Paulo: EDUSP, 2005.

²¹⁴Cf. Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, *Compromisso da Irmandade e Confraria do Patriarca o Senhor São José, dos ofícios de carpinteiro, pedreiro, marceneiro e tanoeiro, estabelecida na vila de Santo Antônio do Recife de Pernambuco*, século XVIII, códice 1301, fl.2. Daqui para frente, o presente documento será citado da seguinte forma: A.H.U., *Compromisso*, e o fólio correspondente da citação feita.

Fig.14: Fotografia da mesma imagem de São José que trata a **Fig.1** deste trabalho. Ela foi produzida para o inventário de 1975, feito pelo IPHAN/PE. Nesta época, ainda se podia ver o resplendor de prata sobre a sua cabeça, a vara de açucenas em sua mão e o menino Jesus em seus braços. Fonte: IPHAN, *Inventário geral da Igreja de São José do Ribamar do Recife*, vl1, Recife, 1975, p.49.

Governador Luiz José Correia de Sá, um dos testemunhos que mais traz detalhes sobre o culto ao dito santo na vila e em suas proximidades, mostra quando e onde eram celebradas algumas das cerimônias em atenção ao Patriarca e como elas estavam completamente inseridas no calendário religioso do Recife do setecentos. Assim, todo ano, no período do mês de abril, principiava-se a novena do Senhor José, registrando Correia de Sá em 10 de abril de 1750, a realização dessa novena em dois lugares diversos: “Principiou a novena do Sr. São José, na Penha, de manhã, e à noite em São Francisco”.²¹⁵

As festas em homenagem a São José poderiam acontecer em diferentes períodos do ano, principalmente em 19 de março, dia do santo, caso não houvesse impedimentos no calendário religioso, pois, segundo os confrades de São José do Recife, “Como seja acontecer muijtos annos o dia do nosso Santo Patriarca 19 de Março em cahir em tempo empedido Como seja na quaresma na Semana da Paixão do *Senhor*”,²¹⁶ era transferida, muitas vezes, para outro dia próximo e sem impedimentos. Além das festas promovidas pela Irmandade do Patriarca São José do Recife, seja na Igreja de Nossa Senhora do Paraíso – quando ainda estabelecida lá – ou na igreja de seu patriarca, também aconteciam festas em homenagem ao dia do santo na Matriz do Corpo Santo, e ao seu patrocínio, na Igreja do Hospício da Penha, no Convento de Santo Antônio do Recife, na Igreja do Convento de São Francisco – geralmente realizadas no mês de maio – e na Igreja de São José dos Manguinhos – geralmente realizadas em fins do mês de dezembro.²¹⁷

A Igreja de São José dos Manguinhos foi erigida como símbolo de devoção a São José por particulares, perto de meados do século XVIII, no sítio chamado Manguinhos, onde, em uma das festas do patrocínio do dito santo, realizada em 20 de junho de 1751, esteve presente o Governador Correia de Sá, conforme registro em seu diário: “Fui a cavalo assistir à festa de São José no sítio chamado o Manguinho. Pregou D. Domingos (...)”,²¹⁸ referindo-se, muito provavelmente, a D. Domingos de Loreto Couto, autor de *Desagravos do Brasil e glórias de Pernambuco*, obra que citamos bastante aqui.

Além de seu templo no sítio do Manguinhos e de seu templo construído pelos oficiais dos quatro ofícios anexos do Recife, São José também possuía uma capela que fora erigida, por volta de 1721, no Hospício da Penha pelos capuchinhos italianos, membros da Irmandade

²¹⁵“O Diário do Governador Correia de Sá 1749 a 1756”, op.cit., p.54.

²¹⁶A.H.U., *Compromisso*, fl.9.

²¹⁷“O Diário do Governador Correia de Sá 1749 a 1756”, op.cit. p.50-315.

²¹⁸Ibidem, p.104. Sobre a possibilidade do sermão da festa de São José, realizada em Manguinhos em 1751, ter sido proferido por D. Domingos de Loreto Couto, ver na página 350 desse Diário, nota de número 138. Sobre a Igreja de São José dos Manguinhos, ver em: COSTA, Francisco A. Pereira da. *Arredores do Recife*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981, p.101-104. Achamos ainda necessário informar aqui que resolvemos privilegiar as igrejas erigidas a São José nas localidades bem próximas ao Recife, o que não significa que não as encontramos em outros lugares da capitania de Pernambuco.

de São José da Agonia.²¹⁹ Ademais, como dito anteriormente, na mesma região do Hospício da Penha, bem ao pé do Forte das Cinco Pontas e bem à “riba do mar”, já existia por volta de 1653, no mesmo lugar onde viria a ser construída a igreja que abrigaria a Irmandade do Patriarca São José dos Oficiais dos Quatro Ofícios Anexos, uma capelinha erigida pelos carpinteiros do Recife em devoção a esse santo. Segundo Leonardo Dantas Silva, foram as invocações a São José praticadas naquela região que teriam influenciado, sobremaneira, na denominação daquela parte de Santo Antônio, que viria, então, a ser chamada pela população de “São José”.²²⁰

Dessa forma, o culto a São José era bastante difundido na vila e suas invocações poderiam ser muitas, como mostra a invocação da agonia de José em seu leito de morte, junto a Cristo e à Virgem Maria, pela Irmandade de São José da Agonia do Hospício da Penha, como também o sermão *Josefina Regio-equivoco-Panegyrico. Praticas em a novena do senhor S. Jozé*, proferido, em 1751, por Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão no Convento de Santo Antônio do Recife, em ocasião da festa do patrocínio de São José e da espera pela notícia da aclamação de D. José I, invocando o santo como “glorioso Patriarcha da Sagrada Família de Deos”.²²¹ Diante disto, por quais atributos os confrades dos quatro ofícios anexos do Recife invocavam seu santo patriarca? Quais seriam suas aflições, suas concepções de vida terrena, de morte, de vida futura reveladas ao mirarem ao Alto e invocarem o dito santo?

Pudemos vislumbrar alguns indícios nos atributos contidos na imagem que os confrades encomendaram ao imaginário Luis Nunes em 1754, pois, mesmo que as intenções de quem a produziu não possam ser absolutamente determinadas, temos ciência, ao menos, que elas são condicionadas pelos padrões existentes na época e pelo ambiente em que viveram.²²² Tendo em vista que a hagiografia era bastante difundida por esses tempos, seja textualmente, oralmente ou imageticamente, os confrades e, principalmente, o imaginário contratado tinham conhecimento da história de São José, dos seus atributos e o que eles representavam dentro do ambiente mental em que estavam inseridos. Também vislumbramos alguns desses indícios por meio do Compromisso da Irmandade de São José de 1774,

²¹⁹Cf. Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, *Compromisso da Irmandade de São José da Agonia estabelecido no Hospício da Penha da Vila de Santo Antônio do Recife [ant. a 1802]*, códice 1290, fl.1.

²²⁰Leonardo Dantas Silva, op.cit., 2008, p.210.

²²¹ALMEIDA, M. Lopes de (Dir.). *Catálogo da Coleção de Miscelâneas*, vl. LXXVI-CLXXV, Coimbra: Publicações da Biblioteca Geral da Universidade, 1968, p.295.

²²²Erwin Panofsky, *Significado nas artes visuais*, São Paulo: Perspectiva, 2001, p. 32.

considerando que era comum nos Compromissos de irmandades leigas haver uma seção contendo um relato sobre as motivações dos seus membros para a escolha de sua devoção.²²³

Diante disso, os indícios que obtivemos até agora nos revelam que os confrades dos quatro ofícios anexos invocavam o aspecto da vida de São José enquanto oficial carpinteiro, e, muito possivelmente, não apenas por sua identificação com uma cultura de ofício em comum com o santo, mas também pela identificação com o fato de que José, em vida, mesmo sendo de origem nobre, teve uma vida cheia de sacrifícios, trabalhando humildemente em seu ofício e sustentando a sua família com o próprio suor de seu rosto. Ao mesmo tempo, os indícios também nos revelam que São José ainda era invocado pelos confrades como esposo da Virgem Maria e pai de Jesus, o que acaba por contemplar o papel indispensável que este tivera na missão de Cristo para a salvação da humanidade. Segundo Frei Bonifacio Llamera,

San José lleva impreso el sello peculiar de su persona y de todo su ministerio. San José vivió silencioso y oculto en el hogar de Nazaret, sirviendo a Jesús y a María y ocultando, al mismo tiempo, a los judíos el misterio de la encarnación del Hijo de Dios y la virginidad de su santísima Madre. San José es la sombra, el velo que oculta los misterios realizados en el Arca de la Nueva Alianza.²²⁴

Ademais, ao analisarmos o corpo documental referente à administração da Irmandade do Patriarca São José dos Oficiais dos Quatro Ofícios Anexos do Recife, observamos uma maneira particular de os confrades tratarem seu santo protetor: ao mesmo tempo em que o referiam como próximo deles, também o referiam com certa distância, com demasiado respeito, de forma que, mesmo próximo, este se mostrava quase inatingível. São José figura na documentação como membro da Irmandade, mas não como qualquer membro, e sim, como o mais importante, o guia de todos eles, o exemplo maior.

A igreja que fora construída a partir de 1752 é referida, em todos os documentos que até agora analisamos, como dele, do santo, não como pertencente aos confrades. Esse templo, que os confrades custaram a construir, muitos deles com suas próprias mãos, é a casa de seu patriarca, não especificamente a deles. Apesar de o administrarem, este fora construído para o seu patriarca habitar e, por isso, essa casa deveria estar a contento do seu ilustre morador, a perceber pelos detalhes de embelezamento recebidos durante toda a construção da dita igreja, realizados à medida das possibilidades dos confrades no decorrer do tempo.

²²³ Márcia Almada, “Registros de Santos, Compromissos de Irmandades e Imagens que Navegam no Mundo Atlântico”, *Portuguese Studies Review*, 18, 1, 2011, p.10.

²²⁴Bonifacio Llamera, *Teología de San José*, Madrid: BAC, 1953, p.4.

Segundo Mircea Eliade, para um crente, a igreja é um espaço diferente da rua onde esta se encontra. A porta que se abre da rua para o interior da igreja significa a fronteira que distingue e opõe dois mundos e, paradoxalmente, onde esses dois mundos também se comunicam, onde se pode efetuar a passagem do mundo profano para o mundo sagrado. Assim, não aleatoriamente, nem apenas para o estabelecimento ou obtenção de *status* para aqueles que a construíram, é que as fachadas e as portadas das igrejas coloniais tendiam a ser ricamente ornamentadas e repletas de simbolismos. Já no espaço interior da igreja, diz Eliade, é onde o mundo profano é transcendido, pois,

(...) lá, no recinto sagrado, torna-se possível a comunicação com os deuses; consequentemente, deve existir uma “porta” para o alto, por onde os deuses podem descer à Terra e o homem pode subir simbolicamente ao Céu. Assim acontece em numerosas religiões: o templo constitui, por assim dizer, uma “abertura” para o alto e assegura a comunicação com o mundo dos deuses.²²⁵

Ainda segundo o autor, tal como uma igreja constitui uma rotura de nível no espaço profano de uma cidade, o serviço religioso que é realizado em seu interior marca uma rotura na duração temporal profana, pois, nesse interior, já não se vive mais um tempo histórico atual presente, vivido, por exemplo, nas ruas vizinhas, mas se vive um outro tempo, o tempo em que se desenrolou a existência histórica de Jesus, o tempo santificado por sua pregação, por sua Paixão, por sua morte e ressurreição. Eis o caráter inovador do Cristianismo, como aponta Eliade, pois este teria inovado a experiência e o conceito do tempo litúrgico, ao afirmar a historicidade da pessoa do Cristo. Desse modo, a liturgia cristã desenvolve-se em um tempo histórico santificado pela encarnação do Filho de Deus.²²⁶

Assim, é possível dizer que para os confrades de São José, a casa construída para o seu patrono, além de lhes possibilitarem a vivência de um tempo sagrado, santificado pela encarnação de Cristo, mostrava-se como espaço privilegiado para estreitar as relações com o Patriarca, figurando como um canal de comunicação direta entre eles e o santo, pelo qual as suas súplicas eram melhor ouvidas e a santidade de José melhor experienciada. Ademais, como maior autoridade da Irmandade, São José figurava como centro de atração espiritual de todo o grupo social ligado à associação, no qual estava presente uma mística que reforçava a ligação íntima dos fiéis à Casa.

²²⁵Mircea Eliade, *O sagrado e o profano*, São Paulo: Martins Fontes, 1992, p.19.

²²⁶*Ibidem*, p.40-41.

Como vimos, a escolha de São José como patrono da Irmandade possui uma dimensão mística, sobretudo, de caráter ativo, devido ao exercício da profissão manual que exercera – a de carpinteiro –, como também devido a sua tutela na criação de Jesus Cristo. No entanto, São José se liga não apenas à mística a partir de um modelo de vida ativa, mas também a partir de um modelo de vida contemplativa, aspecto promovido, sobretudo, pelo culto impulsionado por Santa Teresa na Época Moderna.²²⁷

As graças especiais concedidas a José em relação a sua união íntima com Cristo, como a paternidade, o coloca o mais próximo possível do Salvador, o que significa ponto de referência de qualquer eleição e predestinação. Além disso, sua participação como depositário singular do mistério oculto em Deus foi tão especial que este pode ser considerado como pertencente à união hipostática. Ele teria participado desse mistério como nenhuma outra pessoa, com exceção de Maria, e se comprometido com a realidade do mesmo acontecimento salvífico. Ele fora chamado por Deus para servir diretamente à pessoa e à missão de Jesus mediante o exercício de sua paternidade. Desse modo, ele teria cooperado com o grande mistério da redenção, tornando-se verdadeiramente ministro da salvação.²²⁸

Ademais, juntamente com o poder paterno sobre Jesus, Deus ainda teria lhe concedido um amor correspondente, que tinha a sua fonte no Pai. José, com o desejo de amar e servir a Deus, amou e foi amado com tanta força e ardor, que teria chegado à sumidade do amor, de tal modo, que se poderia dizer que, depois de Maria, José amou como Jesus. Entretanto, segundo a mística, se houve tensão entre a vida ativa e contemplativa de José, esta acabou se desfazendo com a posse da perfeição da caridade que ele tinha: José teria experimentado tanto o amor da verdade, ou seja, o puro amor de contemplação da verdade divina que se irradiava da humanidade de Cristo, como a “exigência do amor”, que seria o amor igualmente puro do serviço, requerido pela tutela e pelo desenvolvimento desta mesma humanidade de Cristo.²²⁹

Assim, chegamos ao fim desse capítulo apresentando o ambiente mental em que estavam inseridos os confrades da Irmandade do Patriarca São José dos Oficiais dos Quatro Ofícios Anexos quando decidiram fundar a sua confraria na vila do Recife e mantê-la durante todo o século XVIII. Não poderíamos passar por ele e deixar de ter em conta que, ao propor sua instituição, as irmandades leigas, não só da vila do Recife como de qualquer outro lugar, faziam questão de evidenciar a finalidade espiritual a que estavam submetidas. Como ressaltou Virgínia Assis, em seu trabalho sobre esse tipo de confraria no Recife, as

²²⁷*Dicionário de Mística*, op. cit., s.v. “José”, “Teresa de Jesus” e “contemplação”.

²²⁸*Ibidem*, s.v. “José”.

²²⁹*Idem*.

irmandades leigas luso-americanas tinham uma feição essencialmente religiosa, que era encarada com seriedade e relevância pelos seus membros, e que de nenhuma forma se deixara apagar por seus aspectos sócio-econômicos. De acordo com ela, “sua finalidade específica e formal é a devoção a um santo, o que no caso vai significar a unidade dos irmãos na proteção e salvaguarda dos interesses comuns”.²³⁰

Dessa forma, amparados em um repertório extremamente religioso é que os confrades de São José constituíram a sua confraria e se dedicaram ao culto ao seu patrono. Levantaram a casa de José, pai putativo de Cristo e esposo de Maria Santíssima, com dificuldade e afinco, de modo a estarem mais perto de sua figura santíssima, assim como de sua intercessão no momento de salvação de suas almas. Tinham os confrades, assim como seus coetâneos, amplo conhecimento da hagiografia, divulgada maciçamente na época por diversos meios, e viviam intensamente o Cristocentrismo. A partir dele é que interpretavam a vida, a morte, a sociedade de que eram partícipes, as relações que mantinham, o trabalho que exerciam, não existindo para eles um limite claro e definido entre os aspectos civil e religioso, pois ambos estavam amalgamados, entendidos a partir desse mesmo repertório.

Assim, depois de explanarmos sobre a cultura religiosa na qual os coetâneos do setecentos estavam inseridos, finalizamos a apresentação do contexto geral encontrado pelos confrades de São José ao fundarem sua confraria no Recife e a mantê-la por todo esse século, objetivo principal deste primeiro capítulo. O cenário foi apresentado. Daqui em diante trataremos melhor dos atores sociais a que nos propomos analisar neste trabalho: os artífices dos quatro ofícios anexos, confrades da Irmandade do Patriarca São José dos Oficiais dos Quatro Ofícios Anexos da vila do Recife, durante o funcionamento desta no setecentos.

²³⁰Virgínia Maria Almoedo de Assis, op.cit., p.34.

Capítulo 2

Uma *Santa* Irmandade erigida ao seu patrono São José

No ano de 1774, reunidos e concentrados na feitura e confirmação de seu novo Compromisso, os confrades da Irmandade de São José do Recife, para variados efeitos – tanto internos como externos, haja vista o controle da Coroa e da Igreja –, discorrem sobre a fundação de sua confraria. Contam eles que a

Irmandade e confraria do Patriarca o *Senhor* Sam Iozé dos officiais dos coatro officios anexos Carpenteiros Pedreiros Marceneiros Tanoeiros que elles estabelecerão á 39 annos a dita Irmandade e confraria na Igreja Nossa *Senhora* do Paraizo e São João de Deos do Hospital desta villa de Santo Antonio do Reciffe de Pernnambuco e a 21^{ra} annos a esta parte *que* Edeficarão ao mesmo *Santo* caza propria nesta mesma villa no baijro das Sinco pontas onde tem coLocado o dito *Santo* (...).²³¹

Como dito pelos próprios confrades no trecho acima citado e como já havíamos introduzido no capítulo anterior, a Irmandade do Patriarca São José dos Officiais dos Quatro Offícios Anexos do Recife foi fundada no ano de 1735, por oficiais mecânicos dos ofícios de carpinteiro, pedreiro, marceneiro e tanoeiro, em devoção a São José, tendo como um de seus fundadores o Irmão Manuel Gonçalves de Farias, marceneiro, que viria a falecer no ano de 1781.²³² Primeiramente, a confraria foi alojada na igreja do Hopital de Nossa Senhora do Paraíso, localizada em Santo Antônio, tendo lá um altar lateral para o seu patrono. Posteriormente, no ano de 1752, os confrades iniciaram a edificação da igreja de seu patriarca no lugar de São José, também na ilha de Santo Antônio, bem ao pé de onde ficava o Forte das Cinco Pontas, região onde viviam as pessoas mais pobres e escuras da vila e onde o culto ao santo carpinteiro e pai putativo de Jesus Cristo já era forte. A dita irmandade teria se instalado definitivamente por lá após a abertura ao culto da igreja de seu patriarca, em 1754, permanecendo até as primeiras décadas do século XX, quando a irmandade deixou de existir.

²³¹A.H.U., *Compromisso*, fl.2. Era comum que nos Compromissos das irmandades leigas coloniais viesse discriminado a sua história, como a data em que foi fundada, onde e por qual grupo. Isso intencionava não só relembrar aos seus membros a história de sua associação, como também informar às autoridades civis e eclesiásticas sobre quem eram eles.

²³²IPHAN/PE, *Livro de Receitas e Despesas*, p.82v.

De acordo com uma historiografia clássica sobre irmandades leigas no período colonial,²³³ a finalidade primeira de uma irmandade leiga era a de congregar pessoas que, tendo eleito um padroeiro comum, comprometiam-se a promover e a manter a devoção ao orago.²³⁴ Essa finalidade primeira, essencialmente religiosa, encontrada desde os seus primórdios, com o tempo teria se modificado, fazendo com que essas confrarias acabassem por se transformar, rapidamente, também em organizações beneficentes e de auxílio mútuo. Assim, passam elas a ter uma dupla finalidade: uma religiosa e outra assistencialista, aspectos que se tornariam quase que indiferenciáveis, principalmente, devido à ideia de caridade que fundamenta essencialmente o caráter do ser cristão.²³⁵ Daí, por exemplo, o ato caritativo ser uma presença constante nos estatutos das irmandades, com um destaque especial, pois a caridade, a fé e a esperança – que formam as virtudes teologais – sedimentam a vida cristã.

As associações luso-americanas tiveram como parâmetro, como modelo de fundação, funcionamento e organização, as suas congêneres do Reino. Suas estruturas eram muito parecidas, assim como algumas de suas normas compartilhadas, como indica a existência na documentação referente à Irmandade do Patriarca o Senhor São José de São Sebastião do Rio de Janeiro de uma cópia do “Regimento e Compromisso da Bandeira, do Bemaventurado Sam Joze, dos officiaiz dos Carpinteiros, e pedreiros desta Cidade de Lisboa”, do ano de 1501. No corpo documental referente a essa irmandade ainda é possível encontrar outros documentos

²³³Há hoje no Brasil uma historiografia consagrada acerca das irmandades leigas coloniais, que tomou força a partir da década de 1960. São trabalhos sérios, ricos documentalmente e que desenvolvem análises de extrema relevância para quem deseja se debruçar sobre o funcionamento dessas associações na América Portuguesa. Entre essas obras estão: SALLES, Fritz Teixeira de. *Associações religiosas no ciclo do ouro*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Mineiros, 1963; RUSSEL-WOOD, A.J.R. *Fidalgos e Filantropos: a Santa Casa de Misericórdia da Bahia, 1550-1755*. Brasília: Ed. UnB, 1973; SCARANO, Julita. *Devoção e Escravidão: a irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no século XVIII*. São Paulo: Ed. Nacional, 1976; BOSCHI, Caio C. *Os leigos e o poder: Irmandades Leigas e Política Colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ed. Ática, 1986; ASSIS, Virgínia Maria Almoedo de. *Pretos e Brancos a serviço de uma ideologia de dominação (o caso das Irmandades do Recife)*. Dissertação de Mestrado. Recife: CFCH/UFPE, 1988; AGUIAR, Marcos Magalhães. *Vila Rica dos confrades: a sociabilidade confrarial entre negros e mulatos no século XVIII*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 1993; QUINTÃO, Antônia A. *Lá vem o meu parente: as irmandades de pretos e pardos no Rio de Janeiro e em Pernambuco (Século XVIII)*. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH, USP, 1997; e SOARES, Mariza de C. *Devotos da cor – Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, séc. XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

²³⁴Caio César Boschi, op.cit., p.68.

²³⁵Julita Scarano, op.cit., 1978, p.79. Na historiografia clássica sobre irmandades leigas coloniais fala-se muito do caráter assistencialista desse tipo de associação. Todavia, assistencialismo não seria a definição mais apropriada para utilizarmos ao analisar as ações de auxílio mútuo das irmandades leigas coloniais. Tendo em vista que o Cristianismo está fundamentado no “tripé” fé, caridade e esperança, conhecidas como virtudes teologais, todas as ações de ordem espiritual das irmandades leigas coloniais estavam embasadas nessas virtudes, e por isso deve-se considerar essa perspectiva ao nos debruçarmos sobre essa prática. No entanto, utilizamos em todo o nosso trabalho palavras como “assistência social”, “assistencialismo”, “assistencialista” para que o leitor contemporâneo possa ter uma ideia melhor, talvez mais palpável, sobre como funcionavam as práticas de ajuda mútua realizadas por essas associações religiosas.

ligados, especificamente, às reivindicações e ao funcionamento da sua congênere lisboeta no decorrer do tempo, como petições, despachos e alvarás régios.²³⁶

Segundo Caio Boschi, as irmandades leigas portuguesas tiveram como traço comum em suas origens o espírito associacionista do “braço popular”. Estando o Estado Português preocupado apenas com a gestão dos negócios econômicos e políticos, teria recaído sobre essas associações a responsabilidade da assistência pública, principalmente para aqueles segmentos sociais menos favorecidos, fazendo com que elas figurassem como um meio para os desassistidos se agruparem e desenvolverem formas de autopreservação.²³⁷ Assim, a proteção aos seus membros passou a ser um dos papéis essenciais desempenhados pelas irmandades leigas portuguesas desde muito tempo. Papel que também fora assumido pelas confrarias luso-americanas, que reuniam, dentre variados segmentos da população, pessoas que compartilhavam uma mesma identidade grupal, com vistas ao auxílio mútuo e a defesa de seus interesses, conforme destacou Boschi: “as irmandades funcionaram como agentes de solidariedade grupal, congregando, simultaneamente, anseios comuns frente à religião e perplexidades frente à realidade social”.²³⁸

Todavia, esse autor alerta para o fato de, por muito tempo, ter se afirmado que as irmandades luso-americanas representavam manifestações de uma adaptação às condições locais das irmandades medievais existentes na Europa. Para ele, se por um lado não se pode negar que as irmandades europeias, especialmente as portuguesas, serviram como modelo e inspiração, por outro não se pode deixar de enfatizar que as irmandades luso-americanas tiveram as suas peculiaridades, por isso é que não devemos entendê-las como mera extensão ou transposição de suas congêneres metropolitanas. As irmandades caracterizam sempre o momento e o ambiente em que estão inseridas, o que acaba por originar a diversidade de suas formas e a imprecisão de suas denominações, mesmo entre as existentes na América Portuguesa, pois, ainda que identifiquemos traços comuns entre elas – que de fato existiram e foram muitos – cada uma guarda características bem peculiares em seu percurso histórico.

²³⁶Encontram-se em: Cf. Rio de Janeiro. Arquivo Noronha Santos – IPHAN, Igreja de São José D.F. Documentos do seu arquivo II. Inventário, Caixa RJ079, Pasta 02/01, “Sentenças e Documentos (1727-1865)”. Faz-se necessário informar ao leitor que este Regimento e Compromisso da Bandeira de São José de Lisboa, de 1501, foi feito pelos confrades da Confraria do Bem Aventurado Patriarca São José de Lisboa. Este Compromisso acabou por se tornar regimento por confirmação régia, como veremos ainda neste capítulo.

²³⁷Caio César Boschi, op.cit., p.50-51.

²³⁸Ibidem, p.14. De acordo com Caio César Boschi, as primeiras associações leigas que se instituíram formalmente em Portugal tinham por objetivo instituir hospícios para os pobres, criar seguro mútuo para o caso de morte dos seus cavalos, assistir a seus membros na pobreza, na doença e na velhice, apaziguar as contendas entre seus integrantes, além do compromisso de acompanhar à sepultura os que fossem morrendo, mandando rezar missas por suas almas. Ver em: BOSCHI, Caio C., op.cit., p.51-52.

Peculiaridades que identificamos no caso da Irmandade do Patriarca São José do Recife. Não apenas pelo contexto do “boom” construtivo vivenciado pela vila do Recife, que teria possibilitado aos oficiais dos quatro ofícios anexos que lá trabalhavam a fundação de sua confraria em 1735 e o funcionamento desta por todo o setecentos, mas também por vários outros fatores que cruzaram sem cessar o seu percurso histórico. A começar pelo fato de se tratar de uma confraria de oficiais mecânicos, que, além de possuir um aspecto religioso e outro assistencialista como todas as outras, gerenciava a organização profissional de seus confrades. Outro detalhe é que, ao estar localizada no Recife, vindos de fora ou não, seus confrades acabaram por vivenciar uma urbanidade com características geográficas, sociais e culturais próprias, e se estas teriam diferenciado a dita vila da sua vizinha Olinda, tanto mais dos outros povoados e vilas existentes na capitania e fora dela.

Ademais, outros tantos fatores também interferiram sobremaneira no funcionamento da confraria, como decisões sócio-político-econômicas vindas da Metrópole ou tomadas localmente, jogos de interesse intra e extramuros da Irmandade, e, até mesmo, as aspirações de cada um de seus membros investidas no fazer cotidiano associativo. Portanto, este será o objetivo principal deste capítulo. Apresentaremos mais detalhadamente o funcionamento da Irmandade do Patriarca São José dos Oficiais dos Quatro Ofícios Anexos do Recife, desde a sua fundação até fins do setecentos, com vistas à apontar as suas características enquanto confraria, as suas particularidades, as mudanças sofridas por ela nesse período, enfim, a peculiaridade de seu percurso histórico.

Ainda de acordo com a historiografia sobre esse tipo de associação, não eram muitas as exigências para se criar uma irmandade leiga – as exigências se faziam para o seu funcionamento, como veremos no decorrer deste trabalho. Com exceção das ordens terceiras, que funcionavam de maneira diferente e tinham que ser confirmadas pelo Provincial da Ordem na Colônia, qualquer cristão, fosse leigo ou religioso, poderia fundar esse tipo de confraria.²³⁹ Entretanto, para que uma irmandade pudesse existir de fato, para as autoridades e para a sua comunidade, ela deveria possuir, ao menos, um altar em qualquer igreja da localidade para a celebração do culto ao orago, além de uma sala, mesmo que emprestada, para se reunir e deliberar sobre os seus assuntos. Ao estarem as irmandades abrigadas nesses altares, os seus membros passavam, então, a se empenhar para captar recursos e iniciar as construções de suas próprias igrejas, assim como aconteceu com a Irmandade de São José do Recife.²⁴⁰

²³⁹Ibidem, p.23.

²⁴⁰Julita Scarano, op.cit., 1978, p.73-74.

Como já citado anteriormente, a Irmandade de São José nos primeiros anos de sua fundação esteve alojada em um altar lateral da Igreja do Hospital de Nossa Senhora do Paraíso. Mostramos no capítulo anterior, que esse era o caminho seguido pela maioria das irmandades leigas na América Portuguesa: ocupar um altar lateral de uma igreja até juntar cabedal suficiente para a construção de sua própria casa. Isso indicava não só o estabelecimento da irmandade perante a sua comunidade, como também proporcionava o aumento de seu *status*. Para a edificação de tais igrejas se fazia necessário obter uma licença para essa finalidade, pois a legislação metropolitana proibia explicitamente a construção, reedificação ou mesmo ampliação das igrejas sem autorização prévia das autoridades, que tratavam de analisar a proporcionalidade da planta em relação às necessidades do local.²⁴¹ Como já dito, a Irmandade de São José tratou de providenciar tal licença no ano de 1752, cuja setença do provisor do bispado de Olinda, Cônego João de Soares Barbosa, teria sido favorável, apontando as condições regulares do patrimônio da dita irmandade, e determinando que a igreja de seu patriarca fosse construída em pedra e cal, com cinco degraus, pelo menos.

É o que vemos acontecer também com a Irmandade do Santíssimo Sacramento do Corpo Santo no Recife, que teria feito uma petição pedindo autorização para erigir uma igreja para o Santíssimo na ilha de Santo Antônio, no mesmo sítio da antiga casa de pólvoras, como conta Pereira da Costa: “(...) a qual ali mesmo se determinou fazer com as dimensões expressas na petição dirigida ao bispo diocesano, isto é, ‘de ter cem palmos de comprimento e cinquenta de largo, e a capela-mor cinquenta e cinco de comprimento, ou aquilo que por melhor razão pedir o corpo da igreja’”.²⁴² Pereira da Costa ainda cita outros pedidos de autorização e licenças concedidas para a construção de igrejas do Recife, como a Igreja de São Pedro dos Clérigos, cuja obra seguiu regularmente após concessão de licença por provisão de 30 de abril de 1728; e a Igreja da Irmandade do Bom Jesus dos Martírios dos Homens Pretos do Recife, cuja setença foi julgada também pelo Cônego João Soares Barbosa e lavrada em 24 de abril de 1784, mas, nesse caso, instituído o patrimônio canônico do templo projetado, que era indispensável para a sua fundação, e não dispondo a irmandade de recursos imediatos para começarem as obras, esta só viria a ser iniciada em 1791.²⁴³

Ao edificarem suas igrejas, as confrarias também se preocupavam com a feitura de altares laterais para abrigar outras invocações, que, na maioria das vezes, viriam a ser de responsabilidade de outras irmandades leigas. No caso da Irmandade de São José do Recife,

²⁴¹Caio César Boschi, op.cit., p.127.

²⁴²Francisco A. Pereira da Costa, op.cit., vl.6, 1984, p.108.

²⁴³Ibidem, p.392 e 404.

esta, logo que concluiu a capela-mor de sua igreja em 1778, tratou das obras da cabeceira da nave, concluída em 1780, onde já se encontravam feitos dois altares laterais, um do lado do Evangelho e o outro do lado da Epístola. A Irmandade ainda teria construído mais dois altares laterais (totalizando quatro altares), um em cada lado, estes possivelmente construídos após o levantamento das paredes do corpo da igreja, que, ao que tudo indica, só estariam concluídas em 1787.²⁴⁴

Para entender essa preocupação, é preciso que se diga que, enquanto ainda estava instalada na igreja do Hospital de Nossa Senhora do Paraíso, os confrades da Irmandade de São José, juntamente com os confrades de outras irmandades que também lá possuíam um altar lateral, estavam submetidos às normas e às vontades dos administradores dessa igreja. Ao erigirem a sua própria igreja e lá se instalarem a partir de 1754, as regras do jogo mudam e a Irmandade do Patriarca São José do Recife passa ter controle total sobre sua vida confrarial. Dessa forma, ela também passa a atrair outras irmandades que, ainda sem casa própria para o seu orago, desejam se instalar em um altar lateral de seu templo. Isto significa o aumento do poder exercido pela Irmandade de São José na sua comunidade, tendo em vista que esta passa, de certa forma, a ter sob seu controle as confrarias que ocupam os altares laterais da igreja de seu patriarca, como também a ter mais uma fonte de rendimentos, como veremos ainda neste capítulo.

Identificamos algumas irmandades ocupando os altares laterais da Igreja de São José no decorrer de sua existência. A maioria foi instalada no século XIX, o que faz todo o sentido, se considerarmos que a construção desta igreja adentrou essa centúria.²⁴⁵ Entretanto, no século XVIII, conseguimos identificar, pelo menos, duas irmandades leigas que ocuparam os seus altares laterais: a Irmandade de Nossa Senhora das Mercês e a Irmandade do Senhor

²⁴⁴IPHAN, “Igreja de São José do Ribamar”, op.cit., vl.1, 2004, p. 33-34. Hoje, ao entrar na Igreja de São José do Ribamar é possível perceber que no alto de seu arco do cruzeiro está gravada as seguintes datas: 1752 e 1778, intercaladas por um desenho de um compasso. No decorrer do tempo essa inscrição gerou equívocos, que acabaram por repercutir em alguns textos que trazem informações sobre a construção da dita igreja, pois sugerem que esse teria sido o período da construção da própria igreja. Quem se debruça no estudo das irmandades leigas e na ereção de suas igrejas sabe que, em geral, trata-se de um período relativamente curto para que uma igreja pudesse ser erigida, principalmente por um grupo de oficiais mecânicos, pela dificuldade (menos em relação a algumas irmandades e mais em relação a outras) de se levantar recursos para tal fim. Segundo o estudo feito pelo IPHAN para o tombamento da Igreja de São José do Ribamar, essa inscrição compreende o período de construção da capela-mor e das obras da cabeceira da nave, onde está localizado o arco do cruzeiro. Dessa forma, em 1778 só estariam “prontos” a capela-mor, o arco do cruzeiro, os dois altares laterais da cabeceira da nave, o consistório de onde os confrades deliberavam e a primeira sacristia. Ver em: IPHAN, “Igreja de São José do Ribamar”, op.cit., vl.1, 2004, p.31. Ademais, de acordo com as nossas análises durante esse trabalho, muito possivelmente, esta inscrição, na qual aparecem essas datas e o compasso (o qual remete ao instrumento de trabalho), não foram gravadas no arco do cruzeiro no século XVIII, mas sim posteriormente a essa centúria.

²⁴⁵No século XIX encontramos abrigadas na Igreja de São José do Ribamar as irmandades de Nossa Senhora do Bom Parto, de Nossa Senhora da Luz, de Santa Apolônia e as invocações ao Bom Jesus dos Pescadores. Ver em: IPHAN, “Igreja de São José do Ribamar”, op.cit., vl.1, 2004, p.42.

Bom Jesus dos Aflitos (**Figs.15 e 16**), havendo chances da primeira invocação estar localizada no lado da Epístola e a segunda no lado do Evangelho da cabeceira da nave.²⁴⁶ Não sabemos precisamente quando essas irmandades se instalaram nos altares laterais da dita igreja, mas a primeira vez que são referidas na documentação relativa à administração da Irmandade de São José é entre os anos de 1781 e 1783.

No livro primeiro de contas da dita confraria consta nesse período o gasto com velas compradas ao já citado cirieiro que tinha seu negócio atrás do Rosário, velas estas que foram distribuídas pela igreja da seguinte forma: “desa cera ficou no Altar para o Semanario oito vellas de livra com duas que se deo hua ao Altar de Nossa [Senhora] outra ao Altar do Senhor Bom Jezus”.²⁴⁷ Também consta nesse livro o registro do rendimento do sepulcro desse período, no qual se vê o seguinte recebimento: “Pelo que deo os Irmãos do Senhor Bom [Jesus] e os Irmãos de Nossa Senhora das Mercês [\$320]”.²⁴⁸ Na documentação administrativa da Irmandade de São José ainda consta um termo feito posteriormente, assinado pelo escrivão da dita, Cosme Teixeira Porto, referente a uma reunião realizada em Mesa conjunta, no dia 06 de junho de 1790, para constar a entrega de alguns objetos pertencentes à Irmandade de Nossa Senhora das Mercês. Esse termo diz o seguinte: “(...)entrega[mos] ao Senhor Joze Martins hum Livro da [Irmandade] [de] (...) nossa Senhora das Merseis [Assim] [mais] hua franja de ouro com oijto palmos mais hua de ret[...].os emcarnado mais hua culher de calis de prata e por ser verdade pasei este termo em *que* me asignei.”²⁴⁹

²⁴⁶Não conseguimos identificar a localização exata dos altares dessas irmandades na Igreja de São José, mas, segundo o inventário do IPHAN de 1975, assim como o de 2004, o retábulo onde se encontrava, no momento de produção desses inventários, a invocação ao Senhor Bom Jesus dos Aflitos era no lado do Evangelho, o que nos sugere que a invocação a Nossa Senhora das Mercês estaria abrigada no lado da Epístola. Entretanto, essa disposição espacial pode ter sido diferente quando essas irmandades se abrigaram por lá no século XVIII, por isso não podemos confirmar tal informação. Para mais informações, ver em: IPHAN, *Inventário geral da Igreja de São José do Ribamar do Recife*, vls.1 e 2, Recife, 1975; e IPHAN, “Igreja de São José do Ribamar”, *Inventário Nacional de Bem Móveis e Integrados de Pernambuco*, vls.1-2, Recife, 2004. Também não conseguimos identificar a composição social dessas irmandades. Todavia, Gilberto Freyre sugere que a Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Aflitos era formada por pescadores, possivelmente dali mesmo da praia de São José. Ver em: FREYRE, Gilberto. *Guia Prático, Histórico e Sentimental da Cidade do Recife*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1961, p.20-22.

²⁴⁷IPHAN/PE, *Livro de Receitas e Despesas*, p.89.

²⁴⁸Ibidem, fl.90v. É só a partir da década de 1780 que vemos a Irmandade de São José tratar sobre o Sepulcro. Segundo Raphael Bluteau, “sepulcro”, ou no caso, o Santo Sepulcro, é o túmulo em que se expõe o corpo do Senhor morto na semana santa.

²⁴⁹Cf. Recife, Arquivo da Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em Pernambuco – IPHAN/PE, *Livro de Termos da Irmandade do São José do Ribamar. 1777-1854*. Arquivo deslizante nº 6, prateleira nº 2, Caixa nº 7, fl.26v. Daqui para frente, o presente documento será citado da seguinte forma: IPHAN/PE, *Livro de Termos*, e a página correspondente da citação feita. José Martins, pessoa que recebeu alguns bens da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês neste dia, foi o sacristão que tomou posse em Mesa conjunta de 12 de abril de 1790, conforme um termo lavrado neste dia, presente neste mesmo Livro de Termos da Irmandade de São José, fl.25v.

Fig.15: Imagem de Nossa Senhora das Mercês, que, pela informação recebida pelo IPHAN, quando resgatada depois de anos desaparecida, consta como fazendo parte dos bens da Igreja de São José. Todavia, não estamos certos quanto a esta informação. Segundo inventário do IPHAN, esta imagem teria sido produzida no século XVIII. (Fotografia realizada no setor de Bens Móveis da 5ª Superintendência do IPHAN, por minha autoria, em 2013).

Fig.16: Altar lateral da Igreja de São José, onde se encontrava, em 1975, a imagem do Senhor Bom Jesus dos Aflitos (lado do Evangelho). Fonte: IPHAN, *Inventário geral da Igreja de São José do Ribamar do Recife*, vl1, Recife, 1975, p.41.

Como visto, no recorte temporal por nós analisado identificamos apenas essas duas irmandades existindo durante o setecentos. O que sabemos, além disto, é que havia nessa mesma igreja por esses tempos a invocação à Santa Apolônia, mas não se tem registros da configuração de uma irmandade leiga com esta invocação abrigada na Igreja de São José no século XVIII, apenas em fins do século XIX. Porém, um trecho de outro termo da irmandade, redigido juntamente com a Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Aflitos, em 21 de setembro de 1784, para tratar das despesas com as sepulturas da igreja, sugere que há a possibilidade de ter havido outras irmandades leigas nela abrigadas, podendo, inclusive, ser a de Santa Apolônia uma delas. Segue o trecho:

(...) mandou o *Irmão* Juis pacar este termo em que ambas as mezas se asinarum (...) digo mais que querendo as mais Irmandade desta Santa Caza a [uturizaremce] da tumba para alguns dos seus Irmaos a puderam fazer emtrando na mesma dispeza Com cumdição [porem] que as Irmandades Leijgas da mesma Caza não puderam [alugar] so sim sirvira para os seus Irmaons cuja regalia si [fica] rezervada a nosso Patriarca o *Senhor* Sam Joze (...).²⁵⁰

Dessa forma, o trecho acima sugere que a Igreja de São José poderia ter durante o século XVIII um número maior de irmandades instaladas – mesmo que precariamente –, além das duas que conseguimos até agora rastrear. Tal trecho também nos mostra que, por vezes, quando necessário, a Irmandade de São José realizava reuniões conjuntas com as outras irmandades para deliberar sobre os assuntos referentes a sua igreja. Todavia, nesse trecho, assim como nas outras referências citadas acima, há indicações de que as decisões nas reuniões não eram tomadas com vistas a beneficiar a todas elas de maneira igualitária, estando a Irmandade de São José sempre em benefício em relação às demais e sempre no controle delas, tornando-as dependentes e subservientes.

A Irmandade de São José, ao que tudo indica, mantinha o controle dos livros administrativos e dos patrimônios das outras irmandades, assim como figurava como detentora de todos os privilégios quando o assunto era a igreja, o que não poderia ser diferente, tendo em vista que a dita igreja era a casa de seu patrono e tinha ela o direito de Padroeiro, como citamos anteriormente, que acabava por permitir à irmandade fundadora da igreja, o direito de precedência nas cerimônias do culto e procissões.²⁵¹ Festas e procissões que eram fundamentais para que as irmandades leigas fossem reconhecidas como parte do

²⁵⁰Ibidem, fl.7v.

²⁵¹Fritz Teixeira de Salles, op.cit., p.18-31.

corpo social, ficando a sua organização sob suas responsabilidades, cabendo ao sacerdote apenas responder pela parte religiosa.²⁵²

Por mais fundamentais que fossem dentro da lógica da época, nem sempre as festas eram prioridade para irmandades, principalmente para aquelas mais pobres ou que momentaneamente passavam por dificuldades financeiras, como aconteceu com a Irmandade de São José entre os anos de 1785 a 1789, período antecedente ao episódio das arrematações das âncoras protagonizado pelo Governador D. Tomás José de Melo, quando a irmandade esteve com dificuldades em levantar recursos, inclusive para a construção da casa de seu patriarca, obrigando-a a realizar festas mais simples. Assim, em um termo lavrado em Mesa conjunta em 05 de março de 1786, os confrades decidem fazer a festa no dia mesmo do dito santo, 19 de março, e “que [fizesemos] a festa tam solmente com huma missa cantada tam somente de hum [sol] [sacerdote] e havendo alguem devoto que a quera fazer com gandeza e pompa sendo a cuesta de sua fazenda a pudera fazer como for do seo gosto e vontade (...)”.²⁵³

Normalmente, nos períodos em que a Irmandade não passava por dificuldades financeiras tão graves, as festas promovidas por ela eram feitas com demasiado empenho e com direito a tudo o que seus confrades pudessem pagar, principalmente após a abertura da igreja de seu patrono ao culto. A cada ano no dia do santo era realizada uma missa pelo Padre Capelão ou por outro padre convidado, como aconteceu no ano de 1783, quando foi contratado o Reverendo Joaquim Rodrigues, por falta do capelão. Foi esse mesmo reverendo, inclusive, que esteve à frente da novena realizada nesse dia do santo, novena que fazia parte das atividades programadas para a festividade, como indica um trecho do Compromisso de 1774:

(...) sendo *que* não Seja neste tempo empedido se fara a dita festa no mesmo dia do Nosso Santo 19 de Março dando-sse ao *Reverendo* Parocho da novena e [vesperas] se ouver e Missa Cantada o *que* hé Costume ou naquillo *que* a Meza se ajustar de *que* ELegerão Pregador o *que* melhor forma e nota ouver de *que* lhe darão de esmolla para nos pregar o sermão do Nosso Santo no Seu dia dez mil reis ou no *que* se ajustarem (...).²⁵⁴

Geralmente, mas nem sempre, a homenagem a São José poderia durar de dois a três dias, não só durante o dia, mas também à noite. Iniciava-se com fogueiras acesas na véspera

²⁵²Antônia A. Quintão, op.cit., p.120.

²⁵³IPHAN/PE, *Livro de Termos*, fl.11v.

²⁵⁴A.H.U., *Compromisso*, fl.9v.

da festa, que continuavam ardendo até o seu fim. Também podia-se ver várias luminárias a enfeitar o evento, estando a igreja, casa do dito santo, bem ornada com cortinas, alcatifas e castiçais, além de bancos para acomodar os devotos que iriam assistir as missas e novenas cantadas, acompanhadas por um organista. No dia da festa, chameleiros saíam tocando as suas charamelas pelas ruas da vila, convidando as pessoas a participarem da festividade e recolhendo esmolas para o dito santo.

Quem fosse à Igreja de São José neste dia iria encontrar o Santíssimo Sacramento exposto e ouvir os sermões e pregações programados, alguns proferidos em púlpito por renomados pregadores. Também era dia de música e os devotos poderiam assistir a apresentação de cantores contratados especialmente para ocasião, como o cantor Ângelo Custódio, contratado para a festa do ano de 1783. No fim, os confrades, vestindo anéis e fitas fornecidos pela Irmandade para o evento, poderiam distribuir fitas ao povo, que ainda teria a possibilidade de assistir a missa do dia seguinte, ainda com o Santíssimo exposto, fechando assim a festividade.²⁵⁵

O dinheiro para as despesas das solenidades promovidas pela Irmandade poderia ser recolhido por meio de esmolas doadas por devotos, como também por meio de rateio feito entre as irmandades abrigadas na casa do santo, que dividiam os custos equitativamente ou proporcionalmente, o que não significava que garantiriam um lugar de destaque no evento, sendo esse lugar sempre da irmandade que invocava o santo da casa.

De acordo com Antônia Aparecida Quintão, no contexto da sociedade setecentista havia uma grande importância e uma série de significados por trás desses eventos. De modo geral, fosse nas procissões, nas festividades promovidas pela Câmara Municipal ou em outra solenidade qualquer era costume que as irmandades saíssem em ordem de precedência, cabendo às mais antigas os lugares privilegiados. Qualquer mudança nessa ordem era vista como insulto, como uma ofensa pública, passível de recurso judicial inclusive, tendo em vista que ter a precedência nesses eventos era um indicador de *status*, e, por isso, de modo algum as irmandades leigas abriam mão de tal costume.²⁵⁶

Além de respeitarem a ordem de precedência, as irmandades leigas desfilavam com os seus guiões encarnados, seus pendões roxos, suas cruzes e suas lanternas de prata antiga²⁵⁷ (**Fig. 17**). Seus confrades, portando tochas, seguiam o cortejo vestidos com opas, um tipo de

²⁵⁵Todas essas informações podem ser encontradas em: IPHAN/PE, *Livro de Receitas e Despesas*, p.34-88.

²⁵⁶Antônia A. Quintão, op.cit., p.120.

²⁵⁷Gilberto Freyre, *Guia Prático, Histórico e Sentimental da Cidade do Recife*, Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1961, p.20-22.

Fig. 17: Objetos usados nas procissões, pertencentes à Irmandade de São José ou a uma das irmandades que existiram na Igreja de São José. Esses objetos estão guardados no depósito da Igreja de Santa Rita de Cássia, sob salvaguarda do IPHAN. Exceto uma lanterna e uma cruz de prata do século XIX (que não estão representados nesta imagem), os outros objetos não estão datados pelo IPHAN, por isso não sabemos de que época seriam eles, nem a qual irmandade pertenciam (Fotografia de minha autoria, 2013).

capa sem mangas, com cores ou detalhes específicos, para que a comunidade pudesse identificar de qual grupo eram eles partícipes. Desde o ano de 1791, os confrades da Irmandade de São José saíam nas cerimônias vestindo, além das opas, as murças sobrepostas, uma espécie de gola ampla que caía sobre os ombros.²⁵⁸ Há indicações – não se sabe ao certo se era por esses tempos – de que as opas vestidas pelos confrades de São José eram de cor branca e as murças de cor roxa, enquanto uma das irmandades associadas à igreja de seu patrono, a Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Aflitos, apresentava-se com seus membros vestidos com mantos de cor roxa.²⁵⁹

Em ocasião dessas solenidades, os confrades da Irmandade de São José percorriam os trajetos públicos sob cruz alçada, ladeada por ciriais – castiçais altos –, além de portarem brandões, que nada mais eram do que velas grossas, usadas em procissões e cortejos fúnebres.²⁶⁰ De acordo com o capítulo 7 do Compromisso de 1774 da dita irmandade, todos os membros desta confraria eram obrigados a participarem de todas essas solenidades, “fazendo grande apreço e exequiamento como verdadeiros Irmaos Concorrendo para o servisso do Nosso Santo Patriarca o Sr. Sam Ioze asestindo na sua festa de Capas as *que* se fizerem na Nossa Igreja no seu dia 19 de Março ou em outro qualquer e o tempo permitir”²⁶¹.

Certamente a solenidade que mais preocupava os confrades de São José era o acompanhamento de seus mortos à sepultura, tendo em vista que essa preocupação perpassa alguns trechos do seu Compromisso de 1774. No capítulo anterior deste trabalho, apresentamos como os rituais de “boa morte”, principalmente o sepultamento, eram de extrema importância para os coetâneos do Recife setecentista, pois tinham a função de homenagear o morto e ajudá-lo a trilhar o caminho para o outro mundo. Evidentemente que para os confrades de São José não poderia ser diferente, tanto que no capítulo 10 do Compromisso de 1774 se institui o seguinte sobre essa questão:

Logo que Se avizar faleceo algum nosso Irmão ou sua consorte ou filhos e familio que estiver debaixo do dominio de seus Pais sendo solteijro, o *Irmão* Thezoureiro e os *Irmaos* Procuradores em se lhe dando parte saberão Logo se o tal *Irmão* defunto quer ser sepultado o seu corpo nesta nossa Igreja para assim darem parte ao *Irmão* Iuiz Escrivão e mais *Irmaos* da Meza e os mais *que* puderem Convocar para esta

²⁵⁸IPHAN, “Igreja de São José do Ribamar”, op.cit., vl.1, 2004, p.26.

²⁵⁹Gilberto Freyre, op.cit., 1961, p.20-22. No inventário de tombamento da Igreja de São José do Ribamar, baseado em Compromisso da Irmandade de São José datado do século XIX, consta que os confrades envergavam “balandrão com capuz, tudo de lan côm de ganga amarela, e forrado de roxo claro”. Ver em: IPHAN, *Inventário geral da Igreja de São José do Ribamar do Recife*, vl.1, Recife, 1975, p.5.

²⁶⁰IPHAN, “Igreja de São José do Ribamar”, op.cit., vl.1, 2004, p.26.

²⁶¹A.H.U., *Compromisso*, fl.6.

aÇão e irem buscar para a nossa Igreja o Corpo do Irmão defunto ou Irman defunta para se dar a sepultura a qual se dará a todos os nossos Irmãos e Irmas e filhos e filhas famílios que estiverem debaixo do dominio de seus Pais que forem nossos Irmãos e indo a enterrar o Corpo do tal Irmão defunto ou defunta a outra qualquer Igreja a Meza actual hira aCompanhar Com cruz e Guião ou Bandeira o mesmo farão para com os filhos sahindo todos da Igreja formados em corpo de Irmandade Levando o Irmão Thezoureiro a Cruz e o Procurador o Guião ou Bandeira o Iuiz ou Escrivão hira Com a Vara na mão atras e os mais Irmãos hirão Carregando a tumba e sahirão rezando cadã hum dos Irmãos trez Padres nossos e trez Ave Marias aplicando pela alma do Irmão defunto ou defunta e o mesmo observarão na mesma forma Com as veuvas que forão consortes dos Nossos Irmãos conservando-se veuvas e morrendo neste estado hirão buscar seu Corpo para se dar a sepultura nesta nossa Igreja ou aCompanhar para outra (...).²⁶²

Como nos mostra o trecho acima, esse auxílio na hora da morte também era estendido pela Irmandade às viúvas, aos filhos e familiares solteiros que estivessem sob a dependência de algum de seus confrades ao falecerem. Ademais, os corpos dos falecidos não necessariamente eram enterrados na igreja do Patriarca São José, podendo o próprio falecido ou sua família ter manifestado a vontade de sepultá-lo em outra igreja, o que não seria incomum, tendo em vista que uma pessoa poderia estar filiada a várias outras confrarias, sob diversas invocações, escolhendo, dessa maneira, na casa de qual orago ele gostaria que seu corpo descansasse, para assim o dito santo poder interceder por sua alma.

Sobre esse assunto, Fritz Teixeira Salles destaca uma característica importante das irmandades leigas coloniais, que ajuda a esclarecer o fato de ser comum as pessoas pertencerem a mais de uma confraria por esses tempos. De acordo com esse autor, as irmandades leigas do século XVIII figuravam como organismos sociais, com algumas semelhanças aos organismos de classes que conhecemos hoje. Organizados nessas confrarias, os diversos tipos sociais lutavam por seus interesses, suas aspirações e anseios, mesmo que despossuídos de uma base ideológica e de uma tradição de luta, como é próprio dos atuais organismos de classes. Dessa forma, encontravam eles nessas associações permitidas pelas autoridades um espaço onde poderiam reivindicar um lugar na sociedade, uma forma de existir coletivamente.²⁶³

Atrelado ou mesmo amalgamando essa característica, que acaba por revelar as irmandades leigas também como espaço de interesses e reivindicações sociais - ainda que tais

²⁶²A.H.U., *Compromisso*, fl.7.

²⁶³Fritz Teixeira de Salles, *op.cit.*, p.114.

interesses e reinvidações não possam ser interpretados como concebemos hoje-, encontramos um objetivo de caráter essencialmente religioso, próprio da mentalidade setecentista, quando se decidia se filiar a umas dessas confrarias. Isso quer dizer que, um carpinteiro poderia se filiar a uma irmandade leiga que agrupava outros carpinteiros ou oficiais mecânicos da construção, como na Irmandade de São José, mas ele também poderia ser negro livre ou escravo ou mesmo pardo, e, assim, se filiar também à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos ou à Irmandade de Nossa Senhora do Livramento. E se tivesse ainda alguma devoção particular e quisesse fazer parte da confraria sob a invocação de seu orago, desde que não houvesse impedimentos impostos para a sua entrada, também se tornaria confrade desta. Era assim que funcionava, e não era de maneira alguma uma prática incomum pertencer a mais de uma confraria.

Depois dessa breve explicação, retomemos o trecho apresentado acima. Ainda segundo ele, todos os confrades acompanhavam em corpo de irmandade o irmão falecido de sua casa até a igreja onde seria sepultado, rezando cada um três pai-nossos e três ave-marias. Como dito, havia grande importância e uma série de significados por trás dessas solenidades e cada elemento do seu ritual tinha uma razão de ser. Além do intuito de homenagear o morto e facilitar a sua passagem para a outra vida, essas procissões eram também um meio de se reunirem, mantendo a solidariedade do grupo e mostrando aos outros membros de sua comunidade a importância de seu grêmio.²⁶⁴

Assim é que vemos os confrades de São José organizados em corpo de irmandade para acompanhar o morto, cada um ocupando o seu papel, que deveria ser bem identificado durante o cortejo. A Mesa diretoria seguia à frente: o tesoureiro deveria ir segurando a cruz; o procurador deveria portar o guião, uma espécie de bandeira que se levava no início dos cortejos para constar à comunidade qual a irmandade que ali passava; e o juiz ou o escrivão deveriam seguir portando uma vara. O restante dos irmãos, como visto, viria atrás segurando a tumba do morto. Como podemos perceber, assim como acontecia em outros tipos de solenidades, também nos cortejos fúnebres a precedência era importante. Nesse caso, era ela também aplicada entre os seus membros, considerando que os que tinham mais prestígio ocupavam lugares especiais e portavam símbolos que informavam à comunidade o papel de prestígio que ocupavam dentro da confraria, pois, a disposição da procissão tinha como intuito reproduzir a ordenação hierárquica e social das pessoas envolvidas no evento, como bem destaca Antônia Aparecida Quintão.²⁶⁵

²⁶⁴Julita Scarano, op.cit., 1978, p.54-55.

²⁶⁵Antônia A. Quintão, op.cit., p.120.

Também tratamos no capítulo anterior, que a apreensão acerca do fenômeno da morte também se materializava no costume – quase que obsessivo aos olhos de hoje – de se encomendar a própria alma por meio de missas, pois quanto maior fosse o número de missas recebidas, maiores seriam as facilidades que essa alma teria ao adentrar a outra vida. Desse modo, era comum que as irmandades leigas tivessem um livro específico, que geralmente ficava sob a guarda do Capelão, para se registrar as quantidades de missas que as almas receberiam, já que nenhum membro poderia ter o número de missas menor do que lhe era de direito. O capítulo 11 do Compromisso de 1774 da Irmandade do Patriarca São José versa justamente sobre os sufrágios que se deveriam fazer pelas almas de seus membros falecidos, e nele consta a preocupação com o registro do número de missas, como se vê no trecho abaixo:

O Irmão Iuiz tera grande cuidado ou quem suas Vezes fizer aSim que falecer [qualquer] Irmão ou Irman pasará ordem ao Irmão Thezoureiro para que lhe mande dizer pelo nosso Reverendo Padre Capelão ou por outros quaisquer Reverendos Sacerdotes as Suas missas de que passarão Certidão no Livro dellas declarando o nome do tal Irmão ou Irman pela alma de quem as dicerem.²⁶⁶

De acordo com esse capítulo ainda, os confrades tinham direito a um número específico de missas: os irmãos oficiais dos quatro ofícios anexos tinham direito a 20 missas e os “irmãos de fora” tinham direito a 10 missas, com a esmola de 200 réis cada uma. Caso um confrade não cumprisse com a sua obrigação de pagar a sua entrada ou os anuais para a Irmandade, os valores que estavam pendentes eram descontados nos números de missas a que tinham direito, como mostra o livro primeiro de contas da dita irmandade. A exemplo, vemos em um registro do período de 1782 a 1783 desse livro que “[O] [Irmão] Simão da Sylva Santos oficial de Marceneiro falecido em [...] [de] Dezembro de 1780 ficou devendo hum anno deve ter 18 missas”, e “o Irmão José da Sylva, oficial de Pedreiro falecido em 18 de Mayo de 1782 Não tem missas por ficar devendo a entrada e anais”.²⁶⁷

Para os confrades de São José, a atenção reservada à morte de seus irmãos era considerada obrigação pia e ato de caridade, por isso faziam algumas concessões. Para aqueles oficiais dos quatro ofícios anexos que não eram confrades, mas que tinham pago para a bandeira do santo, a Irmandade mandava rezar 5 missas às suas almas ao falecerem, também com a esmola de 200 réis cada uma. Ademais, para aqueles confrades extremamente pobres,

²⁶⁶A.H.U., *Compromisso*, fl.7v.

²⁶⁷IPHAN/PE, *Livro de Receitas e Despesas*, p.91v.

cuja pobreza fosse atestada e conhecida por todos, a dita irmandade zerava a dívida que estes pudessem ter com ela, e determinava o seguinte:

(...) não haverá duvidas em mandar-sse dizer as ditas Missas pelas almas daqueles Irmaos ou Irmaes *que* falecerão e ficarão devendo *por* sua grande pobreza alguns anaes o *que* sempre *emquanto* tiverão pagarão e no seu falecimento se axarão tão pobres *que* não tenham Com *que* Comprarem huma mortalha *para* se amortilhar. o seu corpo o Irmão Iuiz lhe mandará dar huma mortalha a custa da Irmandade *para* ser amortilhado o Corpo do defunto nosso Irmão ou Irmã o *que* se não observara a respeito daqueles Irmaos *que* Sempre forão remissos em não pagarem os ditos seus anaes tendo com *que* o podessem satisfazer (...).²⁶⁸

Assim aconteceu nos casos de Félix das Neves, oficial de carpinteiro, que morreu em 15 de abril de 1782, e que “falecido pobre e extoporado deve 11 annos e deve a Irmandade mandar dizer suas missas”; e no caso do oficial de marceneiro, José do Rosário, falecido em 19 de maio do mesmo ano, que “ficou devendo [12] [anos] e deve a Irmandade mandar dizer a suas missas pois todo este tempo esteve extoporado”.²⁶⁹ Além de atender aos seus membros extremamente pobres, como pudemos perceber nos dois exemplos apresentados, a Irmandade também assegurava a assistência aos artífices dos quatro ofícios anexos que eram escravos ou ex-escravos, como pode-se ver na seguinte passagem do Compromisso de 1774: “forros e Captivos e falecendo estes e não tendo adonde se emterrar Seus Corpos o Irmão Iuiz mandara Logo dar sepultura na nossa Igreja”.²⁷⁰

Fora a caridade e a obrigação pia de se dizer missas às almas de cada um de seus confrades que morria, ainda era costume na Irmandade, desde a sua fundação, mandar o Capelão dizer três missas no dia de Natal em atenção às almas dos irmãos falecidos e às almas daqueles que ainda estavam vivos. O mesmo acontecia no dia de São José: todos os anos, no altar do patrono, era dita uma missa pelo Capelão em atenção às almas de todos os confrades da Irmandade, estando eles ainda nessa vida ou já na outra, ainda que houvesse festa.²⁷¹

Como visto, a Irmandade de São José, desde o início, manteve suas características de confraria religiosa: reunia leigos no catolicismo tradicional, se responsabilizando e promovendo o culto a um orago, nesse caso a São José. Como tantas outras confrarias existentes na América Portuguesa, a dita irmandade buscava atender aos objetivos comuns de

²⁶⁸A.H.U., *Compromisso*, fl.7v.

²⁶⁹IPHAN/PE, *Livro de Receitas e Despesas*, p.91v.

²⁷⁰A.H.U., *Compromisso*, fl.7v.

²⁷¹Idem.

seus membros, não apenas espiritualmente, por meio da religião, mas também socialmente, agrupando-os e assistindo-os, pois não havia para eles distinção entre os aspectos temporal e espiritual.²⁷² Ao tornaram-se confrades, seus membros poderiam contar com o seu auxílio para o sepultamento de seus corpos e o encaminhamento de sua alma para outra vida por meio dos sufrágios.²⁷³ Podiam também encontrar solidariedade dentro do seu grupo para buscar estratégias – conscientes ou não – de proteção ou burla dentro de uma sociedade significativamente hierarquizada e discriminadora.²⁷⁴

De acordo com Julita Scarano, quase todos os estatutos das irmandades leigas coloniais exigiam a prática de virtudes cristãs, garantindo, assim, não apenas o sepultamento dos seus membros aos moldes do catolicismo tradicional, mas também o amparo material aos mais necessitados e à assistência aos presos.²⁷⁵ Pelo que apresentamos até o momento, a Irmandade de São José do Recife, dentro do que a historiografia entende como sendo uma irmandade leiga no período colonial, fazia parte da regra e não da exceção, possuindo todas as características de uma, não só promovendo o culto de seu orago, como também garantindo auxílio aos seus membros, inclusive aos encarcerados, como consta em um registro de 1737 do livro primeiro de receitas e despesas, quando a irmandade teria despendido uma quantia aproximada de 12 mil réis para a soltura de um preso.²⁷⁶

Como é possível perceber, de fato, dificilmente os oficiais dos quatro ofícios anexos do Recife ou qualquer um que não integrasse uma irmandade leiga por esses tempos conseguiria algum tipo de assistência social ou se integraria facilmente na sociedade, pois, como bem destacou Scarano:

Todos os acontecimentos, do nascimento à morte, eram comemorados nas confrarias e quem estivesse fora delas seria olhado com desconfiança, privado do convívio social, quase um apátrida dentro dos grupos que se reuniam em associações, tentando estabelecer alguma ordem e organização.²⁷⁷

²⁷²Caio César Boschi, op.cit., p.150.

²⁷³É necessário que se diga que arcar individualmente com as despesas dos rituais de “boa morte” era demasiado pesado por esses tempos. Segundo Julita Scarano, tendo em vista que ao se associar a uma irmandade essa despesa estava inserida no valor dos anuais pagos, mesmo que o valor total pago acabasse sendo maior, não seria pago de uma só vez, mas, na prática, em incontáveis parcelas. Ver em: SCARANO, Julita. *Devoção e Escravidão – A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no século 18*. São Paulo: Ed. Nacional, 1978, p.54.

²⁷⁴Antônia A. Quintão, op.cit., p.227.

²⁷⁵Julita Scarano, op.cit., 1978, p.79.

²⁷⁶IPHAN/PE, *Livro de Receitas e Despesas*, p.4.

²⁷⁷Julita Scarano, op.cit., 1978, p.37.

Ademais, vistas, a princípio, como meio de organização social, continua a autora, as irmandades leigas acabaram por se transformar em guardiães das regras aceitas pelo grupo, pois chamavam à ordem os seus membros e estabeleciam regras estritas de moralidade.²⁷⁸ Para Caio Boschi, a cooperação espontânea que existia dentro dessas associações possibilitava que seus membros se unissem e agissem em prol dos interesses comuns, além de suprir algumas de suas necessidades vitais. Dessa forma, a filiação a uma irmandade não seria mera formalidade, mas sim compromisso, envolvimento e participação ativa.²⁷⁹ Exigências que, de todo modo, eram cumpridas pelos confrades de São José do Recife, como veremos perpassar por este capítulo daqui por diante.

2.1 A Irmandade e seus recursos financeiros

Assim como as outras irmandades leigas do Recife no século XVIII, a Irmandade do Patriarca São José dos Oficiais dos Quatro Ofícios Anexos possuía diversificadas fontes de renda que possibilitaram, não apenas o seu estabelecimento em casa própria, com a construção da igreja de seu patriarca, mas, principalmente, o seu funcionamento no decorrer dessa centúria, pois, como bem destacou Julita Scarano, a “obtenção de recursos financeiros era absolutamente necessária para qualquer irmandade, pois significava possibilidade de sobrevivência”.²⁸⁰ Foi também por meio dessas fontes de renda que vimos a dita confraria aumentar consideravelmente o seu patrimônio, juntamente com a importância e influência adquiridas por ela nesse período em meio à sociedade local.

Em seus primórdios, a Irmandade contava, basicamente, com os valores das entradas e anuais pagos pelos seus confrades, assim como os valores pagos pelos juizados e escritanias por aqueles que passavam a ocupar os cargos de juiz e escrivão, além das esmolas doadas pelos fiéis do santo patriarca. Como a dita confraria também estava à frente da organização dos quatro ofícios anexos na vila, ela também tinha como recurso os custos das cartas de exames pagos pelos artífices aos juízes de seus ofícios, que prontamente repassavam essas quantias para o tesoureiro da Irmandade, além das condenações e multas aplicadas contra os oficiais dos quatro ofícios anexos como penalidades pelo não cumprimento de certas normas.

²⁷⁸Idem.

²⁷⁹Caio César Boschi, op.cit., p.15.

²⁸⁰Julita Scarano, op.cit., 1978, p.67.

No ano de 1747, porém, ao que tudo indica, a Irmandade não estava a gerenciar satisfatoriamente esses recursos, pelo menos não aos olhos da administração colonial, que, pela pessoa do Provedor das Capelas,²⁸¹ João de Sousa de Meneses Lobo, na ocasião da avaliação das contas da dita confraria referente aos anos de 1735 a 1746, realizada por ele, determina o seguinte:

(...) o Iuiz ezcrivão e procuradores acTuais farão cobrar Todos os annais que Constão do Livro delles, pois ha Irmãos que devem dêz o tempo que Se ASentaram; penna de que avendo alguã fallencia, fazer todo o prejuizo por Conta da dita mesa, ou daquella que der ocasião a aver a ditta perda; [E] [apurado] [que] Seja o denheyro se porá a Juro na forma Sobredita debayxo da mesma penna: E Sendo necessario tiraram mandados executivoz por esta Provedoria (...).²⁸²

Pelo que constatamos em seu livro de recebimentos e despesas, após esse auto de contas, no qual se verificou que a Irmandade teria tido um total de receitas de 221.810 réis nesse período, em contraposição a 86.040 réis de despesas, a dita confraria continua, basicamente, com as mesmas fontes de renda. Mas, pela primeira vez, e não se sabe ao certo se pela interferência do Provedor das Capelas, nos aparece uma outra fonte de renda, tendo em vista que ela se põe a emprestar dinheiro a juros, como é possível verificar nos recebimentos do ano de 1752, registrados pelo então tesoureiro Teotônio Ferreira dos Reis:

(...) Pelo que recebeo mais de Seis Cartas de eXames 15\$360
Pelo que se recebeo mais de Sete CondenaSoins *que* Se fizerão 24\$000
Pelo que recebeo mais de esmolos *que* Se derão no dia que se botou a *primeira* pedra na Igreja do nosso Patriarca 23\$760
Pelo que recebeo mais de Juros do *dinheiro* 16\$750
Pelo que recebeo mais de annais e entradas dos Ofiçiais que Se lhe entregou os Procuradores dos Coatro Ofiços, 119\$290
Pelo que recebeo mais de hum devoto *que* deo de esmola, 4\$000 (...).²⁸³

²⁸¹A Provedoria das Capelas e Resíduos fazia parte da estrutura administrativa portuguesa, e sua existência remete ao século XVI. A função do Provedor das Capelas e Resíduos consistia em fiscalizar o cumprimento de testamentos, assim como tudo relacionado às capelas, aos hospitais e às confrarias religiosas, inclusive, aos seus bens e patrimônio.

²⁸²IPHAN/PE, *Livro de Receitas e Despesas*, p.6v.

²⁸³Ibidem, p.11v.

De acordo com Julita Scarano, entre os meios que as irmandades leigas da América Portuguesa encontraram para obterem lucro, os empréstimos a juros era um dos mais interessantes. Ela explica que:

Tanto as Misericórdias, quanto inúmeras irmandades funcionavam como uma espécie de banco para a população, fornecendo dinheiro a juros, inclusive a elementos estranhos ao seu quadro. Serviam à população em geral, mesmo a pessoas de cor. Esse mister era praticado sobretudo pelas irmandades, que contavam com indivíduos de posses, como as do Santíssimo Sacramento, do Carmo e de S. Francisco. Representava um empréstimo legal, feito às claras, e não apenas a particulares, mas até a organismos administrativos (...).²⁸⁴

Isso nos sugere que alguns elementos que compunham a Irmandade de São José deveriam ser indivíduos de posse, ainda que porventura não pudessem ser comparados ao nível dos irmãos do Santíssimo e dos irmãos terceiros de São Francisco e do Carmo, ou, no mínimo, que esta confraria, desde a sua fundação, teria conseguido juntar recursos suficientes que teriam tornado possível o empréstimo a juros, o que achamos ter sido menos provável. Principalmente, porque temos conhecimento de alguns nomes à frente da diretoria da Irmandade de São José, no decorrer do setecentos, figurando também como irmãos terceiros, e outros possuindo considerável cabedal, como o pedreiro Antônio Manuel Ferreira Feijó. Este teria sido juiz da dita confraria entre os anos de 1781 e 1782, e, diante do fato de que, no período em que esteve à frente da mesma, as despesas da dita teriam excedido a receita o valor de 679.600 réis, prejuízo assumido na época por Feijó, que resolveu em 1784, abater desse valor a quantia de 607\$925, quantia esta equivalente a quase 1.900 dias de trabalho de um oficial dos quatro ofícios anexos, “que o dito Juiz Antonio Manoel Ferreira Feio perdoou dando de esmolla a mesma Irmandade (...)”.²⁸⁵

Outro dado que corrobora essa ideia é que, segundo a autora acima mencionada, as irmandades de pretos e mulatos, ao que parece, não costumavam se dedicar a esse mister, justamente por serem formadas, em sua maioria, por pessoas de posses modestas e que estavam longe de exercer qualquer papel no mundo das finanças.²⁸⁶ No caso da Irmandade de São José do Recife, essa prática, pelo que percebemos, teria tido vida longa em sua existência associativa. Tanto que no Compromisso de 1774, a Mesa Diretória ressalta que aos “*Irmaos Procuradores que o devem nisto e em tudo o mais ajudar para melhor se conceguir todo o*

²⁸⁴ Julita Scarano, op.cit., 1978, p.69-70.

²⁸⁵IPHAN/PE, *Livro de Receitas e Despesas*, p.103.

²⁸⁶Julita Scarano, op.cit., 1978, p.70.

aumento e utilidade da Irmandade sendo *que* no Cofre da dita haja *dinheiro* para se dar a juros”.²⁸⁷

Pelo que constatamos, a Irmandade vinha em um movimento de fechar cada ano com saldo positivo em suas contas, sendo os valores de sua receita bem superiores ao das despesas. Isso quer dizer que a Irmandade, possivelmente graças à prática do empréstimo a juros, vinha acumulando uma soma significativa em seu caixa. O que lhe permitiu obter, inclusive, a licença do provisor do bispado de Olinda para a construção da casa de seu patrono em sítio próximo ao Forte das Cinco Pontas, pois teria ele concluído que o patrimônio da dita confraria se mostrava em “condições regulares” para esse feito. Diante disso, em fins de dezembro de 1750, ao olhar as contas da Irmandade dos anos de 1749 e 1750, mostra o Provedor das Capelas preocupação com a guarda dessa soma acumulada pela confraria, e diz o seguinte em seu parecer:

(...) [E] [portanto] tão bem Será justo *que* haja *seguranca* do *dinheiro* *que* Sobra, pois Se o actual Thizoureiro he homem de honrra, e probidade, poderá haver algum, *que* o [não] Seja; paresse, *que* deve haver cofre nesta Irmandade ao qual se recolha o *dinheiro*; [a] della Se dé a ganho com penhores, e he bom *que* a Irmandade Seja Senhora do Seo *dinheiro*, e não os Thizoureiros (...).²⁸⁸

Dois anos depois, em 14 de março de 1752, a preocupação da Provedoria neste quesito permanece, e o então Provedor das Capelas, João Rodrigues Colaço, determina “fazerce cofre Com tres chaves na forma que Se costuma tendo o Iuis e Escrivão e Thezoureiro cada hum sua chave *para* Se recolher as Sobras; e Se porem a juro Com [toda] a Segurança; *para* melhoramento da mesma Comfraria o que [o] fará em termo de 8 dias”.²⁸⁹

Como é possível perceber nos trechos acima citados, o tesoureiro tem um papel muito importante nas finanças da confraria. A pessoa a quem se delegaria essa função sempre foi para os confrades motivo de cuidado, pois, como bem destacou o Provedor João Rodrigues Colaço, deveria ser “homem de honra e probidade”. Talvez por isso, durante todo o setecentos, os tesoureiros empossados tendiam a permanecer por muitos anos ocupando essa função, e pouca era a rotatividade. A exemplo, o Irmão José Fernandes Cardoso teria permanecido como tesoureiro da confraria do ano de 1740 até o ano de 1750; o Irmão Manuel Ribeiro Lima teria ocupado este cargo do ano de 1753 a 1763; e o seu sucessor, o Irmão

²⁸⁷A.H.U., *Compromisso*, fl.5v.

²⁸⁸IPHAN/PE, *Livro de Receitas e Despesas*, p.9.

²⁸⁹Ibidem, p.9v.

Bento Fernandes Lima, tanoeiro, que assumiu no ano de 1764, esteve como tesoureiro até o ano 1774, tendo, inclusive, voltado anos mais tarde a ocupar esta mesma função. Assim, o Compromisso de 1774 diz o seguinte sobre a eleição dos tesoueiros: “O Irmão Thezoureiro hé sobre quem Carrega o maior trabalho desta Santa Irmandade e assim sera ELeito para esta oCupação *Irmão* de grande capacidade e prestimo *que* saiba Ler e Escrever e possa bem Sasptisfazer a obrigação e exercicio della (...)”.²⁹⁰

Isto posto, é preciso destacar que o cenário de sucessivos anos com saldos positivos em seu caixa se modifica quando a Irmandade de São José inicia a construção da igreja de seu patriarca, pois, como era de se esperar, suas despesas aumentam consideravelmente. De toda forma, quando a dita irmandade se estabelece na Igreja de São José em 1754 já parece ela contar com significativo patrimônio. Além de casa própria, teria ela investido em alfaia e outros objetos de valor para compô-la. Por volta do ano de 1774 percebemos que a confraria já tinha ampliado substancialmente o seu patrimônio, como indica o trecho de seu Compromisso desse ano:

(...) tao bem se vera o Inventario de todos os bẽns da fábrica e do patrimonio da Irmandade para Se conferir e exzaminar se esta nelle Lançado todos os bẽns que a Irmandade pertence por *que* de tudo tem o *dito Irmão Thezoureiro* obrigação de dar contas pelo *termo* de recebimento no fim do mesmo Inventario.²⁹¹

Parte da responsabilidade em zelar por esse patrimônio, pelo menos no que dizia respeito aos bens da Igreja do Patriarca São José, ficava, geralmente, a cargo do sacristão, a quem as irmandades leigas coloniais depositavam a guarda das chaves de suas igrejas e os bens nelas contidos, que lhes eram entregues por inventário.²⁹² Assim é que vemos expressa tal obrigação no termo de posse do sacristão Antônio Moreira Rosa, em 19 de abril de 1789, feito pela Irmandade de São José:

(...) se deu posse de Sancristão da dita Igreja ao *Irmão Antonio Moreira Roza* pagando lhe a *dita* Irmandade doze mil Reis e dois mil Reis de cada hũ dos outros Altares em cada anno e o ditto prometeo fazer toda a obrigação *que* hé Licita [a] [...] fazer [os] [sancristais] nas mais igreias juntamente a dar conta de tudo quanto se le entregar *por* inventario e Sendo falte algua couza do que Se lhe fizer entrega a

²⁹⁰A.H.U., *Compromisso*, fl.5.

²⁹¹A.H.U., *Compromisso*, fl.14v.

²⁹²Antônia A. Quintão, op.cit., p.103.

Saptisfazer da Sua fazenda e So ficará isento mustando ser furto publico de Arrombarem a Igreja (...).²⁹³

Ao sacristão, por vezes, também ficava a responsabilidade de recolher as esmolas entre os fiés na igreja e pelas portas. Entretanto, essa função era exercida, em geral, pelo ermitão da dita irmandade, também chamado de “esmoléu”. De acordo com Pereira da Costa, a função do ermitão era percorrer os lugares, agenciando esmolas para as igrejas, conventos, recolhimentos e casas pias, munidos de autorização para este fim e portando uma caixinha apropriada para recolherem o que arrecadassem em moeda.²⁹⁴

Assim consistia a função do ermitão na Irmandade de São José do Recife, como podemos ver em uma despesa de 2.300 réis feita em 1762, “(...) Com hum pouco de pam de ouro pera a caxinha do Irmitão e provizão pera o dito tirar esmollas”.²⁹⁵ Além de portar uma caixinha apropriada e, como visto, decorada, o ermitão ainda saía às ruas identificado com um hábito de burel. O único nome que nos aparece ocupando essa função é o do Irmão João Maurício, e só o que sabemos dele é que este era possivelmente analfabeto, tendo em vista que encontramos o dito assinando com uma cruz em um termo feito pela Irmandade em 1785, além de que teria passado alguns anos na Irmandade durante a década de 1780. Não sabemos quando ele teria de fato entrado, mas a função de coletor de esmola consta na dita confraria desde, pelo menos, o ano de 1759.

Como é possível perceber, a Irmandade nunca deixou de contar com os recursos advindos das esmolas doadas pelos fiéis. As esmolas recebidas nem sempre eram aquelas recolhidas por meio das bacias e da caixinha do ermitão, pois vemos registros, por todo o setecentos, de esmolas doadas diretamente por particulares, e muitas vezes com quantias substanciais. A exemplo, temos um registro do ano de 1754 de uma esmola de 25.000 réis, quantia esta equivalente ao valor de 78 dias de trabalho de um oficial, dada por José dos Santos, que “se asentou por nosso Irmão no *Livro de forra*”, e um registro de 1775 de 10.000 réis, pela “esmola que deo o Capitam Manuel Leyte da costa *por* mão de Sua *mulher*”.²⁹⁶ Temos, ainda, um registro de 8 de agosto de 1790, em que consta que “veio hum esmolla do Çertão da pranaiba Domingos dias Outenta e dois mil e outocentos a [qual] esmolla a recebeu o Juiz Francisco Fellis e o Juiz Francisco Pereira Ramos”.²⁹⁷

²⁹³IPHAN/PE, *Livro de Termos*, p.14v.

²⁹⁴Francisco A. Pereira da Costa, op.cit., v16, 1984, p.133.

²⁹⁵IPHAN/PE, *Livro de Receitas e Despesas*, p.34.

²⁹⁶Os dois registros encontram-se respectivamente em: IPHAN/PE, *Livro de Receitas e Despesas*, p.14v e 55v.

²⁹⁷IPHAN/PE, *Livro de Termos*, p.27v.

Muitos doadores deixavam em testamento a esmola que seria doada à Irmandade depois de mortos, como o caso de José Gonçalves, que entre os anos de 1777 a 1778 entregou a esmola de 8.000 réis deixada por seu pai que falecera; o caso da viúva de Leonel da Gaya, que no ano de 1781 teria deixado por meio de seu testamenteiro, a quantia de 20.000 réis para as obras da Igreja de São José; e um ano depois o caso de um recebimento, “*Pela Esmola que Receby dos Erdeiros do defunto Antonio Fagundes 50\$000 cujos Recebeo o Capitam João Gracia por dar em cal do seu forno (...)*”.²⁹⁸ Como aponta esse último caso, a Irmandade, por vezes, se valia do dinheiro recebido como esmola para comprar materiais para a construção da igreja do seu patriarca, mas acontecia dela também receber como esmola o próprio produto, como se vê em 1778 quanto a confraria registra uma despesa que se deu “com as canoas que conduzirão o tijolo que derão de Esmolla”, e em 1781, quando recebe a “Esmola de hum devotto que deo hua sacadura de Cal”.²⁹⁹

Em testamento, os devotos não deixavam apenas quantias em dinheiro. Poderiam deixar também para a Irmandade propriedades, como aconteceu em 1786 no caso de Dona Maria da Costa, viúva do Doutor Teotônio Fernandes Temudo, caso que fora discutido por anos em reuniões da Mesa Diretória da dita confraria, por ter se mostrado prejudicial à mesma, quando deveria lhe ser rendoso, como podemos constatar no seguinte termo, no qual diz que os membros da Mesa teriam se congregado,

(...) para hua deixa que deixoze D. Maria da Costa mulher do defunto o Doutor Theotônio Fernandez Themudo huã caza que deixou a dita Junto a dita Igreja deixandoa [penpensionada] com hũa missa cantada no outro dia depois do Santo e a dita caza com [foros] de Sete pta e para dar conta em juizo todos os annos e hindo os Irmaons de nosa Irmandade do officio de pedreiro e carapina fazendo vistoria a dita caza axarãona toda denificada e não fazia conta por se axar destruhida e pellos [honos] que deixou e avendo o dito testamentamenteiro [forteficandoas] ou pasandoa em outra pensão Liviana sempre queremos Ser ouvidos e atendidos em toudos Juizos (...).³⁰⁰

Por essa época, a Irmandade já era detentora de algumas casas que alugava com vistas a aumentar o seu numerário. Como consta em seu livro primeiro de contas, propriedades assim já pertenciam ao patrimônio da dita confraria, ao que tudo indica, no ano de 1771, pois

²⁹⁸Os três registros encontram-se respectivamente em: IPHAN/PE, *Livro de Receitas e Despesas*, p.62v, 76 e 86v.

²⁹⁹IPHAN/PE, *Livro de Receitas e Despesas*, p.63 e 76.

³⁰⁰IPHAN/PE, *Livro de Termos*, p.13.

nesse ano aparecem as seguintes despesas: “despeza *que* fez Com a Conpra do ojtão das cazas ao [Padre] [Domingos] Francisco 16\$000”, e em seguida, “despeza *que* fez Com duas moradas de Cazas novas 319\$270”.³⁰¹

De acordo com Julita Scarano, o aluguel de casas pelas irmandades leigas coloniais era comum, e em algumas delas esses aluguéis correspondiam a sua maior fonte de renda. Ainda segundo esta autora:

As casas para alugar ofereciam a oportunidade de um lucro certo (...). Nas reuniões discutiam-se aspectos desses negócios e se decidia se deveriam ser levados avante. Além de comprarem casas prontas, adquiriam terrenos para neles construir, sem falar no que recebiam por legados e testamentos. As moradias pareciam-lhes algo sólido, um “patrimônio” seguro para trazer benefícios financeiros ao grupo.³⁰²

Como já tínhamos apontado, do mesmo jeito se procedia com a Irmandade de São José do Recife. Em 1772 consta em seus registros o recebimento desses aluguéis: “Pello que recebeo de aLugeres de cazas 30\$080”.³⁰³ Não podemos assertar, portanto, os valores que a dita confraria cobrava pelos aluguéis de cada uma dessas casas, pois encontramos variações em seus valores no livro de contas. A exemplo, um ano depois, em 1773, o recebimento por esses aluguéis foi de 24.800 réis, 5.280 a menos do que fora recebido em 1772. No entanto, alguns registros trazem valores, como os recebimentos encontrados no ano de 1774, nos quais consta que a confraria teria recebido 10.240 réis por oito meses de aluguel de um inquilino de uma das casas; e em seguida, aparece recebendo a quantia de 2.560 réis, “Pello que recibij de Jozé de Souza de alugel de Caza de dois mezes”.³⁰⁴ Esses valores indicam que cada uma dessas duas casas estavam rendendo à dita irmandade nesta época 1.280 réis por mês, o equivalente a 4 dias de trabalho de um oficial ou a 4 varas de pano de linho, ou, ainda, o equivalente ao que a Irmandade pagava por um pouco mais de 2 canadas de azeite, o equivalente hoje a cerca de 3 litros deste óleo.

Porém, como destacamos, tais valores nos dão apenas uma orientação, pois as variações de fato existiram, podendo, por exemplo, a mesma casa que rendia 1.280 réis por mês à confraria, passar a render 1.120 réis logo em seguida, como vimos acontecer em 1775. Quase 10 anos depois, encontramos um valor maior cobrado pelo aluguel de uma das casas, como consta em um

³⁰¹IPHAN/PE, *Livro de Receitas e Despesas*, p.50.

³⁰²Julita Scarano, *op.cit.*, 1978, p.70

³⁰³IPHAN/PE, *Livro de Receitas e Despesas*, p.50v.

³⁰⁴*Ibidem*, p.54v.

recebimento de 1784: “Pello que Recebeo do Aluguel da dita Maria Joze (...) de oito mezes *que* principiou No primeiro de Agosto de 83 té ultimo de Março de 1784 a 1440 *por* mês 11\$520”.³⁰⁵

Não sabemos quantas casas exatamente eram de propriedade da Irmandade de São José do Recife, mas a análise que fizemos do conjunto documental a ela pertencente sugere que, possivelmente, se tratavam de duas casas, o que não significa que a dita confraria não possuísse mais casas além das que conseguimos identificar. Também não sabemos ao certo a localização delas. Entretanto, em inventário feito pelo IPHAN em 1975, por ocasião do tombamento da Igreja de São José, há uma informação que indica que a Irmandade, nessa mesma ocasião, era proprietária de casas na travessa de São José e na rua dos Pescadores, rua esta que fica exatamente atrás da dita igreja (**Figs. 18, 19 e 20**). Porém, em tal informação não consta o período em que a dita confraria as adquiriu, e, diante disso, não conseguimos confirmar se tratavam-se das mesmas casas ou foram elas adquiridas depois. Segue um trecho desse inventário:

A igreja de S. José de Riba Mar tem uma área coberta de cerca de 760 m², possuindo, ainda, à sua volta vários imóveis (casas nº 62 e 68 – Rua dos Pescadores; casa nº 117, da Travessa de S. José) o que leva a superfície do terreno ocupado por todas as instalações, a um valor superior a 1000 m², do qual cerca de duzentos metros quadrados se destinam a ossários, situados no exterior e interior do edifício.³⁰⁶

Além dos aluguéis de casas, outras fontes de renda foram utilizadas pela Irmandade de São José do Recife no decorrer dos setecentos. Ao se estabelecer na casa de seu patriarca em 1754, tornou-se possível à Irmandade se utilizar de outros tipos de rendimento, como a venda de sepulturas na dita igreja. Como mostramos no capítulo anterior, era muito importante para os coetâneos dos setecentos que suas sepulturas estivessem em terreno sagrado, pois acreditavam que assim poderiam encaminhar suas almas para a salvação.³⁰⁷ Obedecendo a essa lógica, a Irmandade, então, passa a vender sepulturas no espaço sagrado da igreja de seu patriarca, onde a elevada presença e proteção do patrono teriam também garantido a ela algum lucro, como consta em alguns registros de seu livro de contas. Em 1765, por exemplo, há um recebimento de 2.000 réis, “Pello que Recebeo de huma Sepultura *que* Se vendeo”; em 1765, o valor recebido é de 1.000 réis, “Pello *que* Recebeo de hũa cova *que* Se deo a hum anjinho”;

³⁰⁵IPHAN/PE, *Livro de Receitas e Despesas*, p.95v.

³⁰⁶IPHAN, *Inventário geral da Igreja de São José do Ribamar do Recife*, v11, Recife, 1975, p.8.

³⁰⁷Essa concepção, ao que tudo indica, ainda teria percorrido os séculos posteriores, mesmo depois de proibidos os enterramentos nas igrejas. Encontra-se hoje no ossário da Igreja de São José do Ribamar, por exemplo, ossos de pessoas que faleceram em fins do século XIX e até mesmo na segunda metade do século XX, indicando que a crença no terreno sagrado protegido pelo Santo José não teria ficado restringida aos coetâneos do século XVIII.

Figs. 18, 19 e 20: Fotografias recentes da Rua dos Pescadores, onde, de acordo com o inventário do IPHAN, a Irmandade de São José possuía casas. A casa de número 68, que aparece na fotografia de cima, pode ter sido um desses imóveis (Fotografias de minha autoria, 2013).

e em 1769 consta que a confraria teria recebido o valor de 2.560 réis, “Pello *que* Recebeo de huma cova *que* Se deo *para* hum defunto”.³⁰⁸

Também aparece em seu livro de contas, entre os anos de 1781 a 1782, o valor de 1.600 réis por sepulturas da Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Aflitos; e 3.200 réis por “quatro Sepulturas dos Irmãos do *Senhor* Bom Jesus”,³⁰⁹ entre os recebimentos do ano seguinte. Como já tínhamos antecipado, ter outras irmandades leigas ocupando altares laterais de sua igreja era vantajoso em muitos sentidos para as confrarias que possuíam casa própria, principalmente, financeiramente, pois estas poderiam contribuir com esmolas e com os custos relativos à manutenção da casa do orago, além de outros negócios vantajosos, como a venda de sepulturas a elas. Todavia, em 1784, em negociação feita em Mesa conjunta, ao que tudo indica, deixa a Irmandade de São José de vender sepulturas para a Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Aflitos, passando esta a ter os mesmos direitos às sepulturas que tinha a dona da casa, porém rateando com ela as despesas das mesmas, como consta no termo desta negociação: “(...) em meza Comjunta Se aSentaru emter as duas mezas de fazer a Sua tumba emter as duas Irmandades uniformemente Com [toudos] Seous [aSeCorus] Ser ratiada as despezas emter ambas as Irmandades (...)”.³¹⁰ Decisão que, a princípio, não abrangia as outras irmandades que porventura estivessem lá abrigadas.

O acompanhamento em “corpo de Irmandade” aos defuntos nos rituais de “boa morte” também agregava certa renda à Irmandade de São José, como pode ser visto em trecho do Compromisso de 1774, que diz que “falecendo qualquer pessoa *que* não Seja nosso Irmão ou Irman e querendo que a nossa Irmandade [...] aCompanhar. pagando [os] *ditos* dois mil reis para a fabrica do nosso *Santo* a Meza [actual] hira aCompanhar (...)”.³¹¹ De acordo com Julita Scarano, era comum as irmandades leigas coloniais obterem lucro no acompanhamento dos mortos à sua última morada terrena, pois as pessoas de categorias sociais mais elevadas tinham muito apreço por esse tipo de solenidade, na qual os seus mortos eram acompanhados por muitas figuras vestindo opas e carregando velas,³¹² lembrando a toda a comunidade o quanto honrados foram nesta vida, e com a mesma honra deveriam eles seguir para a outra.

Assim, estas foram as principais fontes de renda que a Irmandade do Patriarca São José do Recife se valeu durante todo o seu funcionamento no setecentos. Quais dessas fontes foram as responsáveis em manter, de fato, a Irmandade por toda essa centúria não podemos

³⁰⁸Esses registros encontram-se respectivamente em: IPHAN/PE, *Livro de Receitas e Despesas*, p.40, 43 e 46.

³⁰⁹ Ibidem, p.80 e 85v.

³¹⁰IPHAN/PE, *Livro de Termos*, p.7v.

³¹¹A.H.U., *Compromisso*, fl.8.

³¹²Julita Scarano, op.cit., 1978, p.70-71.

dizer de forma exata. Porém, diante da análise do conjunto documental referente à administração da confraria, algumas fontes de renda aparecem mais significativas que outras, seja em recorrência ou em valor. Delas, destacamos as entradas e os anuais dos confrades, em soma total ou parcelada, mesmo sendo comum o atraso em seus pagamentos, principalmente as entradas dos “irmãos de fora”, cujo valor era bem mais alto do que os valores pagos pelos oficiais dos quatro ofícios anexos. Além das entradas e anuais, destacamos as esmolas doadas pelos fiéis. Não aquelas arrecadadas na bacia, mas aquelas esmolas substanciais doadas pelos devotos de São José mais endinheirados, confrades ou não, como mostramos em alguns exemplos. Por fim, acreditamos que a prática de empréstimo a juros, por ter sido uma prática estimulada pela diretoria da Irmandade, tenha figurado como uma das fontes de renda mais aproveitáveis pelos confrades, ainda que, em alguns períodos, a confraria tenha se visto operando no vermelho, o que deve ter comprometido, sobremaneira, a realização desse tipo de operação financeira com certa constância.

Muitas foram as recomendações da Mesa Diretória da dita confraria para que os seus membros gerenciassem satisfatoriamente esses recursos, com o intuito de conservar e de aumentar seu patrimônio. Perante os olhos da sociedade local, isso significava que ela não apenas tinha condições de se manter, mas também que figurava como detentora de riqueza e de estima social. Tais recomendações recaíam, normalmente, sobre o tesoureiro e os procuradores da dita, pois, “(...) o Irmão Thezoureiro e os Irmaos Procuradores desta Irmandade e deles consiste e de sua [deligencia] todo o aumento della e assim como é oCupações de maior trabalho tão bem São de aVentejados merecimentos”.³¹³

Aos procuradores cabia, basicamente, “procurar” tudo o que pertencesse à Irmandade, tanto em valores de anuais e entradas, como de mordomagens e outras cobranças. Já ao tesoureiro, como indicamos anteriormente, cabia, em geral, a guarda de todos os bens da Irmandade e o gerenciamento das transações financeiras por ela realizadas, como a hipoteca de bens, prática usual na confraria, que se apresentava, ao que parece, como uma saída para garantia dos empréstimos realizados ou como garantia de dívidas de outras naturezas com a Irmandade, como indica esse trecho do Compromisso de 1774: “(...) o Irmão Thezoureiro Compete examinar se os bens *que* se apotecarem [São] Livres e desembargados e os fiadores *que* derem forem Cazados tragão de suas concortes para assignarem *para que* assim fique com toda a segurança.”³¹⁴

³¹³A.H.U., *Compromisso*, fl.6.

³¹⁴*Ibidem*, fl.5v.

Ainda que tivesse essa preocupação e afincou em conservar seu patrimônio, a Irmandade de São José vivenciou na década de 1780 dificuldades financeiras, que acabaram por impedi-la de seguir a contento com a construção da igreja do seu patriarca, e que acabaram, também, por quase fazê-la perder parte de seu patrimônio. Desde pelo menos o ano de 1781, a dita confraria vinha fechando suas contas no vermelho, chegando entre os anos de 1781 a 1782 a fechar em 679.600 réis negativos, valor assumido pelo seu juiz da época, o pedreiro Antônio Manuel Ferreira Feijó, ocasião que citamos anteriormente.

Entre os anos de 1783 e 1784, as casas de propriedade da Irmandade acabaram sendo penhoradas por ocasião de uma querela judicial, sobre a qual não temos informações detalhadas, porém um registro desse ano no livro de contas nos diz o seguinte: “Pelo que se pagou aos Erdeiros do Sargento Mor João Rybeiro da Costa da Execução que nos fizerão na Irmandade do Sino antigo e Se acha as duas moradas de cazas pinhoradas pelo ditos pagandose aos ditos pello Rendimento dellas e se Remiou como consta do Recibo 56\$655”.³¹⁵

Em 25 de março de 1784, ao que nos parece, a situação das casas já estava sob controle, pois nesse dia é lavrado um termo de aprovação de contas em que consta o seguinte:

(...) no Lugar deputado das nossas detreminações Presente o Irmão Juiz, Escrivão, Procuradores e Mais officiaes da Meza abayxo assignados Se tomou Conta ao Irmão Thezoureiro Caetano Xavier de Almeyda por detreminação do Senhor Doutor Provedor de Capellas e Reziduos e aprovação da dita Meza (...) e por acharmos Valioza e ter Recebido nesta Irmandade 104\$790 res e de Sua despeza dá o dito Irmão ter despendido entre gastos da nossa Sacristia, Altar e mais dividas que esta Irmandade estava pinhorada Seus beñs quais [achão] duas moradas de Cazas por divida antiga de que foram os pinhorantes os Erdeiros do defunto o Capitam João [Ribeiro] da Costa de que alguas parcellas Se pagarão com o [Rendimento] das ditas Cazas e outras dividas que Se [aneixarão] a este pagamento, de Cujo o mais Remio com Seu dinheiro o Irmão Juis Francisco Xavier de Lima de que agora fica obrigado dita Irmandade a fazer [bom] o tal dinheiro (...).³¹⁶

Como podemos ver nesse trecho, mais uma vez a Irmandade pode contar com um membro seu de recursos para ajudar a saldar suas dívidas, nesse caso o então juiz da dita irmandade, o carpinteiro Francisco Xavier de Lima, foi quem teria arcado com o prejuízo. A sorte da Irmandade só viria a melhorar, de fato, em 1789, a partir do episódio da arrematação das âncoras na praia de São José, protagonizado pelo então governador D. Tomás José de

³¹⁵IPHAN/PE, *Livro de Receitas e Despesas*, p.97.

³¹⁶Ibidem, p.97v-98.

Melo, quando a confraria se vê novamente com recursos para dar continuidade às obras da igreja de seu patrono, e quando o número de confrades que se assentam nela cresce substancialmente, o que significava, entre outras coisas, mais dinheiro em seus cofres.

2.2 Os confrades de São José

Como afirmamos anteriormente, difícil seria encontrar no setecentos um indivíduo na América Portuguesa que não pertencesse a uma irmandade leiga. As invocações eram variadas, assim como variados também eram os grupos que se uniam nessas associações, a partir de uma identidade comum: havia irmandades de pretos, de pardos, apenas de brancos, de oficiais mecânicos, de militares, de religiosos, de endinheirados, de pequenos comerciantes, irmandades compostas por casados, as compostas por solteiros, entre tantas outras que existiram em terras luso-americanas. Como bem colocou Caio Boschi, para essas associações convergiram todas as espécies de sentimentos e aspirações, e as relações comunitárias eram nelas tecidas na medida da identificação entre os seus partícipes: “Simultaneamente, integravam os indivíduos e liberavam seus anseios (...), passando, assim, a ser também o canal de manifestação de seus membros, o veículo de suas queixas, o palco de suas discussões”.³¹⁷

Por isso, era comum que uma pessoa pertencesse a mais de uma confraria, como Teresa de Jesus Beata, que entrou na Irmandade do Patriarca São José em 1773, ficando a ela associada até a sua morte em 7 de julho de 1815. Segundo o registro dessa irmã, quando viva, ela também esteve associada a, no mínimo, outras duas confrarias, conforme anotação sobre o seu sepultamento: “Está sepultada na Ordem 3ª do Carmo, a Irmandade do Terço não acompanhou *por* não ter sido avizada”.³¹⁸ Ou, ainda, como [João] Manuel Pereira Giraldes que está registrado no *Livro de Entradas* na Irmandade de São José com assento no ano de 1800, mas também aparece como irmão de Nossa Senhora do Terço.³¹⁹

Assim, estar associado a mais de uma confraria não apenas atendia às suas identidades de grupo ou mesmo o gosto por uma invocação em particular, como já falamos, mas também

³¹⁷Caio César Boschi, op.cit., p.14.

³¹⁸Cf. Recife, Arquivo da Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em Pernambuco – IPHAN/PE, *Livro de Entradas de Irmãos e Irmãs 1745-1827*, arquivo deslizando nº 6, prateleira nº 2, Caixa nº 4, p.389. Daqui para frente, o presente documento será citado da seguinte forma: IPHAN/PE, *Livro de Entradas*, e a página correspondente da citação feita.

³¹⁹Ibidem, p.203.

significava mais assistência, mais missas à alma, mais canais de reivindicações, ou seja, participar de uma ou mais irmandades tornava-se para os coetâneos do setecentos condição de vida e de morte, como ressalta Boschi.³²⁰ Ademais, para uma pessoa de determinada condição social, pertencer a irmandades que congregassem indivíduos de certo prestígio era sinal de *status*. Por sua vez, as confrarias também faziam de tudo para auferirem o maior prestígio possível, com intuito de despertar o sentimento nos membros de sua comunidade de quererem pertencer a ela, e, se possível, membros que lhe agregassem valor social. Para isso, utilizavam-se de variadas estratégias, como o investimento estético na construção de suas igrejas, a promoção de festas demasiadamente pomposas e o estabelecimento de critérios sociais para a entrada de seus membros.

Na América Portuguesa, geralmente, eram as irmandades do Santíssimo Sacramento, as Ordens Terceiras e as Misericórdias que congregavam os membros mais importantes de cada localidade, e, normalmente, esse era o critério para se integrar a elas. Já as irmandades de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, que tinham em seus quadros muitos forros e cativos, em geral, a entrada de brancos era permitida, e os critérios de entrada, quando existiam, se davam de outras formas. Por exemplo, na vila do Recife, o requisito para se filiar à Irmandade do Santíssimo Sacramento de Santo Antônio era ser branco. Os irmãos do Santíssimo podiam fazer parte, inclusive, de outras confrarias do mesmo gênero, mesmo as formadas por pretos, já que estas ofereciam tal possibilidade.³²¹

Entretanto, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos do Recife possuía membros que, pela ligação que tinham com o cativo, dificilmente eram aceitos em outras irmandades, mas, por sua vez, essa mesma irmandade era mais flexível quanto à entrada de quem desejasse se filiar a ela. Segundo Juliana Sampaio, a Irmandade do Rosário do Recife arregimentava, prioritariamente, pretas e pretos nascidos na América Portuguesa ou africanos das *nações* Angola, Cabo Verde, São Tomé e Costa da Mina, escravos, forros, livres, mulheres e homens brancos e pardos.³²² Como visto, a entrada de brancos era permitida e muitos deles chegaram a ocupar lugares de destaque dentro de sua hierarquia.

Outro exemplo é a Irmandade de São José da Agonia do Hospício da Penha do Recife, fundada por religiosos capuchinhos italianos, no ano de 1711, ao que tudo indica. No capítulo 1º de seu Compromisso de 1800, um dos critérios para se filiar a essa irmandade era não exercer algum tipo de ofício não estimado socialmente. Segue um trecho:

³²⁰Caio César Boschi, op.cit., p.150.

³²¹ Virgínia Maria Almoedo de Assis, op.cit., p.104.

³²²Juliana da Cunha Sampaio. *Irmãs do Rosário de Santo Antônio: Gênero, Cotidiano e Sociabilidade em Recife (1750-1800)*. Dissertação de Mestrado. Recife: UFRPE, 2009, p.105.

Não se aceitará para Irmão, ou Irmã desta Irmandade, pessoa, que pellos seus costumes, e qualidade, deprêzo, ou Officio, cauzem descredito, e perturbação a ella (...); assim como não se aceitará pessoa, que foi conhecidamente pobre mendicâte; por que estas não podem cumprir as despêzas, e cargos da Irmandade, e o que se aceitar com algum destes deffeitos, será considerado nullo o Termo (...).³²³

De acordo com Julita Scarano, muitos dos problemas cotidianos, como negócios, decisões e outras questões do interesse dos habitantes eram resolvidos nas salas de reuniões das irmandades. Assim, a participação nessas confrarias era também um meio de entrar em contato com novas idéias e de se ventilarem assuntos importantes. Era a possibilidade de apresentar e resolver os problemas de cada grupo, acabando também por fazer com que as irmandades se tornassem mais restritivas e impedissem a entrada dos que julgavam não lhes pertencer de direito. Cada uma delas lutava por seus próprios interesses, destaca a autora.³²⁴

No caso da Irmandade do Patriarca São José dos Officiais dos Quatro Offícios Anexos, objeto desse estudo, não foram encontrados critérios específicos para a entrada de membros. Não identificamos no corpo documental referente a sua administração qualquer restrição acerca da entrada de desejosos em fazer parte dela, o que não significa que restrições não tenham existido. Nos registros de entrada de seus associados encontramos participando de seu quadro homens e mulheres, brancos, negros e mestiços, livres, escravos e forros.

No entanto, identificamos que desde seus primórdios a dita irmandade era formada por dois corpos de confrades: os irmãos oficiais dos quatro ofícios anexos e os “irmãos de fora”, ou seja, aqueles que não eram oficiais dos quatro ofícios anexos. Na documentação relativa à administração da irmandade os dois corpos de confrades estão registrados em livros separados. Os irmãos oficiais dos quatro ofícios anexos estão registrados no *Livro Mestre das Matrículas dos Irmãos Pedreiros, Marceneiros, Carpinteiros, Tanoeiros*, supostamente de 1735 e que está dividido por ofícios, encabeçado pelo ofício de carpinteiro, mesmo ofício exercido pelo seu orago. Já os “irmãos de fora”, estes estão registrados no *Livro de Entradas de Irmãos e Irmãs*,³²⁵ com registros, ao que tudo indica, do período de 1743 a 1827.

³²³Cf. Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, *Compromisso da Irmandade de S. José da Agonia estabelecido no Hospício da Penha da Vila de St. Antônio do Recife [ant. a 1802 fevereiro 27]*, códice 1290, fl.1v.

³²⁴Julita Scarano, op.cit., p.79-80.

³²⁵Esse *Livro de Entradas de Irmãos e Irmãs (1745-1827)* faz parte do conjunto documental referente à Irmandade de São José do Ribamar que está guardado no Arquivo da Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em Pernambuco – IPHAN/PE, em Recife. Nesse livro não há termo de abertura, nem termo de encerramento, como era de costume na época. Acreditamos que esses termos teriam se perdido pela ação do tempo ou mesmo pelas sucessivas organizações nos livros administrativos da Irmandade feitas pelos próprios confrades no decorrer de sua existência. No conjunto documental em que ele se encontra toda a documentação analisada refere-se, de fato, à dita confraria, com exceção do *Livro de Recibos (1765)*, que

Pelo que entendemos durante a análise desses dois livros, essa prática era feita desde os seus primeiros anos, embora o Compromisso de 1774 regularize ou formalize tal procedimento, ou como aí registraram:

Haverá hum Livro grande em que se asentarão todos os Irmaos dos Coatros officios anexos Carpenteiro, Pedreiro, Marcigneiro, Tanoeiro Com o termo nelle escripto do dia e mez e anno de sua entrada, Haverá hum Livro para nelle se asentarem na mesma forma aSima o Irmaoes e Irmaes que não são offeciais dos Coatro officios (...).³²⁶

Mesmo que aparentemente a entrada de membros não fosse restritiva, ao analisar o corpo documental da dita irmandade é perceptível que esta era dominada pelos oficiais dos ofícios de carpinteiro, pedreiro, marceneiro e tanoeiro da vila do Recife, representando ativamente esse grupo. No interior da confraria, os irmãos oficiais dos quatro ofícios anexos

apesar de fazer parte desse mesmo conjunto, trata-se, na verdade, do *Livro do Principio do Officio dos capineiros da praça da polé Sinco ponta Rua da Praia Coatro Cantos Boa Vista e Cidade de Olinda*, ao que tudo indica iniciado em 1765. Pela análise que fizemos, acreditamos que esse livro pode ter passado a pertencer ao conjunto documental da Irmandade de São José em fins do século XVIII ou no século XIX (o que achamos mais provável). Época em que a dita irmandade aparece configurada de forma bastante diversa do que esteve na maior parte do setecentos, o que explicaria a possível ligação dos capineiros com a Irmandade de São José do Recife. Ainda consideramos uma outra hipótese: os capineiros faziam parte de alguma irmandade abrigada na Igreja de São José. Ainda assim, só a partir do século XIX é que a Igreja de São José possui estrutura suficiente para abrigar outras irmandades, além daquelas que já apresentamos. No caso do *Livro de Entradas de Irmãos e Irmãs (1745-1827)*, em cujo conteúdo encontramos registros a partir do ano de 1743 e não de 1745, apesar da falta de seus termos de abertura e fechamento, encontramos indícios que indicam que tal livro fazia parte da administração da Irmandade do Patriarca São José do Recife. Além de pertencer ao conjunto documental da mesma Irmandade, encontramos em todos os outros documentos que pertencem a esse mesmo conjunto, como também no Compromisso de 1774, referências claras e assertivas quanto à existência de “irmãos de fora” no quadro da dita confraria. Também encontramos nesses mesmos documentos referências igualmente claras e assertivas de que existia um livro específico para o assento desses irmãos. Na verdade, não apenas um livro para esse fim, tendo em vista que encontramos referências sobre a existência de outros, que foram sendo comprados com a necessidade e com o tempo, como aconteceu entre os anos de 1782 e 1783, e no ano de 1840. O livro de assentos dos “irmãos de fora”, comprado entre os anos de 1782 e 1783, por exemplo, está citado no primeiro livro de contas da Irmandade do Patriarca São José do Recife (IPHAN/PE, *Livro de Receitas e Despesas*, p.90), havendo também uma referência de uso de outro livro para assento de “irmãos de fora”, sucedendo este a um anterior, que consta em um registro, possivelmente do começo do oitocentos, que se encontra no *Livro de Entradas* em questão (IPHAN/PE, *Livro de Entradas*, p.150). Isso nos sugere que ambos os livros citados começaram a ser usados mais ou menos na mesma época, portanto, podem se tratar do mesmo livro. Ademais, encontramos nos registros nele contidos duas referências de confrades oficiais dos quatro ofícios anexos: a referência a Francisco Xavier de Lima, carpinteiro, que participou da Mesa Diretoria da Irmandade por muitos anos, e cujo nome aparece no registro de sua esposa, Josefa Gomes da Conceição (IPHAN/PE, *Livro de Entradas*, p.173); e a Luís de Souza Estrela, um dos confrades que teria assinado o Compromisso de 1774, cujo nome aparece nos registros de suas filhas Ana de Souza Estrela e Joana Maria da Conceição (IPHAN/PE, *Livro de Entradas*, p.3 e 172.). Por fim, faz-se importante lembrar ao leitor que, tendo em vista que a História não é uma ciência exata, o historiador trabalha, geralmente, com indícios, que ele analisa por meio de uma crítica documental, na qual também perpassa a análise e a compreensão sobre como foi constituído o conjunto documental em que a documentação sobre a qual se debruça está inserida. E foi, de resto, o que fizemos neste trabalho.

³²⁶A.H.U., *Compromisso*, fl.10.

eram hierarquicamente os mais importantes, e desse grupo seletivo ficava de fora qualquer um que não exercesse um dos quatro ofícios anexos. Ao que tudo indica, isso só mudará, de fato, em 1838, quando, de acordo com Flávio Guerra, um novo regulamento da Irmandade passa a permitir, mediante o pagamento de uma jóia de 4 mil réis, a entrada de artífices de qualquer profissão.³²⁷

Assim sendo, os oficiais dos quatro ofícios anexos eram os fundadores e suas decisões tinham um peso maior nos assuntos relativos à administração da confraria. O diferencial e a importância que esses confrades tinham em relação aos demais irmãos podem ser notados, por exemplo, quando definido no Compromisso de 1774 o modo como seriam feitas as eleições para a composição da Mesa Diretoria, pois, não só eram eles eleitos para a dita Mesa, ou como registraram: “(...) e feita a dita Eleição nesta forma não hajão duvidas entre os ditos Irmãos respectivo a compor-se de todos os quatro officios a dita Meza (...)”, mas também, pelo que sugere o dito Compromisso, eram apenas eles convocados a votar, como podemos ver no trecho abaixo:

Os Procuradores avizarão *por* ordem do seu Iuiz e do Escrivão que actual serve em Meza daquele anno a todos os nossos Irmãos officiais dos quatro officios anexos a esta Santa Irmandade e confraria do *Senhor* Sam Iozé Carpenteiros Pedreiros Marcigneiros Tanoeiros para que na Dominga de manhã antessedente o dia do Nosso Santo Patriarca o *Senhor* Sam Iozé 19 de Março se achem todos na dita Dominga de manhã no concistorio da nossa Igreja para a factura da nova ELEição do anno seguinte e futuro (...).³²⁸

Podemos dizer ainda que, em essência, era para esses confrades que a organização interna estava voltada. No Compromisso de 1774, por exemplo, não estão discriminados os direitos e os deveres específicos dos “irmãos de fora”, nem o papel deles na organização interna da confraria, mas, por outro lado, há nesse estatuto preocupações sobre a vida profissional dos oficiais dos quatro ofícios anexos. Os “irmãos de fora”, pouco citados nesse documento, acabavam por estar inseridos nos deveres e benefícios de ordem mais geral, como a obrigatoriedade de pagar as entradas e os anuais e de acompanhar todos os assuntos e eventos da irmandade; o direito de terem, na hora de sua morte, o acompanhamento solene de seu corpo pelos integrantes da Irmandade até o seu sepultamento, como já informamos aqui; e no caso das mulheres, apenas delas, a participação, mesmo que secundária – se é que

³²⁷Flávio Guerra, op.cit., p.75.

³²⁸A.H.U., *Compromisso*, fl.3.

podemos definir assim –, na Mesa Diretória como juízas, escrivães e mordomas, como indica este trecho do dito Compromisso: “a Meza *que* actual serve ELegerà huma Jrmam nossa para Iuiza e outra *para* Escrivan e doze *para* Mordomas e não havendo Irmaes farão as que virem mais devotas do nosso Santo e delas farão ELeição junta aos do nossos Irmaos *para que* no dia do nosso Santo seja publicada”.³²⁹

Sobre as mulheres que compunham o quadro dos “irmãos de fora” da Irmandade do Patriarca São José do Recife, faz-se necessário informar que em todo o conjunto documental referente à dita irmandade, não encontramos documento algum que especificasse, claramente, o papel delas em seu quadro, tampouco que especificasse as funções de juíza, escrivã e mordoma ocupadas por elas na organização da confraria. Entretanto, de acordo com a mesma documentação, esses cargos existiram, e, pelo que conseguimos perceber, estavam ligados aos assuntos espirituais assumidos pela Irmandade de São José, como a promoção do culto ao orago da casa e das festividades de cunho religioso.

Isto posto, também podemos perceber as diferenças entre os dois corpos de confrades por meio dos valores cobrados pelas entradas e anuais. Normalmente, o irmão dos quatro ofícios anexos pagava 10 tostões de entrada e depois de um ano começava a pagar a quantia de 320 réis anuais. Já o irmão que fosse “de fora”, sendo do sexo masculino, deveria pagar um valor de entrada de 4.000 réis, ficando assim “remido”, ou seja, quite com a dita irmandade, como era de costume. Porém, se resolvesse pagar a quantia de 2.000 réis de entrada, este “irmão de fora” deveria pagar mais 160 réis por ano, como aconteceu com o Irmão José Bernardes [de] [Araújo], que “sentouse pro Irmão. 1769 tem pago Seos Anuais até [1799] E deo de sua entrada 2\$000”. Em seu registro no *Livro de Entradas* consta que o mesmo continuou pagando 160 réis de seus anuais do ano de 1800 ao ano de 1811.³³⁰ Como se pode ver, o valor de entrada pago pelos “irmãos de fora” era superior ao valor pago pelos confrades dos quatro ofícios anexos, o que indica que estes últimos tinham a sua entrada facilitada pela Irmandade, e figuravam como integrantes de um grupo de maior interesse para a mesma.

No caso das mulheres, os valores eram diferentes dos demais confrades e ainda havia diferença entre aquelas que eram esposas dos confrades oficiais dos quatro ofícios anexos e as que não eram. Sobre isto, a Irmandade estipula no Compromisso de 1774 o seguinte:

(...) e gozarão da dita remição as nossas Irmaes *que* forem Iuizas ou Escrivãs *que* derão a esmolla *que* lhe fica conmutada no seo Juizado ou Escrivania no Cap 8 e a

³²⁹Ibidem, fl.4.

³³⁰IPHAN/PE, *Livro de Entradas*, p.202.

este respeito se observará Com as Irmaes Mordomas a *que* der de sua Mordomage dois mil reis ficara pagando sento e sesenta reis sendo Irman de fora e sendo consorte dos Irmaos ofeciais dando os dois mil reis de sua Mordomage ficara remida e dando dez tustõens da sua Mordomagem ficará pagando o anal de sento e sesenta reis.³³¹

O valor de esmola citado como constando no capítulo 8, era de 8.000 réis para ocupar o cargo de juíza da irmandade e 4.000 réis para ocupar o cargo de escritvã, isso se não fossem esposas dos irmãos oficiais dos quatro ofícios anexos. Sendo elas esposas dos ditos irmãos oficiais, deveriam pagar 4.000 réis para o cargo de juíza e 2.000 réis para o de escritvã.

A exemplo do que foi explicitado no trecho acima, temos o caso da Irmã Gertrudes Maria da Conceição, que “foi mordoma em 1775 pg 2.000 r, e tem pago todos os seos anuais thé 1788”.³³² Em seu registro consta que a mesma continuou pagando 160 réis por ano até 1809, tendo falecido em 24 de dezembro de 1810. Temos também o caso da Irmã Bonifácia de Souto, viúva do irmão falecido Antônio Pimentel, que provavelmente não era oficial dos quatro ofícios anexos, pois Bonifácia “sentouce por mordoma no Anno de 1772 (...) e [deo] de entrada 2.000 tem pago athe [1801]”,³³³ e em seu registro consta que a mesma continuou pagando 160 réis por ano até 1804, aparecendo em 1806 como falecida. Já a Irmã Ana Maria de Jesus, mulher do Irmão Lourenço Rodrigues do Amorim, diferentemente da Irmã Bonifácia, “entrou em 1777 e Remio os anuais (...)”.³³⁴

Até o momento tínhamos apresentado a existência de critérios para a entrada de membros nas irmandades leigas coloniais, e, no caso da Irmandade do Patriarca São José, a possível falta de critérios desta para a entrada de interessados, exceto para a entrada no grupo seleta e restrito do qual faziam parte os oficiais dos quatro ofícios anexos do Recife. Mas como se dava o desligamento da confraria? Quais os critérios para se expulsar um confrade de seu quadro?

Antônia Aparecida Quintão, ao se debruçar sobre o estudo de irmandades de pretos e pardos, diz que algumas das razões para a expulsão de irmãos nestas irmandades eram: não acompanhar o irmão que falecer; não dar a esmola anual, mas pedi-la mesmo com condições de dá-la; faltar, sem motivo legítimo, quando chamado pela irmandade; não guardar o segredo que se tratar em Mesa; não aceitar os cargos em que foi eleito na irmandade; não ser zeloso no

³³¹A.H.U., *Compromisso*, fl.6v.

³³²IPHAN/PE, *Livro de Entradas*, p.141.

³³³Ibidem, p.31-40.

³³⁴Ibidem, p.11.

serviço da Igreja; induzir os irmãos a votarem em seus particulares; não ter respeito aos irmãos de Mesa; viver no escândalo; ser preso por delito infame, entre outras razões.³³⁵

Segundo ainda esta autora, crimes e vícios eram os mais mencionados como motivo para remoção dos cargos da Mesa diretória ou expulsão dessas confrarias. O envolvimento em roubos ou a promoção de discórdia também poderiam levar à expulsão, ao menos que se arrependessem. Ao juiz era a quem, geralmente, cabia punir os faltosos, que ainda tinham três chances para se arrepender, ficando, assim, a penalidade para esse tipo de ofensa resumida a algumas preces ou trabalhos de caridade.³³⁶

No caso da Irmandade de São José do Recife é difícil identificarmos tais razões, pois encontramos poucos casos de “riscamento”. Ademais, os poucos casos encontrados não trazem muitas informações acerca do motivo pelo qual foram “riscados”. Entretanto, o Compromisso de 1774, apesar de deixar claro a obrigação que carregaria cada um que ocupasse algum cargo da Mesa Diretória, como também a obrigação de todos os confrades de pagarem suas entradas e anuais, em participar de todas as solenidades e reuniões a que fossem convocados e de acompanhar os seus irmãos que faleceram, destaca apenas duas razões que acarretariam “riscamento”, mas tais razões dizem respeito à destituição de cargos na Mesa Diretória ou à perda de direito a voto para a eleição da dita e não à expulsão da confraria.

É no capítulo 1 desse Compromisso, que versa sobre como se deveria proceder com as eleições da Mesa Diretória, que tais razões se encontram. A primeira delas vem do fato de que se é definido que a cada ano, obrigatoriamente, deveriam ser eleitos para os cargos de juiz e escrivão oficiais de apenas um ofício dos quatro ofícios anexos por vez, ou seja, um ano concorreriam a esses cargos apenas os carpinteiros, no seguinte ano os pedreiros e assim por diante. Dessa forma, determina a Mesa o seguinte:

Só Sirva Cada hum no seu anno Como declarado fica pena de que se o contrario obrarem sendo a Meza *que* actual exziste serão desariscados *para* nunca mais entrarem em Cargos da dita Irmandade e pagarem de multa *para* o Altar do Nosso Santo duas Livras de sera cada Irmão que na dita Servir ficando desde o Iuiz athé o ultimo Irmão da Meza sendo só Simples Irmaos e sendo Irmão *que* não esteja servindo em Meza e faça o dito perturbamento ou embarasso do *que* asima fica dito pagará a multa de meija aroba de sera *para* a festa do nosso Santo Patriarca e se fara termo no Livro delles *para* nunca maiz Ser chamado o dito Irmão a votos e todos os mais *que para* o dito concorrerem e não querendo pagar as ditas multas ou condenação farão petição ao Nosso Doutor Provedor das capeLas *para que* mande

³³⁵Antônia A. Quintão, op.cit., p.105.

³³⁶Idem.

passar mandado excecutivo contra os deLinquentes para que por este meio as paguem e sendo a Meza que emcorra nesta pena e não pagando a dita multa como asima fica dEtreminado qualquer dos nossos Irmaos dos Coatro officios anexos a denunciara perante o Nosso Iuiz Provedor das Capelas pelo meio De huma petição apontando nella os mais Irmaos que prezenciarão e asestirão para que deste modo oservem em tudo os Capítulos deste nosso comprimisso.³³⁷

A segunda razão que acarretaria as mesmas penalidades citadas no trecho acima, tratar-se-ia da exigência de que fossem publicadas e lidas para os irmãos votantes todas as normas sob as quais deveriam ser procedidas as eleições, antes delas acontecerem, para que, assim, os votos fossem dados “com consciencia e verdade o que se observará em todas as Mezas vindouras e fucturas emquanto nos Servir este nosso comprimisso. [o] não observando-se assim emcorrerão nas mesmas penas ja declaradaz (...)”.³³⁸

Como dito, encontramos alguns poucos casos de expulsão registrados no conjunto documental da Irmandade de São José. Pouquíssimos, na verdade, e, pelo que constatamos, todos os encontrados, apesar de não entrarem em detalhes, estiveram ligados a assuntos da administração da Irmandade, o que nos sugere que era em torno da Mesa Diretória que os jogos de interesses aconteciam e a maior parte dos conflitos também. Assim sendo, desenvolveremos essa ideia e apresentaremos esses casos detalhadamente mais adiante, pela atenção exigida para o assunto. Por agora, nosso foco estará nos confrades de São José, com intuito de mostrarmos como a dita confraria estava composta socialmente.

Faz-se necessário ressaltar que, ao tentarmos durante a pesquisa levantar dados acerca destes confrades, nos deparamos com uma documentação extremamente fragmentada e em mal estado, o que impossibilitaria uma análise quantitativa. Tanto o *Livro Mestre das Matrículas* como o *Livro de Entradas*, principais livros que tratam da entrada de confrades, além de danos, rasuras e borrões que se encontram neles, foram reorganizados pelos próprios confrades no decorrer dos séculos XVIII e XIX, o que pode ter contribuído para a perda de mais registros. Sem contar os erros existentes nos registros desses livros, pois não foram raros os casos em que os próprios confrades, ao identificarem tais erros, procuraram corrigi-los por meio de adendos, fugindo ao nosso controle aqueles registros cujos erros não foram assinalados pelos confrades, e que, durante a pesquisa, não conseguimos confirmar os dados que neles constavam.

³³⁷A.H.U., *Compromisso*, fl.3v-4.

³³⁸*Ibidem*, fl.4.

Por se tratar de um grupo em que a maior parte de seus associados não produziu documentação escrita, nem foi motivo para a produção da mesma pelos poderes civil e eclesiástico dentro da burocracia administrativa colonial, ou até pela própria Irmandade, o rastreamento de cada um deles se tornou tarefa árdua e insatisfatória, pelo fato de não conseguirmos confirmar muitos dos dados recolhidos, nem ter acesso a mais informações sobre esses confrades. Essa dificuldade se deu, por exemplo, nos casos de associados que possuíam o mesmo nome. Em alguns deles o rastreamento foi possível e conseguimos identificá-los, mas, na maioria dos casos, ainda permanecem as incertezas sobre se eram estes homônimos ou se tratavam da mesma pessoa.

Além disso, alguns livros não chegaram até nós, entre os quais o já citado Livro de Certidões de Missas, o Livro de Inventário dos Bens da Irmandade, e ainda um livro no qual, ao que tudo indica, constaria os nomes dos oficiais dos quatro ofícios anexos que não eram confrades, mas que pagavam a bandeira do santo, como indica o Compromisso de 1774.³³⁹ A documentação analisada ainda sugere a existência de mais de um *Livro de Entradas*, nos quais eram feitos os registros dos “irmãos de fora”, como indica uma despesa de 980 réis, feita pela Irmandade entre os anos de 1782 a 1783: “*Pelo que [Custou] hum Livro Novo que se mandou fazer para se acentar os Irmãos de fora*”.³⁴⁰

Dessa forma, durante o recolhimento dos dados, quando nos deparamos com esse tipo de documentação extremamente fragmentada, ficou claro para nós que conseguiríamos ter acesso apenas a uma parte dos registros existentes na Irmandade do Patriarca São José do Recife, e que, na verdade, o número de confrades assentados na dita confraria certamente é bem maior do que conseguimos contabilizar até o fechamento da pesquisa.³⁴¹

³³⁹A.H.U., *Compromisso*, fl.10.

³⁴⁰IPHAN/PE, *Livro de Receitas e Despesas*, p.90.

³⁴¹Pelo estado em que se encontram esses livros, recorremos, em complementação, a outros documentos da Irmandade de São José, assim como a outras fontes manuscritas e impressas, e a trabalhos de colegas que se desbruçaram sobre o estudo do mesmo objeto: Roberto Dantas de Araújo e Henrique Nelson da Silva (obras citadas no corpo deste trabalho e também na lista de bibliografia consultada). Também foram importantes os dados publicados pela Profa. Dra. Vera Lúcia Acioli, que em seu dicionário sobre os artistas e artífices de Pernambuco fornece mais informações acerca de alguns confrades oficiais dos quatro ofícios anexos que faziam parte da Irmandade do Patriarca São José do Recife. Todavia, encontramos alguns equívocos na transcrição de alguns nomes, tendo em vista que esta autora também se embasou na documentação da Irmandade de São José, trazendo, inclusive, referências a esta documentação em seus verbetes. A exemplo, o nome do carpinteiro Félix Rodrigues do Sacramento aparece transcrito como “Félix Rodrigues dos Santos”. Ademais, encontramos conflitos em dados que a autora traz, como em um registro que a autora identifica como sendo de “Manoel Gomes do Espírito Santo”, em que consta que o dito teria entrado duas vezes na Irmandade de São José, uma em 1765 e outra em 1789. E, por conhecermos a miúdo a documentação, pareceu-nos, de início, pouco provável. De fato, temos o registro de Manuel Gomes do Espírito Santo em 1765, entretanto, o registro de 1789 é de um confrade de nome Manuel Gomes, apenas, tratando-se, ao nosso ver, de dois registros distintos. Diante de tal conflito, a autora não tece esclarecimentos sobre ele, o que nos impede de ter uma melhor compreensão desse caso. Dessa forma, faz-se necessário informar ao leitor que não sabemos de que forma os dados contidos nesse dicionário foram recolhidos e analisados, embora nós ainda nos utilizemos dele, tendo em vista a importância

Isto posto, dentre os 1.481 registros analisados do período de 1735 a 1800, identificamos 1.338 registros de supostos confrades, não apenas no *Livro das Matrículas* e no *Livro de Entradas*, mas em toda a documentação referente à administração da Irmandade e em outras fontes externas a ela. Desses 1.338 registros analisados, 384 identificamos ser de “irmãos de fora” e 954 de irmãos dos quatro ofícios anexos. Analisaremos melhor esses dados agora.

2.2.1 Os “irmãos de fora”

A maior parte dos dados sobre os “irmãos de fora” foi coletada no *Livro de Entradas de Irmãos e Irmãs*, que tinha o intuito de registrar a entrada dos confrades que não eram oficiais dos quatro ofícios anexos. Nesse livro, geralmente, consta o nome do irmão ou da irmã, o ano de entrada na Irmandade, as anuidades pagas e algum cargo que tenha ocupado na Mesa Diretória. Algumas vezes trazem eles informações sobre o estado civil dos mesmos, a localidade onde moram e o ano de sua morte. A cor da pele não é cogitada, e poucas vezes a profissão que exercem é citada.

Tendo em vista que não encontramos na documentação analisada restrições para a entrada de pessoas nesse corpo de confrades, era de se esperar que nos deparássemos com um grupo bastante heterogêneo, ainda que não saibamos a cor de suas peles: homens e mulheres, casados(as), solteiros(as) e viúvos(as), exercendo ocupações diversas, resumem os tipos sociais existentes nesse grupo. Todavia, nenhum “irmão de fora” foi identificado nos registros analisados como sendo escravo ou escrava, forro ou forra, o que nos sugere que, de alguma forma, restrições podem ter existido e esta seria uma delas: a de não ser ou não ter sido cativo.

Identificamos um número significativo de mulheres filiadas à confraria, cerca de 179 registros para 205 registros de homens. Em muitos desses registros essas mulheres aparecem como casadas ou viúvas, com o nome de seus maridos identificados. Alguns deles eram ou foram “irmãos de fora” ou dos quatro ofícios anexos, como o caso da Irmã Josefa Gomes da Conceição, que entrou em 1768 e era esposa de Francisco Xavier de Lima,³⁴² que, ao que tudo

dos dados que este traz em seu conteúdo. Evidentemente que isto feito com o devido cuidado e atenção, verificando referências, cruzando informações e buscando, sempre que possível, confirmar tais dados. Ver: ACIOLI, Vera Lúcia C. *A identidade da Beleza: dicionário de artistas e artífices do século XVI ao XIX em Pernambuco*, Recife: FUNDAJ/Ed. Massangana, 2008.

³⁴²IPHAN/PE, *Livro de Entradas*, p.173.

indica, era o mesmo mestre carpinteiro, irmão dos quatro ofícios anexos, que aparece como importante figura dentro da Irmandade, tendo pertencido por anos à sua Mesa Diretoria e ocupado cargos no Senado da Câmara, como o de avaliador dos prédios urbanos dos bens das execuções e arrematações em 1776.³⁴³

Pouquíssimas mulheres aparecem como sendo solteiras, como a Irmã Ana Rodrigues de Moares, que entrou como mordoma em 1779. Outras não trazem em seus registros seu estado civil, mas os mesmos indicam algum tipo de laço familiar com outro membro da Irmandade, a exemplo: Ana de Souza Estrela e Joana Maria da Conceição, filhas do Irmão Luís de Souza Estrela, este irmão oficial dos quatro ofícios anexos; a Irmã Margarida do [Sacramento], filha da também irmã Ana Maria da Conceição; a Irmã Adriana Gomes de Azevedo, sogra do Irmão Francisco Xavier; e a Irmã Rosa Maria Ferreira, filha do Irmão Vicente Ferreira Marinho e irmã de outra associada, a Irmã Ana Maria Ferreira, que por sua vez era esposa do também irmão Serafim Gonçalves.³⁴⁴

Nos dados que analisamos, nenhuma das associadas aparece ocupando alguma profissão, o que não quer dizer que mulheres que exerciam algum ofício não tivessem existido dentro da confraria. As referências encontradas na documentação sobre profissionais mulheres são de parentes de associados, mas estas não as colocam como irmãs da confraria. A exemplo temos o Irmão José Ferreira da Costa, em cujo registro aparece como “filho da padeira”, e a Irmã Teresa de Jesus, em cujo registro aparece como filha de “D. Anna Doçeira”.³⁴⁵

Todavia, há registros de associadas que trazem referências aos ofícios de seus maridos. Alguns deles, inclusive, exerciam profissões que gozavam de alguma estima social, se nos basearmos em como a historiografia sobre a sociedade do período convencionou classificar valorativamente os diferentes ofícios existentes no período, estejam eles dentro das artes mecânicas ou não. Temos, por exemplo, a Irmã Antônia de Oliveira que era casada com o alferes Manuel de Oliveira Azevedo³⁴⁶, a Irmã D. Joana Joaquina, viúva do ajudante Manuel de Azevedo; e a Irmã Maria José de Jesus esposa do condestável Antônio Cosme de Freitas, que também era confrade de São José.³⁴⁷

Assim como o condestável Antônio Cosme de Freitas, outros confrades, “irmãos de fora” da Irmandade do gênero masculino, também possuíam ocupações de alguma importância social, como o Irmão Antônio Barbosa de [Oliveira], que entrou juntamente com

³⁴³Vera Lúcia C. Acioli, *A identidade da beleza: dicionário de artistas e artífices do século XVI ao XIX em Pernambuco*, Recife: FUNDAJ/Ed. Massangana, 2008, s.v. “Francisco Xavier de Lima”.

³⁴⁴Todos os registros citados encontram-se em: IPHAN/PE, *Livro de Entradas*, p.3-376.

³⁴⁵IPHAN/PE, *Livro de Entradas*, p.175 e 401.

³⁴⁶Ibidem, p.5.

³⁴⁷Ibidem, p.255.

sua mulher, Ana Rosa, em 1773 e era oficial da Alfândega; o Irmão José Timóteo Pereira de Bastos, que era Mestre de Campo; e o Irmão João Nunes, que aparece em seu registro como escrevente. Ainda encontramos confrades sob o título de capitão, como os irmãos Antônio José Vieira e Inácio de Faria Andrade, que eram casados e se filiaram à Irmandade com suas respectivas esposas; e o Irmão Feliciano Gomes da Costa, que se tornou confrade em 1757.³⁴⁸

Também encontramos entre os “irmãos de fora”, os negociantes João Francisco de [Medeiros], que tinha loja na ponte; João José Coelho, que tinha uma “venda de loiça de burro na praça grande”; e Manuel Pereira [Martins], cujo registro consta apenas que “vivía de negócio”.³⁴⁹ Ainda nos deparamos com um número significativo de eclesiásticos compondo esse grupo. A exemplo, temos o registro do Reverendo Vigário Antônio Buarques Lisboa, que entrou na confraria em 1745, permanecendo, pelo menos, até 1762, e que ocupou os cargos de procurador e tesoureiro da dita confraria; o registro do Reverendo Padre Antônio Ferreira Maciel, que se tornou confrade em 1768 e ocupou o cargo de juiz da dita em 1775;³⁵⁰ o do Frei Joaquim, religioso carmelita; e o registro do Frei José de Santa Rita de Cássia, religioso franciscano. Os dois últimos teriam entrado na Irmandade entre os anos de 1782 a 1783.³⁵¹

Entre os artifícios que não eram dos quatro ofícios anexos e que estavam filiados a esse grupo, além do mestre-imaginário Luis Nunes – já citado anteriormente no primeiro capítulo – que teria se tornado confrade no período em que recebeu a encomenda da feitura da imagem de São José,³⁵² há os registros de Francisco Rodrigues Seixas, oficial de sapateiro; de José Pimentel, que, pelo que conseguimos indentificar, era ferreiro com venda na Praça Grande; do oficial de calafate, Niceto de Freitas; e o registro de Francisco Pereira do Nascimento, oficial de ourives e confrade desde o ano de 1759 até o seu falecimento em 1801, que era pai, ao que tudo indica, da também irmã Francisca Maria da Conceição, filiada em 1780.³⁵³

Nos dados que conseguimos coletar consta que muitos dos “irmãos de fora” residiam no entorno da Igreja de São José, no próprio bairro de Cinco Pontas, parte do atual bairro de São José, ou bem ao pé dele. Quando eles mesmos não referenciavam como “Cinco Pontas”, referenciavam como “atrás da Penha” – ou seja, do Hospício de Nossa Senhora da Penha –, “atrás do muro da Penha”, “aos pés do muro”, “ao pé da Igreja de Santa Rita”, etc. Por vezes, diziam a rua em que moravam: rua Direita, rua das Hortas, rua do Padre Floriano, rua da Praia

³⁴⁸Ibidem, p.8-202.

³⁴⁹Ibidem, p.193-258.

³⁵⁰Ibidem, p.1 e 4v.

³⁵¹IPHAN/PE, *Livro de Receitas e Despesas*, p.86v.

³⁵²Ibidem, p.13v.

³⁵³IPHAN/PE, *Livro de Entradas*, p.102-335.

do Fagundes, todas bem próximas à Igreja. Outros indicavam morar não tão próximos à dita igreja, mas na mesma região, como “no Pátio do Carmo” – pátio onde ainda se encontra a igreja dos religiosos carmelitas –, “na camboa do Carmo” ou na rua do Nogueira.

Ainda na ilha de Santo Antônio, encontramos a Irmã Luzia Francisca da Conceição, viúva do Irmão Francisco [Nogueira], morando na Praça Grande. Já o casal de confrades Córdula Maria das Virgens e Joaquim Inácio Mavignier aparecem como moradores no “Porto das Canoas”. Como deveriam existir muitos portos de canoas espalhados pelos rios Capibaribe e Beberibe, imaginamos se tratar do porto central, localizado na ilha do Recife.³⁵⁴ Outros confrades não moravam no Recife propriamente dito, mas em suas vizinhanças imediatas, como no Aterro de Afogados, na Boa Vista e em “Fora das Portas”. Alguns ainda residiam a grande distância para aqueles tempos, como a Irmã D. Rosa Maria da Trindade, moradora na Boa Viagem, e o Reverendo Padre Manuel Luís, morador do Cabo.³⁵⁵

Esses dados sobre o lugar de morada dos confrades indicam que, no caso daqueles que moravam nas proximidades da Igreja, a devoção que se tinha desde muito tempo nesta parte da ilha de Santo Antônio, como já apontamos, teria influenciado sobremaneira a entrada desses confrades no quadro da Irmandade, o que nos parece bastante normal, tendo em vista as relações de convívio social estabelecidas nesse espaço geográfico específico. Além do mais, não podemos esquecer das relações parentais, ou outro tipo de relação estabelecida de pelo menos parte dessa população com os próprios artífices dos quatro ofícios anexos, que ali estabeleceram a igreja de seu patriarca. Já para os casos de confrades que moravam distantes, como em Boa Viagem e no Cabo, tudo leva a crer que suas inscrições na confraria foram motivadas pela própria devoção ao Santo José, cuja representatividade era demasiado especial para os crentes dessa época, como apresentamos no capítulo anterior.

Pelo que constatamos, ao se filiarem à Irmandade do Patriarca São José do Recife, a grande maioria desses confrades permanecia lá por anos a fio, muitas vezes por décadas, muitas décadas por sinal, como a já citada Irmã Joana Maria da Conceição, que entrou como mordoma em 1760 e pagou seus anuais até 1811, ou seja, foi irmã por mais de 50 anos. As motivações particulares que levavam esses “irmãos de fora” a se filiar à Irmandade de São José e a permanecer nela por tanto tempo, nunca saberemos ao certo. Todavia, pelas análises realizadas durante a pesquisa acreditamos que estas filiações muito se devem a, pelo menos,

³⁵⁴Para mais informações sobre os portos de canoas no Recife, ver: MILFONT, Magda. “As canoas negreiras no Recife oitocentista: permanências e rupturas na organização do transporte fluvial”. In: *Anais do XXII Simpósio Nacional de História – ANPUH*, João Pessoa: Associação Nacional de História – ANPUH/Universidade Federal da Paraíba, 2003.

³⁵⁵Todas as informações sobre o lugar de residência dos confrades encontram-se, sem exceção, em: IPHAN/PE, *Livro de Entradas*, p.1-411.

dois motivos, para além dos que já indicamos. O primeiro está relacionado à devoção a São José, ligada não apenas à mística de sua figura a partir de um modelo de vida ativa, mas também como modelo de vida contemplativa, sobretudo a partir da promoção do culto impulsionado por Santa Teresa na Época Moderna, como exposto no capítulo 1. Encontramos, inclusive, muitos registros de irmãs com o nome de “Teresa de Jesus”.

O segundo motivo está relacionado à importância que tinha a Irmandade do Patriarca São José dos Oficiais dos Quatro Ofícios Anexos em sua comunidade. Desde o capítulo anterior apresentamos o contexto de fundação da dita confraria, mostrando como o setor construtivo esteve extremamente aquecido durante o setecentos, o que teria contribuído para que os oficiais dos quatro ofícios anexos adquirissem certo prestígio dentro do universo do trabalho, como também possibilitado a eles juntarem recursos suficientes para inciar a construção da casa de seu patrono. Também mostramos que, além da construção de casa própria, a dita confraria se esmerava nas cerimônias de culto ao seu orago e à promoção de festas que objetivavam, entre outras coisas, o seu estabelecimento enquanto grupo detentor de prestígio, o que, consequentemente, a fazia angariar mais confrades.

E que tipo de confrades a Irmandade conseguia angariar? Os tipos que até agora apresentamos. Ao olharmos para o conjunto composto pelos “irmãos de fora”, por mais heterogêneo que ele fosse, constatamos que ele é formado por uma camada média urbana existente na sociedade do Recife setecentista, na qual eram integrantes alguns artífices de menor hierarquia – como os sapateiros – a maior – como os ourives –, assim como funcionários da administração régia, militares e pequenos comerciantes. Não podemos esquecer, ainda, que uma parte significativa desses confrades possuía laços familiares dentro da própria confraria, o que nos sugere a permanência – ou a tentativa de permanência – dessa característica, fator que possivelmente agregava valor social à Irmandade de São José e que, consequentemente, promovia o aumento de seu quadro. Ademais, a ausência de qualquer referência ao cativo dos confrades que pertenciam ao corpo confrarial dos “irmãos de fora”, acaba por corroborar ainda mais com nossa tese. Veremos agora como estava composto o outro corpo de confrades, formado por oficiais dos quatro ofícios anexos.

2.2.2 Os irmãos oficiais dos quatro ofícios anexos

Os dados sobre os irmãos oficiais dos quatro ofícios anexos foram coletados, em grande parte, no *Livro Mestre das Matrículas dos Irmãos Pedreiros, Marceneiros, Carpinteiros, Tanoeiros*, que, como dito, está organizado em quatro partes, cada uma contendo os registros dos irmãos oficiais de cada um dos quatro ofícios anexos. Esse livro de registros não traz muitas informações sobre esses oficiais e as informações que traz, em geral, se resumem ao nome do irmão, o ano de entrada na Irmandade, as anuidades pagas e se foi o dito oficial examinado. Por vezes, é possível saber se ocupou algum cargo na Mesa Diretória e a data de sua morte. Não consta nesses registros o estado civil dos mesmos, e raras vezes trazem informações sobre o lugar de morada. A cor da pele nunca é citada, mas, geralmente, a condição de liberdade sim, quando o dito oficial é ou foi escravo no momento do registro.

Diante disto, e também pelas más condições em que se encontra esse livro, consultamos também outros documentos relativos à administração da Irmandade de São José, assim como exteriores a ela, com o intuito de obtermos mais informações sobre esses oficiais e para cruzarmos e confirmarmos alguns dos dados contidos no *Livro das Matrículas*.

Desta feita, do total de 954 registros que coletamos como sendo de irmãos dos quatro ofícios anexos, 119 estão ilegíveis devido às péssimas condições da documentação, o que nos impossibilitou de analisá-los. Dos 835 registros restantes, constatamos que 51 tratavam-se de duplicações, tendo em vista que constatamos não se tratar de confrades homônimos. Dessa forma, trabalhamos com um número de 784 confrades oficiais dos quatro ofícios anexos, no qual 31,63% aparecem como carpinteiros, 23,46% aparecem como pedreiros, 15,31% aparecem como marceneiros, e 5,75% como tanoeiros. Ainda desses 784 registros, 23,85% não conseguimos confirmar seus ofícios, seja por rasuras ou danos na documentação, ou mesmo porque tais ofícios não foram citados e não conseguimos obter mais informações sobre esses confrades.³⁵⁶

Considerando toda a documentação que consultamos, não identificamos uma mulher sequer fazendo parte desse corpo de confrades, o que indica que este era um grupo de profissionais, senão completamente, majoritariamente formado por homens.³⁵⁷ Como citamos

³⁵⁶Sabemos que esses 23,85% tratavam-se mesmo de oficiais dos quatro ofícios anexos porque a própria documentação indica isso, ainda que, por vezes, ela própria não discrimine os ofícios desses oficiais.

³⁵⁷Durante a pesquisa, em toda a documentação que consultamos em arquivos no Brasil e em Portugal, não encontramos registros de mulher alguma que faça referência ao exercício de um dos quatro ofícios anexos. Ainda assim, no caso da Irmandade de São José do Recife, como só conseguimos ter acesso a uma parte da

anteriormente, desse grupo de profissionais só faziam parte artífices carpinteiros, pedreiros, marceneiros e tanoeiros, havendo talvez apenas duas exceções identificadas: João Pedro Batista e Manuel Gonçalves da Silva, ambos cavouqueiros. Os dois foram registrados no *Livro Mestre das Matrículas dos Irmãos Pedreiros, Marceneiros, Carpinteiros, Tanoeiros*, na parte onde estão registrados os artífices pedreiros, em maio de 1798, e teriam permanecido na Irmandade até, pelo menos, o ano de 1802, quando perdemos os seus rastros. Não conseguimos saber o porquê dessas exceções, o que sabemos, além das informações acima, é que Manuel Gonçalves da Silva teria pago 2.000 réis por sua entrada, o que pagaria um “irmão de fora”, tendo em vista que também encontramos pagamentos de anuais até 1802. Além disso, nos dois registros encontramos os seguintes dizeres: “asentou-se em atenção o Santo Patriarca (...)”,³⁵⁸ o que corrobora a ideia de que poderiam ser considerados no interior da dita confraria como “irmãos de fora” e não como partícipes deste grupo seletivo.

Entre os artífices que integravam esse corpo confrarial havia brancos, negros e pardos. Em nenhum registro consultado encontramos referências à cor de suas peles, o que nos impossibilitou de ter acesso a números, ainda que mais ou menos aproximados. No entanto, chegamos a tais dados, basicamente, a partir de uma análise qualitativa de todo o corpo documental referente à administração da Irmandade. A saber, quando um trecho do Compromisso de 1774 nos diz que “(...) Esta Santa Irmandade e confraria dos oficiais dos quatro officios anexos entre os que há [muitos] e vários Mestres dos ditos officios da cor preta e parda (...)”,³⁵⁹ não podemos deixar de ter em conta quem está referenciando e quem está sendo referenciado. Além disso, apesar de os registros não fazerem referência alguma sobre a cor da pele desses confrades, fornecem eles, por vezes, informações acerca de suas condições de cativeiro.

Desta feita, entre os confrades oficiais dos quatro ofícios anexos da Irmandade do Patriarca São José do Recife, identificamos 4 com a condição de “forro”: Carlos Antônio, João Ferreira, José Jacinto e Manuel Domingos, todos marceneiros e filiados à dita confraria no finzinho dos setecentos.³⁶⁰ Com a condição de “escravo” identificamos 83 confrades, sendo 33 carpinteiros, 30 pedreiros, 13 marceneiros, 3 tanoeiros e 4 não conseguimos

documentação produzida pela dita confraria, acharmos mais coerente não afirmar que elas não existiram em absoluto em seu quadro.

³⁵⁸Cf. Recife, Arquivo da Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em Pernambuco – IPHAN/PE, *Livro Mestre das Matrículas dos Irmãos Pedreiros, Marceneiros, Carpinteiros, Tanoeiros (1735)*, arquivo deslizante nº 6, prateleira nº 2, Caixa nº 1, p.111. Daqui para frente, o presente documento será citado da seguinte forma: IPHAN/PE, *Livro das Matrículas*, e a página correspondente da citação feita.

³⁵⁹A.H.U., *Compromisso*, fl.4.

³⁶⁰IPHAN/PE, *Livro das Matrículas*, p.150v-156v.

identificar suas profissões. Desses 83 registros encontramos alguns raros casos em que os nomes dos escravos aparecem com um risco ao comprido em cima, como os registros de [Anastácio], marceneiro que foi escravo de Manuel Pinto, ao que tudo indica, também marceneiro; e de Félix Ribeiro, pedreiro, escravo de Luís Ribeiro dos Santos.³⁶¹ Não sabemos se teria sido alguma tentativa do escrivão de corrigir um possível erro, se eles deixaram de ser confrades por algum motivo ou se teria sido qualquer outro motivo. O fato é que eles existiram de alguma forma na Irmandade, pagando um deles anuais, inclusive, por isso os contabilizamos.

Dentre esses escravos, 15 não conseguimos identificar os seus donos, e dos 68 restantes verificamos que: 10 pertenciam a religiosos, como o Irmão Domingos, que era marceneiro e escravo do Reverendo Padre Francisco; 14 pertenciam a mulheres, como o Irmão Henrique, pedreiro, escravo da viúva Isabel Francisca;³⁶² e 44 pertenciam a homens civis, entre eles alguns identificamos como sendo oficiais dos quatro ofícios anexos. A exemplo, encontramos o Irmão Manuel, pedreiro, que pertencia ao Irmão Elias do Rosário, que era carpinteiro; o Irmão Francisco, carpinteiro, que fora escravo de Bento Fernandes Lima, que era tanoeiro; o Irmão Ventura, pedreiro, escravo do também pedreiro José Inácio de Santana; o Irmão Manuel da Paixão, carpinteiro, escravo de [Marcelino], que era marceneiro; e os irmãos João Monteiro que era pedreiro e Mateus que era carpinteiro, ambos escravos do marceneiro Antônio Francisco Monteiro.³⁶³

Pelo fato de nos registros dos escravos os seus donos aparecerem, geralmente, apenas com o primeiro e, às vezes, o segundo nome, tornou-se difícil apontá-los como membros do quadro de confrades de São José, principalmente quando tais proprietários eram mulheres, como, por exemplo, o caso do Irmão Benedito Veloso, que era carpinteiro e “escravo de Adriana”.³⁶⁴ Dessa forma, não nos foi possível ligar esse escravo à Irmã Adriana Gomes de Azevedo, já citada aqui, que era sogra do também irmão Francisco Xavier, tendo em vista que não conseguimos seguir os seus rastros, podendo Benedito ser propriedade de qualquer outra Adriana. Por outro lado, também não podemos excluir tal possibilidade, e mesmo não conseguindo comprovar, acreditamos que um número significativo deles poderia ser de propriedade de confrades da própria Irmandade.

Nos casos de escravos que conseguimos detectar como pertencentes a confrades que eram oficiais dos quatro ofícios anexos, constatamos que muitos deles exerciam profissões

³⁶¹Ibidem, p.79v e 138.

³⁶²Ibidem, p.110v e 162v.

³⁶³Ibidem, p.11-105v.

³⁶⁴Ibidem, p.3.

diferentes de seus donos, como podemos ver pelos exemplos que citamos. Isto nos sugere que alguns desses proprietários continuaram a exercer seus ofícios, utilizando-se dos serviços de seus cativos como complementação de suas rendas, pois aparecem eles possuindo de um a dois escravos confrades apenas. Entretanto, temos conhecimento de que existiam escravos que eram oficiais dos quatro ofícios anexos na vila do Recife e que não estavam registrados como confrades de São José, apesar de exercerem estes ofícios e pagarem a bandeira do santo, o que dificulta e muito a nossa análise, pois não tivemos como acessar os nomes de seus proprietários e ligá-los ao quadro de confrades oficiais dos quatro ofícios da Irmandade de São José. Porém, pelo que percebemos, se houve confrades proprietários de numerosos escravos, eles não estavam em maioria na confraria, pois os que tinham recursos para tanto faziam parte de um grupo seletivo de mestres, que se revezavam na Mesa Diretória da Irmandade e, conseqüentemente, na gerência dos quatro ofícios anexos na vila do Recife.

Assim parece também ter sido a tendência antes da fundação da confraria em 1735, pois poucos foram os registros encontrados. A exemplo, temos uma referência sobre o carpinteiro Bernardo Ribeiro da Silva, que fora da Mesa Diretória da Irmandade em 1747, na qual este teria recebido 2.560 réis por um trabalho que fez “com seus negros”, no período de 1731 a 1732. Outra referência, também anterior à fundação da mesma, é sobre um pedreiro de nome Manuel Gomes, que teria recebido da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos 4.640 réis por “29 pretos” que romperam uma parede e colocaram ali pedras.³⁶⁵

Dessa forma, pela nossa análise, não era maioria os artífices confrades dos quatro ofícios anexos da vila do Recife que tinham condições de possuir numerosos escravos. Além disso, se alguns, ainda que poucos, foram mesmo proprietários de um número considerável de escravos, diferentemente do que constatamos por meio da documentação relativa à administração da confraria, tais escravos não faziam parte do corpo de confrades de São José. Muito possivelmente, por controle dos próprios confrades, com o intuito de barrar elementos que pudessem, de alguma forma, “manchar” o *status* social que esse grupo teria adquirido desde fins do seiscentos e que adentrou o setecentos, a partir da expansão urbana e o aquecimento no setor da construção vivenciados pela vila do Recife.

Os dados contidos na documentação administrativa da confraria também indicam essa direção. Os primeiros registros de escravos filiados à Irmandade de São José que encontramos datam do ano de 1752, ou seja, quase vinte anos após a sua fundação, no mesmo ano em que os confrades conseguem autorização para a construção do templo de seu patriarca. Nesse ano

³⁶⁵Roberto A. Dantas de Araújo, op.cit., p.141 e 142.

constam apenas dois registros, o de Antônio Nunes, pedreiro, escravo do Padre Manuel Félix, e o registro de Antônio Rodrigues, também pedreiro, escravo de Manuel Rodrigues de Freitas.³⁶⁶ Nos anos posteriores quase não encontramos mais filiações, tanto que até 1762, dez anos depois dos primeiros registros, identificamos a filiação de apenas dois escravos, um em 1755 e outro em 1761.

A situação muda um pouco a partir de 1767 quando a entrada de escravos no quadro de confrades se torna mais recorrente, acontecendo, praticamente, todos os anos, mesmo que ainda em pouquíssima quantidade. Diante do número de entradas que acontecia normalmente, verificamos uma atipicidade apenas no ano de 1789, quando identificamos 13 entradas de escravos. Vale ressaltar que essa atipicidade se deu durante a administração do então governador D. Tomás José de Melo, que promoveu uma série de obras na vila do Recife, e logo após o caso da arrematação das âncoras protagonizado pelo dito governador, quando a Irmandade de São José se viu novamente com recursos para continuar as obras da casa de seu patriarca com rapidez.

Outro dado importante é que encontramos, entre escravos e forros, casos de confrades possuindo algum tipo de letramento. Dois confrades que aparecem na documentação como escravos teriam participado da Mesa Diretória da Irmandade no início do século XIX, ainda que não saibamos se em condição de escravos ou já de alforriados: o Irmão Vicente de Freitas, tanoeiro, escravo de Ana de Freitas, confrade do ano de 1788, teria sido escrivão em 1809 e em 1810; e o Irmão Manuel Félix, carpinteiro, escravo do Padre Belchior, confrade desde 1768 e escrivão da dita confraria em 1804, permanecendo na confraria por mais doze anos, no mínimo. O Padre Belchior ainda possuía outro escravo oficial dos quatro ofícios anexos de nome Francisco Teodósio, que era pedreiro. Este, em particular, não conseguimos detectar se possuía ou não algum tipo de letramento, mas acreditamos que, por seu dono ser um padre e ter outro escravo letrado, há grande possibilidade de o mesmo, ao menos, saber ler. Entre os registros de forros encontramos apenas um registro: o de Manuel Domingos, marceneiro, confrade talvez desde 1799, que fora escrivão na Mesa Diretória em 1813.³⁶⁷

Considerando que para fazer parte da Mesa Diretória da Irmandade era preciso ao menos saber ler, em geral, no corpo de confrades de oficiais dos quatro ofícios anexos, havia, considerando a época em questão, um número significativo de membros que possuíam algum

³⁶⁶IPHAN/PE, *Livro das Matrículas*, p.71 e 73.

³⁶⁷Ibidem, p.15, 79, 155v e [23?]. Sobre especificamente o caso do forro Manuel Domingos, não sabemos ao certo a data de sua entrada. Inicialmente consta em seu registro que foi em 1799, mas há uma anotação em cima dessa data constando que foi em 1808. Dessa forma, não temos como assertar qualquer data sobre sua entrada.

tipo de letramento: cerca de 14,67% dos confrades que temos registros – entre escravos, forros e livres –, sabiam, ao menos, ler, e acreditamos ser esta uma estimativa segura.

Sobre o estado civil dos confrades dos quatro ofícios anexos, como dito anteriormente, nada consta nos registros de assentamento. As poucas informações que obtemos nesse sentido foram coletadas em outras documentações e não no *Livro das Matrículas*. No entanto, percebemos que nesse grupo de associados, seletos e composto, formado apenas por homens e oficiais dos quatro ofícios anexos, ao que tudo indica, existiam muitos laços de parentesco. Henrique Nelson da Silva já tinha apontado essa característica da Irmandade de São José do Recife em seu estudo sobre ela, lembrando, inclusive, o antigo costume do trabalho artesanal como uma prática familiar, transferida de pai para filho.

Para esse autor, que fez um levantamento dos possíveis laços de parentesco existentes dentro da dita confraria, apenas alguns poucos grupos – ou famílias, como o mesmo aponta – tinham maior poder dentro da confraria, a ponto de deterem domínio e controle ao acesso dos artífices dos quatro ofícios anexos do Recife à maestria, por exemplo.³⁶⁸ Pelo que analisamos do conjunto documental sobre a Irmandade de São José observamos que grupos dominantes podem, de fato, ter existido no interior da confraria e que havia um esforço, pelo menos de uma parte dos confrades – sendo eles partícipes de pequenos grupos ou não –, no controle da organização laboral dos oficiais dos quatro ofícios anexos do Recife. Discutiremos melhor esse ponto mais adiante.

Entretanto, pela característica fragmentada desse conjunto documental, além do fato da maior parte de seus associados não ter produzido uma documentação escrita que tenha chegado até nós, nem ter sido motivo para a produção da mesma pela administração colonial e até pela própria Irmandade, como destacamos anteriormente, acreditamos não ser possível constatar se havia grupos familiares formados dentro da Irmandade de São José, com o intuito – consciente ou não – de terem para si o controle de sua administração. Chegamos a essa conclusão pelo fato de ser de grande dificuldade a obtenção de maiores informações acerca dos associados da dita confraria, seja na documentação produzida pela Irmandade ou fora dela –, o que teria impossibilitado durante a nossa pesquisa a confirmação de muitos dos dados recolhidos.

É certo que muitos confrades oficiais dos quatro ofícios anexos possuíam o mesmo sobrenome e que, por vezes, alguns deles pertenciam ao mesmo ofício. Porém, não podemos deixar de ter em conta a existência de confrades que possuíam o mesmo sobrenome e que,

³⁶⁸Henrique Nelson da Silva, *Trabalhadores de São José*. Artesãos do Recife no século XVIII, Dissertação de Mestrado, Recife: UFPE, 2010, p.71-73.

ainda assim, poderiam não ser parentes. Também temos que levar em conta a prática que existia na época de donos de escravos darem os seus sobrenomes aos cativos de sua propriedade. Dessa forma, se os dados contidos no conjunto documental analisado aparecem de forma fragmentada e se não conseguimos rastrear e confirmar a maioria deles, como conectar alguns dos confrades a determinadas famílias? Concluímos que não podemos, mesmo com os esforços por nós levantados.³⁶⁹

Todavia, isto não significa que não reconheçamos que havia laços de parentesco entre os confrades oficiais dos quatro ofícios anexos. Esses laços existiram de fato e acreditamos que foram em número significativo. Porém, como ressaltamos, não podemos afirmar que eram esses laços que determinavam quem figurava na administração da confraria. A própria documentação nos revela alguns casos de parentesco, a exemplo, 10 registros de confrades aparecem com seus pais identificados, e em 6 deles, os pais aparecem como membros do quadro de confrades de São José: Martinho de Barros, marceneiro e assentado como confrade na década de 1770, e, ao que tudo indica, filho de Antônio de Barros Rego, também marceneiro; Joaquim Bento, pedreiro e confrade do ano de 1789, possivelmente filho de Luís Jerônimo, também pedreiro; [Marcelino] de Azevedo, marceneiro e confrade do ano de 1789, filho do Irmão João Azevedo, cuja profissão não identificamos; Martinho Fernandes, carpinteiro e confrade do ano de 1789, filho de Roberto Fernandes de Souza, também carpinteiro; Alexandre Rodrigues, pedreiro e confrade do ano 1796, filho do Mestre José Rodrigues, possivelmente carpinteiro; e José, tanoeiro, assentado por confrade no início do século XIX, filho do Irmão e ex-juiz Domingos da Silva.³⁷⁰

Também nos deparamos com 1 registro que pode ser de irmãos, mas que não conseguimos analisar pelas condições do documento, e com 1 registro de cunhados, no qual há o Irmão Joaquim de Almeida, marceneiro e confrade do ano de 1775, como cunhado do já citado Manuel Pinto, também marceneiro. Outras sugestões de parentesco perpassa toda a documentação. Temos, por exemplo, 4 confrades carpinteiros com o sobrenome “Cantálicia”,

³⁶⁹Faz-se importante destacar que para encontramos graus de parentesco mais paupáveis seria necessário recolher mais dados em fontes documentais externas à confraria, e não apenas levar em consideração os sobrenomes. Assim, constatamos durante a pesquisa que: 1) Não há dados seguros de famílias que dominaram anos a fio a Irmandade. A exemplo, temos os anos de 1770 a 1773, quando encontramos se repetindo em cargos da Mesa Diretória, ainda que não seguidamente em todos os anos, nomes como Simão de Souza Correa, Inácio Luís dos Santos, Inácio de Lima, Antônio Dias da Costa, Caetano Xavier de Almeida, Manuel Antônio da Silva, Francisco Xavier da Silva e Bento Fernandes Lima, e não encontramos informação alguma que assegurasse serem eles unidos por laços de parentesco; 2) Vemos uma tendência de grupos se unirem para dominar internamente a confraria, sem necessariamente terem laços familiares, sobretudo por interesses de fator econômico e social, formando uma espécie de “Casa” dentro da mesma. Assim, se há algum sinal de domínio por laços parentais, possivelmente é num sentido de parentela alargada, à maneira dos senhorios, e nem isto podemos confirmar sem a coleta de mais dados.

³⁷⁰IPHAN/PE, *Livro das Matrículas*, p.62-214.

o que sugere a possibilidade de parentesco: Garcia de Cantalicia, Garcia de Cantalicia Moço, Simão de Cantalicia e Cristóvão de Cantalicia. Temos ainda os registros de André e José Gonçalves de Lira, ambos marceneiros e que fizeram parte da Mesa Diretória da Irmandade; os registros de José e Joaquim Pinheiro Vilar, os de Inácio e Leandro Dias Cabral; os registros de Leonel e Geraldo da Gaya e Antônio da Gaya Campos, estes dois últimos pedreiros; e os registros de Bento e Domingos Fernandes Lima, ambos tanoeiros e que também fizeram parte da Mesa Diretória da Irmandade, entre outros casos. Como visto, entre os exemplos citados, alguns possíveis parentes teriam feito parte da Mesa Diretória, mas, no universo de tantos arrolados, esses casos são demasiado diminutos para se chegar a conclusões fechadas sobre o tal controle de famílias dentro da confraria.

No tocante ao lugar de morada ou de origem dos confrades oficiais dos quatro ofícios anexos, poucos dados conseguimos levantar. Nos 8 registros que encontramos essa indicação estavam moradores da ilha do Recife, da ilha de Santo Antônio, da Boa Vista, de “Fora de Portas”, do Mondego, e dois deles se destacam pela distância: o Irmão Roberto, tanoeiro, morador de Santo Amaro em Jaboatão, e o Irmão Inácio de Barros, pedreiro, “vindo da Paraíba”.³⁷¹ O fato de encontrarmos o registro de Inácio de Barros, considerando que este é originário de um lugar fora da capitania de Pernambuco, sugere que, de fato, havia uma circulação dos oficiais mecânicos nos diferentes espaços da América Portuguesa. Infelizmente, não encontramos mais registros que apresentassem outros casos desse tipo na Irmandade, o que nos forneceria mais dados acerca dessa circulação. Em todo caso, este ainda se mostra um dado caríssimo para futuras pesquisas que queiram se debruçar em apontá-la e mapeá-la, e que ajudariam sobremaneira a entendermos melhor a organização laboral de artífices durante o período colonial.

Sobre o tempo que esses confrades passavam filiados à Irmandade, a tendência era que, geralmente, permanecessem por muito tempo na dita confraria. Um número significativo deles aparece filiado de dez a vinte anos, o que não quer dizer, em absoluto, que não tenham permanecido na Irmandade por mais tempo, já que, como dito, nos deparamos com uma documentação fragmentada. Observamos que muitos deles permaneceram por mais de vinte anos, como o Irmão José Rodrigues, carpinteiro, confrade por pelo menos vinte e três anos; e Manuel Gomes do Espírito Santo, também carpinteiro, confrade por pelo menos vinte e oito anos. Alguns ultrapassaram os trinta anos de permanência na Irmandade, como os irmãos

³⁷¹Os dados sobre o lugar de morada desses confrades estão em: IPHAN/PE, *Livro das Matrículas*, p.113-[???]; e em ACIOLI, Vera Lúcia C. *A identidade da beleza: dicionário de artistas e artífices do século XVI ao XIX em Pernambuco*. Recife: FUNDAJ/Ed. Massangana, 2008, s.v. “Eusébio de Oliveira Coutinho” e “Francisco Xavier de Lima”.

Joaquim Ferreira dos Santos, carpinteiro, por trinta anos; o pedreiro Antônio da Silva, por, no mínimo, quarenta e três anos; Elias Gomes Ramos, também pedreiro, por, no mínimo, cinquenta e dois anos, entre outros.³⁷²

Como vínhamos indicando desde o começo deste capítulo, por meio da apresentação de alguns dados, por mais que tivesse em comum o fato de seus confrades exercerem um dos quatro ofícios anexos na vila do Recife, o corpo confrarial formado por esses artifícios era bem heterogêneo, pois, como vimos, tinha em seu quadro homens brancos, negros e pardos, assim como livres, escravos e forros. Outras diferenças entre eles certamente existiram, entre as quais destacamos as situações financeiras dos confrades e o *status* que eles tinham no interior da confraria.

Quanto às posses desses associados, detectamos confrades mais pobres, outros nem tão pobres assim e ainda aqueles que tinham uma situação financeira acima da média dos demais. Há uma massa de oficiais existente na Irmandade de São José do Recife sobre a qual não conseguimos ter referências quanto a suas posses, porém, há alguns casos que nos esclarecem e que indicam essa heterogeneidade. A saber, dos membros que eram muito pobres, temos as referências já citadas do carpinteiro Félix das Neves e do marceneiro José do Rosário, que faleceram pobres e “extorpidos”, precisando a Irmandade assisti-los no momento de sua morte. Ainda temos aqueles confrades que, apesar de não termos informações acerca de suas posses, pagavam, na medida do possível, as suas anuidades regularmente. Já em outra direção, encontramos aqueles confrades que eram proprietários de escravos, e que possuíam um, dois ou até mais cativos.

No tocante ao *status* que tinham no interior da confraria, também encontramos diferenças, haja vista a existência de cativos e forros em seu quadro. Para além destes, havia aqueles confrades sem qualquer ligação ao cativo, mas que, ainda que melhor estimados em relação aos escravos e forros, se encontravam abaixo daqueles que tiveram assento na Mesa Diretoria, por exemplo, pois, nem todos conseguiam ocupar cargos na direção da Irmandade, enquanto outros os ocupavam por anos a fio.

Alguns confrades aparecem com certa estima também fora da Irmandade, como o tanoeiro Manuel Xavier Pereira, que fora tesoureiro da Irmandade por alguns anos e teria sido convidado na década de 1770 a ser testemunha em uma penhora em casa de uma testadora moradora na Praça Grande, estando em companhia do tabelião Francisco de Barros.³⁷³ Outros

³⁷²IPHAN/PE, *Livro das Matrículas*, p.7v -116.

³⁷³Cf. Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, *Requerimento de Manoel Xavier Pereira, Inácio Tavares da Costa e mais mestres tanoeiros do Recife ao rei [D.José I], pedindo para que não se confirme o compromisso da*

aparecem bastante estimados quando o assunto perpassa pelo exercício de seus ofícios, como o afamado José Gomes de Figueiredo, possivelmente o mesmo confrade de São José registrado com igual nome como oficial de carpinteiro em 1772, que fora autor de belíssimas obras de marcenaria e de entalhas em igrejas como a de São Pedro dos Clérigos, a da Ordem Terceira do Carmo, a do Convento de Santo Antônio e da Madre de Deus; e como também Francisco Xavier de Lima, carpinteiro, morador de frente da cadeia, que também ocupou assentos na Mesa Diretória da Irmandade e era considerado na comunidade como carpina de boa inteligência e consciência. Além disso, Francisco Xavier de Lima teria se tornado, em 1776, irmão da Ordem Terceira de São Francisco, um indicativo da importância que este tinha frente a outros oficiais dos quatro ofícios anexos.³⁷⁴

Dessa forma, diante dos dados apresentados aqui é possível perceber que esse grupo de confrades artífices era bem heterogêneo, ainda que agregasse tipos que tinham em comum o fato de serem oficiais mecânicos e exercerem um dos quatro ofícios anexos, ofícios esses ligados ao setor construtivo. Também é possível perceber que trata-se de um grupo no qual alguns de seus membros, mesmo permanecendo no exercício de seus ofícios mecânicos, eram estimados dentro e fora da Irmandade, assumindo papéis e cargos de certo prestígio e pertencendo, inclusive, a associações tão seletivas, como eram as Ordens Terceiras.

Outro dado também faz-se importante destacar: cerca de 10% dos registros de confrades oficiais dos quatro ofícios anexos que coletamos são de escravos, o que nos revela terem sido eles uma minoria dentro da confraria. Além disso, se consideramos que a Irmandade do Patriarca São José do Recife foi fundada em 1735, a entrada desses escravos nesse grupo de oficiais mecânicos demorou por demais até se tornar recorrente, tendo em vista que o trabalho durante o período colonial estava fincado no sistema escravista. Isto nos

Irmandade de São José da vila do Recife, pois prejudica o ofício de tanoeiro, uma vez que impõe restrições e taxas ao repasse do dito ofício.[ant, 1773, março, 4], CU, 015, Cx.114, D.8752, fl.5. Daqui para frente, o presente documento será citado da seguinte forma: A.H.U., *Requerimento de Manoel Xavier Pereira, Inácio Tavares da Costa e mais mestres tanoeiros do Recife*, e o fôlio correspondente da citação feita. O episódio citado encontra-se no desenrolar do processo sobre esse requerimento. Como trata-se de um processo no qual seria importante que Manuel Xavier Pereira estivesse no dia e local indicados, consideramos que mesmo que isto não tenha ocorrido, o que nos importa nesse momento é saber que ele conseguiu de Francisco de Barros, tabelião, uma atestação em seu favor confirmando a sua presença. Além disso, em nenhum momento do processo foi contestado a possibilidade de o dito Manuel ser contato do tabelião, como também testemunha em uma penhora, o que indica que ele foi mesmo, ou, ao menos, poderia ter sido convidado para tal ocasião.

³⁷⁴Vera Lúcia C. Acioli, op. cit., s.v. “José Gomes de Figueiredo” e “Francisco Xavier de Lima”. Sobre José Gomes de Figueiredo, ver também em: IPHAN/PE, *Livro das Matrículas*, p.17v; e em IPHAN/PE, *Livro de Receitas e Despesas*, p.56v. Faz-se necessário que o leitor saiba que durante a análise documental não conseguimos ligar de forma segura o carpinteiro José Gomes de Figueiredo, que teria entrado na Irmandade de São José em 1772, a José Gomes de Figueiredo, afamado autor de obras de marcenaria e entalhas. Entretanto, pelo cruzamento dos dados coletados em fontes internas e externas à Irmandade, acreditamos que há uma possibilidade grande de se tratarem da mesma pessoa, ainda que não tenhamos conseguido comprovar esse dado satisfatoriamente.

sugere que, de alguma forma, houve resistências dos que administravam a dita confraria à filiação de membros que tivessem algum tipo de ligação com o cativo. Consideramos que essas resistências podem estar relacionadas a uma tentativa dos confrades de adquirirem maior prestígio social em meio à sociedade do Recife setecentista ou mesmo manterem o prestígio que já vinham conquistando. Essa ideia será melhor trabalhada no decorrer deste trabalho e novos dados que corroboram com ela serão apresentados a seguir, quando trataremos da organização da Irmandade.

2.3 Organização intramuros da Irmandade

No dia 19 de julho de 1774, o Provedor das Capelas de então, José Antônio de Alvarenga Barros Freire, juntamente com seu escrivão, examinou as contas da Irmandade do Patriarca São José dos quatro ofícios do ano de 1773, quando o tanoeiro Bento Fernandes Lima era o tesoureiro da dita. Ao analisar o seu livro de contas, o Provedor observou que neste ano de 1773 a Irmandade tivera mais gastos do que recebimentos, e acabou por não aprovar as contas da dita, alegando que não concordava com uma despesa de 1.720 réis relativa às “demandas da Irmandade Segundo a Conta do Procurador Geral”,³⁷⁵ ficando por glosada esta despesa em específico.

No entanto, esse mesmo problema teria acontecido no auto de contas que houve em 20 de fevereiro de 1773, relativo ao exame das contas do ano de 1772, quando Bento Fernandes de Lima também era tesoureiro da Irmandade. Nessa ocasião igualmente esteve glosada uma despesa da mesma natureza, no valor de 17.870 réis, e o Provedor José Antônio de Alvarenga Barros Freire teria, da mesma maneira, indicado o excesso de despesas da Irmandade em relação aos seus recebimentos, ficando a dita irmandade devendo ao término de 1772 o valor de 42.159 réis. Dessa forma, esse ministro determinou que dali por diante os tesoueiros que assumissem as contas da Irmandade deveriam apresentar além do livro de contas, também o livro de entradas e anuais para que se evitasse qualquer dúvida.

Assim sendo, depois do auto de contas que ocorreu em julho de 1774, o dito provedor aparece em termo de 15 de setembro desse mesmo ano cobrando que os valores das despesas

³⁷⁵IPHAN/PE, *Livro de Receitas e Despesas*, p.52v. Sobre os gastos da Irmandade serem maiores do que os seus recebimentos, identificamos ser esse fato recorrente nas contas da confraria, principalmente depois que ela começou a construção da igreja de seu patriarca em 1754.

glosadas nos autos referentes aos anos de 1772 e 1773 fossem restituídos, por não estarem claras as procedências desses gastos, determinando, inclusive, que esses valores fossem pagos pelos próprios irmãos que faziam parte da Mesa Diretória nos referentes anos. O Provedor José Antônio de Alvarenga Barros Freire ainda ordena o seguinte:

(...) *que a Irmandade faça compromisso na forma das outras Irmandades, sem involve os officios de Juizes dos officios com o dos Juizes das Irmandades porque hé [muito] diversa huã coiza da outra: e a Jurisdição dos Juizes dos officios, e a nomeação delles deve ser conferida pello Senado da Camara a [quem] pertence; e como foi sempre o estillo o Tezoureiro actual fará o sobredito compromisso, por votos da Meza, dentro de hum mez, e no [termo] de tres mezes o mostrará expedido para a Meza da Cosciencia para ser confirmado na [forma] das Ordens de Sua Magestade. E não o cumprindo assim, pagará dez mil Reis da sua fazenda, para mesma Irmandade.*³⁷⁶

O Compromisso era um documento de caráter normativo, no qual estavam contidos os estatutos das confrarias religiosas, estatutos estes que deveriam ser submetidos à aprovação das autoridades civis ou eclesiásticas, o que representava, assim, a constituição formal e organizada de cada uma delas.³⁷⁷ Nesses estatutos estavam registrados os direitos e os deveres dos confrades, bem como a regulamentação das práticas religiosas e comunitárias que seriam exercidas por essas confrarias. Seu texto era geralmente composto por capítulos, nos quais estavam expostas, para conhecimento de todos, as normas que seus membros deveriam seguir e as funções dos responsáveis pela administração da instituição.³⁷⁸

De acordo com Márcia Almada, as regras eram quase comuns a muitas irmandades leigas do setecentos e não era rara a reprodução dos capítulos entre os compromissos das irmandades de um mesmo orago ou entre aquelas que estavam sediadas na mesma paróquia, ainda que contivessem algumas adaptações, prática também vigente em Portugal. Para ela, a reprodução desses capítulos centrava-se mais no significado que esses textos normativos traziam do que em sua operacionalidade. Ademais, ainda segundo esta autora, mesmo que esses estatutos possuíssem um caráter normativo geral, acabavam eles por registrar situações específicas do contexto histórico em que foram elaborados, pois, como ela destaca:

³⁷⁶Ibidem, p.53v.

³⁷⁷Caio César Boschi, op.cit., p.113.

³⁷⁸Márcia Almada, op.cit., p.9.

As normas se adaptavam aos aspectos conjecturais e procuravam regulamentar ações diante de casos como a dívida de irmãos, a mudança periódica de residência ou a concorrência entre as irmandades; fica claro que as organizações percebiam a necessidade de atualização para poderem sobreviver (...). Desta necessidade surgiram as reformas dos compromissos, realizadas até em tempos relativamente curtos desde a criação da associação.”³⁷⁹

Assim também observamos acontecer com a Irmandade do Patriarca São José do Recife no decorrer do setecentos. Como dito no primeiro capítulo, a dita irmandade era regida por um Compromisso feito na ocasião de sua fundação, em 1735, chegando ao ano de 1774 sem algum que o substituísse formalmente. No ano de 1755 os seus confrades ensaiaram esta mudança, pois elaboraram um novo Estatuto e enviaram-no à Mesa de Consciência e Ordens para confirmação, mas esta tratou de não aprová-lo. Este Compromisso fora remetido à Metrópole por volta de maio de 1755, juntamente com um pedido de confirmação do mesmo, feito e assinado por juízes e escrivães da dita irmandade no período, que eram: Luiz de Oliveira, juiz de carpinteiro, e seu escrivão do mesmo ofício, Manuel Gomes Teixeira; Bento Fernandes Lima, juiz de tanoeiro, e seu escrivão, José Marques Correia; Manuel da Costa Pereira, juiz de pedreiro, e seu escrivão, Félix Vieira Franco; e Antônio da Rocha Falcão, juiz de marceneiro, e seu escrivão, Antônio Álvares da Fonseca. Ainda teriam assinado o dito pedido de confirmação o escrivão geral da dita confraria e o então tesoureiro da Irmandade, Manuel Ribeiro Lima.³⁸⁰

Na representação enviada à Mesa de Consciência e Ordens, pedindo a provisão de confirmação do dito compromisso, estes importantes membros da Irmandade de São José alegaram que o tal Compromisso e Regimento objetivava o bom governo da Irmandade, bem como o seu aumento, o que não seria possível sem a confirmação do mesmo. Em outubro de 1755 a aprovação desse Compromisso foi negada, como mostra a seguinte sentença: “Também vejo *que* em *muitos* capítulos e parágrafos deste chamado compromisso há *muitos* excessos que senão devem permittir aos *supplicantes* e nestes *termos* senão deve confirmar”.³⁸¹ Ao que parece, esses excessos estariam ligados à imposição de penas

³⁷⁹Ibidem, p.9-10.

³⁸⁰Cf. Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, *Representação dos juízes e escrivães da irmandade do Patriarca São José ao rei [D. José I], pedindo provisão de confirmação do compromisso. [ant, 1755,outubro, 7],* CU, 015, Cx.80, D.6636, f1-1v. Daqui para frente, o presente documento será citado da seguinte forma: A.H.U., *Representação dos juízes e escrivães da irmandade do Patriarca São José*, e o fólio correspondente da citação feita.

³⁸¹Ibidem, f.1v-3.

pecuniárias aos confrades pela Mesa Diretória da Irmandade, considerada, assim, pelo poder metropolitano como irregular, por isso tal confirmação teria sido indeferida.

De acordo com Caio Boschi, a tramitação burocrática do processo de aprovação dos Compromissos espelha bem o cuidado que a Coroa tinha com as irmandades leigas luso-americanas. Durante o reinado de D. João V, a aprovação dos Compromissos ficou, fundamentalmente, submetida às autoridades episcopais. Já nos reinados de D. José I, D. Maria e D. João VI, tal aprovação passou a tramitar pelos meandros da burocracia portuguesa.³⁸² Isto acaba por explicar, por exemplo, a falta de paredeiro e de referências acerca do Compromisso de 1735 da Irmandade do Patriarca São José do Recife, na documentação referente à burocracia metropolitana, pois, considerando que antes do reinado de D. José I essas aprovações poderiam ser submetidas apenas às autoridades eclesiásticas locais, acabavam elas por não tramitar por essa burocracia. Durante a análise documental encontramos, inclusive, alguns casos de irmandades leigas do Recife setecentista, cujos Compromissos teriam sido feitos antes de 1750, alegando não possuir mais seus antigos estatutos. Com o Regalismo a partir do reinado de D. José I, a confirmação dos Compromissos pelo rei passa a ser obrigatória, e, por isso, também obrigatória a sua tramitação pela burocracia metropolitana. Assim, as irmandades leigas luso-americanas não só tiveram que elaborar novos estatutos para assim obterem a confirmação real, como também foram elas obrigadas a ter maior cuidado em mantê-los, tendo em vista o aumento do controle da Coroa sobre elas.

Boschi conta que na época de D. João V o exame desses estatutos, geralmente, era feito pelo bispo, pelo vigário e visitadores eclesiásticos, o que agilizava significativamente o processo, pois o contato era direto. Dessa forma, quando ocorriam restrições aos textos dos Compromissos examinados, as alterações recomendadas eram mais rapidamente cumpridas e assim o dito documento confirmado. A partir do reinado de D. José I e com a governação pombalina, o caminho para tal aprovação tornou-se difícil e cheio de inconvenientes, principalmente devido à distância com o Reino, acarretando uma tendência de morosidade nesses processos. O autor destaca que na década de 1750 foram numerosas as provisões enviadas pela Mesa de Consciência e Ordens exigindo a remessa de Compromissos para a Metrópole para sua apreciação, mesmo que se tratassem de documentos aprovados anteriormente pelo poder Ordinário.³⁸³ Pelo visto, a Irmandade de São José do Recife, ao enviar o seu Compromisso de 1755, não teria ficado de fora dessa exigência.

³⁸²Caio César Boschi, op.cit., p.118.

³⁸³Ibidem, p.116.

Em 08 de março de 1765 é expedida uma provisão desse Tribunal que impunha a obrigatoriedade dos Compromissos das irmandades leigas serem confirmados apenas por meio da Mesa de Consciência e Ordens, trazendo consigo ainda a cláusula de reserva de fiscalização de contas aos provedores. Para Boschi, não há dúvidas de que esta e todas as outras mudanças que ocorreram nesse âmbito, a partir de D. José I e as reformas pombalinas, representam a imposição da autoridade e jurisdição reais sobre as irmandades leigas, tendo em vista que as restrições nos alvarás de confirmação se mostravam por demais exageradas, pois “a remessa de compromisso para Lisboa não implicava sua aceitação integral pelas autoridades metropolitanas. Ao contrário, o que se percebe é que foram raros os casos desses documentos que não sofreram reparos das autoridades”.³⁸⁴

Por volta de 1770 outra tentativa de se elaborar um novo Compromisso foi feita pelos confrades de São José do Recife. Neste, especificamente, constava, entre outras coisas, a preocupação sobre a emissão de cartas de exame para o exercício dos quatro ofícios anexos na vila do Recife, muito possivelmente por influência da lei de 30 de agosto desse mesmo ano, na qual discriminava que ninguém podia exercer arte alguma sem carta de examinação do seu ofício, carta esta emitida pelo Senado da Câmara.³⁸⁵ No entanto, a concessão de cartas de exame a escravos foi tema de resistência entre alguns confrades oficiais dos quatro ofícios anexos, que buscaram em seu texto evitá-la a todo custo, como se pode ver neste trecho do dito Compromisso, citado por José Antônio Gonsalves de Mello:

Mestre algum ensine cativos de qualquer qualidade, preto ou pardo, e nem ainda sendo escravos dos próprios mestres dos ofícios pelo prejuízo que causam este cativos à república e aos meninos brancos pobres desta terra, que por verem a numeridade de cativos que há oficiais se não sujeitam aprender os ofícios por se não embarçarem com eles, porque os ricos têm muitos escravos a todos querem mandar aprender ofícios para tirar o lucro à pobreza e desta sorte anda tudo mal governado.³⁸⁶

³⁸⁴Ibidem, p.121.

³⁸⁵Francisco A. Pereira da Costa, op.cit., vl.6, 1984, p.143. Ver também em: SOUSA, Joaquim José Caetano Pereira e. *Esboço de hum Diccionario Juridico, Theoretico, e Practico, Remisso ás leis compiladas e extravagantes*. Tomo I. Lisboa: Typographia Rollandiana, 1825, s.v. “carta”.

³⁸⁶“Compromisso do Patriarca São José dos Oficiais dos Quatro Ofícios Anexos (1770)” apud MELLO, José Antônio Gonsalves de. “Alguns aditamentos e correções”, In: COSTA, F.A. Pereira da. *Anais Pernambucanos*. vl 6. Recife: FUNDARPE, 1984, p. 593. Infelizmente não encontramos esse Compromisso dentre os documentos consultados, tampouco o seu pedido de confirmação e o indeferimento pela Coroa, apesar de referências encontradas sobre ele. Graças ao registro de José Antônio Gonsalves de Mello podemos, ao menos, ter acesso a alguma informação sobre o seu teor, apesar de não termos condições de confirmá-lo, tendo em vista que esse autor não apresentou as referências de localização deste documento.

Corroborando o trecho citado acima, encontramos os tanoeiros Manuel Xavier Pereira, Inácio Tavares da Costa e demais mestres examinados do ofício de tanoeiro informando, em requerimento de 1773 enviado à Metrópole com o pedido de que este Compromisso de 1770 não fosse aprovado, que a Irmandade do Patriarca São José do Recife vinha sendo governada por um Compromisso antigo que não fora confirmado pelo rei, o que nos sugere que eles se referiam ao Compromisso de 1755, citado anteriormente. Por causa disto, teriam os juízes dos ofícios sido obrigados a mandar confirmar este mesmo Compromisso, e, por iniciativa e vontade próprias, sem ao menos convocar todos os confrades da dita confraria para discutirem tal assunto, acrescentaram vários capítulos que, segundo os ditos requerentes, se mostraram prejudiciais ao ofício de tanoeiro, constando em um deles o seguinte:

(...) *que não poderão ensinar o mesmo Officio a escravo algum, ou fosse proprio, ou alheyo e bem assim o não poderão ensinar a outra qualidade de aprendizes, Sem licenssa dos mesmos Juizes, accumulando penas pecuniarias e outras prohibições com que vem a por os Mestres do dito Officio na maior sugeição, e obediencia a elles Juizes e fazer o lugar [util], [e] [minimamente] Rendozo, por ficar no Seu arbitrio a faculdade de permittir os Aprendizes, cuja licença se conseguirá pelo preço que elles taxarem. Pediram os Suplicantes Vista daquele compromisso notificando os Suplicados para o exhibirem, o que não fizeram, nem a eleição a que procederão (...).*³⁸⁷

Não nos foi possível certificar o motivo pelo qual a confirmação deste Compromisso de 1770 foi indeferida pela administração metropolitana. Entretanto, segundo nota de Gonsalves de Mello, teria sido a determinação dos juízes da Irmandade de São José, em impedir o acesso de cativos à obtenção de cartas de exame para o exercício dos quatro ofícios anexos, o motivo de tal indeferimento no ano de 1774.³⁸⁸ Segundo Caio Boschi, com o fortalecimento da política regalista a partir do reinado de D. José I, a natureza das restrições sobre os textos dos Compromissos passou a focar, além dos aspectos econômicos das irmandades leigas, também os seus aspectos sociais, como a recomendação para a abolição da pureza de sangue como critério para admissão, por exemplo. Sem esquecer os aspectos administrativos, como a recomendação para redução das esmolas dos juízes e demais oficiais

³⁸⁷A.H.U., *Requerimento de Manoel Xavier Pereira, Inácio Tavares da Costa e mais mestres tanoeiros do Recife*, fl.1.

³⁸⁸José Antônio Gonsalves de Mello, “Alguns aditamentos e correções”, vl.6, 1984, op.cit., p.593.

de Mesa, a proibição de auxiliares para a cobrança de anuais e outros assuntos das irmandades, a proibição de alterações nos Compromissos, entre outras recomendações.³⁸⁹

Isso vai em direção ao que analisamos sobre a Irmandade de São José do Recife nesse período. Ao nos desbruçarmos sobre a administração da dita confraria no decorrer do setecentos, percebemos algumas movimentações até então atípicas, como também rearranjos em sua organização interna, a partir da segunda metade dessa centúria. Tais mudanças, de acordo com nossa análise, aparecem ligadas à ingerência da Coroa em seus assuntos internos, não só sobre o aspecto econômico da Irmandade, mas, principalmente, em assuntos de ordem social e de ordem administrativa, ainda que haja a impossibilidade de certificarmos se essas mudanças se deram da mesma maneira na prática, tendo em vista que a documentação consultada é referente à sua administração interna, e esta passava, periodicamente, pela fiscalização da administração colonial, como mostramos.

Assim, quando em termo de 15 de setembro de 1774 o Provedor José Antônio de Alvarenga Barros Freire determina que a Irmandade do Patriarca São José do Recife elabore um novo Compromisso, por votos da Mesa em um período de um mês, devendo apresentar ao tempo de três meses a expedição desse documento à Mesa de Consciência e Ordens para confirmação, a dita irmandade prontamente acata essa ordem. Tanto que em seu livro de contas aparecem duas despesas sobre esse assunto feitas em 1775: “Pello que que gastei com a fatura do comprimisso por ordem do Dr. Provedor das Capelas 6\$780”; e em seguida, “Pelo que se mandou para a Lisboa para a confirmação do 19\$200”.³⁹⁰ Dessa forma, ao que tudo indica, o Compromisso foi feito e teria sido enviado à Lisboa, e ainda constando na abertura de seu capítulo primeiro a seguinte informação:

Se procedera a ELeição na forma Seguinte e se observou a que se fez em 18 de setembro deste prezente anno de 1774 em a qual prezidio o Doutor Provedor das capelas o qual depois de feita a Meza e offeciais della lhe deu posse e Emcarregou Logo a dita Meza fizesse Comprimiso na conformidade das Reais Ordens de Sua Magestade Fedelissima.³⁹¹

Ainda segundo o que diz tal documento,

³⁸⁹Caio César Boschi, op.cit., p.122.

³⁹⁰IPHAN/PE, *Livro de Receitas e Despesas*, p.56.

³⁹¹A.H.U., *Compromisso*, fl.3.

(...) como seja estar esta *santa Irmandade* e confraria a tantos annos concervandose sem compromisso nem regimem suficiente e *para* observancia das Reais Ordens de *Sua Magestade Fedelissima* não nos podermos governar Sem o dito compromisso depois de confirmado este pelo mesmo *Senhor que* Deos Guarde Et *cetera* Foi bem com parecer de todos os *Irmaos* convocados em Meza com junta Ouverão *por* bem fazerse o dito compromisso para bom governo da dita *Irmandade* e confraria *para* com elle evitar os *muitos* inconvenientes que tem havido antecedentemente e *para* o seu novo e bom regimem e governo desta *Santa Irmandade* e confraria lhe seja *muito* nessesario *para que* este depois de aprovado *por* *Sua Magestade Fedelissima* lhe sirva de Leis *que* emvioLavel observem *para* tudo quanto for relativo ao espediente da mesma *Irmandade* e Confraria (...).³⁹²

Neste Compromisso de 1774, é possível perceber, ainda, uma mudança de teor quando o assunto é a participação de homens de cor no exercício dos quatro ofícios anexos e o acesso destes ao quadro e à administração da confraria, diferentemente do encontrado no Compromisso de 1770, como se pode constatar no seguinte trecho:

(...) e Esta *Santa Irmandade* e confraria dos officiais dos coatro officios anexos entre os que há [*muitos*] e vários Mestres dos *ditos* ofícios da cor preta e parda, [e] *por* estas diferentes cores tem havido varias desordens nesta *Santa Irmandade* e demandas e asim ordenamos neste nosso compromisso e Eleição que se hão de fazer *para* servir cada hum anno poderá nella servir qualquer Irmão preto, pardo, em qualquer Cargo da dita sendo Irmão preto crioulo e sabendo Ler e não sabendo Ler será só Irmão da Meza e na mesma forma os *Irmaos* da cor parda e as Mezas *que* acabão na factura da nova vindoura Meza terão *muito* cuidado em puchar *para* a dita e meter nelas os *ditos* *Irmaos* e os não desprezem antes como verdadeiros *Irmaos* desta *Santa Irmandade* os admitão aos Cargos della Com paternal amor Concordia e união *para* melhor servisso de Deos Culto do Nosso Santo e Credito desta *Santa Irmandade* toda esta dispozição da nossa Eleição.³⁹³

Como dito anteriormente, é difícil saber como essa determinação foi posta em prática, e se de fato foi, principalmente porque nos registros dos confrades oficiais dos quatro ofícios anexos que encontramos, como dito, não há referências sobre a cor de suas peles; e, ainda, porque dos registros de cativos que tivemos acesso apenas dois deles constam com assento na Mesa Diretória, mas só no século XIX e não no século XVIII.

³⁹²Ibidem, fl.2.

³⁹³Ibidem, fl.4.

Posta em prática da maneira como foi colocada ou não, não podemos deixar de ter em conta uma coisa: a mudança proposta no texto do Compromisso, ao determinar o acesso de mestres pretos e pardos aos cargos da Mesa Diretória da Irmandade, desde que soubessem ler e fossem crioulos, pode não ter se dado apenas pela ingerência da administração colonial embasada na política metropolitana que estava sendo desenvolvida, pelo menos não pura e simplesmente. Na nossa análise, ainda que não tenhamos como comprovar satisfatoriamente tal tese, teria havido uma pressão desse grupo de mestres artífices dos quatro ofícios anexos pretos e pardos, que, por terem se distanciado da sua ligação com o cativeiro, desejavam ascender socialmente, tendo encontrado naquela conjuntura da vila do Recife a possibilidade de questionarem a sua condição e defenderem uma maior participação naquela sociedade.

Não podemos esquecer que, no geral, a vila do Recife vivenciava uma intensa expansão urbana, tendo se tornado bastante populosa no setecentos. Entre os tipos que compunham essa população encontrava-se, em fins dessa centúria, além de muitos escravos, um número significativo de mestiços e negros livres, como indica os relatos de Koster e Tollenare apresentados no capítulo anterior, principalmente habitando o bairro de Santo Antônio. Também apresentamos os dados apontados pela historiadora Janaína Santos Bezerra, que, ao analisar os assentos de batismo da Igreja do Santíssimo Sacramento do Recife, concluiu a existência de uma maior proporção de pessoas de cor constituindo essa população. Dessa forma, o Recife teria se expandido espacialmente durante todo o século XVIII, e sua população crescido em demasia.³⁹⁴ População esta que estaria longe de se tornar composta majoritariamente por elementos de cor branca, e na qual a presença de negros e pardos livres teria se tornado cada vez maior.

Ademais, os próprios confrades de São José teriam se apercebido dessa mudança social vivenciada pelo Recife nesse momento, tanto que essa percepção se faz presente na própria documentação que produziram. No trecho do Compromisso de 1774 que apresentamos acima, por exemplo, admitem eles que na Irmandade havia muitos mestres dos quatro ofícios anexos de cor preta e parda, a ponto desse fato gerar conflitos com os demais membros que eram de cor branca. Além disso, no trecho do Compromisso de 1770, citado por Gonsalves de Mello, é revelado o incômodo dos confrades pelo “enegrecimento” dos quatro ofícios anexos, pelo fato da “numeridade” de cativos, pretos e pardos, no exercício dos ditos ofícios,

³⁹⁴De acordo com a historiadora Janaína Santos Bezerra, a população do Recife em 1774 era de aproximadamente 17.934 moradores. Ver em: BEZERRA, Janaína Santos. “Fragmentos de um Recife Setecentista: Configurações Urbanas e Realizações Culturais”. In: *história e-história*, Agosto, 2010, s.p. Disponível em: <http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=artigos&id=137>.

o que na visão deles se mostrava como prejuízo à república e aos meninos brancos pobres que estavam desistindo de aprender esses ofícios para não se “embaraçarem” com eles.

Sobre isto, faz-se importante lembrar que, com o aquecimento do setor construtivo ocorrido na vila do Recife no setecentos, houve uma demanda crescente por profissionais desta área, oportunidade aproveitada por proprietários de escravos especializados que viram a chance de aumentarem seus lucros. Mostramos, inclusive, que os escravos confrades oficiais dos quatro ofícios anexos que conseguimos identificar, geralmente, pertenciam a mulheres, a padres, a homens artífices ou não, que conseguiam, por meio do trabalho destes cativos, quando não grande lucratividade, no mínimo, um complemento em suas rendas.

Assim, diante de um número cada vez maior de negros e pardos compondo a população da vila do Recife, entre os quais livres e cativos exercendo os quatro ofícios anexos e superando as suas anteriores condições sociais pelo próprio exercício desses ofícios – mesmo enquanto cativos –, alguns dos oficiais carpinteiros, pedreiros, marceneiros e tanoeiros, organizados na Irmandade de São José do Recife, evitaram o quanto puderam o acesso desses tipos sociais ao exercício de suas profissões, assim como ao quadro da confraria por eles fundada. Entretanto, com o tempo esse impedimento tornou-se cada vez mais difícil de sustentar, tendo os confrades de São José sofrido pressões por todos os lados para uma abertura: a ingerência da administração colonial, por um lado; por outro, a pressão dos donos de escravos artífices; e, ainda, a pressão dos próprios negros e pardos, que experimentavam uma nova condição social dentro dessa conjuntura.

Novos tempos estes, que acabaram por obrigar os confrades oficiais dos quatro ofícios anexos a reformularem seu Compromisso, mudando o seu teor quando o assunto girava em torno da inserção desses tipos sociais em sua confraria. Como tratamos no capítulo 1, o mercado de trabalho no Recife se mostrava extremamente aquecido no decorrer do setecentos, o que teria estimulado a qualificação profissional de negros e pardos, com vistas à suprir esse mercado, que prontamente os absorveu. Dessa forma, a necessidade do próprio mercado obrigou esses confrades a aceitarem a ascensão desses tipos sociais. Isto quer dizer que, os novos lugares que os negros e pardos vieram a ocupar dentro da confraria, não se deu por benevolência dos grupos brancos tradicionais lá existentes, ou, ainda, por caridade da Metrópole, mas por uma pressão econômica.

Outra mudança ordenada pelo Provedor da Capelas, em 1774, era que o novo Compromisso a ser feito deveria estar ao mesmo nível de outras irmandades, ou seja, sem misturar os juízes dos ofícios com os juízes da Irmandade. Pois, segundo o dito provedor, uma

coisa era diversa da outra, e a jurisdição dos juizes dos officios e a nomeação destes deveriam ser conferidas pelo Senado da Câmara e não pela Irmandade.

Há uma referência de Pereira da Costa que trata justamente dessa questão. De acordo com esse autor, em 1733 os confrades da Irmandade de São Crispim e São Crispiniano do Recife, abrigada na Igreja do Carmo em 1680 por oficiais sapateiros, aparecem tomando para si o encargo que era da Câmara de proceder a eleição de juiz e escrivão de seu officio. Em 21 de janeiro desse ano é emitido um termo de vereação pela Câmara do Recife atestando essa eleição, ainda que ela tivesse ocorrido intramuros da Irmandade de São Crispim e Crispiano e não sob o seu controle.³⁹⁵ Anos mais tarde, segundo consta em notas de José Gonsalves de Mello, a Irmandade de São José do Recife, ao tratar do tema em seu Compromisso de 1770, é que aparece tomando para si tal encargo. Segundo Gonsalves de Mello:

(...) o movimento no sentido de transferir para as Irmandades o encargo da eleição continuou e no artigo 2º do Compromisso da Irmandade de São José do Ribamar, que englobava os officios de carpinteiro, pedreiro, marceneiro e tanoeiro, datado de 1770 (...) determinava-se que a eleição de Juiz e Escrivão de cada um dos quatro officios anexos se fizesse na Irmandade (...).³⁹⁶

Como visto, antes da citada resolução do Provedor das Capelas em 1774, havia uma tendência das irmandades de mecânicos do Recife de nomearem os juizes e escrivães de seus officios, em eleições que aconteciam nos intramuros de suas irmandades, sem consentimento e participação do Senado da Câmara, o único que tinha legitimamente jurisdição para isso. Não estamos bem certos se isso teria interferido diretamente na determinação do Provedor José Antônio de Alvarenga Barros Freire, ao ordenar à Irmandade de São José que não misturasse os juizes dos officios com os juizes da Irmandade, e que tratasse apenas da nomeação dos juizes de sua confraria. O que temos como certo é que os confrades de São José acataram tal determinação, e trataram, pelo menos formalmente, de minimizar a interferência dos juizes e escrivães dos quatro officios anexos nos assuntos da Irmandade de São José do Recife, como percebe-se neste trecho do Compromisso de 1774:

(...) e os Iuizes e Escrivães dos coatro officios anexos *que* forem Eleijtos pelo Senado da Camerá no anno em *que* Servirem as ditas oCupaçoens não servirão nesta Irmandade em Meza de Iuiz nem Escrivão e só sim poderão ser Mordomos da dita

³⁹⁵Francisco A. Pereira da Costa, *Anais Pernambucanos*, vl.5. Recife: FUNDARPE, 1983, p.425.

³⁹⁶José Antônio Gonsalves de Mello, “Alguns aditamentos e correções”, In: COSTA, F. A. Pereira da. *Anais Pernambucanos*. vl.5. Recife: FUNDARPE, 1983, p.520-521.

Meza isto hé *para* se não embaraçarem o Iuiz da Irmandade com os Iuizes dos officios e como estes poderão ficarem Realeijtos nos Seus Cargos emquanto os oCuparem não servirão na dita Meza de Iuiz e Escrivão *para* asim evitarmos algumas duvidas *que* possão aver pelo fucturo tempo a vista das muitas *que* tem havido nesta Santa Irmandade *por* não haver esta separação (...).³⁹⁷

A partir de então observamos uma mudança na organização da Irmandade de São José que busca se adaptar às novas determinações impostas pelo Provedor das Capelas. Consequência de um controle da política metropolitana sobre a organização dos ofícios na vila do Recife? Certamente que sim. De acordo com o novo Compromisso de 1774, a Mesa Diretória da dita irmandade deveria ser composta por um juiz, um escrivão, um tesoureiro, dois procuradores e doze mordomos. As eleições para esses cargos deveriam ser feitas no consistório da igreja de seu patriarca, na manhã do domingo antecedente ao dia do santo, 19 de março, com todos os irmãos dos quatro ofícios anexos reunidos. Antes de procederem a eleição, caberia ao Capelão a realização de uma missa pelas almas dos irmãos fundadores da confraria e de seus benfeitores. Depois, reunidos todos no consistório iniciariam as eleições, na qual cada um dos irmãos, em presença apenas da Mesa que seria substituída e separado dos outros irmãos, expressaria oralmente o seu voto para quem achasse de melhor preparo para ocupar cada um dos cargos acima citados, “Advertindo que os Irmaos que votarem não se misturarão com os que ainda não tiverem votados *por* não aver confusão e não declararem Huns aos outros em quem votarão”.³⁹⁸

Após os votos contabilizados e guardados, iniciaria-se a votação para eleição de doze mordomos que seriam irmãos de mesa, três de cada um dos quatro ofícios anexos. São bastante claras as orientações desse Compromisso quanto à exigência da Mesa Diretória ser composta pelos quatro ofícios anexos – sem nenhuma citação aos “irmãos de fora” – de maneira mais igualitária possível, para evitar possíveis conflitos. Sendo assim, determina-se também que a cada ano, os cargos de juiz e escrivão, os mais importantes e estimados da Mesa Diretória, deveriam ser ocupados por oficiais de cada um dos quatro ofícios anexos, e que nenhum desses ofícios poderia ter representantes ocupando esses cargos por mais de um ano.³⁹⁹ O resultado das eleições seria publicado durante uma missa realizada pelo Capelão no dia do santo patriarca, e a posse da dita Mesa se procederia da seguinte forma:

³⁹⁷A.H.U., *Compromisso*, fl.4.

³⁹⁸Ibidem, fl.3.

³⁹⁹Ibidem, fl.3v.

Depois de publicação da ELeição no dia da festa do Nosso Santo Patriarca 19 de Março sera esta Lançada no Livro das ditas ELeições e na Dominga seguinte depois da festa do Nosso Santo se ajuntarão no consistorio das nossas juntas e da Irmandade o Irmão Iuiz que acaba de servir Com seu Escrivão Thezoureiro Procuradores e mais Irmaos da Meza o Irmão Iuiz Escrivão Thezoureiro Procuradores e Irmaos da Meza ELeijtos para servirem naquele seguinte anno o Irmão Escrivão que aCaba fara o termo [da] posse ao pé da ELeição no Livro dellas que todos os novos Eleijtos asignarão o dito Livro de [posse] e o Escrivão que acaba fara entrega ao novo Escrivão de todos os Livros [e] papeis pertencentes a esta Irmandade o Irmão Thezoureiro apresentará sua conta da receita e despeza de Seu anno que estara Lançada no Livro dellas aprovada pelos Irmaos da Meza com quem servio aquelle anno e se por e lá constar para na sua mão algum dinheijro fara delle entrega ao Nosso novo Irmão Thezoureiro e se a Irmandade lhe ficar Restando sera saptisfeito pelos rendimentos da dita, tão bem fará entrega de todos os bẽs da fabrica desta Irmandade que constarem do Inventario da dita Cuja entrega sera feita na prezença do Irmão Escrivão actual para de tudo fazer Carga ao novo Irmão Thezoureiro na forma que se declara no seu titulo e não Se podendo fazer esta entrega no mesmo dia se fara em outro qualquer dia que o Irmão Iuiz e mais Irmaos da Meza o detreminarem.⁴⁰⁰

Como podemos perceber, ao determinar em seu texto que a Mesa Diretória deveria ser composta apenas por um juiz, um escrivão, um tesoureiro, dois procuradores e mais doze mordomos, estando todos os quatro ofícios anexos contemplados nos assentos desses cargos, os confrades carpinteiros, pedreiros, marceneiros e tanoeiros de São José passam a assumir, ao menos teoricamente, a face que essa associação teria como confraria religiosa, aos moldes das outras existentes no período, em detrimento da organização dos quatro ofícios anexos, afastando, assim, a intervenção dos juízes e escrivãos desses ofícios do comando da Irmandade, intervenção esta que trataremos melhor mais adiante.

Todavia, como pudemos perceber a partir da determinação do Provedor Barros Freire, nem sempre foi assim, tendo permanecido imbricada, por anos a fio, a gerência dos dois aspectos assumidos pela dita confraria. Por muito tempo, a diretoria da Irmandade, composta por juízes e escrivães dos quatro ofícios anexos ligados ao Senado da Câmara, além de controlar a organização desses ofícios, comandavam a Irmandade, tomando decisões, controlando os livros e as contas e realizando investimentos não apenas para o aumento econômico da mesma, como também para o aumento de sua estima social, o que acabaria por recair diretamente sobre eles.

⁴⁰⁰Ibidem, fl.4v.

Dessa forma, a partir da análise que fizemos sobre a organização administrativa da Irmandade do Patriarca São José dos Quatro Ofícios Anexos durante o setecentos, observamos que no decorrer dessa centúria a sua organização administrativa, longe de estar engessada no tempo, sofreu variações, acompanhando a dinâmica dos acontecimentos que ocorriam intra e extramuros de sua confraria. Por todo esse tempo, a Irmandade, que era composta por dois corpos de confrades, um de oficiais dos quatro ofícios anexos e outro de “irmãos de foras”, cujas características já tratamos aqui, e que ainda possuía um grupo de servidores em suas dependências, adotou mais de uma forma de se organizar.

Ao ser fundada, em 1735, até o ano de 1742, observamos uma tendência da Irmandade organizar sua administração da seguinte forma: havia uma Mesa Diretória, composta por um juiz e um escrivão, ao que tudo indica, oficiais dos quatro ofícios anexos, que elegiam, juntamente com os demais irmãos, um tesoureiro, também oficial dos quatro ofícios anexos, para compor a Mesa juntamente com eles, semelhante ao encontrado nas demais irmandades leigas do período, e como pode-se ver na abertura dos registros de recebimentos relativos ao ano de 1740 a 1746: “(...) [Sendo] [Tesoureiro] [...] [Irmandade] Joze Fernandes Cardozo e Leito pellos Juiz Escrivão e mais Irmãos desta Irmandade”.⁴⁰¹

Não encontramos na documentação da confraria, referente a esse período, menção alguma aos cargos de procurador e mordomo, por isso não podemos nem ao menos sugerir tal existência. Da mesma forma, as referências que temos sobre a organização da Irmandade nesse período são diminutas, e como não tivemos acesso ao Compromisso de 1735, também não podemos trazer dados assertivos acerca das atribuições de cada um desses cargos. Porém, pela análise que fizemos da documentação, ao juiz cabia a maior autoridade da confraria, não só representativa, mas prática, tendo em vista que este era o responsável em gerir o funcionamento da confraria; ao escrivão cabia o cuidado com os livros da Irmandade, assim como os registros que eram feitos neles, e, possivelmente, era nele que recaía a função de resolver alguns problemas burocráticos referentes à confraria; e, por fim, ao tesoureiro cabia cuidar e organizar as contas da Irmandade, como também efetuar alguns pagamentos.

Separadamente deste corpo administrativo da Irmandade encontramos os juízes e escrivães dos quatro ofícios anexos ligados à Câmara Municipal. Esses juízes e escrivães dos ofícios aparecem para nós, de certa forma, submetidos à Mesa Diretória da dita confraria, pois, nesse tempo, os registros resumem a participação destes apenas em prestações de contas com a Irmandade, e nem chegam a discriminar a natureza dessas cobranças.

⁴⁰¹IPHAN/PE, *Livro de Receitas e Despesas*, p.4v.

O período que corresponde aos anos de 1743 a 1746 aparece para nós como uma lacuna, da qual não constam muitas informações. Como visto no trecho do documento acima, houve um tesoureiro nesse período, mas, ao que tudo indica, pode não ter havido Mesas Diretórias organizadas ou estruturadas, e, ao menos em um ano ela teria inexistido, como consta no seguinte registro feito no livro primeiro de contas: “No anno de 1743 Senão cobrou nada nem entregou ao Thezoureiro por se não fazerem mezas como consta dos ditos Livros”.⁴⁰²

Não sabemos se de fato aconteceu algo na confraria nesse período, ou se apenas trata-se da dificuldade em acessarmos mais informações sobre esta, tendo em vista a característica fragmentada da documentação. O que de fato sabemos é que em 1747, depois desse período lacunar, a organização da confraria aparece configurada de forma diferente. É neste ano, inclusive, que nos aparece a primeira avaliação de contas da Irmandade feita pela Mesa Diretória, assim como o primeiro auto de contas feita pelo Provedor das Capelas João de Sousa de Meneses Lobo, auto este já citado aqui anteriormente.

A partir deste ano de 1747, inicia-se um longo período que vai até 1774 – ano da já citada setença do Provedor das Capelas, José Antônio de Alvarenga Barros Freire – no qual encontramos a diretoria da Irmandade organizada em corpo de “deputados”, cujos membros eram juízes e escrivães dos quatro ofícios anexos ligados à Câmara Municipal. A este corpo de “deputados”, pelo que vimos, cabia pensar, avaliar e tomar decisões sobre a confraria, além de mediar contendas, figurando como uma espécie de conselho ou de corpo deliberativo. Ainda, pelo que analisamos, esses membros reunidos em corpo não faziam parte dos cargos tradicionais da Mesa, como eram os de juiz, escrivão e tesoureiro da confraria, ainda que algum deles possa os ter assumido individualmente. Eles se manifestavam nas decisões da Irmandade a partir da autoridade de juízes e escrivães dos quatro ofícios anexos, estando, pelo que percebemos, hierarquicamente acima da tradicional Mesa Diretória da Irmandade, que acreditamos ter continuado existindo simultaneamente, ainda que com menor força e importância.

Nesse período aparece o cargo de procurador geral, cuja atribuição consistia, basicamente, em cobrar e receber os anuais e entradas dos confrades e entregar essas somas ao tesoureiro. Além disso, a ele também consistia fazer o levantamento das demandas do funcionamento cotidiano da irmandade e supri-las, como pode ser visto em uma despesa feita em 1758 pelo então tesoureiro da dita, Manuel Ribeiro Lima, registrada no livro de contas:

⁴⁰²Ibidem, p.4v.

“despeza *que* fiz Com as Parcelas de *Dinheiro* que dej ao nosso Irmão procurador geral pera gastos das demandas e [Custas] de hum *Sentença que* tivemos contra a Irmandade 12\$575”.⁴⁰³

Além de um procurador geral e de um tesoureiro fazendo parte da administração da confraria, encontramos, como já antecipamos, um certo Antônio, que possivelmente se tratava do pedreiro Antônio do Rosário Aranda, assinando como “*escrivão geral da irmandade*”⁴⁰⁴ a representação de 1755 feita pelos juízes e escrivães dos quatro ofícios anexos, pedindo a confirmação de seu Compromisso. Assim, estes e outros indícios sugerem a existência de uma organização administrativa funcionando em separado ao corpo de “deputados”, cujos membros eram responsáveis em tocar, em geral, o funcionamento cotidiano da dita irmandade, ainda que respondessem a esse conselho.

Os juízes e escrivães dos quatro ofícios anexos, por sua vez, mesmo fazendo parte do corpo de “deputados” da confraria, continuaram, nesse período, a cumprir as atribuições exigidas pelos cargos que ocupavam na Câmara Municipal. Junto à Irmandade tinham eles a função de controlar a emissão de cartas de exames dos artífices e repassar, ao tesoureiro da dita confraria, uma parte do dinheiro coletado, a partir do pagamento dessas cartas de exame, como consta em um registro de recebimento no ano de 1755: “Pelo que Recebeo dos Juizes dos ofícios de seis Cartas de Exame 15\$360”.⁴⁰⁵ No caso dos juízes, também encontramos eles recebendo e entregando à Irmandade o dinheiro referente às entradas e anuais pagos pelos artífices de seus respectivos ofícios.

Ainda nesse período, aparecem auxiliando esses juízes de ofícios nessa função os procuradores de ofícios, um de cada um dos quatro ofícios anexos, pelo que apreendemos. Esse cargo de procurador de ofício nos pareceu ser semelhante aos mordomos que auxiliavam os juízes e escrivães de ofícios lisboetas, encarregados, entre outras coisas, de arrecadar a receita e controlar as despesas de seus respectivos ofícios. A função desses mordomos lisboetas era de caráter interno e corporativo, sem exercício de autoridade pública, e suas atividades raras vezes aparecem regulamentadas.⁴⁰⁶ Assim, parece ter se dado com os procuradores de ofícios dos quatro ofícios anexos do Recife, pois não conseguimos identificar dado algum que cite a sua existência via municipalidade, a não ser apenas via Irmandade, constituídos como membros da sua organização administrativa. Alguns registros do livro de

⁴⁰³Ibidem, p.57v.

⁴⁰⁴A.H.U., *Representação dos juízes e escrivães da irmandade do Patriarca São José*, fl.1v.

⁴⁰⁵IPHAN/PE, *Livro de Receitas e Despesas*, p.16v.

⁴⁰⁶Maria Helena O. Flexor, *Oficiais mecânicos na cidade do Salvador*, Salvador: Prefeitura Municipal de Salvador/Departamento de Cultura, 1974, p.25-26.

contas referente a esse período fornecem algumas informações: em 1752, por exemplo, há um recebimento de 119.290 réis, “Pelo que recebeo mais de annais e entradas dos oficiais que se lhe entregou os Procuradores dos Coatro ofícios”; e em 1761, um recebimento de “106.[790] réis”, “Pello que Recebeo de annais dos oficiais que lhes entregarão os Juizes e Procuradores dos Coatro ofícios”.⁴⁰⁷

Coexistindo a essa organização administrativa é possível, ainda, que tenha existido na Irmandade de São José do Recife nesse período, uma espécie de Mesa Diretória formada pelos “irmãos de fora”, que acreditamos que possa estar ligada à gerência do aspecto religioso e espiritual da confraria, promovendo o culto ao santo patrono e organizando as festas e outros rituais litúrgicos da Irmandade. Alguns desses confrades figuram na documentação ocupando cargos da Mesa Diretória, como os cargos de juiz, juíza, escrivão, escrivã, mordomo e mordoma. A exemplo, temos o registro de Manuel de Souza Ribeiro, que “servio de Juis por devoção em 1748”, entre outros, como o do já citado Vigário Antônio Buarques Lisboa, que entrou na confraria em 1745, no qual consta que este teria ocupado os cargos de procurador e tesoureiro da dita confraria em data não identificada; o do Padre Joaquim Marques de Araújo que fora juiz em 1770; o de Antônio Muniz Tavares, escrivão em 1774; e o de José Félix Tarroso, que fora mordomo em 1769. Além dos registros de mulheres, como o de Ana Luzia F. da Trindade, que fora juíza em 1774; o de Dona Josefa de Paiva que, segundo seu registro, teria sido escrivã em 1746; e o da já citada Joana Maria da Conceição Estrela, filha de Luís Estrela, mordoma em 1760.⁴⁰⁸

Assim, essa foi a tendência encontrada na organização administrativa da Irmandade de São José do Recife no período que compreende os anos de 1747 a 1774. Mudanças mais significativas nessa organização durante esse período só percebemos acontecer a partir do ano de 1754, quando a Irmandade se muda para a igreja de seu patrono e passa a deliberar de lá. Dessa forma, estando em casa própria, percebemos a necessidade sentida pela confraria de somar à sua organização administrativa alguns servidores, cujas atribuições estavam ligadas à manutenção da igreja de seu patriarca e aos ofícios religiosos que nela aconteciam, como os capelães, os sacristães e os coletores de esmolas, estes chamados pela Irmandade ora de “esmoléu” ora de “ermitão”.

⁴⁰⁷Ibidem, p.11v e 31v.

⁴⁰⁸IPHAN/PE, *Livro de Entradas*, p.1-258. Sobre a participação de mulheres ocupando cargos da Mesa Diretória, já citamos aqui anteriormente. Como visto, o Compromisso de 1774, estipula, inclusive, que as eleições para eles deveriam ser realizadas juntamente com os outros cargos da Irmandade, cargos estes ocupados por oficiais dos quatro ofícios anexos. E caberia apenas à Mesa responsável coordenar tais eleições, eleger entre as irmãs uma juíza, uma escrivã e doze mordomas. Ver em: A.H.U., *Compromisso*, fl.4.

Isto posto, a partir de setembro de 1774, depois das mudanças determinadas pelo Provedor José Antônio de Alvarenga Barros Freire na organização administrativa da Irmandade de São José do Recife, observamos algumas permanências em sua nova configuração, como as funções de capelão, de sacristão e de coletor de esmolas, e também, ao que parece, entre os “irmãos de fora”, que, segundo os registros coletados, continuaram ocupando cargos de juiz, juíza, escrivão, escrivã e mordomos. Entretanto, na cúpula diretiva, como já antecipado, as mudanças foram visíveis.

A começar por alguns cargos que passam a não constar mais na administração da dita irmandade, como o cargo de procurador geral, assim como os de procuradores dos quatro ofícios anexos. No Compromisso de 1774, como dissemos, é determinado que a Mesa Diretoria seja composta apenas por um juiz, um escrivão, um tesoureiro, dois procuradores e doze mordomos, também chamados de “irmãos de Mesa”, e se recomenda que,

com maior razão o *Irmão* Luiz Escrivão e os mais ofeciais de *que* se compoem a Meza, do anno, *que* nestes deve ser o maior exzemio e Cuidado de aSestirem as Suas obrigaçõens em todo o tempo *para que* não se exprimente falta alguma nesta Santa Irmandade antes se Louve *muito* o amplo Zello com *que* concorrem *para* este santo exercicio.⁴⁰⁹

Desta feita, percebemos um grande esforço dos confrades da Irmandade de São José em se adequarem à nova situação, esforço notado até mesmo no livro primeiro de contas da confraria, que passa a ser escrito com mais clareza e bem mais detalhado. Ademais, os confrades da Mesa Diretoria, que antes compunham o corpo de “deputados”, tiveram que ser realocados nos cargos da nova configuração da Mesa Diretoria, o que nos parece ter gerado uma grande confusão em sua organização.

Assim, para juiz da dita irmandade foi empossado o carpinteiro Francisco Xavier de Lima, que teria participado do corpo de “deputados” como juiz e escrivão de seu ofício por quase toda a década de 1760. Para escrivão foi empossado o também carpinteiro João Rodrigues Machado, que também fora membro do corpo de “deputados” na década de 1760, sendo escrivão de ofício nos anos em que Francisco Xavier de Lima fora juiz. Como tesoureiro assina esse Compromisso Manuel Xavier Pereira, tanoeiro, e autor do já citado requerimento de 1773 enviado à Coroa, no qual queixava-se dos excessos cometidos pela então diretoria da Irmandade. Já os dois procuradores empossados foram os carpinteiros

⁴⁰⁹A.H.U., *Compromisso*, fl.6.

Apolinário Diniz e Inácio Luís dos Santos, este último também teria feito parte do corpo de “deputados” nos anos de 1769, 1770 e 1771 como escrivão de seu ofício.⁴¹⁰

Entre os mordomos que figuraram ocupando a Mesa nesse ano, encontramos o carpinteiro Manuel Gomes Teixeira, o marceneiro José de Almeida, o tanoeiro Manuel da Costa Guimarães e o pedreiro Francisco Pereira Ramos Correia, todos eles juízes ou escrivãos de ofícios e membros da diretoria da Irmandade na mesma época de Francisco Xavier de Lima. Ainda encontramos entre os mordomos o tanoeiro Inácio Tavares da Costa, que fora, junto a Manuel Xavier Pereira, um dos queixosos no já citado requerimento de 1773. Pelo que constatamos, nenhum membro da diretoria anterior, que teria sido dissolvida, passou a compor a nova Mesa Diretória depois de sua reconfiguração ou mesmo a apoiado, e isso parece já ter algum significado em relação às alterações que existiram nesse período. Há exceção de dois membros dessa diretoria: os marceneiros José Ferreira dos Reis, juiz anterior deste ofício, e João da Costa Mata, escrivão anterior deste ofício, pois ambos aparecem assinando que estavam de acordo com o Compromisso de 1774 que, ao que tudo indica, teria sido feito e assinado pela diretoria que viria a assumir. Porém, esses marceneiros aparecem apenas manifestando seu apoio, e não identificamos que teriam eles ocupado cargos na dita irmandade.

Essa informação nos leva a supor que um grupo teria sucedido o outro, tanto na direção da Irmandade, como, ao que tudo indica, na organização dos ofícios junto à Câmara, tendo em vista que dos confrades que conseguimos encontrar assumindo os cargos de juízes e escrivães dos quatro ofícios anexos na Câmara depois do acontecido, nenhum correspondia aos envolvidos da antiga Mesa. Grupos esses que viviam em conflito, pelo que percebemos, disputando ávidamente a administração da Irmandade. Outra informação corrobora essa tese: dos pouquíssimos “riscamentos” da Irmandade que identificamos, a maior parte deles era de membros que compuseram a Mesa Diretória anterior, que teria sido dissolvida. Entre eles, estavam o juiz de carpinteiro Francisco Xavier da Silva e seu escrivão Francisco José da Silva; o juiz de pedreiro Inácio Antônio da Conceição e seu escrivão José Ferreira da Rocha; e ainda o escrivão de tanoeiro Simão Francisco Xavier e o juiz de capinteiro que assumiu em 1774, antes da dissolução, Simão de Souza Correia. Ademais, em registro feito nas contas de 1775 no primeiro Livro de Receita e Despesas consta que, além dos artífices acima citados, Leonardo Rodrigues da Costa, juiz de tanoeiro desta Mesa dissolvida, também teria sofrido

⁴¹⁰Ibidem, fl.10v.

uma condenação do Provedor das Capelas, ainda que não tenhamos identificado seu riscamento, apenas o recebimento de uma espécie de multa.⁴¹¹

Um termo de 15 de março de 1789, que trata de uma reunião que os “deputados” tiveram em Mesa Geral, com a presença do então Provedor das Capelas Antônio de Souza Correia e registrado pelo escrivão deste, confirma a condenação dos citados:

(...) como sendo proposto por parte do Juis e outros irmãos da Mesa que Francisco Xavier da Silva, Simão de Souza Correa, Jozé Ferreira Ignacio Antonio da Conceição, Francisco Jozé, Simão Francisco Xavier forão riscados estão de fora ha muitos annos [pedindo] sempre humildemente desejando ser admitidos a esta irmandade e Serviço do Santo Patriarca com tanto zelo, e devoção que tem [chegado] muitos delles a pagar os anaes e concorrer com suas esmolos ao que tudo attendendo e por se esperar que daqui por diante Sirvão Lovavelmente como prometem forão [uninimemente] admitidos outra vez (...).⁴¹²

A nova configuração administrativa da Irmandade não teria durado muito. Um ano depois, em outubro de 1775, antes do período determinado no Compromisso de 1774 para a duração da nova Mesa que deveria ir até 1776, a Mesa foi dissolvida e se ensaiou o retorno da antiga configuração administrativa da Irmandade. Desta feita, reaparece na documentação a diretoria da Irmandade formada por um corpo de “deputados” composto por juízes e escrivães dos quatro ofícios anexos ligados ao Senado. O tesoureiro que fora retirado de seu cargo depois da determinação do Provedor das Capelas em setembro de 1774, o tanoeiro Bento Fernandes de Lima, volta em outubro de 1775, novamente à frente das contas da Irmandade, permanecendo até o ano de 1777. Com ele, compondo a Mesa, um possível parente, Domingos Fernandes de Lima, juiz de tanoeiro, como também os já citados e que seriam condenados posteriormente pelo Provedor das Capelas, Simão de Souza Correia, figurando como juiz de carpinteiro e Simão Francisco Xavier, como escrivão de tanoeiro, aparecem assinando as contas da confraria, de outubro de 1775 a março de 1777.⁴¹³

Os motivos pelos quais os membros da nova Mesa Diretória teriam se retirado antes do que fora determinado pelo Compromisso de 1774 e a organização administrativa da Irmandade retornado à sua antiga forma em outubro de 1775, não podemos determinar exatamente. Todavia, pelo que percebemos, tais motivos podem estar ligados a possíveis

⁴¹¹IPHAN/PE, *Livro de Receitas e Despesas*, p.55v.

⁴¹²IPHAN/PE, *Livro de Termos*, p.21.

⁴¹³Os alcances contra os envolvidos estão registrados nas contas de 1775 (IPHAN/PE, *Livro de Receitas e Despesas*, p.55v), portanto, não conseguimos identificar exatamente quando os mesmos foram riscados da Irmandade.

pressões sofridas e desentendimentos ocorridos dentro e fora desse grupo, além das denúncias recebidas sobre sua administração, encontrando esses membros dificuldades para se manter no poder. Um termo assinado por essa Mesa Diretória aponta o fato de que a dita confraria teria recebido uma notificação do Provedor das Capelas em 1775, cujo teor era uma possível irregularidade nas contas da Irmandade nesse ano. Assim, seus membros reuniram-se em Mesa para avaliar as contas do então tesoureiro Manuel Xavier Pereira, alvo das denúncias, e chegaram à seguinte conclusão:

A Irmão Tizoureijro Manoel Xavier Pereira que conosco Servio neste dito anno de 1775 cujas contas vimos e Revimos e as achamos capazes e suficientes e as avemos por aprovadas Com declarasão porem *que* sera o dito Tizoureijro obrigado a pro nesta Irmandade o Compromiso *que* se acha na sidade de Lixboa a Confrimar per Sua Magestade Fedelisima na observancia das Suas reais ordens como pello Juizo das provedorias das Capellas do tremo [dito] foi emcarregado ao dito Tizoureijro como consta do tremo feijto ao dito com a pena nelle cominada e sera obrigado a mostrar a despeza *que* com o dito fizer na sua confrimassão e não vindo este sera obrigado a entrega a Irmandade a prasella que na sua conta dis Remeteo para a Sidade de Lixboa para a dita confrimassão, como tão bem a meza *que* actual servir não entregara ao dito Tizoureijro *que* conosco servio o Resto *que* a dita Irmandade le ficar restando de onze mil e cento e dezaseis r. sem *que* o dito primejro entregue o compromisso e suas despesas coando vier da Sidade de Lixboa.⁴¹⁴

Essa aprovação de contas é assinada por todos os integrantes da Mesa, inclusive os mordomos que, submetidos aos olhos fiscalizadores da Provedoria das Capelas, revelam as suas incertezas quanto à dita despesa feita por Manuel Xavier Pereira. A exemplo, Manuel Gomes Teixeira diz que “asino como mordomo sem saber de [disposcois] alguas do dito [Compromisso] sendo ou não Justas”, assim como Francisco Pereira Ramos Correia e Inácio de Santana que também fazem a mesma consideração: “Asino que hinoro a dispusisois se são hou não justa”.⁴¹⁵ De fato, as anotações nas contas da Irmandade deste ano de 1775, feitas pelo Provedor das Capelas, apontam para desconfiças em relação à despesa de 19.200 réis referente ao envio do Compromisso para sua confirmação em Lisboa. Antes mesmo do auto de contas realizado pelo Provedor das Capelas sobre esse ano, encontramos a denúncia feita em 2 de maio de 1777 pelo tanoeiro Manuel Antônio da Silva, recém-eleito como novo tesoureiro da Irmandade, que diz ter dúvidas sobre as despesas feitas pelo tesoureiro Manuel

⁴¹⁴IPHAN/PE, *Livro de Receitas e Despesas*, p.56v.

⁴¹⁵Ibidem, p.56v-57.

Xavier Pereira, “por lhe Constar não Serem Verdadeijras e da mesma aprovaÇão dos Irmaos da Meza que com o dito Servirão Se mostrou a Sua EmCapaÇidade o *Senhor Doutor* Provedor Mandara o que for Servido (...)”.⁴¹⁶

Assim, de acordo com a nossa análise, havia na direção da Irmandade de São José do Recife disputas acirradas entre determinados grupos de artífices dos quatro ofícios anexos que se alternavam no poder, fazendo e desfazendo alianças conforme ocasiões e interesses, o que teria interferido sobremaneira na sua organização interna. Membros eram retirados do comando da confraria, e tempos depois reapareciam com os mesmos ou novos aliados. Assim aconteceu com Manuel Xavier Pereira, que depois das desconfianças sobre a sua gestão, ainda teria voltado como tesoureiro em 1779, tendo a oportunidade nesta ocasião de contestar a honestidade das contas de seu antecessor, Manuel Antônio da Silva, antigo desafeto, ele agora na condição de expressar suas dúvidas sobre os lançamentos que seu antecessor teria feito tanto no recebimento como nas despesas da confraria.⁴¹⁷

Sobre o período de 1777 a 1780, a organização da confraria se revela confusa e, apesar de se apresentar dirigida por um corpo de “deputados”, seus membros passam a não se respaldar, pelo menos formalmente, em seus cargos junto à Camara. O cargo de procurador geral retorna à organização administrativa da confraria, assim como os cargos de procuradores dos quatro ofícios anexos, como indica o seguinte trecho de um recebimneto de 1779: “*Pelo que Recebi da [mão] do procurador de Pedreiro de anais que diz Cobrou dos offeciais do Seo officio*”.⁴¹⁸

Depois desse período, mais uma mudança, e essa vai em direção ao retorno da estrutura organizacional imposta pelo Compromisso de 1774, pois, entre 1781 e 1782, o pedreiro Antônio Manuel Ferreira Feijó aparece como juiz da dita confraria; e, em 1783, o carpinteiro Francisco Xavier de Lima volta ao comando da Irmandade como juiz, juntamente com João Rodrigues Machado como seu escrivão, sendo o tesoureiro na época o marceneiro Caetano Xavier de Almeida. A Irmandade volta a ter dois procuradores: o carpinteiro Inácio Luís dos Santos, que teria sido procurador geral da dita em 1779, e João de Deus Nunes, além de um grupo de mordomos compondo a dita Mesa.

Foi essa Mesa, inclusive, comandada por Francisco Xavier de Lima, que assinou, em termo de 10 de agosto de 1783, o “riscamento” do tanoeiro Manuel Xavier Pereira do quadro

⁴¹⁶Ibidem, p.57.

⁴¹⁷Ibidem, p.65.

⁴¹⁸Ibidem, p.64v.

da Irmandade, pois este teria recebido sérias acusações sobre o seu último mandato como tesoureiro da dita, como pode-se constatar no seguinte trecho:

(...) o *Irmão* Juiz, Escrivão, Procuradores, e mais officiaes da Meza (...) uniformemente asentarão fazer este termo de dizariscar como de facto *por* elle fica Riscado de não ser nosso Irmão desta dita Irmandade Manoel Xavier Pereyra pella falta de onze medalhas de Prata (...) Sendo elle [dito] que no Seu Cargo de Thezoureiro comservar todos os beñs e alfaias da dita Irmandade o fes pello contrario e mayor prejuizo e outras alfaias que não podemos averiguar pella dita sua auzencia de que todas ellas está a Irmandade prejudicada (...) e assim admoestamos por este nosso termo a todos os nossos Irmãos que agora somos e vindouros e as mesmas Mesas Nossa sucessoras o não reconhecerão *por* irmam e nem membro dessa Irmandade (...).⁴¹⁹

Isto posto, atribuímos a volta da configuração organizacional imposta pelo Compromisso de 1774 à sua confirmação, esta possivelmente concedida nesse período, tendo em vista que aparecem duas despesas significativas sobre ele nesta época: “*Pelo* Nosso Comprimisso que se mandou EmCadernar como Consta do Recibo da hida 1\$920” e, em seguida, “*Pello* treslado do dito Comprimisso \$800”.⁴²⁰ Essa configuração organizacional da Irmandade de São José do Recife iria durar até o ano de 1789, quando os juízes e escrivães dos quatros ofícios anexos, ligados ao Senado da Câmara, voltam a estabelecer um corpo de “deputados” na diretoria da Irmandade, como podemos perceber neste termo de 17 de junho de 1789: “(...) Estando os Juizes (...) EsCrivais e mais Irmaos convierão todos pegarmos na obra da Igreja do Nosso Santo patriarca [pelo] o que os dittos Juizes mandarão lavrar Este termo Em *que* todos se açinaram (...)”.⁴²¹

Essa reformulação da organização da Irmandade, ao molde anterior ao Compromisso de 1774, se deu justamente no começo do governo de D. Tomás José de Melo, logo após o episódio da arrematação das âncoras na praia de São José, protagonizado pelo dito governador. Nessa época, a Irmandade teria levantado dinheiro suficiente para retomar as obras da casa de seu patriarca, como constata-se pelo trecho do termo citado acima. A intervenção de D. Tomás teria surtido efeito positivo nas contas da dita confraria, assim como na estima social desta para com a sua comunidade, tanto que é neste ano de 1789 que se constata o maior número de entradas desde a fundação da Irmandade: aproximadamente 44 artífices dos quatro ofícios anexos se tornaram confrades de São José, além do número atípico de escravos, como já referimos anteriormente.

⁴¹⁹IPHAN/PE, *Livro de Termos*, p.5-5v.

⁴²⁰IPHAN/PE, *Livro de Receitas e Despesas*, p.97.

⁴²¹IPHAN/PE, *Livro de Termos*, p.21v.

No tocante a um possível não cumprimento, a partir de 1789, ao que determinava o Compromisso de 1774 sobre não se misturar os juízes de ofícios com os juízes da Irmandade, nos foge assertar alguma coisa. Tendo em vista que não tivemos acesso à confirmação desse Compromisso, e pela característica fragmentada da documentação, o que nos resta são apenas hipóteses, construídas a partir da análise de todo o conjunto documental da Irmandade do Patriarca São José dos Oficiais dos Quatro Ofícios Anexos. Pelos indícios encontrados nessa documentação, acreditamos ser muito possível que, se foi mesmo este o Compromisso o confirmado, ele teria sido, se não totalmente, parcialmente abandonado.

O que corrobora essa possibilidade é, não apenas o fato de sua organização ter em 1789 voltado aos seus antigos moldes, mas também o silêncio de importantes historiadores, como Francisco Augusto Pereira da Costa e, décadas depois, José Antônio Gonsalves de Mello, responsáveis por parte dos dados publicados sobre a Irmandade, que não tratam desse Compromisso, citando apenas o de 1770. Além disso, e este se mostra o dado mais importante, é que, de acordo com o Compromisso da dita confraria do ano de 1885, a Irmandade teria tido apenas três Compromissos anteriores: um em 1735, outro em 1770 e o último em 1840. Ou seja, o Compromisso de 1774 foi silenciado pela própria Irmandade.⁴²²

Ao que tudo indica, a Irmandade de São José do Recife permanecera com este formato de organização em sua administração até o fechamento do século XVIII. A Irmandade, habituada desde seus primórdios à fiscalização da administração colonial (esta claramente intensificada durante o período pombalino, pois sua ingerência teria tomando outras proporções, a ponto de desestruturar a organização administrativa da dita confraria e a organização por esta dos quatro ofícios anexos da vila do Recife) teria, em 1796, sido mais uma vez alvo da ingerência da administração colonial, desta vez mais próxima e direta. No dia 14 de dezembro desse ano, o Governador D. Tomás José de Melo publica uma portaria na qual determina, por meio da autoridade de seu cargo, os membros que deveriam constituir a Mesa Diretória da dita irmandade no ano de 1797, exigindo que esta acatasse sua decisão e elegeisse os nomes por ele indicados, interferindo, assim, diretamente na organização administrativa da confraria, como pode-se constatar no trecho citado por Pereira da Costa:

Ordeno à mesa da irmandade de S. José da vila de Santo Antônio do Recife que eleja para juízes dos quatro ofícios da referida irmandade as pessoas declaradas na

⁴²²Cf. Recife, Arquivo da Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em Pernambuco – IPHAN/PE, *Estatuto (Compromisso) da Irmandade de São José do Ribamar (1885)*, arquivo deslizante nº 6, Caixa nº 26, fl.1. Faz-se necessário esclarecer que José Antônio Gonsalves de Mello chega ainda a citar o Compromisso de 1774. Ver em: “Alguns aditamentos e correções”, In: COSTA, F.A. Pereira da. *Anais Pernambucanos*. vl.5. Recife: FUNDARPE, 1983, p.520-521.

relação inclusa, assinada pelo oficial desta Secretaria, para servirem no ano próximo futuro de 1797, por ser assim conveniente à mesma irmandade e para se cuidar melhor na fatura da igreja do mesmo Santo; e de ficar entendida a mesma mesa me remeterá a eleição assinada pelos mesmos mesários.⁴²³

De acordo com o trecho acima, D. Tomás toma a decisão de interferir na organização da Irmandade por ser conveniente à mesma e para cuidar melhor das obras da igreja de seu patriarca, o que nos sugere que a administração desta não se mostrava suficiente por essa época. Já tínhamos apontado anteriormente que na década de 1780 a confraria apresentava dificuldades financeiras que as impediram de prosseguir a contento com a construção da Igreja e que quase a fez perder parte de seu patrimônio. Junto a isso, somam-se as mudanças vivenciadas pela irmandade no decorrer do setecentos, influenciadas, em grande medida, pelas transformações sociais e econômicas pelas quais passava a vila do Recife, assim como pelas fiscalização e ingerência metropolitanas em seus assuntos administrativos, o que teria obrigado os confrades a fazer algumas reconfigurações em sua organização durante esta centúria.

Ademais, as disputas internas entre determinados grupos de artífices que almejavam o controle da confraria e da organização dos quatro ofícios anexos na vila do Recife, não teria, pelo que percebemos, contribuído para uma gestão congruente diante das mudanças e dificuldades que insistiam em aparecer. Faz-se necessário lembrar que pertencer à Mesa Diretoria de uma irmandade leiga no setecentos agregava melhor estima social, e, no caso dos confrades oficiais dos quatro ofícios anexos, não apenas *status* social, mas muito mais. Considerando que os membros da Mesa Diretoria da Irmandade de São José estavam também à frente da organização dos quatro ofícios anexos do Recife, os benefícios de estarem na diretoria da dita irmandade giravam também em torno do aumento de seus próprios lucros, pois tinham a possibilidade de negociar os valores das empreitadas, de obter favorecimentos nas arrematações de contratos, entre tantas outras vantagens. E sobre isso a administração colonial parecia estar bastante atenta, e o fato, possivelmente, teria motivado D. Tomás a agir com a devida “mão de ferro”, indicando os nomes para o comando da dita irmandade.

Como pode ser percebido no trecho apresentado acima, nos últimos anos do século XVIII ainda estava a cargo da Irmandade de São José eleger os juízes e escrivães dos quatro ofícios anexos, ou seja, ainda estava sob o seu domínio e controle a organização dos ofícios de carpinteiro, pedreiro, marceneiro e tanoeiro da vila do Recife. Pelo que apresentamos até o

⁴²³“Portaria de 14 de dezembro de 1796 expedida por D. Tomás José de Melo” apud COSTA, Francisco A. Pereira da. *Anais Pernambucanos*.vl.6. Recife: FUNDARPE, 1984, p.95.

momento, assim foi desde a sua fundação em 1735, tendo, portanto, os grupos que se alternavam no comando da dita confraria, no decorrer do setecentos, que lançarem mão de estratégias para a manutenção desse controle diante de tantas mudanças vivenciadas intra e extramuros de sua associação. Principalmente, a partir de 1770, mesmo ano em que se instituiu a lei que determinava que nenhum oficial poderia exercer arte alguma sem carta de examinação. A partir desse ano é que vemos os confrades mais envolvidos em conflitos e a organização interna da confraria vivenciando sucessivas e significativas mudanças.

O Compromisso de 1774 mostra-se um importante exemplo dessas estratégias. A medida que se viu obrigada a acatar a determinação da Provedoria das Capelas de separar os assuntos da confraria com os assuntos dos ofícios, a Irmandade prontamente determina no texto de seu estatuto tal separação, mas, ao mesmo tempo, interfere nas funções que os juizes e escrivães dos quatro ofícios anexos da vila do Recife teriam junto ao Senado, determinando procedimentos que os detentores desses cargos deveriam ter, com vistas à beneficiar diretamente a confraria. Mesmo com a possível tentativa da administração colonial de minar a influência que a confraria tinha sobre a organização dos ofícios, esta encontrou saídas objetivando evitar que isso acontecesse. Isto posto, dissertaremos melhor daqui por diante sobre a gerência dos quatro ofícios anexos na vila do Recife pela Irmandade do Patriarca São José dos Oficiais dos Quatro Ofícios Anexos durante o setecentos.

2.4 Irmandade ou corporação?

No decorrer deste capítulo mostramos o quanto a Irmandade do Patriarca São José dos Oficiais dos Quatro Ofícios Anexos esteve envolvida na organização dos ofícios de carpinteiro, pedreiro, marceneiro e tanoeiro durante o setecentos na vila do Recife. A análise feita no conjunto documental da confraria aponta para o fato de que, para além dos assuntos espirituais e de assistência social aos seus confrades, a sua organização interna estava voltada, em grande parte, para os assuntos relativos à gerência do cotidiano laboral dos oficiais dos quatro ofícios anexos. Isto, no entanto, não teria sido apanágio da Irmandade de São José do Recife durante o período colonial. Todas as irmandades leigas de mecânicos luso-americanas do século XVIII a que tivemos acesso funcionaram de forma semelhante, e, geralmente, seguindo os modelos de funcionamento de suas congêneres do Reino, nas quais a organização

de ofícios também esteve, de certa forma, imbricada aos seus assuntos espirituais e de apoio mútuo, ou como disse Julita Scarano: “As distinções entre as corporações de ofícios e as confrarias religiosas são bastante confusas em Portugal do Setecentos.”⁴²⁴

De acordo com Marcelo Caetano, no Portugal Moderno o “ofício” e a “confraria” eram corpos distintos. O ofício, com seu regimento e seus juízes, e a confraria, com seu compromisso e seus mesários. Porém, pondera o autor:

(...) como todos os do ofício eram confrades, e a tradição permitia trataram-se no seio da associação voluntária negócios do exercício profissional, não raras vezes acontecia imiscuir-se a confraria em assuntos próprios do ofício e tratar o compromisso de matérias do regimento. Ainda assim acontece em alguns compromissos dos séculos XVII e XVIII de nosso conhecimento, onde até se chega, num e noutro, a impor obrigações aos juízes dos ofícios.⁴²⁵

A exemplo do que Marcelo Caetano diz, há o caso da Confraria do Bem Aventurado Patriarca São José de Lisboa, quando em 1501 resolvem seus confrades fazer um Compromisso pelo qual os carpinteiros e pedreiros lisboetas buscavam disciplinar a sua profissão. Esse Compromisso acabou por se tornar regimento por confirmação régia, passando, assim, a ser imodificável por simples vontade dos artífices.⁴²⁶ Partindo disto, esse autor nos chama a atenção para mais uma coisa:

Por um lado, organizado o ofício, a sua vida associativa, propriamente dita, era um resultado natural da organização. Manifestações religiosas que houvesse, ou eram também impostas pelo poder civil – com as procissões da Cidade – ou tinham como única sanção a da consciência responsável perante Deus. Ninguém se negaria a tomar parte do culto do padroeiro do ofício, não só por imperativo da devoção, mas também porque daí resultaria o escândalo dos confrades e a reprovação social – salvo sendo judeus.⁴²⁷

Como dito, essa tendência de imbricamento dos assuntos profissionais e confrariais na organização dos ofícios reinóis, pode também ser percebida nas irmandades de mesterais luso-americanas do setecentos a que tivemos acesso. No entanto, faz-se necessário deixar

⁴²⁴Julita Scarano, op.cit., 1978, p.25.

⁴²⁵Marcelo Caetano, “A antiga organização dos mestres da cidade de Lisboa”, In: LANGHANS, Franz-Paul de Almeida. *Corporações dos ofícios mecânicos: subsídios para a sua história*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1943, p.XLI.

⁴²⁶Ibidem, p.XXXIX-XL.

⁴²⁷Ibidem, p.XL.

claro que, apesar de acompanharem essa tendência, as irmandades de mecânicos da América Portuguesa possuíam um caráter diverso das suas congêneres lisboetas, principalmente pela realidade colonial a que estavam inseridas, na qual a organização e a gerência dos seus ofícios não poderiam se fundamentar na mesma ambiência encontrada pelos artífices reinóis. Pelo que constatamos, não teria se tratado de uma cópia pura e simples, mas de uma apropriação de uma das faces assumidas pelas confrarias de mesterais reinóis, de um direcionamento, mas, sobretudo, de uma saída viável, ainda que não a única, para se organizarem profissionalmente dentro das possibilidades existentes na realidade colonial.

Assim, encontramos na documentação relativa à Irmandade do Patriarca o Senhor São José de São Sebastião do Rio de Janeiro, por exemplo, uma série de provisões, alvarás, além de Compromissos e regimentos, inclusive este de 1501, que versavam sobre o cotidiano laboral dos oficiais lisboetas que estavam sob a bandeira de São José. Ao que tudo indica, esses documentos direcionavam a sua congênere do Rio de Janeiro na organização da própria confraria e, principalmente, dos ofícios à ela anexados. Assim é que vemos tal irmandade, em 1765, submeter em pública forma o seu Compromisso, cujo texto se baseava no Compromisso reformado de sua congênere lisboeta feito em 1655, no qual consta no seu capítulo 17 o seguinte:

Porquanto ezta Irmandade decahiu de sorte que não havia a quem a servisse, mandou S. Magestade passar Provizam para que nenhum official dos officios anexos a ezta bandeira pudessem ser examinados, sem que fosse Irmãos do Patriarcha Sam Jozeph, e actualmente corresse com as obrigações desta Irmandade e porque ha muitos que depois de os darem por examinados nã querem ser Irmãos do dito Santo (...).⁴²⁸

Segundo Marcelo Caetano, houve, no decorrer do tempo em Portugal, um afrouxamento da fé, e a reprovação da conduta dos que se furtavam às obrigações de confrades passou a não surtir mais efeito entre os artífices. Dessa forma, tornou-se necessário pedir intervenção do Poder que, em diversos atos, passou a declarar como obrigatória a

⁴²⁸Cf. Rio de Janeiro, Arquivo Noronha Santos – IPHAN, *Instrumento em publica forma com o Theor do Compromisso da Irmandade do Patriarcha Sam Jozé. E mais nelle inserto [25 de setembro de 1765]*, Igreja de São José D.F. Documentos do seu arquivo II. Inventário, Caixa RJ079, Pasta 02/01, “Sentenças e Documentos (1727-1865)”, p.11. Faz-se importante informar ao leitor que esta e toda a documentação que encontra-se em “Setenças e Documentos (1727-1865)” foi transcrita pelo historiador Francisco A. Noronha Santos, que não revela a quais regras submeteu essas transcrições. Dessa forma, não temos como confirmar se as mesmas correspondem, de fato, aos textos originais.

inscrição dos mestres de ofícios nas irmandades, requisito indispensável para ser admitido no exame de maestria.

O teor dessa resolução também pode ser encontrado incorporado no decorrer dos setecentos em capítulos de Compromissos de outras irmandades de mecânicos luso-americanas, além da Irmandade de São José do Rio de Janeiro, como na própria Irmandade de São José do Recife, cujo Compromisso de 1774 traz a seguinte determinação: “(...) não Será exzaminado de seu oficio por Mestre delle sem que primeiro Seja Irmão nosso pagando os dez tustois de sua entrada e a esmolla da Carta em que vaij taxada no Cap.13”;⁴²⁹ e como também na Irmandade do Glorioso Mártir São Jorge do Rio de Janeiro, sob a qual estavam reunidos oficiais ferreiros, serralheiros, cuteleiros, caldeireiros, latoeiros, espadeiros, ferradores e douradores, que, em 1791, acrescenta no capítulo 2 de seu novo Compromisso que “qualquer offeial dos officios incurpurados a esta Irmandade, que se quizer para O Fucturo examinar, deve Prjmeiro alistarse por Irmão da mesma Irmandade (...)”,⁴³⁰ pois, “(...) a Irmandade esta muito falta de Irmaons, não o sendo a mayor parte dos Mestres examinados”.⁴³¹

Na Bahia, o “Compromisso e Regimento Ecognomico” da Bandeira e Confraria do Glorioso São José da Cidade da Bahia, do ano de 1780, trazia, quase na íntegra, o texto do “Regimento e Compromisso da Meza dos officios de Pedreiro e Carpinteiros da Bandeira do Patriarcha Sam Joze” de Lisboa, do ano de 1709, porém, com as devidas alterações necessárias que davam conta da realidade baiana. Nesse estatuto se estipulava, assim como no de sua congênere lisboeta, as eleições para um juiz de Mesa e Bandeira e para um escrivão geral, para além dos juízes e escrivães de ofícios, muito próximo ao que vimos acontecer em alguns períodos na Irmandade de São José do Recife. Segundo o estatuto baiano, ao juiz de Mesa caberia, entre outras coisas, exigir aos juízes de ofícios a “deligência de cobrarem as esmollas que os Irmaons costumão a dar ao Patriarca São Jozé”,⁴³² ou seja, eram funções separadas, uma correspondia às atribuições junto à Irmandade e a outra às atribuições junto ao Senado, estando, ao que nos parece, uma submetida à outra.

Como visto, as irmandades acima citadas, assim como as outras irmandades de mecânicos luso-americanas a que tivemos acesso, tomaram para si o gerenciamento dos

⁴²⁹A.H.U., *Compromisso*, fl.6v.

⁴³⁰Cf.Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, *Compromisso [acrescentamento dos capítulos] da Irmandade do Glorioso Mártir S. Jorge do Rio de Janeiro [1791]*, códice 1952, fl.2v.

⁴³¹Ibidem, fl.2.

⁴³²Cf.Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, *Compromisso e Regimento Ecognomico dos Officios de Carpinteiro e de Pedreiro e dos mais agregados a Bandeira do Gloriozo S. Ioze e sua Confraria erecta na Seè Cathedral da Cidade da Bahia [1780]*, códice 1283, fl.9.

ofícios a elas anexados, em parte, embasadas ao que acontecia no Reino, mas, principalmente, pela realidade local na qual estavam inseridas, determinando em seus Compromissos, que tinham peso de lei, normas e critérios para o exercício desses ofícios, com vistas ao aumento e preservação de seu grupo.

O Compromisso já citado da Irmandade de São Jorge do Rio de Janeiro, por exemplo, versava sobre as regras que deveriam ser cumpridas para o exercício de seus misteres, assim como sobre a abertura de tendas e lojas pelos artífices. Além disso, como as outras irmandades, tinha ela autoridade para aplicar condenações, caso as regras estipuladas não fossem cumpridas, autoridade esta amparada pela administração colonial e conferida pelo fato de seu Compromisso ter sido confirmado pelo próprio rei, como podemos ver no seguinte trecho que trata da obrigação de todos os mestres examinados serem também confrades da dita irmandade:

(...) sem que a isso possam por duvida alguma, em Cazo de a porem, se lhes não consentirá ter Loge aberta, e Si procedera Contra elles Pella Primeira ves com a condenação de Seis Mil Reijs, e pella Segunda a dobrar e pella terceira se lhe mandará fixar a loge, e se tomará por perdida, a ferramenta e tudo o mais que na mesma Loge se achar pertencente áquelles Officios, requerendo-se a Juis competente que assim O haja de mandar por via Executiva.⁴³³

Essa mesma autoridade é percebida no caso da Irmandade do Patriarca São José do Recife. Além das várias condenações e processos que foram feitos contra confrades dos quatro ofícios anexos da vila do Recife, cujas custas encontramos em seu primeiro livro de contas, um caso em específico nos parece ilustrar bem essa autoridade que a dita irmandade possuía, ou que ao menos procurava possuir, no entremetimento do funcionamento dos quatro ofícios anexos na dita vila. É o caso da querela entre a Irmandade e o já conhecido tanoeiro Manuel Xavier Pereira, que se encontra dentro do mesmo processo do requerimento já citado, feito por esse tanoeiro em 1773 contra a então diretoria da Irmandade de São José do Recife.

De acordo com a fala do tanoeiro, ao reclamar junto à diretoria da dita confraria sobre o Compromisso de 1770 que fora enviado à Lisboa para a confirmação, sem ao menos serem consultados todos os confrades sobre o seu teor, a Irmandade teria entrado, em represália, com mandado executivo contra Manuel Xavier pelos seus anuais atrasados, conseguindo que se executasse a penhora de seus bens, que incluía as suas ferramentas de trabalho, “sendo esta

⁴³³Cf. Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, *Compromisso [acrescentamento dos capítulos] da Irmandade do Glorioso Mártir S. Jorge do Rio de Janeiro [1791]*, códice 1952, fl.2v.

a véz primeira que Se visse huma Irmandade de Officiais, cobrar executivamente os annuaes dos Irmãos, como se fosse divida da Real Fazenda de *Vossa Magestade*”,⁴³⁴ diz o tanoeiro, que era casado e com filhos, e morador do Recife, onde possuía loja aberta.

Conta ainda Manuel Xavier Pereira nesse processo, que em uma manhã do ano de 1771, ao estar ausente de sua casa, foram os oficiais de justiça à sua procura e,

sem o requererem e a sua [revelia] por não estar em caza lhe fizerão pinhora em seus bens [toduis] por não perderem o tempo de [baler] na dita ocasião cuja pinhora por falta da solenidade nesseçaria hé nulla e por [esta] se não pode fazer ao Supplicante exzeção por *que* [deva] primeiro ser requerido em sua pessoa para, pagar os anais *que* não tem duvida em fazello menos as custas feijtas pello dito modo por não ter çido ouvido nem se lhe [prove] a [sua] auZença do Lugar, feita com malisia afim de não pagar rezão por [que] [ou] quer pagar menos as custas (...).⁴³⁵

Diante disto, pede o tanoeiro ao rei que mande a Irmandade receber os anuais sem os custos ou que apresente a penhora sem embargo, mostrando a sua suspensão. A defesa da outra parte, feita pelos oficiais de justiça Manuel Pereira Melo e Francisco Pereira Braga, responde a tal acusação da seguinte forma ao Ouvidor Geral:

(...) fomos com hum mandado de vmce. da Irmandade do *Senhor* São Jozé a cobramos de allguns ofiçiais de tanuhero entre helle foij o suplicante chegamos a Sua Caza e tenda e não achamos em bacho por ter se recohido no sobrado de sima e ha mando por helle na escada não quis apareser antes buscou a esCada da porta da rua e a este paso vejio a caza de vmce com petição em seo nome e com[cedendo] tão bem a hella Ignacio Tavares sem este Saber da sutileza do suplicante pois assim o declarou para ante mim e o meyrinho [geral] dizendo nella querião por o [deinheiro] em Juizo dos Annos, a tempo *que* poderião [ter] feito muito antes pois muito bem serto estar helle *que* Se andavão Cobrando os ditos anais dexando nos ficar na dita deligenSia até depois do meijo dia Sem [queirer] apparecer de *que* porsedemos a pinhora na tenda do Suplicante [dexado se] [depozitario] [estranho] e para asitirmos ao depois *que* apparece para venda e rematação e ver Julgar a penhora por Semtença o *que* aSim o fizemos por ser este o zero e vezezero a ocultace em varias diligencias *que* se lhe tem feito por ser de mao animo (...).⁴³⁶

⁴³⁴A.H.U., *Requerimento de Manoel Xavier Pereira, Inácio Tavares da Costa e mais mestres tanoeiros do Recife*, fl.1-1v.

⁴³⁵Ibidem, fl.4.

⁴³⁶Ibidem, fl.4v.

Independentemente de quem estava com a razão nessa querela, o que importa, de fato, é que a Irmandade de São José do Recife tinha respaldo da justiça para esse tipo de condenação, cobrando executivamente, de acordo com a fala de Manuel Xavier Pereira, os anuais dos seus confrades como se fosse dívida da Real Fazenda, por meio da penhora das ferramentas de trabalho do dito tanoeiro, impedindo-o de exercer o seu ofício.⁴³⁷ Essa autoridade que a dita confraria tinha ou buscava constatemente ter no controle dos quatro ofícios anexos da vila do Recife, pode também ser percebida no pouco que apreendemos dos Compromissos de 1755, ao impor, ao que tudo indica, pesadas penas pecuniárias no caso de infrações dos confrades; e de 1770, quando proíbe o ensino dos quatro ofícios a escravos, e também a outros aprendizes sem licença da Mesa Diretória. Já no Compromisso de 1774 tal ingerência se apresenta mais clara e assertiva por termos acesso a todo o seu conteúdo. A exemplo, segue um trecho do dito estatuto:

Os Irmaos Procuradores assim *que* tomarem posse porão todo o Cuidado e zelo em cobrarem todas as emtras e anais e Mordomages e outras Cobranças pertencentes a esta Irmandade *por* qualquer titulo que seja e indo as Loges ou tendas dos Mestres exzaminados dos Coatro oficios anexos ou [a] [Suas] Cazas ou obras aonde trabalharem sabendo delles seja derão o tempo *por* aCabado alguns dos seus aprendizes ou discipulos e sendo que o dito *Mestre* declarem ja algum deste tenha aCabado o dito tempo e esta Completo ofecial, o dito Procurador o chamará para que se sente *por* Irmão desta Santa Irmandade Cobrando delle a entrada dos dez tustois Como fica detreminado no Cap.9. e sendo *que* não queira ser nosso *Irmão* pagará a entrada *para* a bandeira de Nosso Santo Patriarca e sua fabrica como no dito Cap. detreminado fica e sendo o dito Contomas em não querer pagar e trabalhando *por* qualquer dos Coatro oficios anexos o dito Procurador dara parte ao *Irmão* Iuiz Provedor para *que* este Logo faça [petiçam] em seu nome e da Meza ao Nosso Doutor Provedor das Capelas para lhe mandar passar mandado exzecutivo contra o dito *para* pagar a Multa de sua emtrada *para* a Bandeira do Nosso Santo *por* estar exerçendo este a Arte de seo oficio o *que* fica obrigado a pagar esta no fim de cada hũ anno emquanto exercer na dita Arte e na mesma forma se observará Com todas as mais Cobranças pertencente a esta Irmandade e Confraria de Emtras anais em multas e outras que *por* qualquer titulo a dita pertença adquerindo Com o

⁴³⁷É preciso dizer que era comum a Irmandade se valer de mandados executivos para obrigar os artífices a pagarem o que deviam a ela. Essa prática estava dentro da lógica burocrática da época, tanto que apresentamos anteriormente o Provedor das Capelas, João de Sousa Meneses Lobo, em 1747, determinando que a dita confraria cobrasse de seus confrades os anuais atrasados, e que se valesse de mandado executivo, caso não cumprissem com essa obrigação. Todavia, essa foi a primeira vez, pelo que constatamos, que a Irmandade se valeu de um mandado executivo para a penhora de bens de um confrade, principalmente a penhora de suas ferramentas de trabalho, o que lhe impediria de exercer o seu ofício. Isso nos mostra a autoridade que a mesma tinha frente à organização dos quatro ofícios anexos na vila.

seu bom Zello e servisso meterem Cada hum no seo anno muitos Irmaos nesta Santa Irmandade (...).⁴³⁸

Isto posto, a Irmandade do Patriarca São José dos Oficiais dos Quatro Ofícios Anexos do Recife funcionava, de modo geral, como as outras irmandades leigas de mecânicos luso-americanas do setecentos a que tivemos acesso. Tinha o seu viés de confraria religiosa, cujo funcionamento era igual ao de qualquer outra irmandade leiga da época, como apresentamos no início deste capítulo, se apoiando no culto a um santo patrono e dando assistência social aos seus confrades na vida e na morte. Mas a Irmandade também tinha o seu viés de corporação, reunindo artífices, organizando e fiscalizando o exercício dos seus ofícios na vila, determinando regras com vistas ao “bom” funcionamento desses ofícios e à proteção de seus interesses e tradições.

Segundo Maria Helena Flexor em seu trabalho sobre os artífices de Salvador, em geral, as confrarias de oficiais mecânicos, tendo como patrono um orago de devoção, eram associações de assistência e socorro mútuo, com cabido ou assembléia geral e juízes, muito semelhante ao que teria acontecido na Irmandade de São José do Recife, conforme apresentamos anteriormente neste capítulo. Ainda que, em parte, se baseassem no *Livro de Regimentos dos Officiaes mecanicos* de Lisboa de 1572, que fora reformado pelo Marquês de Pombal em 1771, seus confrades artífices eram regidos pelos Compromissos de suas Confrarias, que regiam, assim como os regimentos de ofícios propriamente dito, a vida pública e profissional desses oficiais mecânicos, e sobre os quais deveriam ter total conhecimento quanto aos preceitos civis e religiosos por eles estabelecidos.⁴³⁹

Antes da criação de sua associação em 1735, os oficiais carpinteiros, pedreiros, marceneiros e tanoeiros da vila do Recife, ainda não anexados, estavam assentados, mesmo que dentro das particularidades locais, na estrutura de regime corporativo pautada na organização de ofícios reinol, com juízes e escrivães de ofícios eleitos para representá-los junto ao Senado, a exemplo do afamado pedreiro Manuel Ferreira Jácome, que fora juiz de

⁴³⁸A.H.U., *Compromisso*, fl.8-8v.

⁴³⁹Maria Helena O. Flexor, op.cit., p.17-22. Faz-se necessário informar ao leitor que estamos a tratar da realidade luso-americana, pois, de acordo com Marcelo Caetano, na cultura de ofícios do Reino, Regimento e Compromisso eram coisas diferentes, ainda que nos Compromissos das irmandades de artífices portuguesas, além de versarem sobre os interesses espirituais dos seus confrades, como os atos de culto, procissões, sufrágios, etc., também constavam, não raras vezes, assuntos relativos às disciplinas dos ofícios. Desse modo, no Reino, de acordo com Marcelo Caetano, às determinações do regimento do ofício, nenhum profissional poderia se eximir de obedecer sob pena de graves sanções e não estava nas mãos dos mesterais modificá-lo; enquanto que o Compromisso da confraria era ato voluntário, e dependia, a princípio, da vontade dos confrades. Ver em: Marcelo Caetano, “A antiga organização dos mesteres da cidade de Lisboa”, In: LANGHANS, Franz-Paul de Almeida. *Corporações dos ofícios mecânicos: subsídios para a sua história*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1943, p.XXXIX.

seu ofício, no mínimo, entre 1728 e 1732;⁴⁴⁰ e, ainda, possuindo cada um desses ofícios os seus respectivos regimentos.

Segundo Maria Helena Flexor, em geral, os regimentos tinham a função de regulamentar os ofícios quanto: à eleição de juízes e escrivães; às condições para o exercício da profissão, como abertura de lojas ou tendas, fiscalização, preços e salários; às condições de trabalho, como examinadores, examinados, matéria de exame, categorias, produção e processos adotados; e às sanções de caráter monetário, penal e impeditivo de exercício de direito.⁴⁴¹ Esses regimentos tinham que ser pendurados nas portas das lojas ou das tendas para que, assim, todos tivessem ciência de seu conteúdo. As posturas e preços eram afixados em praça pública ou fixados por meio de editais nos lugares mais importantes da localidade, devendo ser renovados anualmente. Caso os preços não fossem colocados à vista de todos, significaria infração cometida pelos artífices, ficando eles sujeitos a multa.⁴⁴²

De acordo com Henrique Silva, os regulamentos dos ofícios, produzidos dentro da realidade do Reino, foram, a princípio, trazidos para a América Portuguesa com vistas a ditar as normas de condutas dos trabalhadores que aqui estavam. Entretanto, enquanto os artífices reinóis tiveram participação efetiva na produção desses regulamentos, os artífices que estavam em terras luso-americanas não tiveram a mesma participação, tendo, ainda, que tomar tais regulamentos como direcionamento para o exercício de seus ofícios, cabendo à Câmara Municipal o papel de regulá-los e fiscalizá-los. Todavia, os artífices que aqui exerciam os seus ofícios podiam, por vezes, interferir nesse processo por meio dos juízes de seus ofícios que os representavam junto ao Senado, pois estes podiam apresentar requerimentos à Câmara solicitando alterações ou inclusões nesses regulamentos. Foi o que aconteceu com os tanoeiros do Recife em 1716, quando, por meio do juiz e escrivão de seu ofício, fizeram uma solitação à Câmara para que fosse feito um novo regimento, pois o vigente estaria defasado, propondo, inclusive, uma nova tabela de preços, solicitação esta atendida pela Câmara.⁴⁴³

Depois que a Irmandade do Patriarca São José é fundada em 1735, em um contexto tão particular como o vivenciado pelo Recife, ela passa a reunir em sua associação oficiais carpinteiros, pedreiros, marceneiros e tanoeiros. Dessa forma, para além de seu funcionamento estritamente confrarial, ela também assume a gerência desses ofícios no Recife, incorporando a estrutura de organização dos ofícios já existente, com seus juízes e

⁴⁴⁰Henrique N. da Silva, op.cit., p.51.

⁴⁴¹Maria Helena O. Flexor, op.cit., p.17.

⁴⁴²Maria Helena O. Flexor, "Ofícios, manufaturas e comércio". In: SZMRECSÁNYI, Tamás (org). *História econômica do período colonial*. São Paulo: Hucitec, 2002, p.189.

⁴⁴³Henrique N. da Silva, op.cit., p.40-41.

escrivães de ofícios, com seus regimentos, com suas hierarquias e divisão de trabalho, assim como existia na cultura de ofícios reinol. Porém, com a diferença que, a partir de sua fundação, os artífices passam a ter um canal que possibilitava a eles um maior poder de organização e mobilização, em relação ao que tinham anteriormente.

Assim, além dos artífices dos quatro ofícios anexos terem que seguir o Compromisso da dita confraria no entremetimento de seus ofícios, controlava essa Irmandade no Recife a Bandeira de São José, que, ao que tudo indica, era encabeçada pelo ofício de carpinteiro, mesmo ofício de seu orago, sendo os ofícios de pedreiro, marceneiro e tanoeiro a ela anexados. Como vimos no trecho do Compromisso da dita confraria do ano de 1774 apresentado acima, nenhum oficial dos quatro ofícios anexos da vila do Recife poderia exercer seus ofícios na municipalidade sem pagar a bandeira do santo, segundo o argumento de “estar exercendo este a Arte de seo ofício o *que* fica obrigado a pagar esta no fim de cada hũ anno emquanto exercer na dita Arte”,⁴⁴⁴ diz o documento.

Ao terminarem seu aprendizado, tinham eles a escolha – que era, pelo que percebemos, a preferível aos olhos da dita confraria – de se assentarem como confrades da Irmandade de São José. Mas, caso não optassem por esta escolha, eram obrigados a pagar anualmente à bandeira do santo, para que fossem autorizados a trabalhar em seus ofícios em qualquer estabelecimento da vila. Cobrança essa gerenciada e feita diretamente pela Irmandade, na pessoa de seu Procurador. Segue um trecho do capítulo 9 do Compromisso de 1774 que versa a respeito:

Cada offeial dos coatros ofícios anexos Será obrigado a pagar de emtrada dez tustois e de anal a cabo de cada hum anno pagara trezentos e Vinte reis isto o farão depois *que* aCabarem o tempo a seus Mestres e entrarem a trabalharem por ofeial e emquanto aprendizes nem elles nem Seus Mestres por elles pagarão Couza alguma e os *que* não quizerem ser nossos Irmaos pagarão de asentada para a Bandeira do nosso Santo e Sua fabrica trezentos e vinte reis e a Cabo de cada hum anno pagará de multa para a Bandeira sem reis (...).⁴⁴⁵

Para ter o controle sobre os oficiais mecânicos que exerciam os quatro ofícios anexos no Recife, mas que não pertenciam ao seu quadro, a dita confraria fazia o registro de todos esses oficiais em um livro, onde podiam conferir também o pagamento anual destes à Bandeira, como indica um trecho do Compromisso de 1774, que fala da necessidade de se

⁴⁴⁴A.H.U., *Compromisso*, fl.8.

⁴⁴⁵Ibidem, fl.6v.

haver “Hum Livro dos offeciais que não forem *Irmaos* e pagão para a bandeira forros e Captivos e os mais *que tempo* o for mostrando forem nessesarios para o bom Governo e Regimem desta Santa Irmandade e Confraria”.⁴⁴⁶

Pelo que percebemos por meio da análise do corpo documental da Irmandade, a maior parte dos cativos e forros que exerciam os quatro ofícios anexos na vila do Recife não estava associada à Irmandade de São José do Recife, mas, certamente, a outras confrarias, onde a sua condição social era melhor aceita. A Irmandade, inclusive, teria dificultado ao máximo a entrada desses tipos sociais em seus quadros durante o setecentos, como mostramos anteriormente. Dessa forma, eles contribuía apenas para bandeira do santo, e, no caso dos cativos, por via de seus proprietários, como indica esse trecho do Compromisso de 1774, que diz que “(...) os offeciais Captivos dos Coatros officios anexos Serão seus Senhores obrigados trabalhando elles pelo dito officio a pagarem de asentada para a Bandeira do nosso Santo duzentoz e Corenta reis e Cada hum anno para a mesma Bandeira outenta reis”.⁴⁴⁷ Ademais, pareciam estar esses cativos, no último quartel do setecentos, em número significativo, tendo em vista que entre os anos de 1783 e 1784 é registrada uma despesa de 2.000 réis, “Por outro dito Livro para Se Sentarem os Officiaes Captivos que han dem pagar para a bandeira”.⁴⁴⁸

Segundo Marcelo Caetano, a expressão “bandeira” se consagrou como sendo a corporação pública constituída por uma ou várias profissões, que tinha por insígnia certo estandarte, que trazia a imagem de seu padroeiro e acompanhava a corporação sempre que ela se reunia ou aparecia em público. O autor conta ainda que na tradição portuguesa dos ofícios se cristalizou a ideia de que ter bandeira equivaleria à obtenção de elevação social, tirando os mesteirais da ínfima plebe para o plano da cidadania.⁴⁴⁹

Sobre esse assunto, Maria Helena Flexor, embasada no texto de Marcelo Caetano sobre a cultura de ofícios portuguesa, coloca que bandeira e confraria não significavam a mesma coisa, pois, os ofícios constituía por si só a bandeira, enquanto a confraria era uma associação. Dessa forma, as bandeiras tinham um caráter mais cívico-religioso, enquanto as confrarias tinham um caráter mais administrativo-religioso. Se tomarmos o exemplo da Irmandade de São José do Recife, e considerarmos o que até agora apresentamos sobre esse quesito, ver-se-á que realmente eram duas coisas distintas, ainda que a dita irmandade mantivesse o controle também sob a bandeira de seu santo patrono.

⁴⁴⁶Ibidem, fl.10.

⁴⁴⁷Ibidem, fl.6v.

⁴⁴⁸IPHAN/PE, *Livro de Receitas e Despesas*, p.97.

⁴⁴⁹Marcelo Caetano, op.cit., p.XLIII-XLVII.

Outro apontamento feito por Flexor sobre a cidade de Salvador, e que vai na direção de nossa análise no que concerne à vila do Recife, é que a instituição “bandeira”, ao molde português, como associação de ofícios constituída para efeitos políticos, administrativos e religiosos, como apontou Marcelo Caetano, não teria existido. No Recife, de fato, não nos parece ter as bandeiras existido dessa forma. Essa função de representação política, administrativa e religiosa, ao que tudo indica, fora assumida, em grande parte, pelas irmandades leigas de mecânicos, como a Irmandade de São José. As bandeiras de ofícios estavam submetidas a essas confrarias, e, pelo que percebemos, para além de seu caráter religioso de culto ao orago protetor de seus ofícios, funcionavam apenas como símbolos das corporações de ofícios existentes em seu espaço urbano, ou seja, por si só não teriam elas poder de ação algum.

Ademais, por não ter se instituído na América Portuguesa uma representação efetiva dos ofícios frente à municipalidade, como a Casa dos Vinte e Quatro de Lisboa – apesar de termos experienciado no século XVII a Casa dos Doze em Salvador e ensaiado a instituição do cargo de juiz do povo em Goiana e em Olinda⁴⁵⁰ –, esse papel teria sido assumido pelas irmandades leigas de mecânicos setecentistas, que, mesmo não tendo participação política efetiva no Senado, como acontecia no Reino, tinham elas, certamente, papel político ativo e fundamental no controle e nas negociações que envolviam os interesses dos ofícios a elas anexados.

Ainda sobre as bandeiras de ofícios, Marcelo Caetano conta que havia obrigações comuns a todos os ofícios de uma mesma bandeira, obrigações essas que giravam em torno da contribuição desses ofícios para o culto e veneração do padroeiro, e da participação nas procissões públicas, tendo em vista que a bandeira era o sinal que agrupava os artífices ao intervirem na vida da cidade.⁴⁵¹ Este é um aspecto das bandeiras de ofícios que vemos existir na América Portuguesa, onde os oficiais mecânicos eram obrigados a comparecer com as

⁴⁵⁰Não é nosso objetivo nesse trabalho dissertar sobre a Casa dos Vinte e Quatro em Lisboa, nem sobre a Casa dos Doze e os juizes do povo. Há uma série de trabalhos que traz informações sobre isso. Para mais informações ver, entre outras obras: LANGHANS, Franz-Paul de Almeida. *Corporações dos ofícios mecânicos: subsídios para a sua história*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1943; FLEXOR, Maria Helena O. *Oficiais Mecânicos na cidade de Salvador*. Salvador: Prefeitura Municipal de Salvador, Departamento de Cultura, 1974; SANTOS, Georgina Silva dos. *Ofício e Sangue: o papel da irmandade de São Jorge nas culturas de ofício na Lisboa moderna*. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH, USP, 2002; SILVA, Henrique N. da. *Trabalhadores de São José*. Artesãos do Recife no século XVIII. Dissertação de Mestrado. Recife: UFPE, 2010; MATTÁ, Gláydson G. *Tradição e Modernidade: práticas corporativas e a reforma dos ofícios em Lisboa no século XVIII*. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 2011.

⁴⁵¹Marcelo Caetano, op.cit., p.XLIII e XLVIII.

bandeiras nos dias das procissões do Rei ou do Senado,⁴⁵² e também arcar com parte da fábrica dessas solenidades, o que nem sempre se mostrava bem-vindo.

No Recife, isso nos aparece, por exemplo, nas festas pela aclamação de D. José I, promovidas pelo então governador Luís José Correia de Sá, que aconteceram entre os anos de 1751 a 1752. Segundo consta na relação dessas festas, teria o dito governador decidido fazer no pátio do palácio “umas comédias”, e, diante disso, solicita à Câmara do Recife que a mesma contribua para “vestirem as figuras que hão de entrar nas ditas comédias, e bailes”. Desta feita, em cumprimento a essa carta, os camaristas, por sua vez, encarregam aos ofícios mecânicos esta função, o que não teria agradado em nada os artífices, que se puseram a fazer requerimentos pedindo a isenção da responsabilidade por esses custos. Segue a resposta do dito governador à Câmara para o acontecido:

Como me consta que a maior parte dos oficiais a quem vv.mm. obrigaram a concorrer para o ornato das figuras, ou por ambição, ou por necessidade se queixam uns, e se pretendem isentar outros, não bastando para lhes fazer voluntária, e gostosa essa contribuição, nem a moderação com que vv.mm. a arbitraram, nem o motivo da festividade, se me faz preciso dizer a vv.mm. que mandem chamar logo a todos os principais dos ofícios, e lhes declarem, que por ordem minha os desobrigam de toda a despesa, e trabalho, e farão toda a diligência para mandarem que se restitua outra vez a quem pertencer, qualquer parcela por mínima que seja que para este fim se tenha dado, e para que não se confundam as queixas com os aplausos, tenho tomado o acordo de encarregar este trabalho a pessoas, que cuidam ao mesmo tempo na satisfação do meu empenho, e no crédito de sua pátria, etc...⁴⁵³

Além da Bandeira de São José, que vemos submetida ao controle da Irmandade de São José do Recife no setecentos, esteve também sob sua ingerência a tradicional divisão do trabalho corporativo, dividida desde muito tempo em mestre, oficial e aprendiz. Como destaca Marcelo Caetano, cada profissão tinha o seu direito costumeiro, regendo-se por normas consuetudinárias, que eram transmitidas aos aprendizes juntamente com o ensinamento do ofício. Com a reforma dos ofícios em 1572, expressa no *Livro de Regimentos dos Officiaes mecanicos*, e que embasava, em parte, o funcionamento dos ofícios em terras luso-americanas, determina-se que “oficial” seria todo aquele que exercia o ofício. Este, antes de se tornar oficial, deveria passar um certo tempo como “aprendiz”, tempo este ainda regido pelo

⁴⁵²Maria Helena O. Flexor, op.cit., 1974, p.22.

⁴⁵³Filipe Neri Correa, “Relação das festas que se fizeram em Pernambuco pela feliz aclamação do Mui Alto, e Poderoso Rei de Portugal D. José I...”, In: *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, vl XLIX, Recife, 1977, p.94.

costume de cada ofício, aprendendo junto a um mestre os preceitos de seu ofício. Ao se tornar oficial, depois de certo tempo, o artífice poderia concorrer ao exame para a maestria. Se aprovado, e de posse da sua carta de examinação, o oficial então tornar-se-ia “mestre”, podendo, assim, estabelecer-se por conta própria, abrindo uma tenda, executando obras sob sua responsabilidade, e também poderia empregar outros oficiais ainda não examinados e receber aprendizes.⁴⁵⁴

Dessa mesma forma funcionava a divisão do trabalho entre os oficiais mecânicos dos quatro ofícios anexos do Recife, com a diferença de estar inserida em uma sociedade escravocrata, com homens de cor ocupando, pelo menos na segunda metade do setecentos, as três funções pilares desta divisão.⁴⁵⁵ Como já apresentamos em alguns trechos de documentos relativos à Irmandade de São José, para se tornar oficial completo de qualquer um destes ofícios, o candidato deveria passar por um período de aprendizado junto a um mestre, fixado, geralmente, em uma loja ou tenda. Não sabemos quanto tempo de aprendizado era estabelecido entre as partes, se era seguida uma regra geral ou se esse tempo se modificava caso a caso. Tampouco sabemos quantos aprendizes cada mestre poderia ter, mas pelo que apreendemos na documentação sobre a Irmandade, é possível que pudessem ter mais de um.

Nesta mesma documentação encontramos poucos registros de aprendizes, 4 no total e todos de marceneiros, sendo discriminados como “discípulos” e não como “aprendizes”: Felipe Gurjão, que entrou por confrade em 1784, e teria sido discípulo de Antônio Correia, marceneiro; José Coelho, que fora discípulo do marceneiro Lourenço Cavalcante, teria entrado por confrade em 1789, teria se tornado mestre de seu ofício, tendo em vista que aparece em seu registro como “examinado”, e, em 1799, aparece ocupando o cargo de escrivão; Anástácio, que entrou na Irmandade em 1794, e teria sido discípulo de Manuel Pinto, também marceneiro; e, por fim, José, que entrou para a Irmandade, ao que tudo indica, em 1797, e que teria sido discípulo do também marceneiro Severino Rodrigues Chaves.⁴⁵⁶

Também aparece nos registros a denominação “moço”, como o caso de Domingos da Silva, oficial de pedreiro da era de 1792, “moso que foi do *Irmão Antônio Ferreira*”, também pedreiro; e como os casos de Félix Gomes da Costa, oficial de pedreiro da era de 1798, e Anselmo Gomes da Costa oficial de pedreiro da era de 1800, ambos com o mesmo sobrenome

⁴⁵⁴ Marcelo Caetano, op.cit., p.XXI.

⁴⁵⁵ Nesse contexto analisado, encontramos homens de cor, principalmente cativos, trabalhando, juntamente com os oficiais dos quatro ofícios anexos, como serventes. Trataremos melhor disso adiante. Todavia, faz-se necessário esclarecer que, por agora, estamos tratando do que se considera uma corporação de ofício de fato, aos moldes europeus, fundamentada nas tradições de ofício, e repleta de valores que giravam em torno do aprendizado, do aperfeiçoamento e domínio técnico de seus misteres. Os serventes, encarregados de executar os trabalhos mais penosos, não faziam parte dessa estrutura corporativa.

⁴⁵⁶ IPHAN/PE, *Livro das Matrículas*, p.138-153v.

e tendo os dois sido moços do pedreiro Matias Moreira. Encontramos, ainda, um caso de escravo que também fora “moço”: José Marques da Conceição, oficial de pedreiro da era de 1798, escravo de Teresa Rabelo e “mosso que foi de Thomas Fellis”, este também pedreiro.⁴⁵⁷

De acordo com Marcelo Caetano, “moço”, na cultura de ofícios portuguesa, era a designação para o auxiliar daquele oficial que ainda não tinha sido examinado, auxiliar este que não era integrado aos ofícios, muito diferente do aprendiz.⁴⁵⁸ Pelo que percebemos na documentação, é possível que na apropriação dessa cultura de ofícios na vila do Recife, esta designação tenha mudado de sentido e “moço” viria, nessas terras, a ser sinônimo de “aprendiz” ou, ao menos, um nível abaixo do que se entendia por aprendiz, ainda que dentro da estrutura corporativa. Tal hipótese está fundamentada na análise da própria documentação, tendo em vista que os casos encontrados como sendo de “moços”, eram de homens que viriam a se tornar oficiais mecânicos, e do mesmo ofício daqueles com quem trabalharam.

Foi justamente no tocante aos aprendizes que vimos a Irmandade de São José envolver-se com mais vigor na divisão do trabalho dos quatro ofícios anexos da vila do Recife, a ponto de provocar insatisfação de alguns artífices, como vimos acontecer por meio do requerimento de 1773, feito à Coroa por Manuel Xavier Pereira e outros tanoeiros do Recife. Apresentamos aqui, não apenas trechos desse requerimento, que versa sobre o teor do Compromisso de 1770, mas também um trecho desse documento, presente nas notas de José Gonsalves de Mello nos Anais Pernambucanos. De acordo com a determinação da Irmandade, e que fora expressa no texto desse Compromisso, nenhum escravo poderia receber aprendizado de nenhum dos quatro ofícios anexos. Um modo, ao que tudo indica, de preservar o seu grupo de artífices da “invasão” desses tipos sociais no exercício de seus ofícios, tendo em vista que a cada dia a presença de cativos e forros se fazia maior, não só na vila, mas, principalmente, no exercício dos ofícios mecânicos, como já tínhamos apontado.

Ademais, pelo que apreendemos do requerimento feito por Manuel Xavier Pereira, teria vetado também a Irmandade o ensinamento dos quatro ofícios anexos a qualquer outro aprendiz, sem que se solicitasse licença para isto aos juizes de ofícios, que também compunham a Mesa Diretória da Irmandade, e se pagasse por ela, ficando os artífices sujeitos a receberem multas e outras condenações, caso não cumprissem com essa determinação.

Outra questão de maior ingerência da Irmandade, e esta sim vemos perpassar todo o seu funcionamento no decorrer do setecentos, esteve no controle ao acesso dos oficiais dos quatro ofícios anexos à maestria. Assim como o modelo português, depois de se tornar

⁴⁵⁷Ibidem, p.112-116v.

⁴⁵⁸ Marcelo Caetano, op. cit., p.XXX.

“oficial” completo, o artífice poderia concorrer ao exame para a maestria. Aprovado no exame e com a carta de examinação em mãos, ele tornar-se-ia “mestre”, o que significava ter licença da municipalidade para abrir loja ou tenda, abrigando nela outros oficiais não examinados que eram pagos por jornais, como também aprendizes. Somente com a carta de examinação em mãos é que também lhe era possível arrematar e executar obras sob a sua responsabilidade. Assim, aparece a Irmandade de São José determinando no capítulo 13 de seu Compromisso de 1774, que eram os juízes e escrivães dos quatro ofícios anexos, eleitos anualmente pelo Senado,

(...) obrigados a ver todas as obras desta Praça e achando *que* alguma dellas são fabricadaz por algum ofecial dos Coatro oficios anexos sem *que* este seja aprovado ou tenha Licença do senado da Camera ou de qualquer Menistro de *Sua Magestade Fedelíssima* o Condenarão em dez tustoens *para* a fabrica do Nosso santo suspenço de não continuar com a dita obra *emquanto* se não mostrar exzaminado e sendo [Cotumas] tanto em não pagar a dita multa como em não se mostrar [com] [Licença] ou aprovado pagara mais [alem] [dos] dez tustois sinco Livras de sera *para* o altar do Nosso santo dando os ditos Logo parte [e] [o] [nome] do tal deliquente ao Irmão Iuiz [do] [*que*] se tem [passado] [a] [respeito] [do] [tal] ofecial *para que* faça Logo petição em seu nome e [da] [Meza] ao nosso Iuiz [Provedor] *para* a tal cobrança [a] [*que*] se executara [na] mesma forma das mais atras e tão bem *para* desta forma ficarem os ditos Iuizes e seus esCrivãens mais atendidos e gozarem do respeito de suas oCupaçoens o *que* tão bem farão [...] os ditos Iuizes ou seus Escrivaens ao senado da Camera do tal ofecial *que* esta tomando obras sem ter Carta de aprovação nem Licença do dito Senado *para que* assim o dito senado melhor o obrigue a seu exzame (...).⁴⁵⁹

Como visto, a Irmandade de São José se valia do papel que tomara frente à organização dos quatro ofícios anexos no Recife, fiscalizando, por meio dos juízes e escrivães desses ofícios, que tinham funções junto ao Senado, a legalidade das obras em andamento na vila, assim como a legalidade dos artífices que as executavam. O controle ao acesso a essas cartas de exame feita pela dita confraria também se fazia vigoroso.

Segundo Pereira da Costa, já em meados do século XVIII, houve um movimento no Recife de juízes e escrivães dos ofícios, entre eles, certamente, os juízes e escrivães dos quatros ofícios anexos, também partícipes do corpo de “deputados” da Irmandade de São José, de impedir os exames de artífices escravos. Ele conta que, diante disso, várias foram as

⁴⁵⁹A.H.U., *Compromisso*, fl.8v-9.

reclamações dos senhores de tais escravos por causa desse impedimento, por se sentirem prejudicados nos seus interesses. Dessa forma,

(...) atendendo-as a câmara, resolveu em vereação de 13 de novembro de 1756, que os oficiais escravos, pardos, índios ou pretos, que se quizessem examinar, dirigissem os seus requerimentos por si próprios ou por seus senhores, solicitando a competente carta, e dando logo as providências necessárias, se porventura os respectivos juizes se negassem a tais exames.⁴⁶⁰

Ainda segundo esse autor, nesse ato da Câmara foram discutidos os prejuízos que a oposição dos juizes de ofícios acarretava tanto aos senhores de escravos artífices, que perderiam de lucrar com o trabalho deles, quanto aos consumidores, tendo em vista que as obras por eles produzidas eram mais baratas. Assim, é possível entender melhor o que estava em jogo para as duas partes. De um lado os donos desses escravos, entre eles alguns artífices, com as razões já apontadas, e de outro os juizes e escrivães de ofícios, a tentar impedir a entrada maciça desses trabalhadores, que cobravam mais barato pelas obras e produtos que produziam. Como visto, não foi aleatória a tentativa da Irmandade de São José no decorrer do setecentos de manter tais escravos desqualificados, seja por meio do impedimento de serem examinados, seja pela proibição, expressa no Compromisso de 1770, de se ensinar os quatro ofícios anexos a qualquer escravo que fosse. Pereira da Costa conta que tendo os senhores de escravos vencido a causa, a Câmara teria prontamente determinado que de tal resolução se tirasse certidão autêntica para ser publicada em pregão, e ser fixada nos lugares públicos, não apenas da povoação do Recife, como nas demais do termo da vila.⁴⁶¹

Outro episódio nos parece bastante singular para o melhor entendimento acerca do poder e autoridade que tinha a Irmandade de São José do Recife na regulamentação dos quatro ofícios anexos da vila, principalmente no controle da emissão de cartas de exame, além de mostrar o peso de verdadeiro regimento, aos moldes tradicionais, que tinha o Compromisso da dita irmandade nesse processo. Assim, no dia 22 de março de 1791, no consistório da Igreja do Patriarca São José, estando presentes em Mesa todos os “deputados” da dita confraria, foi lavrado o seguinte termo:

(...) sentarão todos *por* noticia Certa *que* tiverão *que* estava o pretto Jozé escravo do Doutor Joaquim Apullenar Bael Exazaminado pella Camera de olinda *por* não Ser ademitido nesta Vila *por* Ser Captivo Contra a Lei do nosso Conprimico, *que* proibe

⁴⁶⁰Francisco A. Pereira da Costa, op.cit., v16, 1984, p.145.

⁴⁶¹Idem.

não Serem Escravos Exzaminado e Como Sua Magestade *Fidelíssima* nos ConFirmou por hua provisão [...] que se acha em o mesmo comprimicio Lavremos este termo de defender-mos o tal inSulto a Custa da mesma Irmandade [té] final Setença do ultimo Tribunal e para em toudo tenpo constar Lavremos este em *que* todos nos asinemos (...).⁴⁶²

Como visto no trecho acima, diante da ingerência da Irmandade de São José na regulamentação dos quatro ofícios anexos na vila do Recife, os artífices, por vezes, tinham que se utilizar de estratégias para burlar tal ingerência, assim como fez o escravo José, juntamente com seu proprietário, que, diante da impossibilidade de se tirar exame na vila do Recife por sua condição de cativo, recorreu à Câmara de Olinda, que lhe concedeu tal carta. Geralmente, os oficiais examinados em qualquer parte da América Portuguesa ou do Reino poderiam trabalhar normalmente por essas terras, desde que apresentassem sua certidão à câmara municipal local e ficassem sujeitos às mesmas obrigações dos demais oficiais mecânicos da localidade,⁴⁶³ costume que, possivelmente, o proprietário “Doutor” de José já tivesse conhecimento.

Outra coisa a se destacar no trecho desse termo é o peso de lei que tinha o Compromisso da Irmandade de São José para reger os assuntos dos quatro ofícios anexos no Recife. Segundo a fala dos “deputados” da Mesa da dita confraria, tal autoridade se dava pelo fato de seu Compromisso ter sido confirmado pela pessoa de Sua Majestade. No entanto, no Compromisso de 1774 não encontramos determinação alguma desse gênero, o que mais uma vez nos leva a crer que o Compromisso de 1774 fora abandonado, e, em seu lugar, fora adotado o de 1770, que, como sabemos, deliberava sobre o acesso de cativos à maestria.

De todos os registros de confrades artífices dos quatro ofícios anexos a que tivemos acesso, um número aproximado de 177 artífices, ao que tudo indica, foram examinados. Dentre eles, 5 estavam registrados como escravos, e em apenas 1 desses registros consta o ano da realização do exame: Manuel Félix, carpinteiro já citado aqui, escravo do Padre Belchior, que teria sido examinado entre os anos de 1796 e 1797, e não sabemos se ainda na condição de cativo ou não. Desses 177 artífices, 23 deles estamos certos que teriam sido examinados no século XIX, período posterior ao nosso estudo. Assim sendo, temos um número aproximado de 154 artífices que podem ter sido examinados entre 1735 a 1800, tendo em vista que a grande parte dos registros não traz o ano da realização dos exames. Dessa forma, mesmo cientes de que não tivemos acesso a todos os dados existentes sobre os confrades de São José do Recife,

⁴⁶²IPHAN/PE, *Livro de Termos*, p.28v.

⁴⁶³Maria Helena O. Flexor, op.cit., 1974, p.33.

devido à característica fragmentada da documentação, achamos, diante da análise que fizemos de todo o conjunto documental, que, ainda assim, esse grupo de mestres de ofícios estava longe de ser a maioria, totalizando menos de 20% de todos os registros que tivemos acesso, figurando, assim, como grupo pequeno, mas privilegiado no interior da confraria.

De acordo com Roberto Araújo, sob o aval da Câmara Municipal os “oficiais examinados”, tornados mestres de ofícios, passam a fazer parte de um grupo de profissionais urbanos à parte. Ao obterem suas cartas de examinação, tornam-se eles “registrados”, privilégio esse que nem todos tinham, passando, assim, a terem certos direitos protegidos, como também tendo que cumprir certos deveres a que estavam submetidos, como: trabalhar publicamente no ofício; guardar as Posturas do Senado; não usar nem gozar de privilégio; e assistir as festas e procissões reais sob suas bandeiras de ofício.⁴⁶⁴ Além disso, passavam eles, periodicamente, pelas correições da Câmara em suas tendas, lojas ou lugares de trabalho, nas quais deveriam apresentar alguns documentos, como carta de exame, certidão, licença da Câmara e regimento.⁴⁶⁵

Em contrapartida, ao ascenderem a mestres na tradicional divisão de trabalho das corporações de ofícios, passavam a gozar de certa estima social, não só entre os seus, mas perante a sua comunidade. Não só adquiriam eles maior autonomia e maior lucratividade no exercício de seus ofícios, como também passavam a poder assumir funções prestigiadas, como os cargos da diretoria da Irmandade, assim como cargos junto à municipalidade, como eram os de juiz e escrivão de ofícios e o de avaliador dos prédios urbanos, por exemplo.

Para fazer esses exames os artífices dos quatro ofícios anexos do Recife costumavam pagar, até o ano de 1770, o valor de 2.560 réis, o equivalente a oito dias de trabalho. Depois desse ano, os valores aparecem no primeiro livro de contas da Irmandade com variações, tanto que em 1771 é cobrado por um exame o valor de 2.880 réis, em 1774 o valor sobe para 3.200 réis. Já em 1775 está a 2.000 réis, e entre os anos de 1782 a 1783, o pedreiro Elias Ramos aparece pagando o valor de 1.000 réis para a sua carta de exame.⁴⁶⁶ Como trata-se de um livro contábil, e que passava, periodicamente, pela fiscalização da administração colonial, não podemos assertar se esses valores que sofreram variações correspondem ao que realmente era cobrado. Porém, principalmente nesses casos em que a quantia era menor, havia, por vezes, entre os confrades, a prática de pagarem essas cartas parceladas, como se vê em um registro

⁴⁶⁴Roberto A. Dantas de Araújo, op.cit., p.93.

⁴⁶⁵Maria Helena O. Flexor, op.cit., 1974, p.34.

⁴⁶⁶IPHAN/PE, *Livro de Receitas e Despesas*, p.91.

de recebimento entre os anos de 1783 e 1784: “*Pelo que entregou mais do dito Juiz do officio de resto da carta de Exame do Irmão Antonio Correia dos Santos \$640*”.⁴⁶⁷

Não conseguimos encontrar dado algum que nos indicasse como eram realizados esses exames pelos oficiais dos quatro ofícios anexos do Recife. Todavia, tanto Marcelo Caetano, ao tratar da realidade portuguesa, como Maria Helena Flexor, ao tratar da realidade baiana, colocam que nesses exames os artífices eram submetidos à confecção de uma obra própria do ofício – a “obra-prima” como traz Marcelo Caetano –, ou, de acordo com Flexor, a um questionário que continha os principais conhecimentos que deveriam possuir para o exercício do ofício.⁴⁶⁸ Se o candidato fosse considerado habilitado, recebia uma certidão de exame para ser apresentada à Câmara Municipal, onde esta era registrada e onde se fazia nela a transcrição da carta de exame e confirmação da certidão, que era assinada pelo Juiz de Fora, pelo Procurador e pelos vereadores. Nesta ocasião os artífices recém-examinados também prestavam juramento, se comprometendo a estarem sujeitos às Porturas da Câmara e de não valerem-se de privilégio algum.⁴⁶⁹

Quem tinha a função de examinar os artífices que concorriam à maestria era o juiz de ofício, juntamente com o escrivão de ofício a quem cabia emitir a certidão. Eleito para cumprir sua função junto ao Senado da Câmara, além de efetuar os exames, era ele responsável pelas visitas periódicas nas lojas ou tendas e pela avaliação ou vistorias das obras, como exposto anteriormente em um trecho do Compromisso de 1774 da Irmandade de São José do Recife. Tanto o juiz de ofício como o seu escrivão gozavam de autoridade e prerrogativa sobre aqueles que exerciam o mesmo ofício.⁴⁷⁰ Como destacou Pereira da Costa,

Os juízes de ofícios, de instituição legal e de época, com os seus escrivães e mestres, formavam as chamadas **Corporações de ofícios**, exerciam sobre a sua gente uma certa autoridade, e gozavam mesmo de umas tantas prerrogativas, como a de tomarem parte na organização do regimento ou taxação dos preços das respectivas obras.⁴⁷¹

⁴⁶⁷Ibidem, p.95v.

⁴⁶⁸Ver em: FLEXOR, Maria Helena O. *Oficiais mecânicos na cidade do Salvador*, Salvador: Prefeitura Municipal de Salvador/Departamento de Cultura, 1974, p. 31; e em CAETANO, Marcelo. “A antiga organização dos mesteres da cidade de Lisboa”, In: LANGHANS, Franz-Paul de Almeida. *Corporações dos ofícios mecânicos: subsídios para a sua história*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1943, p.XXI.

⁴⁶⁹Maria Helena O. Flexor, op.cit., 1974, p.31-32.

⁴⁷⁰Ibidem, p.25.

⁴⁷¹Francisco A. Pereira da Costa, op.cit., v16, 1984, p.142-143.

Todos aqueles artífices que ocupassem os cargos de juiz e escrivão de ofícios deveriam, obrigatoriamente, ser eles mestres de seus ofícios. Essa determinação pode ser encontrada na Irmandade de São José do Recife, como em outras confrarias de mecânicos luso-americanas do século XVIII a que tivemos acesso. Para as eleições desses cargos, em geral, eram os oficiais mecânicos convocados pela Câmara por meio de portarias. Cabia ao alcaide e seu escrivão notificar aos mesmos o dia e a hora da obrigação de elegerem seus juízes e escrivães de ofícios, de acordo com as Posturas e leis de Sua Majestade, estando sujeitos à condenação a arbítrio da Câmara, caso não comparecessem. Ao serem eleitos, faziam juramento sob os Santos Evangelhos e tomavam posse para um período de um ano.⁴⁷²

Na vila do Recife da mesma forma se procedia, como consta nas atas de vereação de sua Câmara. A exemplo, consta em um termo de vereação de 1 de fevereiro de 1764 que,

(...) nesta vila do Recife e Casas da Câmara dela e sim digo dela donde se achavam juntos em vereação o vereador mais velho o Doutor José Inácio da Cunha com os mais vereadores e Procurador do Senado abaixo assinados e sendo aí ouviram as partes e despacharam petições e se mandaram chamar os oficiais de seleiro para fazerem juiz, o escrivão do dito ofício pelo não haver e saiu com mais votos Pantaleão Ferreira para juiz e Rafael Vital para escrivão (...).⁴⁷³

Quando um ofício mecânico não tinha mestres em número suficiente, cabia ao próprio Senado determinar os eleitos, como pode ser visto em um trecho do termo de vereação de 4 de junho de 1788, sobre a eleição dos juízes e escrivães dos ofícios de alfaiate, sapateiro e latoeiro: “(...) para o officio de Latueiro por não haverem maiz que trez officiaez examinados e Legeo o Senado para Juiz Antonio Joze da Sylva, e para Seo Escrivao a Nicolau Coelho de Albuquerque e Se mandou a todos passar lhe suas Provizoez para Virem tomar o juramento e Servirem os Seos officioz (...)”.⁴⁷⁴

No que concerne aos ofícios mecânicos gerenciados por irmandades leigas de mecânicos do Recife, por tempos se seguiu a prática de elegerem seus juízes e escrivães de ofícios no consistório das igrejas onde estavam abrigadas as suas confrarias, comparecendo à Câmara apenas para serem empossados. Já havíamos tratado sobre isto anteriormente, ao falar que em seu Compromisso de 1770 a Irmandade de São José, seguindo o movimento de outras

⁴⁷²Maria Helena O. Flexor, op.cit., 1974, p.29.

⁴⁷³“Atas da Câmara Municipal do Recife”, *Revista Arquivos*, n.4, Recife: Secretaria de Educação e Cultura, outubro de 1985, p.29.

⁴⁷⁴Cf. Recife, Fundo Geral do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, *Atas da Câmara Municipal do Recife (1784-1808)*, Livro nº4, p.42.

irmandades de mecânicos da vila, determina que as eleições para esses cargos deveriam ser feitas na própria confraria. Dessa forma, Pereira da Costa, ao citar a eleição de juiz do ofício dos ourives da prata, que teria acontecido em 1756 no consistório da confraria desses artífices, a Irmandade de Santo Elói o Bispo, diz o seguinte:

O mesmo costume praticavam as classes de artes e ofícios que tinham também as suas irmandades ou confrarias religiosas privativas, como a dos sapateiros a **Irmandade de S. Crispim e S. Crispiniano**, e a dos carpinas e marceneiros a de **S. José**, cujos santos exerceram tais ofícios. As demais classes, porém, elegiam os seus juízes perante a municipalidade, que em seguida lhes deferia o juramento e posse: essas eleições tinham lugar anualmente.⁴⁷⁵

Como visto, as irmandades leigas de mecânicos do Recife se valiam da autoridade que tinham na organização dos ofícios na vila, regulando não apenas o exercício dos ofícios a elas anexados, mas controlando, entre tantas outras coisas, o acesso daqueles que os representariam junto ao Senado. A Irmandade de São José do Recife, objeto deste estudo, certamente se valia dessa autoridade. Pelo que constatamos por meio da análise das atas da Câmara do Recife, por anos não houve eleições para os juízes e escrivães dos quatro ofícios anexos no recinto da Câmara. Ao acatar, em 1774, a determinação feita pelo Provedor das Capelas José Antônio de Alvarenga Barros Freire, de que fossem separados os assuntos da confraria com os assuntos dos ofícios, por serem diversos, “e a Jurisdição dos Juizes dos officios, e a nomeação delles deve ser conferida pello Senado da Camara a [quem] pertence”,⁴⁷⁶ a Irmandade de São José, ao que nos parece, ainda tenta manter, de certa forma, o controle sobre esse quesito, quando faz a seguinte determinação em seu Compromisso de 1774:

(...) e assim farão tão bem em darem *parte* ao mesmo senado da Camera a *que* se não faça Iuiz ou Escrivão a ofecial do respetivos officios o qual não seja ja antes aprovado nem serem chamados aos ditos votos ofeciais *que* não sejam aprovados antecedentemente *para* nesta forma ser Eleijtos *Mestres* Capazes *que* saibão cumprir com os seus Cargos e Com as oCupaçõis de suas obrigaçõis (...).⁴⁷⁷

⁴⁷⁵Francisco A. Pereira da Costa, op.cit., vl6, 1984, p.142.

⁴⁷⁶IPHAN/PE, *Livro de Receitas e Despesas*, p.53v.

⁴⁷⁷A.H.U., *Compromisso*, fl.9.

Nos anos que se seguem é possível verificar com maior frequência as eleições dos juízes e escrivães dos quatro ofícios realizadas no recinto da Câmara, ainda que nem em todos os anos. Em um termo de vereação de 23 de julho de 1785, por exemplo, se vê o seguinte:

(...) E logo procederao a eleição de Juiz e Escrivao do officio de Pedreiro, e Sahio Com Maiz Votos para Juiz Euzebio da Costa da Assunção, e para Escrivao Com Maiz Votoz Antonio da Gaya e Se lhes ordenou tirassem suaz Provizoez, e a Mim Escrivao que lhes pasasse para Virem tomar posse e juramento dos ditos Cargos (...).⁴⁷⁸

Mesmo não podendo mais a Mesa Diretória da Irmandade de São José ter o controle absoluto nas eleições de juízes e escrivães dos quatro ofícios anexos, esta ainda procura manter a sua ingerência sobre as atribuições que teriam os juízes e escrivães dos ofícios a ela anexados e dirige um capítulo inteiro de seu Compromisso de 1774 a isto, intitulado “Da obrigação que tem os nossos Irmãos que servirem de Juízes e Escrivães dos Quatro Ofícios Anexos no ano em que forem eleitos pelo Senado da Câmara para os ditos cargos”, no qual diz o seguinte:

Não passarão certidão a nenhum ofecial dos coatro oficios anexos *para* o senado da Camera lhe mandar passar Sua Carta de exzame sem *que* o dito pertendente *que* se quer exzaminar apresente bilhete do Nosso Irmão Thezoureiro em *que* ja pagou *para* a fabrica do nosso *santo* os trez mil e duzentos reis a saber dois mil reis *para* a dita fabrica e oz doze tustoens *para* os dois exzaminadores seis tustoens *para* o Iuiz e seis *para* o Escrivão do trabalho de seu exzame e certidão o *que* nehũ se exzaminara sem *que* pague a dita multa em *que* fica extrepulado e se o contrario obrarem ficarão os ditos Iuizes e Escrivaens serão obrigados a pagar ao *Santo* os ditos dois mil reis *que* o tal era obrigado a pagar e a pena da multa de Coatro Livras de sera Cada hum *para* o altar do nosso *santo* pois sendo elles os de maior Respeito entre os ofeciais asim tao bem se lhe emcarrega o zello e aumento desta Irmandade como são obrigados asim o faze-lo (...) tão bem são obrigados os ditos Iuizes ou seus Escrivãens dos coatro oficios anexos a darem de A metade do produto das vestoriaz e avaliações *que* fizerem Cada hũ em seu anno *que* servir *para* a fabrica do Nosso *santo* o mesmo será obrigado outro qualquer Mestre dos ditos oficios anexos *que* *para* as ditas for nomeado em dar o dito producto de *que* farão aSento das *que* fizerem e de trez em trez mezes hirão entregar Em Meza *quando* esta se fizer ou na falta desta entregarão ao Irmão Thezoureiro cobrando delle Recibo *para* no fim do

⁴⁷⁸Cf. Recife, Fundo Geral do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, *Atas da Câmara Municipal do Recife (1784-1808)*, Livro nº4, p.12v.

anno e se lhe carregarem no *Livro* das receiptaz ao dito Iuiz ou seu Escrivão em seo nome.⁴⁷⁹

Assim, como apresentamos até o momento, a Mesa Diretória da Irmandade, formada pelos principais dos quatro ofícios anexos, todos mestres examinados, que detinham poder e privilégio frente à grande maioria dos artífices desses ofícios, ocupando não apenas os cargos da diretoria da Irmandade, mas também exercendo funções como as de juízes e escrivães dos ofícios, de avaliadores de prédios urbanos junto à municipalidade, entre outras funções, controlavam, ou, pelo menos, buscavam controlar com afinco a organização dos quatro ofícios anexos na vila do Recife. Tinham seus Compromissos o peso dos regimentos de ofícios aos moldes tradicionais, e eram apresentados como lei a ser seguida por todos os seus associados. Controlava a dita Irmandade, ainda, a entrada de todos os artífices no exercício dos quatro ofícios anexos, não só aqueles que se filiavam a ela e que passavam a ter assento em seu *Livro de Matrículas*, mas aqueles que também não se filiavam a ela, e que eram obrigados a pagar anualmente a bandeira do santo.

Vimos a Irmandade também envolver-se na aprendizagem dos ofícios, e a quem poderia ter acesso ao exame de maestria. Tinha ela autoridade e respaldo judicial para se valer de mandados executivos contra oficiais “infratores”, como aconteceu com o tanoeiro Manuel Xavier Pereira que teve suas ferramentas de trabalho penhoradas. Tinha meios para fiscalizar as obras e as condições de trabalho dos artífices que as executavam, e chegou a controlar as eleições de juízes e escrivães dos ofícios e a intrometer-se no que seria as suas atribuições junto ao Senado.

Pelo que constatamos, a maioria dos artífices dos quatro ofícios anexos da vila do Recife não chegou a usufruir desse poder, tendo em vista que encontramos alguns poucos nomes permanecendo por anos na diretoria da Irmandade, assim como nos cargos junto à municipalidade. Apesar de alguma rotatividade, acabamos por ver, tempos depois, o reaparecimento de nomes já conhecidos. Os conflitos de interesses existiam, como mostramos anteriormente, principalmente no caso do acesso de cativos ao exame de maestria e no caso do aprendizado dos quatro ofícios a esses cativos, e havia nos negócios da confraria ora quem perdesse e ora quem ganhasse. Marcelo Caetano faz uma análise, a nós muito oportuna, sobre a organização dos ofícios lisboeta no século XVIII e que ilustra bem, ainda que os contextos fossem diferentes, a análise que fizemos sobre a ingerência da Irmandade de São José do

⁴⁷⁹A.H.U., *Compromisso*, fl. 8v-9.

Recife na organização dos quatro ofícios anexos da vila, principalmente a partir da segunda metade do setecentos. Diz esse autor o seguinte:

É manifesta, nestes regimentos, a tendência para atender principalmente aos mestres e aos seus interesses – como mais representativos do interesse da profissão. Em quinhentos ainda o ofício era o conjunto dos oficiais – examinados ou não, e fôssem ou não fôssem mestres de tenda: agora o ofício é sobretudo o grémio dos patrões, se bem que na pequena loja êsse patrão seja o companheiro qualificado e responsável dos outros profissionais, o seu amigo e *mestre*.⁴⁸⁰

Por fim, é preciso que destaquemos um detalhe, que talvez não tenhamos ressaltado a contento neste texto. Como expomos anteriormente, por mais que as irmandades de mesterais reinóis misturassem seus assuntos confrariais com os assuntos profissionais de seus confrades, seus artífices, reunidos em suas respectivas corporações de ofícios, tinham representação efetiva no Senado, interferindo, assim, na municipalidade por meio da Casa dos Vinte e Quatro, independentemente de sua vida confrarial. Na América Portuguesa, a mesma ambiência na organização e na gerência dos ofícios não fora encontrada. Dessa forma, nessas terras, o agrupamento e a organização de artífices com vistas a preservar e a defender seus interesses profissionais se deram de outras formas, ainda que embasadas, em grande parte, na estrutura de organização de ofícios reinol.

Uma dessas formas, certamente, se fazia ver na organização dos ofícios pelas irmandades leigas de mesterais luso-americanas, como foi a Irmandade de São José do Recife. Anexando os ofícios de carpinteiro, pedreiro, marceneiro e tanoeiro da vila do Recife, era por meio dela que a organização desses ofícios no Recife se dava, e, teoricamente, a defesa dos interesses profissionais de seus artífices também. Tinha esta irmandade todas as características de uma confraria religiosa de sua época, mas, ao mesmo tempo, estava presente em seu funcionamento cotidiano também o seu caráter corporativo.

Dessa forma, na Igreja de São José do Recife, os assuntos profissionais dos artífices dos quatro ofícios anexos se misturavam aos assuntos meramente espirituais e de culto ao seu santo patrono. Isso, ao que tudo indica, não lhes parecia ser estranho. Afinal, como apontamos no final do capítulo anterior, a sociedade setecentista do Recife estava submersa em uma religiosidade mística, na qual não existia um limite claro entre os aspectos civil e religioso, pois estavam esses aspectos amalgamados e eram interpretados a partir de um mesmo

⁴⁸⁰ Marcelo Caetano, op.cit., p.XXX.

repertório cultural no qual Cristo era o centro de tudo. Assim, por que justamente o exercício e o valor de seu trabalho estariam à parte desse modo de ver o mundo?

Capítulo 3

O valor do trabalho

São os officios o Ornatto da Republica como disse Caziodoro; 1,, E nella tão precizos como reconheceo Cicero; 2,, Razão por *que* em direito comum sem impôs a obrigação de se aprenderem; 3,, E lhes forão concedidos varias izençoens, e privilegios 4,, E entre todos, com mais expecialidade se deve reonhecer à Arte, e Officio de Pedreiro, e Carpinteiro; porque rezultando da construção dos officios, a pompoza, e honorifica magnificencia das Cortes, a cuja conservação; e authoridade se attendeo nas constituiçoens de direito; 5 E desejando os Officiaes destes Officios a que pertence a arte daquelles Edifícios, *que* melhor se apure a dita arte e que a Republica se sirva como melhor convem (...).⁴⁸¹

Estas palavras encontram-se no prólogo do Compromisso e Regimento da Bandeira e Confraria do Glorioso São José da Bahia do ano de 1780, transcritas conforme o prólogo do Regimento e Compromisso da Mesa dos Ofícios de Pedreiro e Carpinteiro da Bandeira do Patriarca São José de Lisboa do ano de 1709.⁴⁸² Por meio delas é possível perceber que tanto os artífices do lado de lá como os de cá do Atlântico, reunidos em corporações reconhecidas pelo próprio rei, se utilizaram no decorrer dos tempos de argumentos – e neste caso acima, recorrendo à autoridade intelectual de Casiodoro e Cícero –, com vistas à enaltecer o exercício de seus ofícios, e a importância do seu papel e sua utilidade para o bom funcionamento da *Res publica*.

Marcelo Caetano diz que em Portugal era comum os regimentos dos ofícios trazerem em seus textos os deveres corporativos sob a ótica da dignidade da profissão e do interesse do público. Os capítulos sobre suas obrigações tendiam, geralmente, a começar por uma solene advertência, que o autor chega a citar um trecho: “Os mestres dêste ofício o devem exercitar de sorte que, conservando a reputação própria e do seu ofício, recebam as conveniências

⁴⁸¹Cf.Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, *Compromisso e Regimento Ecognomico dos Officios de Carpinteiro e de Pedreiro e dos mais agregados a Bandeira do Gloriozo S. Ioze e sua Confraria erecta na Seè Cathedral da Cidade da Bahia [1780]*, códice 1283, fl.2.

⁴⁸²Esta versão do “Regimento e Compromisso da Mesa dos Officios de Pedreiro e Carpinteiro da Bandeira do Patriarca São José de Lisboa do ano de 1709”, por nós consultada, é a cópia manuscrita da original lisboeta, feita pelos confrades da Irmandade do Patriarca São José do Rio de Janeiro, que encontra-se no conjunto documental dessa irmandade, conjunto esse reunido por Noronha Santos e que está sob a salvaguarda do IPHAN. Ver em: C.f. Rio de Janeiro, Arquivo Noronha Santos, Igreja de São José D.F. Documentos do seu arquivo II. Inventário, Caixa RJ079, Pasta 02/01, “Sentenças e Documentos (1727-1865)”, p.54.

legítimas, sem detrimento do bem comum, para o que devem conspirar todos e cada um dos mestres dele (...)”.⁴⁸³

Como tratamos no capítulo anterior, parte dessa dignidade se via expressa na presença das corporações de mesterais sob as bandeiras de seus padroeiros nas procissões oficiais, que eram instituídas por voto da cidade, esta representada por seus órgãos municipais – sob os quais estavam submetidos os ofícios – e com aprovação régia. Nessas procissões, a participação das corporações de ofícios com suas bandeiras objetivava dar maior pompa e interesse à solenidade, “a um tempo acto de piedade e espetáculo popular”, como ressaltou Marcelo Caetano. A bandeira se apresentava como o símbolo que agrupava os mesterais ao intervirem na vida da cidade e na cultura de ofícios portuguesa, como apontamos anteriormente. Tê-la significava elevação social, tirando os mesterais da ínfima plebe para o plano da cidadania.⁴⁸⁴

De acordo com José María Monsalvo, entre os séculos XIII a XV, as corporações de ofícios já alcançavam em muitas cidades europeias um papel relevante, pelo menos em três dimensões, que o mesmo aponta:

En primer lugar, las corporaciones lograron en muchas partes tener la llave de la organización de los procesos productivos em los diferentes sectores económicos (...), llegando a ser imprescindibles en las políticas económicas urbanas. En segundo lugar, los artesanos y sus corporaciones alcanzaron una presencia directa en las instituciones, reservándoseles una porción de los puestos de gobierno, o accediendo al poder municipal mediante la organización corporativa. Finalmente, los movimientos sociales traducidos en conflictos más o menos abiertos tuvieron también como protagonistas en no pocas ocasiones a los miembros de los oficios organizados.⁴⁸⁵

Todavia, a historiografia que versa sobre a valoração do trabalho desses mesterais em Portugal no Período Moderno e na América Portuguesa aponta que a condição do mecanicismo, sob a qual estavam submetidos, teria imposto uma série de restrições sociais aos artífices. Restrições estas que teriam limitado, inclusive, uma maior participação política deles nessas sociedades, ou como coloca Glaydson Matta, “A produção de objetos e

⁴⁸³Marcelo Caetano, op.cit., p.XXX.

⁴⁸⁴Ibidem, p.XLIII.

⁴⁸⁵José María Monsalvo, “Solidariedades de oficio y estructuras de poder en las ciudades castellanas de la Meseta durante los siglos XVIII al XV (aproximación al estudio del papel político del corporativismo artesanal)”, In: BLANCHARD, F.; MONSALVO, José María; ROMANO, R.; ARÁCIL, R. e outros. *El trabajo en la Historia*. Salamanca: Ediciones Univesidad de Salamanca, 1996, p.39-41.

necessidades e a prestação de serviços imprescindíveis, a rigor, não descaracterizavam o defeito mecânico – traço de uma sociedade que primava pela conservação das posições sociais”.⁴⁸⁶

Ainda segundo esse autor, a condição do mecanicismo em Portugal no Período Moderno era aplicada a todos aqueles que estavam ligados ao mundo do artesanato, às atividades agrícolas e extrativas ou às artes curativas, como estavam os ourives, os carpinteiros, os sapateiros, os barbeiros, entre tantos outros ofícios. Uma das principais exclusões a que esses artesãos estavam sujeitos, diz ele, era o acesso à governança local, que conferia prestígio e renda a todos o que dela se ocupavam.⁴⁸⁷

Outro tipo de impedimento a que os oficiais mecânicos estavam submetidos era o acesso a honrarias, como hábitos e comendas. Fernanda Olival, ao tratar deste assunto em sua obra sobre as ordens militares no Estado Moderno Português, conta que a bula de Pio V, *Ad Regie Maiestatis*, de 18 de agosto de 1570, que introduziu a limpeza de sangue nas ordens militares portuguesas, também teria proibido a entrada de filhos e netos de mecânicos, estando os hábitos concedidos só a quem nascera nobre. Ela assinala ainda que, desde o século XVII, para a obtenção de tais honras era necessário o preenchimento de um formulário no qual se inquiria da mecânica se o candidato era filho ou neto de oficial mecânico, ou de lavradores que lavrassem terras alheias por jornais.⁴⁸⁸ Assim, endinheirados homens de negócios, por exemplo, ao tentarem o acesso a essas distinções, geralmente, acabavam por esbarrar na questão da mecânica, ainda que fosse em grande medida dispensada, embora nem sempre com facilidade. De acordo com essa autora, nesses casos

Era o problema do início da carreira e da aprendizagem das regras do ofício, quase sempre como caixeiros numa loja, muitas vezes logo após a emigração para Lisboa ou para o Porto, na adolescência. Para muitos ainda acarretara mecânica uma fase de transição para o comércio “por grosso”, na qual actuaram como comissários volantes de outros mercadores. A compra de um hábito era uma tentativa para coroar, do ponto de vista social, essa trajectória ascendente.⁴⁸⁹

Dessa forma, ao tratar sobre o trabalho manual em Portugal no Período Moderno, a historiografia tende a concordar sobre as restrições sociais impostas para aqueles que o

⁴⁸⁶Glaydson Gonçalves Matta, op.cit., p.10.

⁴⁸⁷Idem.

⁴⁸⁸Fernanda Olival, *As Ordens Militares e o Estado Moderno: honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)*, Lisboa: Estar Editora, 2001, p.359-363.

⁴⁸⁹Ibidem, p.270.

exerciam. Segundo Georgina da Silva Santos, em trabalho sobre o universo laboral lisboeta, o desprezo imputado aos oficiais mecânicos em Portugal nessa época figura, inclusive, como um dos motivos para que as corporações de ofícios e irmandades de mesterais, assim como o papel desempenhado por elas na construção da identidade social dos trabalhadores urbanos, ainda sejam hoje uma grande lacuna na historiografia lusa. Para ela, a ênfase nos feitos régios que tiveram como cenário a Lisboa Antiga, o interesse pela vida cortesã nos palácios, o culto aos traços pitorescos presentes no cotidiano dos lisboetas do passado, as transformações do espaço citadino, assim como as mudanças das instituições sediadas na urbe, marcaram a olisipografia, que acabou por silenciar a participação desses artífices na história da cidade.

Assim como a historiografia que versa sobre Portugal no Período Moderno, a historiografia que trata sobre a valoração do trabalho na América Portuguesa também tende a confirmar as restrições sociais a que os oficiais mecânicos estavam submetidos nestas terras, e a focar o desprezo imputado ao trabalho manual. Pois, segundo essa historiografia, em terras luso-americanas os ofícios mecânicos também estiveram envoltos em um significado aviltante, desqualificador. Tal significado, somado ao fato de sermos, no período, uma sociedade escravocrata e ávida por honras e mercês, teria estimulado os mecânicos, inclusive, ao abandono de seus ofícios na primeira oportunidade de ascensão social.

Assim, Gilberto Freyre coloca que quando mecânicos conseguiam ascender socialmente – quase sempre depois de enriquecer – se desejassem assumir algum cargo administrativo, deveriam passar pela renúncia de atividade manual. Alguns senhores de engenho, por exemplo, tendo nascido ricos chegavam à velhice melancolicamente pobres, pois se recusavam a exercer algum ofício mecânico, relegando tal atividade a europeus pobres recém-chegados e a escravos.⁴⁹⁰

Sérgio Buarque de Holanda destaca a invencível repulsa que, para ele, sempre inspirou os nossos colonizadores toda a moral fundada no culto ao trabalho. Segundo ele, na América Portuguesa reinava nos ofícios urbanos, assim como nos rurais, o mesmo amor ao ganho fácil. Os trabalhadores que conseguiam acumular algum cabedal tratavam logo de abandonar seus ofícios para desfrutarem das regalias ordinariamente negadas a mecânicos. E, apesar das exceções, esclarece o historiador, para aqueles que, enquanto “nobres”, se dedicavam, como meio de vida, a serviços manuais, o recomendado era que lhes fossem negadas as honras enquanto vivessem de trabalhos mecânicos.⁴⁹¹

⁴⁹⁰Gilberto Freyre, op.cit., 2004, p.382.

⁴⁹¹Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, São Paulo: Cia das Letras, 1995, p.36.

Para Caio Prado Júnior, dificilmente os homens livres aceitavam se rebaixar empregando os músculos no trabalho. Ele considera ser o estímulo à ociosidade, que para os senhores resultava do trabalho entregue inteiramente a escravos, um dos efeitos maléficos que recaíram sobre a conceituação do trabalho na Colônia. Para ele, “a utilização universal do escravo nos vários misteres da vida econômica e social acaba reagindo sobre o conceito de trabalho, que se torna ocupação pejorativa e desabonadora”.⁴⁹²

Por fim, Laima Mesgravis afirma que o fato de não ser escravo ou de ter condições de possuir escravos não era suficiente para o exercício do poder ou para o gozo de estima social na América Portuguesa. O candidato precisaria ser “homem bom” e, para isso, um dos critérios exigidos seria que ele não exercesse ofícios mecânicos. Para Mesgravis, ainda que a origem dos “homens bons” coloniais pudesse ser bastante humilde, a afirmação dos valores aristocráticos do ócio e da ostentação e a condenação dos valores burgueses como o trabalho e o comércio, revela o predomínio, na América Portuguesa, da nobreza enquanto estamento.⁴⁹³

De acordo com esta historiografia, que versa tanto sobre a realidade reinol como sobre a realidade luso-americana, esses impedimentos de ascensão social, encontrados por aqueles que exerciam ofícios mecânicos, estariam atrelados ao estigma social do “defeito mecânico”. Segundo Evaldo Cabral de Mello, “defeito mecânico” era o estigma que recaía sobre aquele “filho ou neto de indivíduo que exercera atividade ou ofício manual, ou se vivera ele próprio de tal mister”.⁴⁹⁴ Tal “defeito” figuraria na América Portuguesa – assim como no Reino e em outras partes do Império Português – como fator impeditivo para obtenção de cargos importantes ou honrarias. Esse autor explica, ainda, que nos séculos XV, XVI e chegando ao auge no século XVII, o ingresso de pessoas no clero regular e secular, nas ordens militares, nas câmaras municipais, confrarias e irmandades, magistratura, entre outras instituições, ficava sujeito a um exame prévio sobre sua ascendência, que tinha como objetivo atestar não só a limpeza de sangue, mas também a ausência de “defeito mecânico” considerado igualmente envilecedor.⁴⁹⁵

O desprezo pelo trabalho mecânico, portanto, não teria sido exclusivo a Portugal e seus domínios, muito menos fora novidade do Período Moderno. Ele remonta à Grécia Antiga, onde tal desprezo podia ser percebido pelo uso antigo da palavra grega *banausia*, que significava arte mecânica ou trabalho manual em geral, que carregava uma valoração

⁴⁹²Caio Prado Jr., *Formação do Brasil Contemporâneo*: colônia, São Paulo: Editora Brasiliense, 1996, p.278-279.

⁴⁹³Laima Mesgravis, “Os aspectos estamentais da estrutura social do Brasil Colonial”. In: *Estudos Econômicos*. n13. São Paulo: USP, 1983, p.799-802.

⁴⁹⁴Evaldo Cabral de Mello, *O nome e o sangue: uma fraude genealógica no Pernambuco Colonial*, São Paulo: Cia das Letras, 1989, p.23.

⁴⁹⁵Ibidem, p.26.

pejorativa de atividade grosseira ou vulgar. Essa noção de *banausia* permitia a divisão da sociedade antiga em dois segmentos: os que extraíam os meios de vida do trabalho manual e eram destinados a obedecer; e os que tinham se libertado da escravidão do trabalho manual e eram destinados a mandar.⁴⁹⁶ Dessa forma, não aleatoriamente, Heródoto assinalava que os gregos consideravam inferiores os indivíduos que aprendiam um ofício, assim como seus descendentes; que Cálicles, personagem de Platão, referia-se ao construtor de máquinas bélicas como homem útil, mas que deveria ser desprezado; e que Aristóteles defendia que o poder senhorial era próprio de quem não sabia fazer coisas necessárias, mas sabia usá-las, enquanto o saber fazê-las era próprio dos servos que estavam destinados apenas à obediência.⁴⁹⁷

Para José Antonio Maravall procede da *Política* de Aristóteles a tese de que os poderosos, os ricos e os nobres formavam a cidade, enquanto que os “inferiores”, os débeis e pobres, ainda que habitassem nela e nela desenvolvessem suas ocupações, não seriam membros da cidade, estando estes últimos submetidos a um regime de exclusão.⁴⁹⁸ Maravall ainda explica como se deu historicamente a exclusão social daqueles sobre os quais recaía o estigma do “defeito mecânico” na sociedade ocidental europeia durante a primeira modernidade. De acordo com esse autor, desde fins do século IX vai se configurando uma nova divisão social, tripartite, que permanecerá por séculos para se transformar em outra fórmula trimembre, ainda que de base diferente. A sociedade ordenada, então, estaria dividida em três camadas: os *oratores* (os que oram), os *bellatores* (os que guerreiam) e o *imbelle vulgus* (os fracos).⁴⁹⁹

Segundo ele, mantendo-se posteriormente em ordem de prioridade, a diferenciação se seguirá segundo a função,⁵⁰⁰ mas nesse momento passa também a se basear na qualificação

⁴⁹⁶ ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2007, s.v. “banausia”.

⁴⁹⁷ Ruy Gama, *A Tecnologia e o Trabalho na História*, São Paulo: Nobel, 1986, p.169-170.

⁴⁹⁸ José Antonio Maravall, “Trabajo y exclusión. El trabajador manual en el sistema social da primera modernidad”. In: *Estudios de Historia del Pensamiento Español*. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 1999, p.360.

⁴⁹⁹ Ibidem, p.360-362.

⁵⁰⁰ Segundo José Antonio Maravall, durante a Idade Média se desenvolveu a teoria, originária da Antiguidade, de que a sociedade é um organismo, e, por isso, precisa desenvolver algumas funções vitais. Para isso, entre aqueles que a correspondem, são acordados direitos e deveres, como também posições no conjunto social, em conformidade com um sistema que chega a se solidificar plenamente e ter sua permanência assegurada por via hereditária, fazendo com que a relação se inverta: se a função determina originariamente o posto, o posto passa a determinar rigidamente a função. Assim, “Las funciones sociales y sus respectivos complejos estatutarios se atribuyen a grupos humanos cuyos individuos quedan aproximados entre sí por el ejercicio de una igual función y, por ese mismo hecho, separados de los demás grupos, a los que se les asigna función diferente. Como esas funciones son permanentes, puesto que la vida de un organismo natural, como es la sociedad, se supone que no cambia, son también perfectamente conocidos y se sabe de siempre los medios que necesitan quienes las han de cumplir, a tal fin”. In: MARAVALL, José Antonio. “Trabajo y exclusión. El trabajador manual en el sistema social da primera modernidad”. In: *Estudios de Historia del Pensamiento Español*. Madrid: Centro de Estudios

pejorativa do último grupo, a partir da depreciação do esforço de produção econômica que a ele está atribuída e na sua exclusão das armas. Dessa forma, os exercícios vis e mecânicos passam a ser próprios apenas de trabalhadores, e, conseqüentemente, severamente proibidos aos guerreiros e eclesiásticos:

Coagula así la sociedad de estamentos, la cual originariamente, se basará en la concepción de que todos trabajan, todos realizan esfuerzos y sufren penalidades, de tal manera que la diferencia de unos a otros se fija en ser reconocidos más o menos próximos, más o menos dependientes de la aplicación de la capacidad moral o intelectual y no de las fuerzas físicas del hombre, siendo más estimables los sufrimientos del trabajo, cuanto más exijan de un esfuerzo moral. Por tanto, se establece que los menos dignos de estimación, serán aquellos que se reducen apenas a otra cosa que al empleo de las manos.⁵⁰¹

De acordo com Maravall, no século XVI essa imagem tripartite da sociedade se recrudescer, tirando do âmbito de uma estima social positiva, não só os que exerciam ofício considerado infame, mas todos os ofícios mecânicos. Com a chegada da Modernidade, a fórmula se repete como paradigma imóvel, na qual, para a manutenção da boa república, o sacerdote deveria orar, o *caballero* guerrear e o lavrador arar. Nesse esquema básico, que se conservará até começos do século XVIII, supõe-se que, em virtude de determinados critérios de discriminação social “estabelecidos” por Deus – tendo em vista que o regime de estamentos apela para uma fundamentação religiosa na ordem do divino –, originariamente segundo critérios funcionais e convertidos depois finalmente em hereditários, a distribuição dos indivíduos em grupos se faz a partir do duplo princípio de que os valores sociais estimados se concentram em uns – os poderosos, os ricos, os nobres –, frente à exclusão de outros – os “inferiores”, débeis e pobres. Os primeiros se encarregariam das armas, do governo, da relação com Deus, enquanto aos últimos estariam reservados os ofícios baixos, servis e manuais.⁵⁰²

Isto posto, a análise do conjunto documental feito por nós, assim como os trabalhos historiográficos mais recentes que se debruçam sobre a questão do trabalho na América Portuguesa, têm nos mostrado um caminho mais amplo de interpretação sobre a valoração do trabalho manual e sobre o papel social dos oficiais mecânicos nessas terras, principalmente

Políticos y Constitucionales, 1999, p.357-8.

⁵⁰¹José Antonio Maravall, op.cit., p.362.

⁵⁰²Ibidem, op.cit. p.350-372.

durante o setecentos, diferentemente do que fora cristalizado pela historiografia brasileira.⁵⁰³ Para Daniel Precioso, por exemplo, a assertiva de que o trabalho manual na América Portuguesa envilecia aqueles que o exercia merece reparos, tendo em vista a complexidade da formação, organização e composição social dos grupos de mecânicos: “A mística do defeito mecânico”, diz ele, fora difundida pela historiografia como algo que permaneceu inalterado entre os séculos XVI e XIX em todas as partes do Império Português, relegando à burguesia e aos trabalhadores manuais uma posição subalterna à nobreza.⁵⁰⁴

Para Maria Helena Flexor, alguns autores transplantaram os mesmos critérios do Reino acerca da valoração do trabalho manual para a América Portuguesa: “As generalizações têm levado alguns historiadores a ter uma ideia bastante distorcida dos oficiais mecânicos como aquela de seu corpo ser constituído (...) em sua maioria só de negros e mulatos sem possibilidade de ascensão social”.⁵⁰⁵ Segundo ela, não só existiam diferenças étnicas, como também de posses, pois tanto existiam artesãos de maiores como de menores posses, motivo suficiente para que sua posição dentro da estrutura social seja reanalisada.⁵⁰⁶

E para Beatriz Piccolotto S. Bueno, partindo do famoso exemplo de Antônio Fernandes de Matos, mestre-pedreiro português que fez fortuna no Recife do seiscentos – já citado por nós no capítulo 1 –, não se deve perder de vista o prestígio social e a fortuna conquistados durante o período colonial por alguns mestres-construtores, especialmente aqueles que se tornaram empreiteiros. Muitos desses mestres-pedreiros e carpinteiros teriam se transformado em verdadeiros empresários da construção civil em terras luso-americanas, ascendendo socialmente e circulando pelos meios sociais coloniais mais ilustres.⁵⁰⁷

Assim, alguns estudos acerca do trabalho manual na América Portuguesa – ou que se debruçam de alguma forma sobre os seus agentes – têm apontado não só uma complexidade em sua composição social, mas também relativizado a valoração negativa atribuída aos

⁵⁰³Até mesmo a historiografia que se debruça sobre a valoração do trabalho durante a Antiguidade também está se pondo a rever alguns paradigmas. De acordo com José María Blázquez Martínez, todos os juízos pejorativos sobre a situação dos artesãos na Grécia e em Roma devem ser melhor avaliados, tendo em vista que as condições dos artesãos não permaneceram da mesma forma em todos os períodos, como, por exemplo, os arquitetos, que em torno de 580 a.C. gozavam de certa consideração; e alguns dos ceramistas áticos, cuja situação econômica era muito boa entre os anos 525-480 a.C, a julgar pelas oferendas que faziam aos deuses, às vezes as melhores. Ver em: MARTÍNEZ, José María Blázquez. “Artistas y artesanos en la Antigüedad Clásica”. In: *Cuadernos Emeritenses*. n.8. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano, 1994, p.15.

⁵⁰⁴Daniel Precioso, *Legítimos vassallos: pardos livres e forros na Vila Rica Colonial (1750-1803)*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011, p.55-6.

⁵⁰⁵Maria Helena Flexor, op.cit., 2002, p.177.

⁵⁰⁶A autora se baseia em estudos sobre Salvador e São Paulo, mas o mesmo pode ser identificado por Daniel Precioso no caso de Vila Rica, e, no caso do Recife, pela pesquisa de Henrique Nelson da Silva. Tanto o trabalho de Daniel Precioso como o de Henrique N. da Silva já foram referenciadas aqui.

⁵⁰⁷Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno, “Sistema de produção da arquitetura na cidade colonial brasileira – Mestres de ofício, ‘riscos’ e ‘traças’”. In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v20, n1, p.321-361, jan.– jun. 2012, p.344.

oficiais mecânicos, mostrando a circulação de muitos desses artífices em esferas sociais diversas, circulação esta que já vinha sendo constatada, mesmo que discretamente, em autores já consagrados.

A própria Maria Helena Flexor coloca que em Salvador os oficiais mecânicos chegaram a ocupar alguns cargos administrativos como almotacéis, quadrilheiros, afiladores de pesos e medidas, entre outros. Já em São Paulo, ela identifica a presença de mecânicos no próprio governo da câmara, gozando dos mesmos prestígios e privilégios que os demais componentes da elite local. Alguns oficiais mecânicos, diz a historiadora, “foram tirados de seus postos muito mais pelo seu estado de pobreza que devido ao ofício que exerciam”.⁵⁰⁸

Gilberto Freyre também reconhece a circulação social dos oficiais mecânicos, que, segundo ele, não foram afastados dos cargos municipais com a mesma rigidez que havia em Portugal, onde essas instituições eram mais fechadas. Ele conta que, no caso do Recife, constata-se historicamente o acesso de “homens miúdos” à nobreza, por meio do serviço militar e até por meio de atos de bravura, tendo deslocado membros natos de ofícios mecânicos para as de fidalgo. Outro facilitador teria sido a participação desses oficiais mecânicos em irmandades leigas, pois estas teriam tido um papel importante para garantir que o bom sucesso na arte ou no ofício manual permitisse que se transformassem em senhores de escravos e até em vereadores.⁵⁰⁹

Os autores acima citados, de formas diversas, atribuem não só às diferenças regionais existentes na América Portuguesa uma maior ou menor circulação desses artífices em meios sociais mais “privilegiados”, mas também destacam alguns facilitadores para isso, como a prestação de serviços à Coroa e o enriquecimento. Existiram ainda outros, como o casamento e a formação de laços importantes de parentesco, a ordenação clerical e o letramento.

Assim, consideramos que é preciso avaliar melhor a situação social dos oficiais mecânicos em terras luso-americanas, evitando generalizações que não levam em conta as diferenças regionais existentes por aqui, ou que, ainda que as considerem, tratam todo o período colonial como um período homogêneo, engessado no tempo e sem alterações. Ademais, os juízos pejorativos acerca do exercício dos ofícios mecânicos, e que foram considerados por grande parte da historiografia, tenderam a ser valorados por uma camada hegemônica que estava inserida em uma cultura na qual trabalhar com suas próprias mãos para se sustentar era demasiadamente mal visto. Mesmo que os oficiais mecânicos estivessem submetidos a essa mesma cultura, faz-se necessário analisar os juízos de valor sobre o

⁵⁰⁸Maria Helena Flexor, op.cit. 2002, p.176.

⁵⁰⁹Gilberto Freyre, op.cit., 2004, p.494-498.

exercício dos ofícios mecânicos pela perspectiva dos próprios agentes que o exerciam. E para eles parece ter sido diferente, haja vista o prólogo que abre este capítulo.

Dessa forma, nos debruçaremos neste último capítulo sobre o valor do trabalho dos artífices da vila do Recife durante o setecentos, principalmente dos artífices dos quatro ofícios anexos, confrades da Irmandade do Patriarca São José, objeto deste estudo. Consideraremos, não apenas a particularidade da vila do Recife, onde trabalhavam, mas também as possíveis mudanças que teriam ocorrido lá no tocante ao valor do trabalho mecânico no decorrer do setecentos, assim como no *status* social daqueles que o exerciam.

3.1 O valor monetário

No primeiro capítulo, tratamos um pouco de como a expansão urbana e o aquecimento do setor contrutivo vivenciados pelo Recife durante o século XVIII teriam estimulado o mercado de trabalho da vila, contribuindo, assim, para uma maior diversificação de serviços oferecidos e produtos disponíveis em seu espaço urbano. Neste cenário, vários foram os tipos de profissionais que lá se estabeleceram, e que em suas tendas, lojas, moradas, ou nas vias de trânsito, seja em terra ou nos rios, trabalhavam diariamente, recebendo um valor pelo seu trabalho que, teoricamente, era previamente estabelecido, tendo em vista os olhos fiscalizadores da municipalidade.

O trabalho, por esses tempos na vila do Recife e em tantos outros lugares, tinha, sob forma de serviço ou de produto, um valor de troca, pago diretamente por um consumidor ou um empregador.⁵¹⁰ Esse valor variava de ofício a ofício, de produto a produto, de serviço a serviço, conforme uma série de condições econômicas, políticas e sociais. De acordo com Fernand Braudel, tudo o que está fora do mercado só tem valor de uso, portanto, tudo aquilo que ingressa a ele adquire um valor de troca, e dessa mesma maneira podemos analisar o

⁵¹⁰Segundo Karl Marx, o produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, fez-se “coisal”, é a objetivação do trabalho. Assim, o trabalho não produz apenas mercadorias, ele produz a si mesmo e ao trabalhador, como uma “mercadoria”. Para Marx, ainda, o trabalho é atividade que envolve: 1) a relação do trabalhador com o produto de seu trabalho; 2) a relação do trabalhador com o próprio processo de produção; 3) a relação do trabalhador com o seu ser genérico, ou seja, com sua essência humana; e 4) a relação do trabalhador com o outro, pois, “O que é produto da relação do homem com o seu trabalho, produto de seu trabalho e consigo mesmo, vale como relação do homem com outro homem, como o trabalho e o objeto do trabalho de outro homem”. Ver em: MARX, Karl. *Manuscritos econômicos-filosóficos*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004, p.80-86.

trabalho na vila do Recife no setecentos e o mercado que a ele se abria nesses tempos. Dessa forma, exemplifica ele da seguinte forma:

O artesão itinerante, que vai de burgo a burgo oferecer seus modestos serviços (...), embora um consumidor medíocre, pertence, no entanto, ao mundo do mercado (...). O camelô que vende nas ruas e o mascate que percorre o interior oferecendo mercadorias em pequenas quantidades, estão do lado da vida de trocas, do lado do cálculo, do deve e haver, por modestas que sejam suas trocas e seus cálculos. Quanto ao lojista, ele é, francamente, um agente da economia de mercado. Ou vende o que fabrica e, nesse caso, é um artesão-lojista; ou vende o que os outros produziram, e está, por conseguinte, no estágio dos mercadores ou comerciantes.⁵¹¹

Todas essas situações apontadas por Braudel, em que, de certa forma, o valor do trabalho era negociado, poderiam, com as diferenças cabíveis, também ser encontradas na vila do Recife setecentista. Figurando como “mercadoria”, e, portanto, possuindo ele um valor de troca. O trabalho lá obedecia às tendências do mercado, mas a ele também estavam agregados outros fatores que recaíam sobre o seu valor de troca, entre eles podemos apontar a valoração social que tinham determinados ofícios frente a outros, ou, ainda, a valoração social que determinados trabalhadores tinham frente a outros. Como destaca Fernand Braudel:

Toda a sociedade densa se decompõe em vários “conjuntos”: o econômico, o político, o cultural, o social hierárquico. O econômico só se compreenderá em ligação com os outros “conjuntos”, dispersando-se neles mas abrindo também suas portas para os vizinhos. Há ação e interação. Essa forma particular e parcial do econômico que é o capitalismo só se explicará plenamente à luz dessas vizinhanças e dessas intrusões; aí acabará por assumir o seu verdadeiro rosto.⁵¹²

Assim, na vila do Recife, no universo do trabalho, e, principalmente, no universo dos ofícios mecânicos, isto é, dentro das profissões em que seus agentes recorriam “teoricamente” apenas às suas mãos para ganhar o seu sustento, os valores monetários atribuídos a eles eram por demais diversos, e, como dito, a eles estavam agregados também o valor social que tinham seus executores. Alguns exemplos encontrados no próprio livro de contas da Irmandade de São José do Recife nos dão uma ideia disso, ainda que não possamos fazer uma análise comparativa a contento, diante de uma série de fatores a ser considerados,

⁵¹¹Fernand Braudel, op.cit., 1987, p.21.

⁵¹²Ibidem, p.55.

como o material utilizado pelos trabalhadores (preços, quantidade, dificuldade de acesso, etc.), o número de obras produzidas, o tamanho delas, entre outros fatores, que também interferiam no valor final do trabalho executado.

Em 1754, por exemplo, ano em que a Irmandade abriu a igreja do seu patriarca ao culto, foi pago a um mestre pintor a quantia de 4.000 réis pela pintura de um frontal, enquanto que o valor pago a um preto que caiu toda a igreja foi de 900 réis. Esse mesmo mestre pintor teria recebido ainda, nessa mesma ocasião, a quantia de 25.000 réis pela pintura da capela. Anos mais tarde, entre os anos de 1781 a 1782, foi contratado um organista para tocar a novena pelo valor de 1.280 réis, enquanto que um ano depois, um oficial mecânico cavouqueiro, teria recebido pelo corte de uma pedra grande para as obras do altar a quantia de 280 réis, e 4 pretos teriam recebido a quantia de 50 réis cada um pela condução de uma pedra, ao que tudo indica, de dimensão aproximada.⁵¹³ Ainda que fossem atividades distintas, o valor da execução de uma novena musicada e os valores da execução de um trabalho braçal sobre uma pedra se mostram um bocado díspares.

No tocante ao trabalho dos quatro ofícios anexos da vila do Recife, deste podemos nos aproximar melhor, tendo em vista que se trata do nosso objeto de estudo. Os valores pelo trabalho de seus executores também se mostram distintos, por alguns fatores que trataremos aqui, mas, principalmente, pela divisão do trabalho existente. Como já comentamos, fosse nos canteiros de obra ou nas oficinas, encontramos aprendizes, oficiais e mestres, estes últimos responsáveis de fato pelas obras. Na vila do Recife, além de encontrarmos mestres e oficiais recebendo pelos seus trabalhos, encontramos ainda os serventes de obra.⁵¹⁴ Outro fator, ainda, é que cada um dos quatro ofícios anexos tinha seu modo de operar. Segundo Braudel,

(...) o mundo da mercadoria ou da troca encontra-se estritamente hierarquizado, desde os ofícios mais humildes (...) até aos caixeiros, lojistas, corretores de denominações diversas, prestamistas e, no topo, os negociantes. A coisa à primeira vista surpreendente é que a especialização, a divisão do trabalho, que não faz senão acentuar-se rapidamente à medida do progresso da economia de mercado, afeta toda

⁵¹³Essas despesas encontram-se em: IPHAN/PE, *Livro de Receitas e Despesas*, p.15, 82 e 89v.

⁵¹⁴Faz-se de extrema importância informar ao leitor que no decorrer da pesquisa, durante o levantamento documental feito principalmente no Arquivo Histórico Ultramarino em Lisboa, encontramos documentos que mostram o trabalho de indígenas e prisioneiros em alguns canteiros de obra na capitania de Pernambuco. Pelo que percebemos desses manuscritos, a situação de trabalho se encontrava ao nível do que apontou Laura de Mello e Souza em seu estudo sobre os desclassificados sociais em Minas Gerais. Entretanto, trazer essa documentação para análise aqui neste trabalho seria alargar demais o recorte por nós proposto. Ainda assim, essa documentação se mostra de extrema importância, e esperamos que trabalhos futuros possam se debruçar mais satisfatoriamente do que nos foi permitido nessa documentação, trazendo à luz esses agentes e contribuindo, assim, para uma melhor compreensão acerca do trabalho durante o período colonial.

essa sociedade mercantil, exceto em seu topo, ocupado pelos negociantes-capitalistas. Assim, o processo de fragmentação das funções, essa modernização, manifestou-se primeiro somente na base: os ofícios, os lojistas, até mesmo os mascates, especializavam-se.⁵¹⁵

Dessa forma, encontramos na vila do Recife, durante a maior parte da segunda metade do setecentos, a diária ou jornal dos oficiais dos quatro ofícios anexos girando, com variações para mais e para menos, em torno de 320 réis,⁵¹⁶ valor equivalente a um anual pago à Irmandade de São José, a duas libras de cera ou ainda a quase um litro de azeite. Valor muito aquém, por exemplo, do valor de 10.000 réis que recebera o cantor Ângelo Custódio por uma música que teria cantado na festa de São José entre os anos de 1782 a 1783.⁵¹⁷ No livro primeiro de contas da Irmandade estão registrados alguns pagamentos dessas diárias, como os que foram feitos entre os anos de 1781 a 1782: “*Pelo que paguei ao Pedreiro João Rodriguez [de] [Castro] [...] tres dias do Seu trabalho \$960*”; “*Pelo que paguei ao Pedreiro Manoel da [Cunha] de tres dias do Seu trabalho \$960*”; e “*Pelo que paguei ao Pedreiro Luis Jeronimo de tres dias do Seu trabalho \$960*”. Outros valores registrados que se apresentam maiores, correspondem, pelo que percebemos, à hierarquia existente na própria divisão de trabalho, assim como o valor de 620 réis, recebido neste mesmo ano pelo então mestre de obras da Igreja de São José, Felipe de Mendonça.⁵¹⁸

Pereira da Costa, ao tratar da construção da Igreja Matriz de Santo Antônio, que teria se iniciado desde muito antes de ser elevada à categoria de matriz em 1789, como já citamos, apresenta alguns valores despendidos nesta obra, inclusive os valores gastos com os jornais de trabalhadores, dados importantíssimos para compreendermos melhor como o valor monetário do trabalho dos artífices também estava submetido às hierarquias existentes no interior de seus ofícios. Segundo ele, o valor pago nesta obra pelo jornal de mestre pedreiro ou

⁵¹⁵Fernand Braudel, op.cit., 1987, p.51.

⁵¹⁶Chegamos a esse valor como parâmetro por meio de algumas amostragens retiradas, principalmente, da documentação administrativa da Irmandade do Patriarca São José dos Quatro Ofícios Anexos do Recife. Consideramos as diferenças existentes entre esse valor – geralmente pago aos oficiais – e o valor pago aos artífices de maior hierarquia – como os mestres – e aos trabalhadores de menor hierarquia – como os serventes; e, ainda, se tais valores eram relativos a uma diária cheia ou não. Diante da característica fragmentada desta documentação, e pelo fato de, por vezes, os valores nela registrados encontrarem-se como somas totais pagas, nos foi impossibilitado de fazer uma análise quantitativa. Porém, diante do que analisamos, acreditamos, apesar de algumas variações encontradas tanto para mais como para menos, que trata-se sim de um valor seguro para ser usado como parâmetro. Ademais, alguns trabalhos que consultamos e que apresentam dados sobre essas diárias na segunda metade do setecentos, como a tese de Roberto Dantas de Araújo e a obra de Francisco Augusto Pereira da Costa, corroboram com a nossa análise e indicam essa mesma direção.

⁵¹⁷IPHAN/PE, *Livro de Receitas e Despesas*, p.90.

⁵¹⁸Todos esses registros encontram-se em: IPHAN/PE, *Livro de Receitas e Despesas*, p.80v.

carpinteiro teria sido de 640 réis; o de contra-mestre teria sido de 400 réis; já os jornais dos oficiais teriam variado entre 160 a 320 réis; e os de serventes variado entre 40 a 100 réis.⁵¹⁹

O estudo feito por Roberto Dantas de Araújo sobre os valores das diárias de pedreiros e carpinteiros na primeira metade do século XVIII aponta, portanto, para valores superiores a 320 réis, variando entre 480 réis a 640 réis.⁵²⁰ Entretanto, esse autor, apesar de trazer alguns casos como exemplo, não revela como foi feita a análise dos dados que coletou para chegar a esses resultados, e, dessa forma, não conseguimos perceber se o mesmo considerou as hierarquias existentes dentro desses ofícios. De qualquer forma, pelo que percebemos durante a nossa análise, os valores dessas diárias, independentemente da hierarquia ocupada pelo trabalhador, apesar de seguir um certo parâmetro, poderia variar em situações diversas, sendo negociado, e, por vezes, renegociado no decorrer da execução do próprio trabalho. Assim aconteceu com o pedreiro Francisco Nunes Soares, aqui já citado, que, depois de contratado em 1758 para fazer as obras da segunda torre da Igreja de São Pedro dos Clérigos, sentiu-se prejudicado com o valor acordado por sua diária e “reclamou não podia trabalhar mais pelo preço que até agora tinha feito”,⁵²¹ acertando, assim, com os seus contratantes um novo valor de 520 réis por cada dia de seu trabalho.

De acordo com o que analisamos, e como aponta, inclusive, os dados apresentados por Pereira da Costa que citamos mais acima, os serventes tinham seu trabalho valorado diferentemente dos oficiais, valendo menos que o destes, como visto no seguinte registro feito pelo tesoureiro da Irmandade de São José entre os anos de 1781 a 1782: “*Pelo que dei a hum Servente que trabalhou com o official que Retelhou a Igreja \$100*”.⁵²² Geralmente, o trabalho de servente era executado por homens de cor. Forros ou escravos, era sobre esses homens de cor que recaía o trabalho mais pesado e menos “digno”, principalmente nos canteiros de obra, como carregar materiais diversos, em tamanho e peso, abrir buracos e capinar terrenos, diferentemente dos oficiais a quem cabia executar o conhecimento que teriam adquirido sobre seus ofícios junto aos seus mestres. Não aleatoriamente é que no livro de certidões de missas dos oficiais capineiros da Praça da Polé, das Cinco Pontas, da Rua da Praia e da Boa Vista, documentação já citada aqui, encontramos em maior parte registros de homens de cor cativos trabalhando como capineiros.⁵²³

⁵¹⁹Francisco A. Pereira da Costa, op.cit., vl6, 1984, p.110.

⁵²⁰Roberto A. Dantas de Araújo, op.cit., p.137.

⁵²¹Ibidem, p.139.

⁵²²IPHAN/PE, *Livro de Receitas e Despesas*, p.81.

⁵²³Faz-se importante destacar que os capineiros citados, enquanto trabalhadores, estavam organizados diferentemente dos oficiais dos quatro ofícios anexos do Recife, que se baseavam na tradição da cultura de ofícios reinol. Nessa documentação citada, encontramos hierarquias diferentes das que existiam nas corporações

Alguns exemplos contidos no livro de contas da Irmandade também indicam isto. A saber, no ano de 1758 foi despendida a quantia de 70.800 réis “(...) em pagar dias de Pretos Serventes *que* trabalharão na obra da Igreja e Conduzir os metriais”; em 1761, a quantia dispendida foi de 38.260 réis por “despeza *que* fiz Com Jornais de pretos Serventes *que* trabalharão na obra e Conduzirão os metriais”; e entre 1781 e 1782 constam os registros de 640 réis pelo pagamento de 4 pretos que conduziram duas pedras da praia ao telheiro, e de 600 réis, “a tres pretos *que* trabalharão Com os officiaes que [taparão] as 4 portas” da Igreja de São José.⁵²⁴

Outros serviços pesados e menos “dignos” eram também executados por eles fora dos canteiros de obra, como indica um registro de despesa de 1763, “(...) com hum preto que abrio huma Sepultura pera hum pobre que botarão na porta da Igreja \$120”; e uma despesa, no ano seguinte, de 240 réis, “(...) Com Pretos que abrirão Duas Sepulturas”.⁵²⁵ Quando escravos, o trabalho desses serventes era alugado pelos seus proprietários, cujo valor por vezes variava, mas ainda dentro do que se estimava pagar pelo trabalho deles, ou seja, sempre inferior ao valor pago a um oficial. A Irmandade de São José se utilizou largamente desse serviço, como podemos ver em uma despesa de 850 réis em 1765, “(...) Com huma enxada e aLugueL de pretos”; e em uma despesa de 640 réis em 1780, “*Por dinheiro* a 4 pretos Alugados que forão a Pedreira a 160” e “*Por tres mais para o mesmo efeito* a 120\$380”.⁵²⁶

Segundo Roberto Dantas de Araújo, a utilização do trabalho de cativos sempre se fez presente no setor da construção na vila do Recife, e de forma variada, desde pelo menos meados do século XVII. Para esse autor, essa variação obedeceu a transformações sociais que ocorreram na capitania de Pernambuco nesse período, principalmente as vivenciadas pelos próprios mestres de obras entre as últimas décadas do seiscentos e as primeiras do setecentos. Período no qual estes eram mais poderosos, alguns chegando a possuir equipes inteiras de escravos serventes, “utilizados apenas em serviços ‘pesados’ como o preparo e o transporte de materiais, escavações, limpeza, etc.”.⁵²⁷ Diferentemente do que se vê em período posterior, quando o número de escravos qualificados, ainda que diminuto, passa a ser mais significativo.

Além das diárias ou jornais, o trabalho poderia ainda ser valorado monetariamente por serviço a ser realizado, como visto em 1716, quando os tanoeiros do Recife passaram a cobrar

européias, como os postos de vice-rei, governador e capitão, muito semelhante à organização encontrada entre os canoieiros do Recife, trabalho exercido, assim como o da capinagem, por grande quantidade de homens de cor. Organização de canoieiros sobre a qual se debruça Luiz Geraldo Silva em seu estudo *A faina, a festa e o rito: uma etnografia histórica sobre as gentes do mar* (sécs. XVII ao XIX). Campinas: Papirus, 2001.

⁵²⁴IPHAN/PE, *Livro de Receitas e Despesas* p.26-81.

⁵²⁵Os dois registros encontram-se em: IPHAN/PE, *Livro de Receitas e Despesas*, p.35 e 36.

⁵²⁶Ibidem, p.40v e 73.

⁵²⁷Roberto A. Dantas de Araújo, op.cit., p.141.

em nova tabela de preços 30 réis para lançar um arco em uma pipa e 140 réis para rebater uma pipa; ou entre os anos de 1753 e 1754, quando o pedreiro Lourenço dos Reis teria recebido 1.920 réis para lavrar uma pedra de mármore para o degrau do altar da Igreja dos Terceiros de São Francisco.⁵²⁸ O trabalho também podia ser valorado por obra produzida, principalmente nos casos dos marceneiros e tanoeiros, e, ao que tudo indica, agregava-se a qualidade do material utilizado, as dificuldades da obra e os detalhes nela contido. Dessa forma, no que concerne ao ofício de tanoeiro, encontramos um valor de uma pipa de amarelo que fora cotada, em 1778, pelo valor de 4.580 réis; e um barril de peroba, “de quatro em pipa”, por 1.280 réis nesta mesma ocasião.⁵²⁹ Por um trabalho de marcenaria, encontramos um valor de 640 réis pago pela Irmandade entre os anos de 1781 a 1782 pelo feitio de duas cadeiras para o altar, o equivalente a duas diárias de um oficial, valor este certamente inferior ao que deve ter cobrado o afamado José Gomes de Figueredo para fazer os repositórios de jacarandá para a Igreja de São Pedro dos Clérigos. Já o valor cobrado, neste mesmo ano, pelo mestre carpinteiro Manuel Gomes para a feitura da porta principal da Igreja de São José, teria sido de 8.000 réis,⁵³⁰ mais que o dobro do que teria cobrado o pedreiro José Rodrigues pelo trabalho de cantaria de uma pia batismal de pedra feita em 1792 para a Ordem Terceira de São Francisco.⁵³¹

Segundo Roberto Dantas de Araújo, principalmente nos canteiros de obra, o valor do trabalho a ser executado também poderia ser cotado por braça quadrada ou por empreitada. Ele explica que:

Determinados serviços, como um conserto de um molhe, poderiam ser dimensionados por braça, tomada como medida linear correspondente a dez palmos ou vinte e dois centímetros. Obviamente, os preços das diárias (ou jornais), serviam para estimar o valor das empreitadas. Neste caso, era essencial a experiência do

⁵²⁸Sobre os serviços citados de tanoeiros, ver em: SILVA, Henrique Nelson da. *Trabalhadores de São José. Artesãos do Recife no século XVIII*. Dissertação de Mestrado. Recife: UFPE, 2010, p.41. Sobre o serviço prestado por Lourenço dos Reis, ver em: ARAÚJO, Roberto A. Dantas de. *O ofício da construção na cidade colonial: organização, materiais e técnicas (o caso pernambucano)*, v1, Tese de Doutorado, São Paulo: FAU/USP, 2002, p.135.

⁵²⁹Cf. Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, *Ofício do [governador da capitania de Pernambuco], José César de Meneses, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro, sobre ter recebido um caixote de aduelas para serem comparadas com as madeiras da dita capitania, afim de se usar no ministério, e que para tal serviço, encarregou um tanoeiro a fim de declarar quais as madeiras que seriam mais qualificadas, tendo sido selecionada o amarelo e a peroba para tal finalidade [1778, outubro, 17, Recife]*, CU, 015, Cx.131, D.9896, fl.3.

⁵³⁰Os registros, tanto o trabalho de marcenaria como o de carpintaria, encontram-se em: IPHAN/PE, *Livro de Receitas e Despesas*, p.81. Sobre o trabalho de José Gomes de Figueiredo realizado para a Igreja de São Pedro dos Clérigos, ver em: ACIOLI, Vera Lúcia C. *A identidade da beleza: dicionário de artistas e artífices do século XVI ao século XIX em Pernambuco*. Recife: Ed. Massangana, 2008, s.v. “José Gomes de Figueiredo”.

⁵³¹Roberto A. Dantas de Araújo, op.cit., p.134.

oficial ao elaborar um orçamento detalhado do serviço possibilitando tanto a sua conclusão quanto uma adequada remuneração.⁵³²

Um exemplo desse tipo de cotação pelo trabalho a ser executado é o caso do pedreiro Antônio da Costa Rabelo, que, em 1730, teria negociado um serviço com a Ordem Terceira de São Francisco da seguinte forma:

(...) toda a obra de pedreiro nas covas e seus repartimentos a 1\$700 cada braça de mãos, as quais seriam medidas superficialmente, sendo as paredes de um palmo de grosso e passando a grossura a palmo e meio ou mais se mediriam os comprimentos, alturas e grossuras e se reduziriam estas a braças superficiais, que são de cem palmos cada uma, na forma em que se fez nas covas da nossa casa dos exercícios e assim também cada palmo de cantaria lavrada e assentado nas covas em comprimento a oitenta reis cada um, tudo assim como na forma do ajuste da primeira obra, com obrigação porém de se lhe porem os materiais ao pé da obra.⁵³³

Em geral, esses acordos eram registrados formalmente, como segurança dos contratantes para que os artífices cumprissem com o que fora negociado ou renegociado, e, caso houvesse descumprimento, poderiam os contratantes recorrer à justiça caso se sentissem prejudicados. Assim é que vemos a Ordem Terceira do Carmo na segunda metade do setecentos registrando em seu livro de termo o acordo que fez com o já citado mestre pedreiro Felipe de Mendonça, pois este, ao ser contratado pela mesma acordando receber pela execução de uma obra por jornal, teria mudado de ideia, requerendo que o valor do seu trabalho fosse calculado por empreitada e não mais por jornal, e,

(...) apresentando o risco dos fingimentos e altar que pretende fazer pedindo 200\$000 por ela ficando obrigado a fazer tudo quanto falta, fazer da dita obra menos a janela... e sendo ouvido seu requerimento assentou-se por voto de toda a Mesa a dar-se por toda a obra que falta nas catacumbas de fingimentos, altar, rebocar a beira e soleiras, fingimento de (...), ladrilhos e as duas catacumbas que faltam, fechamento

⁵³²Ibidem, p.130.

⁵³³“Termo de 28 de abril de 1730 que se fez em Mesa da Venerável Ordem Terceira de São Francisco” apud ARAÚJO, Roberto A. Dantas de. *O ofício da construção na cidade colonial: organização, materiais e técnicas* (o caso pernambucano), v1, Tese de Doutorado, São Paulo: FAU/USP, 2002, p.132. Para mais informações sobre essa obra, ver em: ACIOLI, Vera Lúcia C. *A identidade da beleza: dicionário de artistas e artífices do século XVI ao século XIX em Pernambuco*. Recife: Ed. Massangana, 2008, s.v. “Antônio da Costa Rabelo”.

da porta, por 150\$000, ficando obrigado a dar a dita obra acabada no fim de agosto do corrente ano.⁵³⁴

No setor construtivo, como também no setor artístico em geral, as obras de vulto eram realizadas, costumeiramente, por meio de licitações públicas, nas quais se convocavam interessados em executá-las fixando editais em pontos estratégicos da vila, geralmente publicados ao som de caixas. Tais obras, assim, na forma de estilo, andavam “em praça em pregão”, e quem conseguia arrematar tendia a ser aquele que dava o menor preço, como mostramos no capítulo 1, no caso da arrematação pela feitura da imagem da Senhora Santa Isabel em 1771. Apenas os mestres artífices podiam dar lances e arrematar, pois somente eles eram autorizados pela municipalidade a assumir essas obras. Dessa forma, toda a responsabilidade pelo bom andamento, qualidade e conclusão da obra recaía sobre esses mestres, assim como a contratação e pagamento dos oficiais e dos serventes, que ficavam inteiramente por conta deles, já que o contratante somente se comprometia a dar os materiais necessários para a sua execução.⁵³⁵

Ao que tudo indica, esse pode ter sido um dos motivos para que os valores das diárias dos oficiais e serventes durante o setecentos, por vezes, variassem, considerando que as arrematações tendiam a ser feitas pelos mestres que ofertavam o valor mais baixo. Assim, o valor pago pelo trabalho dos oficiais e dos serventes, nesses casos, ficava também submetido ao lucro estimado pelos seus patrões, lucro este que deveria compensar aos mestres, mesmo que a obra fosse arrematada por um valor baixo, tendo em vista que, por vezes, eram estas obras disputadíssimas entre os interessados, que, na tentativa de as arrematarem, se alternavam em sucessivos lances.⁵³⁶

Assim, como já dito, ainda que tenhamos percebido variações nos valores das diárias ou jornais dos artífices, em toda a sua hierarquia, esses valores tenderam a respeitar um parâmetro já estabelecido, ou seja, tenderam a girar em torno de referências de valores já usuais. Dessa forma, não percebemos durante a análise documental diferenças significativas nessas diárias ou jornais, para além dessas variações que explicamos, durante a maior parte do século XVIII. Ademais, difícil torna-se uma comparação a contento entre os períodos dessa centúria, diante das várias formas que o trabalho dos artífices dos quatro ofícios anexos fora valorado monetariamente, que poderia ser por serviço, por produto produzido, por braça

⁵³⁴Termo da Ordem Terceira do Carmo, que consta no Livro 2º de Termos desta Ordem (1740-1786) apud ARAÚJO, Roberto A. Dantas de. *O ofício da construção na cidade colonial: organização, materiais e técnicas (o caso pernambucano)*, v1, Tese de Doutorado, São Paulo: FAU/USP, 2002, p.138.

⁵³⁵Roberto A. Dantas de Araújo, op.cit., p.130.

⁵³⁶Idem.

quadrada, por empreitada, e que levava em conta uma série de fatores, como o material utilizado pelos trabalhadores, o número de obras produzidas, o tamanho delas, entre outros fatores que também interferiam no valor final do trabalho executado, como já tínhamos apontado, e não apenas por diária ou jornal. Como apontamos também, dentro dessas formas diversas, os valores pré-acordados poderiam, ainda, ser renegociados, caso o artífice, durante a execução da obra, percebesse que o trabalho a ser nela despendido, na verdade, valia mais.⁵³⁷

Diante dessa aparente estabilidade no valor monetário do trabalho dos oficiais dos quatro ofícios anexos do Recife durante a maior parte do século XVIII, pode-se concluir que o mercado de trabalho na vila teria permanecido, senão inalterado, com poucas alterações durante esse longo período. De acordo com a análise que fizemos do conjunto documental consultado, esta estaria longe de ser uma hipótese. O mercado de trabalho nessa centúria se mostra dinâmico demais, não só estimulando uma maior diversificação dos serviços oferecidos e produtos disponíveis no espaço urbano do Recife, mas, principalmente, abrindo oportunidades para que elementos tidos como abjetos, como eram os forros e cativos, pudessem se qualificar, ascendendo socialmente por via do próprio trabalho. Como bem destacou Braudel, o verdadeiro destino do capitalismo jogou-se em face das hierarquias sociais, pois “toda a sociedade evoluída admite várias hierarquias, digamos, várias escadas que permitem abandonar o andar térreo onde vegeta a massa popular de base”.⁵³⁸

O Recife nessa época, ou melhor, o projeto que se tinha para o Recife nessa época, contou com um verdadeiro “boom” construtivo, que teria demandado a oferta de um número maior de artífices qualificados, oportunidade essa prontamente aproveitada por aqueles que se viam recém-livres do cativeiro, assim como pelos proprietários de escravos que viram nesse contexto promissor uma oportunidade caríssima para aumentar os seus lucros. Dessa forma, é de se esperar que um número maior de ofertas de trabalho no mercado baixasse significativamente o valor monetário do trabalho dos artífices que pertenciam ao setor

⁵³⁷Para uma análise mais acurada sobre as diferenças de valor monetário ao longo do período abordado neste trabalho, seria necessário um estudo na área da História Econômica, levando em consideração elementos como inflação, expansão e retração de mercado, entre outros. No entanto, esse tipo de análise não se encontra na esfera do objetivo por nós proposto. Ademais, precisaríamos de muito mais tempo, tempo este que excederia o tempo de desenvolvimento de um mestrado, para entrar no universo da matemática aplicada. Outra coisa que se faz importante informar é que trabalhamos com a ideia de “estabilidade no valor monetário”, apenas no sentido de apresentar o que conseguimos perceber a partir dos valores pesquisados, não levando em conta, como já dito, as flutuações econômicas, conjunturais e estruturais, que só poderiam ser percebidas a partir de um estudo aprofundado na área da História Econômica.

⁵³⁸Fernand Braudel, op.cit., 1987, p.57.

construtivo da vila do Recife, o que, como mostramos, não teria acontecido. Pelo contrário, manteve-se mais ou menos estável por um longo período. E por quê?

Consideramos duas hipóteses que podem ter contribuído para ter assim acontecido. Em primeiro lugar porque a demanda pelo trabalho qualificado desses artífices pode ter feito com que os profissionais que surgissem fossem prontamente absorvidos pelo mercado. Em segundo lugar, deve-se considerar os esforços dos próprios artífices dos quatro ofícios anexos do Recife e confrades de São José em tentar conter variações mais drásticas que pudessem vir a ocorrer no valor do seu trabalho, buscando insistentemente controlar, como apresentamos no segundo capítulo, o mercado de trabalho referente a esse setor na vila. Portanto, não aleatoriamente é que os oficiais carpinteiros, pedreiros, marceneiros e tanoeiros que trabalhavam no Recife e vizinhanças, aproveitaram da estima social conquistada por eles desde a segunda metade do seiscentos e fundaram a Irmandade do Patriarca São José no ano de 1735. Certamente, com vistas a uma melhor proteção de seus interesses perante às transformações impostas pelo mercado, buscando preservar os seus direitos costumeiros e o valor social e monetário de seu trabalho, frente à entrada de um número cada vez maior de homens de cor no mercado, exercendo os seus ofícios e cobrando um valor mais baixo pelos serviços prestados. Esforço constante, despendido pelas sucessivas diretorias da Irmandade de São José por boa parte do setecentos, como mostramos.

Isto posto, faz-se necessário, ainda, destacar mais um ponto acerca de como o trabalho era valorado monetariamente no Recife setecentista. Mesmo tendo existido várias formas de se estipular um valor pelo trabalho dos oficiais mecânicos dos quatro ofícios anexos do Recife, formas estas que ainda contavam com outros fatores já citados, o valor pago pelo trabalho a ser executado não deixou, por esses tempos, de considerar como referência o valor pago pela diária ou jornal dos oficiais em todas as suas hierarquias. Isto nos sugere que os oficiais tinham consciência de quanto custava o seu trabalho no mercado, mercado este que de forma alguma deixou de considerar o valor social atrelado ao exercício desses ofícios ou à hierarquia ocupada dentro deles pelos seus executores. O que queremos dizer com isto é que, independente da forma como o valor a ser pago pelo trabalho dos artífices era estipulado, ou das variações que por vezes afetavam esses valores, os oficiais recebiam por seu trabalho coerentemente com o lugar social a que pertenciam, estando eles dentro ou fora de suas corporações. Porém, não podemos ignorar que, por vezes, esses mesmos oficiais tinham também consciência quando o trabalho executado por eles valia muito mais do que o valor ofertado pelo mercado, haja vista alguns casos de renegociações que trouxemos aqui.

3.2 O valor social

Laura de Mello e Souza, em sua obra sobre os desclassificados sociais das Minas setecentistas, mostra como a divulgação positiva sobre a “faustuosa” região aurífera, na verdade, escondia a existência de uma camada populacional paupérrima, cujos elementos, diante da decadência crescente da produção do ouro, se viram desprovidos de trabalho e formas de sustento. Eram considerados desclassificados sociais, “vadios” como aponta essa autora.⁵³⁹ O que nos chama a atenção no estudo de Mello e Souza é que, nesse contexto específico vivenciado pelas Minas Gerais, o não exercício de qualquer atividade produtiva que pudesse prover o próprio sustento era situação social desabonadora, tendo em vista que, desprovido de trabalho, o “desocupado” tornar-se-ia oneroso ao sistema.

Ao olharmos para o contexto particular do Recife setecentista, muito diverso do contexto das Minas apresentado por Mello e Souza, e, principalmente, ao nos debruçar sobre a análise do lugar social de trabalhadores carpinteiros, pedreiros, marceneiros e tanoeiros nesse contexto, percebemos um ponto em comum entre esses dois espaços: o papel ocupado pelo trabalho nestas sociedades, como saída para se evitar a desclassificação social. No Recife, especificamente, o trabalho exercido pelos oficiais dos quatro ofícios anexos, longe de desabonar socialmente seus executores, foi fator primordial para a ascensão social destes artífices em vários níveis. O fato de exercerem seus ofícios não só possibilitava a eles subirem de nível na hierarquia existente na tradição corporativa, e de assim terem acesso a cargos de certo prestígio como os de juiz e escrivão de ofício e avaliador de prédios urbanos junto à Câmara, como também os colocavam distantes da condição social ocupada pelos vadios, bandidos, e, ainda, pelos cativos, essa sim desabonadora.

Ademais, o exercício dos seus ofícios e a organização destes, baseados na cultura de ofícios reinol, estavam, pela perspectiva dos artífices, envoltos em valores de grande significado, como os valores de tradição, dignidade e honra. Carmen Bernand, em seu estudo sobre a representação do trabalho no mundo hispanoamericano, também detectou na América Espanhola alguns desses conceitos morais atrelados à representação do trabalho em fins do século XVIII, como, por exemplo, os conceitos de “honor”, “honra”, “honradez”, “decencia” e “legitimidad”, que, segundo ela, “conllevan juicios de valor imperantes en la península

⁵³⁹Laura de Mello e Souza, *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*, Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004, p.95.

ibérica desde épocas lejanas, relativos a la estima en que un individuo es tenido y se tiene a sy mesmo”.⁵⁴⁰

Tais valores, cultuados pelos mesteirais, poderiam ser notados materializados, por exemplo, nas procissões feitas pelas bandeiras de ofícios, símbolos da intervenção dos artífices na vida da cidade, convocadas pela própria municipalidade, com vistas a dar maior pompa e interesse às solenidades por ela promovidas. Tradição, dignidade e honra que lhes eram garantidas pelo próprio rei, como vimos no prólogo que abriu este capítulo, pela utilidade que o exercício de seus ofícios tinha para a Coroa e para o bem da *Res publica*.

Essa interferência dos artífices na vida da cidade, referendada pelo próprio rei, significava para esses trabalhadores que não apenas eles não eram onerosos ao sistema, como úteis e importantes para a manutenção da ordem estabelecida. Sentimento de reconhecimento que pode ser percebido no prólogo do já citado Compromisso e Regimento da Bandeira e Confraria do Glorioso São José da Bahia de 1780, como também em um registro de abertura de assentos de oficiais, ao que parece da década de 1760, feito pelos capineiros da Praça da Polé, das Cinco Pontas, da Rua da Praia e da Boa Vista, organização profissional de maioria de homens de cor e que parecia não seguir a cultura de ofícios reinol, no qual ressaltam o reconhecimento social obtido pela certificação da administração colonial. Segue um trecho:

Digo eu feLis De Brito visR dos capineiros e Com [Migo] o gornernador João [Brandam] do dito ofisio enLeitos hanbos Com a faculdade do Illuxtrissimo e Excelentissimo Luis Diogo LouBo da Silva [hora] confrimado Pello Illuxtrissimo Senhor D. Antonio Conde de ViLLA fLor Grovernador e Cappitam General de pernambuco e mais capitancias anexas que pera mostrar a obrigação que tenho do meu gorverno fis este Livor dos [meus] asentos no tempo do meu gorverno tanto para verdade da minha praça Com para [...] [verificamento] do posto que gorverno (...).⁵⁴¹

Segundo Laura de Mello e Souza, a ideia de “inutilidade”, difundida em várias partes do mundo, e que teria ganhado especial vigor nos séculos XVI e XVII, adentrando, ainda, pelo século XVIII, aparece como característica da consciência coletiva de um momento histórico: o do surgimento do capitalismo.⁵⁴² Ainda de acordo com essa autora, é possível

⁵⁴⁰Carmen Bernand, “Las representaciones del trabajo en el mundo hispanoamericano: de la infamia a la honra”, In: PAIVA, Eduardo França & ANASTASIA, Carla Mª Junho (Orgs.). *O trabalho mestiço: maneiras de pensar e formas de viver – séculos XVI a XIX*. São Paulo: Annablume, 2002, p.394.

⁵⁴¹IPHAN/PE, *Livro de Recibos*, s.p.

⁵⁴²Laura de Mello e Souza, op.cit., p.105.

perceber esse movimento já na Idade Média, quando se verificam as grandes transformações sobre a ideia de utilidade e inutilidade social, sobre o ócio e o trabalho, pois:

Durante séculos, o pobre havia sido o pobre de Cristo, o coitadinho que merecia ajuda e com o qual a população das vilas convivia sem escândalo. Para eles os mosteiros abriam suas portas e distribuíam seus grãos. Nunca deixou de haver quem alertasse para a diferença entre pobres válidos e pobres inválidos – os vadios e os vagabundos sendo, via de regra olhados com desconfiança –, mas essa dicotomia só se tornou mais acentuada na Baixa Idade Média. Inicialmente, os braços de Cristo se abriam para todos – não indistintamente, mas para todos.⁵⁴³

O termo *otium* (ócio), que acompanhará a ideia de inutilidade social, junto aos sinônimos *quies* (repouso) e *vacatio* (dispensa/isenção) significou por um longo período – desde a Antiguidade – aquele tempo em que se deixava de lado as preocupações utilitaristas, para se dedicar a uma atividade mais propriamente humana, aquela atividade do pensamento, da arte e da vida contemplativa, pois, como disse Sêneca, “*solī omnium otiosi sunt qui sapientiae vacant*”. Esse valor positivo acerca do ócio teria prosseguido por toda a Alta Idade Média, e era utilizado para designar o tempo dedicado à oração e à contemplação, o “*christianae vitae otium*”, como colocava Santo Agostinho. Porém, não poderia ser esse um ócio inerte, mas um ócio no qual se tinha movimento, de busca e descoberta da “verdade”. Ao lado desse tipo de ócio, passa o trabalho também a ter uma valoração positiva nesses tempos. O trabalho humilde, revalorizado, em grande parte, pelo Cristianismo, tinha como fim a caridade ativa no socorro ao próximo, e com mais razão, o desejo de evitar ser um peso para os outros. O “*ora et labora*”, de São Bento acaba, assim, por consagrar de vez o equilíbrio existente entre o ócio santo e a operatividade caritativa.⁵⁴⁴

Dessa forma, ainda durante a Idade Média, crescem entre os escritores eclesiásticos as vozes que advertem os perigos morais de um ócio vazio e vicioso. A literatura espiritual começa, então, a denunciar esse tipo de ócio como ocasião para todas as tentações e para todos os tipos de maus pensamentos, passando a ganhar o sentido negativo de *otiositas*. Seria essa uma ociosidade inspirada na preguiça e vista como ocasião propícia para o vício. Assim, o trabalho sério e a fuga do ócio assumem o valor de um exercício ascético, sendo vistos como “*remedium castitatis contra luxuriam*”.⁵⁴⁵

⁵⁴³Ibidem, p.78.

⁵⁴⁴Dicionário de Mística, op.cit., s.v. “ócio”.

⁵⁴⁵Idem.

É no século XII que se acusa a grande virada, diz Mello e Souza. As grandes convulsões, a urbanização e as transformações na economia monetária e na estrutura da propriedade rural vivenciadas nesse século teriam engendrado a pobreza, provocando uma transformação radical na concepção que se tinha dela por todos aqueles séculos: o pobre, definitivamente, passa a ser visto como uma criatura desse mundo, como um problema social, e o poder público passa, assim, a se encarregar deles. No século XIV, essa situação teria ficado insustentável em toda a Europa, tendo em vista que a quantidade de pobres teria aumentado significativamente, devido à peste, à guerra e à fome. Os pobres se tornaram onerosos demais para serem ajudados, onerando Deus e o Estado. Assim, o trabalho e sua virtude redentora passaram a ser exaustivamente lembrados, citando-se, como referência, a vida dos santos. O pobre, então, passa a ser confrontado, por um lado, como representação do Cristo humilhado; e, por outro, como ameaça à ordem social. Tanto que as leis inglesas e francesas de repressão à vadiagem e de obrigatoriedade do trabalho foram a resposta mais imediata a esse estado de coisas.⁵⁴⁶

Ainda segundo Mello e Souza, a expansão do setor mercantil por esses tempos teria provocado a dissolução gradativa dos laços servis, libertando um número de pessoas superior ao que o sistema conseguia absorver. Isto teria tornado fluidas as fronteiras entre o mundo do crime e o mundo do trabalho, ou como ela explica: “trabalho obrigatório para todo o homem pobre válido, integrante não mais da legião dos ‘coitadinhos de Cristo’, mas da ‘classe perigosa’ que começava a assombrar as cidades e os burgos no outono da Idade Média”.⁵⁴⁷

Desta feita, se incidiram violentamente os esforços empreendidos no sentido de generalizar a prática do trabalho, reabilitada após ter sido desprezada por muito tempo como consequência do pecado original.⁵⁴⁸ Sobre isso, é preciso que se diga que, desde os primeiros capítulos do *Gênesis*, o trabalho constitui a dimensão essencial da existência e bênção de Deus. A destinação para o trabalho faz parte dos dons do paraíso e é o aspecto da iniciativa criadora de Deus, pois, o Deus criador é o Deus que trabalha e repousa; e o trabalho, dessa forma, se apresenta como participação na atividade divina. Porém, o pecado original, aquele que teria sido cometido por Adão e Eva, viria a ofuscar o sentido original do trabalho, tendo em vista que o esforço e a esterelidade são expressões do castigo divino.⁵⁴⁹ O Homem, então castigado, passaria a ter que tirar através do esforço de trabalhos penosos o seu sustento,

⁵⁴⁶Laura de Mello e Souza, op.cit., p.78-79.

⁵⁴⁷Ibidem, p.80.

⁵⁴⁸Idem.

⁵⁴⁹*Dicionário de Mística*, op.cit., s.v. “trabalho”.

conseguindo o seu alimento por meio do suor do próprio rosto, até voltar à terra em que fora tirado, “pois tu és pó, e ao pó tornarás”.⁵⁵⁰

Essa visão negativa do trabalho pode ser encontrada em vários períodos da História de Israel. Todavia, o trabalho também é visto como prolongamento da criação divina. O trabalho realizado a serviço de Deus é admirado e exaltado. Jesus de Nazaré não fora apenas carpinteiro e filho adotivo do também carpinteiro José, mas também trabalhou mediante a pregação, os milagres, a paixão e a morte, e por meio de todas as obras que fez para o resgate da humanidade.⁵⁵¹ Assim, justificada a partir desse repertório religioso, a prática do trabalho, acaba por tornar-se um dos valores de uma sociedade que se lança no crescimento econômico, e, já a partir do século XIII, as expressões “vadio” e “mendigo válido” tornam-se etiquetas injuriosas, atribuídas a certos marginais.⁵⁵²

Foi também no século XIV, acompanhando o que acontecia em toda a Europa, que as preocupações das autoridades portuguesas acerca da obrigatoriedade do trabalho desembocaram em leis repressivas que visavam, principalmente, aos mendigos e aos vagabundos. No entanto, de acordo com Mello e Souza, é ao “vadio” e à “vadiagem” que mais dizem respeito as leis portuguesas, apesar das menções ao “vagabundo” e à “vagabundagem”. Ela explica que “a especificidade assumida pelo termo na legislação portuguesa parece, assim, acusar uma preocupação que se volta sobretudo para o combate à ausência do trabalho (vadiagem), o perigo representado pelo caráter andejo do desocupado (vagabundagem) passando para segundo plano”.⁵⁵³

A partir da Época Moderna, com o desenvolvimento da economia mercantil e o surgimento do capitalismo, a palavra “ócio” ficará marcada de vez por seu significado negativo, sendo considerado como “pai de todos os vícios”.⁵⁵⁴ Dessa forma, acompanhando um movimento que vinha desde a Idade Média, o “trabalho” acaba por se consolidar como saída para a regeneração social, capaz de dar utilidade para aqueles que se mostravam inúteis para a sociedade.

É nessa época, inclusive, principalmente depois dos descobrimentos marítimos, que a literatura conhecida como utópica coloca o trabalho como parte integrante de um projeto para a sociedade perfeita. Assim, vemos em um trecho da obra *Utopia*, escrita por Thomas Morus por volta de 1516, o seguinte:

⁵⁵⁰ “Livro do Gênesis 3”, versículo 19, In: *Bíblia de Jerusalém*. São Paulo: Paulus, 2012.

⁵⁵¹ *Dicionário de Mística*, op.cit., s.v. “trabalho”.

⁵⁵² Laura de Mello e Souza, op.cit., p.80-81.

⁵⁵³ *Ibidem*, p.82-83.

⁵⁵⁴ *Dicionário de Mística*, op.cit., s.v. “ócio”.

Há uma arte comum a todos os utopianos, homens e mulheres, e da qual ninguém tem o direito de isentar-se, é a agricultura. As crianças aprendem a teoria nas escolas e a prática nos campos vizinhos da cidade aonde são levadas em passeios recreativos. Aí assistem a trabalhar e trabalham também, e este exercício traz ainda a vantagem de desenvolver suas forças físicas. Além da agricultura, que, repito-o, é um dever imposto a todos, ensina-se a cada um um ofício especial. Uns tecem a lã ou o linho; outros são pedreiros e oleiros; outros trabalham a madeira ou os metais. São esses os principais ofícios.⁵⁵⁵

Também vemos isto na obra intitulada *A cidade do sol*, escrita em 1602 por Tommaso de Campanella. Segue um trecho:

A agricultura e a pecuária são ensinadas por meio da observação, e todos, guiados pelo próprio chefe e juiz, dirigem-se para o campo, onde examinam e aprendem as modalidades de trabalho, sendo considerado o primeiro e o maior o que tiver conhecimento de maior número de artes e souber exercê-las com critério. Não posso exprimir-lhe quanto desprezo têm por nós, por chamarmos de ignóbeis os artífices e de nobres os que não sabendo fazer coisa alguma, vivem no ócio e sacrificam tantos homens que, chamados de servos, são instrumentos da preguiça e da luxúria.⁵⁵⁶

Aproveitando a crítica feita por Campanella sobre a sociedade em que vivia e que fora referência para a criação da utópica “cidade do sol”, é preciso destacar que, para as autoridades, as preocupações e as medidas tomadas contra aqueles que, aos seus olhos, eram

⁵⁵⁵Thomas Morus, *Utopia*, São Paulo: Martins Fontes, 1999, p.88.

⁵⁵⁶Tommaso de Campanella, *A cidade do sol*, São Paulo: Ícone, 2002, p.23-24. Outros pensadores, no decorrer da Época Moderna, chegaram também a tratar em suas obras sobre o papel do trabalho. John Locke, por exemplo, ao tratar sobre a propriedade, coloca o trabalho despendido sobre algo como fator primordial para se determinar a propriedade privada de um indivíduo. Segundo ele, “Ainda que a terra e todas as criaturas inferiores pertençam em comum a todos os homens, cada um guarda a propriedade de sua própria pessoa; sobre esta ninguém tem qualquer direito, exceto ela. Podemos dizer que o trabalho de seu corpo e a obra produzida por suas mãos são propriedade sua. Sempre que ele tira um objeto do estado em que a natureza o colocou e deixou, mistura isso no seu trabalho e a isso acrescenta algo que lhe pertence, por isso o tornando sua propriedade. Ao remover este objeto do estado comum em que a natureza o colocou, através do seu trabalho adiciona-lhe algo que excluiu o direito comum dos outros homens. Sendo este trabalho uma propriedade inquestionável do trabalhador, nenhum homem, exceto ele, pode ter o direito ao que o trabalho lhe acrescentou, pelo menos quando o que resta é suficiente aos outros, em quantidade e qualidade”. LOCKE, John. *Segundo tratado sobre o governo civil*. Petrópolis: Vozes, 1994, p.42. A partir da década de 1770, a corrente fisiocrática francesa se lança de novas teorias sobre a virtude, a prosperidade e a sociedade, e também coloca o trabalho em foco. François Quesnay, retomando Locke, defende a ideia de que a natureza devia ser uma fonte de prosperidade para a sociedade. Dessa forma, os novos heróis não seriam mais os guerreiros, mas sim os agricultores, responsáveis em produzir o alimento, o bem mais precioso de uma sociedade. Não esquecendo que em 1776 ainda é publicada a *Riqueza das Nações* de Adam Smith, obra que discute, entre outras coisas, a divisão do trabalho e acumulação do capital, e que teria causado um grande impacto para a época. Ver em: BERNAND, Carmen. “Las representaciones del trabajo en el mundo hispanoamericano: de la infamia a la honra”. In: PAIVA, Eduardo França & ANASTASIA, Carla Mª Junho (Orgs.). *O trabalho mestiço: maneiras de pensar e formas de viver – séculos XVI a XIX*. São Paulo: Annablume, 2002, p.395-396.

desclassificados sociais por não trabalharem não estavam direcionadas a todos, apenas, como viemos mostrando, aos pobres que, por não estarem exercendo qualquer atividade produtiva que pudesse prover o próprio sustento, por qualquer motivo que fosse, tornavam-se onerosos ao sistema. Como bem destacou Carmen Bernand sobre a realidade espanhola, o ócio:

era la ocupación noble das élites, que podían dedicarse al desarrollo de las letras o a las artes militares; la ociosidad de los pobres, es decir el desarraigo y el vagabundeo, tanto en España como en las Indias, fue la justificación de medidas represivas para concentrar a esa población inestable en talleres u otros centros de trabajo forzado o semi-forzado.⁵⁵⁷

Todavia, a visão “positiva” acerca do trabalho, que vai se constituindo paulatinamente em contrapartida à visão negativa do ócio, principalmente com o surgimento do capitalismo, chega ao século XVIII presente em várias camadas sociais da Europa e seus domínios, ainda que, por vezes, de forma contraditória – aos nossos olhos contemporâneos –, e profundamente imbricada a um repertório religioso, repertório este que ainda direcionava, sobremaneira, a vida das pessoas. Nesses tempos, o trabalho aparece marcado por seu papel expurgador dos pecados do Homem, ainda atrelado à ideia do pecado original, mas, ao mesmo tempo, positivo, pois teria ele papel regenerador, de utilidade à Deus e à *Res publica*. Assim, o termo “trabalho”, que carrega consigo, por esses tempos, a ideia de penalidade e esforço, pode ser visto apropriado de várias maneiras, e em diferentes contextos, como apontou Carmen Bernand, ao se debruçar sobre a realidade hispano-americana:

“los trabajos pasados” son las entradas difíciles, las conquistas peligrosas, que los conquistadores reivindican para obtener privilegios y fama. “Trabajo” se emplea también para toda tarea que produce una transformación de la materia: por ejemplo el trabajo de los cueros. Pero también se aplica a la inversión que un amo hace para desarrollar los talentos de su esclavo, como fue el caso del protomédico Miguel O’Gorman, en Buenos Aires a finales del siglo XVIII, que había instruido a su esclavo durante años en los oficios de cocinero y de peluquero, “y quería que fuese vendido fuera de la tierra para que outro no disfrutase de su trabajo”.⁵⁵⁸

De certa maneira, essas diferentes apropriações acerca do “trabalho” também se fizeram notar na realidade luso-americana. Haja vista que muitos nessas terras solicitavam

⁵⁵⁷Carmen Bernand, op.cit., p.397.

⁵⁵⁸Ibidem, p.398.

honras e mercês ao rei justificando os serviços prestados à Coroa, por eles ou suas famílias, seja durante a conquista, seja no combate aos inimigos, como no caso da capitania de Pernambuco e o episódio da expulsão dos holandeses daquelas terras, ocasião que teria permitido a obtenção de privilégios por muitos.⁵⁵⁹ Em sentido diverso, vemos o “trabalho” sendo apropriado pela administração colonial com vistas à supressão daquela gente que se mostrava onerosa e indejável, como destaca Laura de Mello e Souza, em seu já citado estudo sobre a Minas Gerais do setecentos, onde a eliminação dos vadios – inúteis para a *Res publica*, portanto, desclassificados sociais –, se tornou uma possibilidade imediatamente associada ao emprego desses desclassificados em algo útil, como, por exemplo, em obras públicas e nas lavouras, na polícia privada e até nas milícias e corpos militares.⁵⁶⁰ Por mais que pareçam díspares os dois tipos de apropriação acerca do trabalho que apontamos acima, partiam eles da mesma lógica, na qual estava inserida a ideia do ser ou se fazer “útil”.

No *Diccionario da Lingua Portuguesa* de Rafael Bluteau, o termo “trabalho” aparece inúmeras vezes, e em sentidos diversos, como é possível ver em alguns verbetes como: **Laborioso**, significando “amigo de trabalhar”, “Que atura trabalho”, “Feito com trabalho” e “*Vida laboriosa*, i.e. activa”; **Lida**, significando “trabalho, fadiga”; **Magnanimidade**, significando “grandeza de ânimo na liberalidade, perigos, trabalhos”; **Tormenta**, “*Tormenta de fortuna*, i.e. trabalhos, desgostos”; **Matéria**, significando “Aquillo de que se faz, qualquer obra (...), as que não receberão nenhum trabalho, ou labor de manufactura”; e **Tosco**, significando “sem trabalho de artifice, e como sahe das mãos da natureza”.

Nos verbetes “trabalho” e seus derivados consta ainda em Bluteau o seguinte: **Trabalhado**, significando “Obrado com arte”, mas também “Cansado de trabalho, lasso, fatigado”; **Trabalhador**, significando “dado ao trabalho, não ocioso”; **Trabalhar**, significando “usar das forças, e engenho para fazer alguma obra rustica, d’arquitectura, ou de entendimento, ou mecânica”, ou “Fazer esforços, e grandes diligencias”, ou ainda “Dar trabalho, fadiga”; e, por fim, o verbete **Trabalho**, significando “exercicio corporeo, rustico, ou mecanico”, ou “do *entendimento* em composições”, ou ainda “A dificuldade, e incommodo do trabalhar”, “Coisa que incomoda, afflige o corpo, ou o espirito”.⁵⁶¹

Como visto, os verbetes apresentados trazem sentidos diversos ao “trabalho”. Em alguns deles é possível ver certo sentido positivo, como, por exemplo, o trabalho em

⁵⁵⁹Para mais informações, ver: MELLO, Evaldo Cabral de. *A fronda dos mazombos: nobres contra mascates*, Pernambuco, 1666-1715. São Paulo: Editora 34, 2003; e, ainda, *O nome e o sangue: uma fraude genealógica no Pernambuco Colonial*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

⁵⁶⁰Laura de Mello e Souza, op.cit., p. 107-130.

⁵⁶¹Todos os verbetes citados encontram-se em: SILVA, Antonio de Moraes; BLUTEAU, Rafael, *Diccionario da Lingua Portuguesa*, Lisboa: Oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1789.

contraposição ao ócio; em outros se privilegia o trabalho como transformador da matéria, mostrando, inclusive, o artífice como principal responsável por esta transformação; e, claro, há aqueles que remetem ao esforço, ao sofrimento, ao penar a ele atribuído. Certamente que com tão diversos sentidos, diversos também foram seus usos e apropriações, e isto gostaríamos de destacar.

Todavia, na América Portuguesa, cuja sociedade fora marcada pela presença da escravidão, o sentido negativo acerca do trabalho não teria recaído tão fortemente sobre qualquer elemento social como recaiu sobre os cativos. Privados de liberdade, eram coisificados e considerados como mercadoria. A eles eram reservados os trabalhos mais aviltantes, e era esse o referencial de trabalho que os artífices do Recife procuraram por todo o setecentos se distanciar. Ao tratarmos do setor da construção no contexto da vila do Recife setecentista, mostramos, inclusive, como estavam reservados aos escravos os trabalhos mais pesados e menos dignos. Pelo que observamos por meio da análise da documentação da Irmandade do Patriarca São José dos Oficiais dos Quatro Ofícios Anexos, trabalhos esses que não estavam à altura de um artífice, que qualificado e integrando uma corporação de mestirais, executava o conhecimento sobre o seu ofício, apreendido depois de anos de aprendizagem e dentro de uma estrutura de organização laboral repleta de tradições, e, como já apontamos, envolta em valores de grande significado, como os de dignidade e honra.

Em contrapartida, foi por meio deste trabalho, considerado pelos artífices incorporados como digno, honroso e útil à *Res publica*, que negros e pardos, livres e cativos, conseguiram, de certa forma, melhorar, minimamente, as suas condições, e ascender socialmente, ainda que, muitas vezes, não tivessem conseguido ultrapassar, sobremaneira, o seu estatuto social. Como já tínhamos apresentado, a expansão do mercado de trabalho na vila do Recife por esses tempos teria se alargado de tal forma, que teria possibilitado a qualificação de homens de cor em diversos ofícios mecânicos, chegando muitos à maestria, como indica o trecho já apresentado do Compromisso de 1774 da Irmandade de São José do Recife, que diz: “Esta Santa Irmandade e confraria dos oficiais dos coatro officios anexos entre os que há [muitos] e vários Mestres dos ditos ofícios da cor preta e parda”.⁵⁶²

Entre esses homens de cor, que vieram a se tornar profissionais qualificados nesse contexto tão particular do Recife, existiram muitos cativos, como já tínhamos apontado, e que, por terem qualificação, passaram a ser melhor valorados, não só monetariamente como também socialmente, frente a uma massa de escravos desqualificada. Alguns deles, ainda que

⁵⁶²A.H.U., *Compromisso*, fl.4.

poucos, conseguimos identificar a obtenção de uma valoração social ainda melhor, como os já citados José, escravo do Doutor Joaquim Apolinário, que, por volta de 1791, mesmo contrariando a diretoria da Irmandade de São José do Recife, teria conseguido sua carta de exame, certificação de sua maestria, pela Câmara de Olinda; e o carpinteiro e confrade de São José, Manuel Félix, escravo do Padre Belchior, letrado, que teria se tornado oficial de carpina, ao que tudo indica, no ano de 1768, vindo a ser mestre desse ofício em fins do século XVIII.

De acordo com Carmen Bernand, na América Espanhola da segunda metade do setecentos havia uma diferença social significativa entre aqueles que possuíam um ofício de fato, a nível das tradicionais corporações de ofícios, e aqueles que estavam fora dessa organização. O mesmo identificamos na vila do Recife durante essa mesma centúria. Segundo esta autora:

El oficio, por mas bajo que sea, implica un aprendizaje en una situación de dependencia: los futuros aprendices son confiados por los padres a un maestro, que tiene obligación de darles la formación, alimentarlos y vestirlos correctamente, y castigarlos pero con moderación. Disciplina y rigor son requisitos básicos; el aprendiz comparte con los demás la promiscuidad del taller o de la tienda (...). El oficio implica una residencia fija, una sedentarización.⁵⁶³

Em contrapartida, aqueles que estavam fora dessa organização e que, ainda assim, trabalhavam prestando alguns tipos de serviços em suas localidades não possuíam esse caráter estável e ordenado, tão característicos das corporações, pois, diz Bernand, “Supone por parte del que o ejerce, una disponibilidad permanente, una industria personal, una habilidad desarrollada empíricamente”.⁵⁶⁴

Dessa forma, tinham os artífices dos quatro ofícios anexos do Recife, incorporados sob a cultura de ofícios reinol e cuja utilidade à *Res publica* era reconhecida pelo rei, pela municipalidade e pela sociedade, uma melhor valoração social frente aos demais trabalhadores que estavam fora desse tipo de organização. Organização laboral que, por seu caráter tradicional, era, portanto, estável e ordenada aos olhos das autoridades.⁵⁶⁵ O exercício

⁵⁶³Carmen Bernand, op.cit., p.403.

⁵⁶⁴Idem.

⁵⁶⁵Faz-se necessário ressaltar que, quando falamos de “cultura de ofícios” e de seu caráter tradicional, estamos nos referindo às normas e às práticas existentes no fazer cotidiano de cada um dos ofícios, estas ancoradas no costume. “Costume”, como apontou Edward Palmer Thompson, “não como posterior a algo, mas como *sui generis*: ambiência, *mentalité*, um vocabulário completo de discurso, de legitimação e expectativa”. Essas normas e práticas defendidas pelos artífices, que faziam parte e orientavam o fazer cotidiano de seus ofícios, nada tinham a ver com as normas proclamadas pela Igreja ou pelas autoridades, mas sim definidas dentro de seu próprio grupo. Segundo Thompson, frequentemente, a invocação do “costume”, no tocante a um ofício ou

de seus ofícios conferia a esses artífices distinção social dentro do universo do trabalho da vila do Recife – marcado cada vez mais pela mestiçagem e pela presença da escravidão –, fornecendo-lhes maiores possibilidades de ascensão social, por meio da maestria e, conseqüentemente, do acesso a cargos de prestígio como juiz e escrivão de ofício e avaliadores de obras, e a cargos na Mesa Diretória da Irmandade, que, como dissemos, agregava *status* aos olhos da comunidade.

Essa distinção social que apontamos pode ser constatada, por exemplo, na já citada ocasião do conserto do palácio do bispo de Pernambuco, em 1753, quando o governador Correia de Sá solicita o conhecimento e a experiência do juiz do ofício de pedreiro, Teotônio Ferreira dos Reis, e do mestre do mesmo ofício, Paulo Luís Fiesco, para fazerem, juntamente com o engenheiro Antônio José de Lemos, a vistoria desse prédio, já então em ruínas. Outro exemplo está em um ofício de 17 de outubro de 1778, escrito pelo então governador de Pernambuco, José César de Meneses, ao então secretário da Marinha e do Ultramar, Martinho de Melo e Castro, no qual o dito governador diz ter encarregado um tanoeiro para avaliação da qualidade de madeiras locais para envio destas ao Reino, com vistas à produção de obras de tanoaria. Diz o documento o seguinte:

Em observancia desta Real Ordem mandei vir logo à minha prezença hum Tanoeiro, *que* como perito no seu Ofício, me declarasse quais erão as Madeiras produzidas nesta Capitania, *que* o uzo e a experiencia tinhão [aprovado] [de] melhores para o ministerio de Aduelas, o qual me [segurou] *que* as Madeiras, de que [se] [inserrião] no seu oficio, como mais qualificadas, erão o Amarelo e a Peeroba; posto *que* da Peeroba se uzavão em vazilhas de seco; porem *que* talvez nesse Reyno podesse servir tão bem para vazilhas de molhado, em razão de chegar lá mais seca a dita Madeira; sobre o que se poderia ahi fazer experiencia (...).⁵⁶⁶

Assim, por meio do exercício e domínio técnico de seus ofícios tinham eles o reconhecimento das autoridades, e, conseqüentemente, da sociedade local, alguns chegando

ocupação, refletia uma prática tão antiga que adquiria a cor de um privilégio ou direito. Todavia, esse caráter tradicional que apontamos, aparentemente estável, estava em fluxo contínuo, e, longe de exibir a permanência que sugere a palavra “tradição”, o costume era um campo para mudança e para disputa, “uma arena na qual interesses opostos apresentavam reivindicações conflitantes”, como bem destacou Thompson. Ver em: THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.13-24.

⁵⁶⁶Cf. Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, *Ofício do [governador da capitania de Pernambuco], José César de Meneses, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro, sobre ter recebido um caixote de aduelas para serem comparadas com as madeiras da dita capitania, afim de se usar no ministério, e que para tal serviço, encarregou um tanoeiro a fim de declarar quais as madeiras que seriam mais qualificadas, tendo sido selecionada o amarelo e a peroba para tal finalidade [1778, outubro, 17, Recife], CU, 015, Cx.131, D.9896, fl.1-1v.*

mesmo a ter grande estima na comunidade. Não aleatoriamente é que vemos os mestres dos quatro ofícios anexos, partícipes de sucessivas mesas diretórias da Irmandade de São José do Recife, fazendo tudo o que estava ao seu alcance para barrar, durante todo o setecentos, o acesso a homens de cor à sua corporação de ofícios, principalmente de cativos – condição social esta ainda mais desabonadora –, com vistas a não “manchar” a estima social que teriam adquirido mediante o próprio exercício de seus ofícios, desde fins dos seiscentos. Pois, como bem apontou Carmen Bernand, “Poner una persona manchada de infamia dentro de un grupo que no lo es – como en ciertos gremios, por ejemplo – equivale a ‘ajar la honra’: a marchitarla, a darle mal sabor”.⁵⁶⁷

Como já tínhamos apontado, a pressão do mercado de trabalho no Recife setecentista, que forçava a absorção do trabalho desses elementos sociais – negros e pardos, cativos e livres, considerados pelos mestres artífices como elementos sociais abaixo de sua posição – teria sido o maior obstáculo desses confrades no decorrer dessa centúria, ainda que muitos deles tivessem se aproveitado da ocasião para aumentar seus lucros por via do trabalho dos cativos que pertenciam, como também já tínhamos apontamos anteriormente. No sentido contrário, esse mesmo mercado foi para esses “novos” elementos sociais, que passaram a estar inseridos no exercício do trabalho qualificado da vila, “mola propulsora” para, ao menos, amenizar a sua condição social, condição esta da qual os próprios estigmatizados buscaram, assim, se distanciar.

Diante de uma sociedade tão hierarquizada como era a do Antigo Regime, faz-se necessário ressaltar que as diferenças na valoração social do trabalho e de seus executores na América Portuguesa – como também em outros domínios ibéricos –, não se resumiram apenas no ser livre ou cativo, ou, ainda, no ser trabalhador qualificado, pertencendo a uma organização laboral, ou não. Certamente isto era condição *sine qua non* para se valorar socialmente muitos dos trabalhadores por essas terras, mas existiram outros fatores que contribuíram igualmente para isso, como a secular dicotomia entre as artes consideradas mecânicas e as artes consideradas liberais, dicotomia esta presente, inclusive, por toda a Europa Ocidental e que fora herdeira da Antiguidade Clássica.

De acordo com Carmen Bernand, no século XVIII, se entendia por “artes” todo sistema de regras e métodos que serviam para facilitar a realização de uma ação determinada. As artes estavam divididas em dois tipos: as “Artes Mecânicas”, que correspondiam aos ofícios manuais, e que, por requererem a mecânica corporal, por tempos representou “la

⁵⁶⁷Carmen Bernand, op.cit., p.404-405.

fuerza, las secreciones, la suciedad, la fatiga y la usura general del cuerpo”;⁵⁶⁸ e as “Artes Liberais”, que correspondiam às artes, às ciências e às letras, e que, por tempos, foram atividades consideradas nobres por estarem relacionadas ao desenvolvimento da inteligência.⁵⁶⁹

No tópico anterior, quando discutimos a valoração monetária do trabalho na vila do Recife no setecentos, apresentamos exemplos de como o trabalho era valorado monetariamente de forma diversa, a depender, entre outras coisas, do valor social que tinha o exercício de cada ofício para aquela sociedade. Mostramos não apenas valores diferenciados dentro das hierarquias dos ofícios, que, em geral, eram estabelecidos de acordo com o domínio técnico que cada um tinha na divisão do trabalho nas oficinas e tendas, mas também fora delas, de um ofício para outro ofício. Assim, identificamos que na vila do Recife do setecentos esses valores diferenciados de um ofício para outro estavam respaldados, também, nessa dicotomia entre Artes Mecânicas e Artes Liberais, esta última melhor valorada socialmente, portanto, também melhor valorada monetariamente.

Citamos, como exemplo, que em 1754 a Irmandade de São José teria pago a um caiador 900 réis para caiar toda a igreja de seu patriarca, trabalho este considerado meramente mecânico; e 4.000 réis a um pintor para pintar apenas um frontal, cujo trabalho, apesar de também estar inserido nas Artes Mecânicas, era tido como mais rebuscado, recorrendo à inteligência e à sensibilidade, o que lhe conferia uma valoração social mais elevada, assim como uma valoração monetária distinta. Também citamos que na década de 1780, um organista, que estaria classificado como um profissional das Artes Liberais, teria recebido da Irmandade a quantia de 1.280 réis para executar uma novena; enquanto que um cavouqueiro, este relacionado à força, às secreções e à fadiga das Artes Mecânicas, teria recebido menos da metade desse valor para cortar uma pedra grande que seria destinada às obras do altar. Como pode-se perceber, eram valores muito distintos e que levavam em conta o grau de proximidade – ou de distanciamento – com o mecanicismo do trabalho executado.

Damião António de Lemos, intelectual português do século XVIII, desenvolve em um pequeno texto, intitulado *Divisão das Artes Liberais com base na teoria de Bluteau*, as seguintes considerações sobre este assunto:

As Artes dividem-se em Liberaes e Mecanicas. As primeiras assim denominadas, porque são dignas e próprias do homem livre, em que s'exercita para couzas grandes São muitas as Artes Liberaes; mas commummente contão-se sete Grammatica,

⁵⁶⁸Ibidem, p.395.

⁵⁶⁹Ibidem, p.395-399.

Rhetorica, Dialetica, Musica, Arithmetica, Geometria, e Astrologia. As Artes Mecanicas são, as que s'exercitão com obras de mãos, estas são muitas e dividem-se em perfeitas e imperfeitas, ou em mais perfeitas e menos perfeitas: as mais perfeitas são as que servindo ao animo necessitão de preceitos particulares para a sua direcção: como a Pintura, a Cirurgia. As menos perfeitas são todas as que com trabalho do corpo e exercício das mãos se põem em pratica ainda pelos rústicos e incultos.⁵⁷⁰

Essa ideia que se cristalizou sobre o trabalho mecânico já vinha sendo debatida há tempos por importantes pensadores, principalmente após a Revolução Científica, quando a função do saber modifica-se decisivamente: o saber não é mais percebido como contemplação, nem como tentativa de decifrar as estruturas últimas do real. Para Francis Bacon, um dos principais pensadores sobre essa nova concepção de ciência, o verdadeiro fim do conhecimento consistia na descoberta de todas as operações e possibilidades de operação, que iria desde a imortalidade até a mais desprezada arte mecânica.⁵⁷¹ Segundo Bacon,

Nem a mão nua nem o intellecto, deixados a si mesmos, logram muito. Todos os feitos se cumprem com instrumentos e recursos auxiliares, de que dependem, em igual medida, tanto o intellecto quanto as mãos. Assim como os instrumentos mecânicos regulam e ampliam o movimento das mãos, os da mente aguçam o intellecto e o precaveem.⁵⁷²

De acordo com Paolo Rossi, no chamado *meccanicismo* do século XVII se opera não só a ideia de que os eventos naturais podem ser descritos mediante os conceitos e os métodos daquele ramo da Física chamado *mecânica*; mas se opera também a ideia de que os engenhos e as máquinas construídas pelo homem podem constituir um modelo privilegiado para a compreensão da natureza. A máquina funcionaria como modelo explicativo da natureza, tornando-se a imagem de uma realidade constituída de dados quantitativamente mensuráveis, na qual cada peça cumpre a sua função com base em uma determinada forma, em

⁵⁷⁰Damião António de Lemos, *Divisão das Artes Liberais com base na teoria de Bluteau*, s.d, fl.1. Trata-se de um manuscrito de sete fôlios, que encontra-se no setor de manuscritos da Biblioteca da Ajuda, em Portugal. Referência: 49-III-20 (34).

⁵⁷¹Paolo Rossi, *A ciência e a filosofia dos modernos: aspectos da Revolução Científica*, São Paulo: Ed. Unesp, 1992, p.78.

⁵⁷²Francis Bacon, *Novum Organum: ou verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza*, São Paulo: Nova Cultural, 1999, p.6.

determinados movimentos e velocidade de movimentos. Assim, conhecer a natureza passou a significar também a percepção acerca do funcionamento da máquina do mundo.⁵⁷³

O mundo dos fenômenos que podem ser reconstituídos por meio da investigação científica e o mundo dos produtos artificiais, construídos ou reconstruídos pelo intelecto ou pelas mãos, são as únicas realidades das quais se pode ter ciência. Diante disso, passa-se a não existir qualquer diferença entre as máquinas que os artesãos constroem e os diversos corpos compostos pela natureza. Para esses pensadores, como fora Francis Bacon, explica Rossi, o critério de conhecer como fazer e entre conhecer e construir não vale só para o homem, vale igualmente para Deus, enquanto artífice e construtor do mundo.⁵⁷⁴

No século XVIII ainda vemos essa dicotomia sendo discutida, por exemplo, na *Encyclopédie*, obra símbolo do movimento ilustrado francês. Em seu “Discurso Preliminar dos Editores”, Jean le Rond D'Alembert defende que todos os nossos conhecimentos podem ser divididos em *diretos* (que recebemos imediatamente sem nenhuma operação de nossa vontade) e os *refletidos* (que são adquiridos operando os *diretos*, unindo-os, combinando-os). Todos os nossos conhecimentos *diretos* reduzem-se aos que recebemos pelos sentidos, e o objeto que percebemos através dos sentidos que nos afeta mais significativamente é o nosso corpo, porque nos pertence mais intimamente: “percebemos a atenção que ele exige de nós, para afastar os perigos que o rodeiam. Sujeito a mil necessidades e extremamente sensível à ação dos corpos exteriores, seria em breve destruído se não nos preocupássemos com sua conservação”.⁵⁷⁵

Ele explica que a necessidade de defender nosso próprio corpo da destruição nos faz examinar os objetos exteriores que nos podem ser úteis ou prejudiciais. Ao percebermos a semelhança de nós mesmos com o outro e vice-versa, percebemos também que é preciso nos unir para juntos discernir na natureza o que pode nos conservar e ou nos prejudicar. O problema é que ao se aproximarem com vistas à preservação do corpo, cada membro da sociedade procurou aumentar para si mesmo a utilidade que dela retirava, tendo que, para isso, combater em cada um dos outros uma diligência igual à sua, pois estava presente a ideia de que todos não poderiam ter o mesmo quinhão de vantagens, mesmo que todos tivessem a ele o mesmo direito: “um direito tão legítimo é, portanto, em breve infringido por este direito bárbaro de desigualdade, chamado lei do mais forte (...). Assim, a força dada pela natureza a

⁵⁷³Paolo Rossi, op.cit., p.134-135.

⁵⁷⁴Ibidem, p.136-137.

⁵⁷⁵Jean le Rond D'Alembert, “Discurso Preliminar dos Editores”, In: DIDEROT, Denis & D'ALEMBERT, Jean le Rond. *Encyclopédie ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers par une société de lettrés*. São Paulo: UNESP, 1989, p.23-25.

certos homens e de que (...) somente deveriam usar para apoiar e proteger os fracos é (...) a origem da opressão desses últimos”.⁵⁷⁶

De acordo com ele, tendo sido a força do corpo o primeiro princípio que tornou inútil o direito que tinham todos os homens de serem iguais, os mais fracos, que geralmente se apresentam em número maior, reuniram-se para reprimi-la; estabelecendo com a ajuda de leis e de governos uma desigualdade cujo princípio não é mais a força. Procuraram, assim, uma espécie de desigualdade bem menos arbitrária, procurando na diferença dos espíritos – e não mais nas diferenças de corpos – um princípio de desigualdade também “natural” que fosse mais pacífico e útil à sociedade. Assim é que os talentos dos espíritos se tornaram superiores aos do corpo, fazendo com que, por exemplo, os artistas mecânicos fossem por séculos considerados inferiores aos que exerciam as Artes Liberais.

Como as Artes Mecânicas dependiam de uma operação manual e estariam presas a uma rotina, elas foram dirigidas aos homens colocados nas camadas inferiores da sociedade. A indigência, que teria forçado esses homens a se aplicarem a esse trabalho, tornou-se, em seguida, uma razão para desprezá-los de tal forma que o prejudicaram em todos os aspectos da sua vida. Tendo em vista que muitos deles foram responsáveis por grandes invenções tecnológicas, D’Alembert questiona que “os nomes desses benfeitores do gênero humano são quase desconhecidos (...). Todavia, é talvez entre os artesãos que se deva procurar as provas mais admiráveis da sagacidade do espírito, de sua paciência e de seus recursos”.⁵⁷⁷

Todavia, apesar dessas ideias terem circulado o mundo, não penetraram a contento as profundas estruturas nas quais estava fincado o Antigo Regime, a ponto de proporcionar mudanças radicais no modo de se valorar socialmente aqueles que exerciam os ofícios mecânicos. Assim, na vila do Recife setecentista, o que percebemos é que existia mesmo uma diferença valorativa entre aqueles que exerciam as Artes Mecânicas e aqueles que exerciam as Artes Liberais, diferença esta constatada no valor de mercado pago pelo trabalho de um e de outro, como mostramos anteriormente. Ademais, como destacou Damião António de Lemos na citação que apresentamos mais acima, não havia diferenças valorativas apenas entre as Artes Mecânicas e as Artes Liberais, pois as artes consideradas mecânicas, por si só, estavam elas também hierarquizadas em seu interior.

Damião António de Lemos divide as artes mecânicas entre as “mais perfeitas”, como a pintura e a cirurgia; e as “menos perfeitas”, como aquelas que, com o trabalho do corpo e com o exercício das mãos, são praticadas “pelos rústicos e incultos”. Entretanto, trata-se de uma

⁵⁷⁶Ibidem, p.25.

⁵⁷⁷Ibidem, p.45.

divisão demasiadamente simplista se olharmos a realidade da vila do Recife no século XVIII. Primeiro, porque sabemos que muitos dos oficiais mecânicos que lá trabalhavam não poderiam ser taxados como rústicos e incultos, pois, de fato, não eram. E em segundo lugar, porque as hierarquizações existentes entre os ofícios mecânicos, que interferiam na valoração social de seus executores, eram complexas por demais para serem divididas em apenas duas categorias.

Um pintor de parede ou fachada, por exemplo, era valorado diferentemente em relação àquele pintor que se dedicava à pintura de quadros ou de painéis. Ademais, poderiam ser valorados também de forma diversa o oficial pedreiro especializado em cantaria, trabalho este que poderia exigir mais detalhes e certos rebuscamentos, se comparado ao trabalho de um pedreiro de alvenaria, ou o oficial carpinteiro que teria se especializado na construção de navios, nos diversos estaleiros existentes no Recife do século XVIII, e não na construção de casas, como muitos dos confrades de São José. De um ofício mecânico para outro também existiam diferentes valorações. A exemplo, o sapateiro que, pelo próprio exercício de seu ofício, trabalhava com materiais mais rústicos, como o couro, tinha valor social diverso do ourives, que trabalhava com metais preciosos e cujo trabalho se apresentava mais detalhado e refinado.

No entanto, ainda que cada um dos ofícios mecânicos tivesse um valor social diverso, sendo uns melhor valorados que outros, de maneira geral o exercício de qualquer um desses ofícios não teria sido fator social desabonador, frente, por exemplo, ao número significativo de indigentes e também de escravos vindos da Guiné, Mina e Angola, com os quais teria se deparado o já citado cirurgião Manuel dos Santos, ao aportar no Recife na primeira metade do setecentos. Ou, ainda, frente aos “delinquentes” que cresciam em número, juntamente com a população da vila, como apontou, em 1735, o também já citado carcereiro Antônio de Azevedo Pereira em requerimento à Coroa. Pelo contrário. Afastados do perigo moral do ócio, o exercício de seus ofícios, longe de ser uma punição social, não os tornavam onerosos ao sistema, mas sim úteis para a manutenção do *status quo*. Ademais, o trabalho qualificado, envolto em dignidade, honra e legitimidade, os diferenciava e os distanciava do trabalho pesado e penoso a que estavam submetidos os cativos, estes coisificados, animalizados.

Da mesma forma, o exercício de seus ofícios também não teria sido fator impeditivo para a ascensão social desses trabalhadores, mas sim, como já tínhamos apontado, um meio para que, inclusive, pudessem galgar uma posição social melhor. Principalmente na vila do Recife, onde sua gente era tão densamente mercantil, que, segundo a açucarocracia olindense, seus moradores estariam todos infectados pelo ambiente burguês do povoado, como destacou

Fernandes da Gama; e seu espaço urbano era tão intensamente povoado por reinóis, que, por não “perdoarem a trabalho”, chegaram a adquirir pela sua indústria “os cabedais que os filhos do Brasil pela sua ociosidade (...) costumam desperdiçar”, como destacou o cirurgião Manuel dos Santos. Tanto que na vila do Recife, segundo Evaldo Cabral de Mello,

Os mascates pensavam seguramente que a nobreza concedida pela benevolência régia mas adquirida pelos próprios méritos tinha primazia sobre a nobreza herdada dos pais, que era a dos nobres de Olinda. Em Portugal, os tratadistas do século XVII ainda se mostravam apegados à velha noção medieval de que a nobreza transmitia-se pelo sangue, a chamada ‘nobreza natural’, mas já ressoavam os ecos da disputa entre a nobreza do sangue e a nobreza das obras e já havia quem defendesse a superioridade da ‘nobreza civil’ ou ‘política’, concessão do príncipe.⁵⁷⁸

Certamente que por mais mercantil que o Recife fosse e por mais que a sua população tivesse uma perspectiva diferente acerca da ideia e do valor social do trabalho em relação, por exemplo, à sua vizinha Olinda, ele estava inserido em uma cultura política maior, na qual o passado envolto em mecanicismo dos principais da vila foi, por muito tempo, restrição para que estes tivessem acesso fácil a “cargos honrosos da república”, tendo em vista que a nobreza da terra alegava que o defeito mecânico dessa gente a incapacitava para o trato dos negócios públicos, como também restrição ao acesso fácil a títulos e a honrarias, como os hábitos das ordens militares, por exemplo.⁵⁷⁹ Porém, ainda assim, de nenhuma forma fora impedimento absoluto. Haja vista o caso do já citado afamado mestre pedreiro português Antônio Fernandes de Matos, que, permanecendo no Recife entre 1671 a 1701, teria ascendido social e economicamente de tal maneira, que se tornou um dos homens mais ricos e importantes do período, tendo assumido cargos e funções prestigiosas e se tornado Cavaleiro da Ordem de Cristo.⁵⁸⁰ Essa abertura viria a se ampliar ainda mais no decorrer do tempo, principalmente após Pombal, que teria utilizado o enobrecimento e o acesso às ordens militares como meios para estimular a fundação das companhias de comércio, tendo em vista que concedia para aqueles que adquirissem um certo montante mínimo de ações o direito automático à obtenção de hábitos.⁵⁸¹

Todavia, por mais que fôssemos, como aponta a historiografia sobre o período colonial, uma sociedade ávida por honras e mercês, ela não estava dividida dicotomicamente

⁵⁷⁸ Evaldo Cabral de Mello, op.cit., p.36.

⁵⁷⁹ Ibidem, p.28.

⁵⁸⁰ José Antônio Gonsalves de Mello, op.cit., 1981, p.90.

⁵⁸¹ Evaldo Cabral de Mello, op.cit., p.36.

entre aqueles elementos considerados “nobres” e aqueles considerados “não nobres”, pelo menos não no Recife setecentista. A valoração social do indivíduo, inclusive, não estava calcada apenas em considerar se este possuía algum título que o nobilitava ou não, pois, para além dos poucos que conseguiam esse privilégio, havia uma quantidade enorme de indivíduos, desprovidos dele, que valorava socialmente uns aos outros e que também dava voltas para melhor se valorar socialmente. Assim, fatores como liberdade, etnia e utilidade social eram demasiadamente importantes para se valorar socialmente um indivíduo por esses tempos, como apontamos; entre outros fatores existentes, que se apresentavam como facilitadores para aqueles que desejam uma melhor condição social, como, por exemplo, o casamento e a formação de laços importantes de parentesco, a ordenação clerical, a prestação de serviços à Coroa, o letramento, o enriquecimento e o pertencimento a uma confraria religiosa de relevância social.

No caso dos artífices dos quatro ofícios anexos do Recife, confrades de São José, estavam a eles agregados o valor de pertencerem a uma corporação de ofícios, aos moldes da cultura de ofícios reinol, com todas as tradições e os valores morais a ela atrelados. O fato de estarem incorporados significava qualificação, legitimidade ofertada pela Coroa e reconhecimento perante a comunidade, estando eles acima de qualquer trabalhador que estivesse fora dessa condição. Ademais, eram fundadores e confrades de uma confraria religiosa, a Irmandade do Patriarca São José dos Oficiais dos Quatro Ofícios Anexos, que, de acordo com a análise que fizemos a partir da documentação consultada, possuía significativa estima na comunidade, associando não só artífices dos quatro ofícios anexos, como também elementos de uma camada média urbana existente na vila do Recife, como mostramos no capítulo 2. Teve a dita irmandade, inclusive, sua importância social reconhecida pela visita do Governador Correia de Sá nas festividades de abertura ao culto da igreja de seu patriarca em 1754; e, décadas depois, o apadrinhamento do Governador D. Tomás José de Melo, como vimos no episódio da arrematação das âncoras na Praia de São José, ocorrido em 1789.

Muitos deles, por via do próprio exercício de seus ofícios, tornaram-se mestres de ofícios, o que teria lhes permitido acumular significativo cabedal, e assumir cargos de prestígio na Mesa Diretoria da Irmandade de São José, assim como junto à municipalidade e à administração colonial. No capítulo anterior, já tínhamos citado o nome de Antônio Manuel Ferreira Feijó, pedreiro endinheirado, que fora juiz da dita irmandade entre os anos de 1781 e 1782, ocasião em que teria despendido de seu próprio bolso a quantia de 607.925 réis para sanar dívidas da confraria, e que antes disso já tinha sido juiz de seu ofício junto à Camara em 1774, e, em 1776, eleito pelos vereadores como “avaliador dos prédios urbanos, dos bens das

execuções e arrematações”. Cargo este que ocupou juntamente com o também já citado carpinteiro Francisco Xavier de Lima,⁵⁸² que, endinheirado assim como Feijó, também teria despendido considerável quantia para sanar dívidas da Irmandade quando fora juiz da dita em 1784. Considerado carpina de boa inteligência e consciência, Francisco Xavier de Lima esteve anos a fio frente à direção da confraria e também como juiz de seu ofício junto ao Senado da Câmara, e que representa, ao nosso ver, uma das figuras mais ativas e importantes na organização dos quatro ofícios anexos do Recife durante o setecentos.

Além desses nomes já conhecidos, outros nomes, no exercício de seus ofícios, também ocuparam esses cargos de importância na municipalidade, como o pedreiro Francisco Nunes Soares, que fora escrivão de seu ofício junto à Câmara em 1774, juiz em 1775 e avaliador de prédios urbanos em 1778; Francisco Pereira Ramos Correia, também pedreiro, e que fora, por muitos anos, juiz deste ofício, chegando a ser avaliador de prédios urbanos em 1780; o pedreiro Antônio da Gaya Campos, que, além de escrivão e juiz deste ofício junto à Câmara, também fora avaliador de prédios urbanos em 1795; e o carpinteiro Francisco Félix, juiz de seu ofício em 1790 e avaliador de prédios urbanos em 1797.⁵⁸³ De acordo com Roberto Dantas de Araújo,

O status alcançado pelos Mestres do Ofício da Construção pernambucanos durante o século XVIII pode ser bem exemplificado pela atividade que exerceram enquanto “autores de risco” e enquanto “peritos”, algumas vezes acompanhando Engenheiros Militares, convocados para darem “vistorias”. Neste sentido, a constatação do cargo de “Avaliador de Prédios Urbanos” é também um exemplo da importância social dos Mestres.⁵⁸⁴

Esse *status* alcançado por esses mestres de ofícios, como coloca Araújo, ainda poderia ser constatado pelo fato de alguns deles figurarem como irmãos de confrarias importantes. A exemplo, Euzébio de Oliveira Coutinho, pedreiro e morador da Boa Vista, que, segundo o dicionário produzido por Vera Acioli, teria sido irmão da Santa Casa de Misericórdia de Olinda; o carpinteiro Félix de Cantalício, que, em 1749, teria se tornado irmão professo da

⁵⁸²Ver em: Vera Lúcia C. Acioli, op. cit., s.v. “Antônio Manoel Ferreira Feijó” e “Francisco Xavier de Lima”; e em Roberto A. Dantas de Araújo, op.cit., p.128.

⁵⁸³Todas estas informações encontram-se em: IPHAN/PE, *Livro de Receitas e Despesas*, p. 29v-102; e em Vera Lúcia C. Acioli, op. cit., s.v. “Antônio da Gaya Campos”, “Francisco Félix”, “Francisco Nunes” e “Francisco Pereira Ramos Correia”.

⁵⁸⁴Roberto A. Dantas de Araújo, op.cit., p.127.

Ordem Terceira do Carmo; e o já conhecido Francisco Xavier de Lima, que em 13 de outubro de 1776, teria se professado irmão da Ordem Terceira de São Francisco.⁵⁸⁵

Voltando aos cargos de importância junto à municipalidade, ocupados pelos artífices dos quatro ofícios anexos do Recife, encontramos, ainda, o carpinteiro José Rodrigues Papagaio (ou Papagalho), que fez parte da diretoria da Irmandade de São José em 1787 como juiz, ocupando um cargo ligado à administração colonial em 1798, quando aparece em exercício como mestre do trem, conforme declaração do Governador D. Tomás José de Melo, escrita em 22 de março de 1798, para a atestação dos papéis de serviço do dito carpinteiro. Segue um trecho:

Atesto que tomando posse do Governo destas Capitanias em 13 de Dezembro de 1787 achei ao Mestre Carpinteiro Joze Rodrigues Papagayo com praça de Mestre do Trem de Sua Magestade, e por conhecer o Seu prestimo o tenho encarregado em todo o tempo do meu Governo na fatura de varias carretas para o Prezidio de Fernando Noronha, e Fortalezas destas Capitanias, e mais Reparos delas, o que tudo tem [exercitado] com muita prontidão, e zelo do Real Servico; e da mesma Sorte se tem [conferido] em outras obras do mesmo Real Serviço de que igualmente o tenho encarregado, fazendo todas em perfeição, prontidão e fidelidade; Sendo o único *que* conheço nesta Capitania com inteligencia para os Reparos da Artilharia, por cujas Razoens o considero digno de qualquer merce que Sua Magestade for servido conferir lhe (...).⁵⁸⁶

Sobre esse trecho, faz-se importante destacar não apenas as qualidades apontadas por D. Tomás, como a inteligência e a qualificação de José Rodrigues Papagaio, mas também a utilidade de seus serviços à Coroa, e, sobretudo, a intercessão do próprio governador da capitania de Pernambuco ao escrever, em pessoa, esta declaração para causa particular do dito carpinteiro. O que nos sugere que José Rodrigues Papagaio, enquanto carpinteiro e em exercício de seu ofício, gozava de certa estima social naquela sociedade.

Isto posto, um último facilitador que gostaríamos de ressaltar é o letramento. Como apresentamos anteriormente, identificamos que cerca de 14,67% dos artífices dos quatro ofícios anexos do Recife, que eram confrades de São José, e que foram registrados na Irmandade entre os anos de 1735 a 1800, possuíam algum grau de letramento. Não sabemos

⁵⁸⁵Vera Lúcia C. Acioli, op. cit., s.v. “Euzébio de Oliveira Coutinho”, “Félix de Cantalício” e “Francisco Xavier de Lima”.

⁵⁸⁶Cf. Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, *Auto dos papéis de serviços do mestre do trem José Rodrigues Papagaio que mandou fazer o ouvidor geral da capitania de Pernambuco, Antônio Luis Pereira da Cunha [1798, junho, 20, Recife]*, CU, 015, Cx.203, D.13833, fl.3.

ao certo até que ponto o letramento estava inserido no aprendizado das corporações de ofícios. O que sabemos, apenas, é que o exercício de alguns misteres, muito mais que outros, exigia um maior domínio da leitura, da escrita e de operações básicas de matemáticas. Para aqueles que exerciam os ofícios ligados ao setor construtivo, por exemplo, se fazia necessário, no mínimo, uma certa noção de rudimentos da aritmética, da geometria elementar e da geometria prática.⁵⁸⁷

Segundo Beatriz Piccolotto Bueno, o desenho figurava como instrumento de raciocínio e síntese, representando um conceito de edificação, e, por isto, não poderia estar ausente no cotidiano laboral dos artífices da construção, tendo em vista que grande parte das fábricas cabia aos mestres pedreiros e mestres carpinteiros.⁵⁸⁸ Como ferramenta de trabalho, explica ela, os “riscos” e “traças” tinham importante papel operacional e pragmático, o que inviabilizaria, caso não existissem, as obras de grande porte:

Ao ser convocado para determinada “fábrica”, cabia ao profissional do “risco” dialogar com o sítio escolhido, desenhar (...). A planta demonstrava o arranjo do programa arquitetônico, os comprimentos, larguras e espessuras de cada uma das suas partes, bem como sua implantação no sítio; a elevação, as alturas, o ritmo das aberturas e a métrica presente nas fachadas; o perfil e o corte, as espessuras das paredes, os vários pavimentos do edifício, a estrutura da cobertura e a profundidade das fundações; a perspectiva ou a maquete, o conjunto (interior e exterior).⁵⁸⁹

Segundo Bueno, quando não existiam os desenhos eram eles substituídos por “desenhos por escrito”, que traziam instruções pormenorizadas sobre as medidas do conjunto e das partes e os materiais empregados. As condições, apontamentos e outros tipos de instruções por escrito, ressalta a autora, constituíam verdadeiros memoriais da construção: da concepção à arrematação, execução e vistoria, todas as etapas eram mediadas por desenhos

⁵⁸⁷Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno, op.cit., p.349. Faz-se necessário informar que o ensino fornecido pelo Estado se deu apenas em 1759, com a instituição das aulas régias durante o governo pombalino. Ou seja, 24 anos após ser fundada a Irmandade do Patriarca São José do Recife. Além disso, de acordo com Thaís Nívea Fonseca, até o ano 1772, a implementação das aulas régias ainda sofria dificuldades. Tudo isso nos sugere que, em geral, o letramento dos artífices dos quatro ofícios anexos do Recife, cujos registros compreendem o período entre os anos de 1735 a 1800, não teria se dado por esse meio. Pelo menos não na maioria dos casos. Para mais informações ver: FONSECA, Thaís Nívea de Lima e. *Letras, ofícios e bons costumes: civilidade, ordem e sociabilidade na América Portuguesa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

⁵⁸⁸De acordo com Beatriz Piccolotto Bueno, quando disponíveis no local, os engenheiros militares eram os mais prestigiados para projetar as obras públicas, porém, por estarem em número inferior à demanda, estiveram ausentes na maior parte das freguesias e vilas, cabendo aos mestres de ofícios a projeção das edificações. Ver em: Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno, op.cit., p.322.

⁵⁸⁹Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno, op.cit., p.343.

(gráficos) ou desenhos por escrito (descrições), compondo diálogos entres os diversos atores e instâncias administrativas envolvidos em casa fase da construção.⁵⁹⁰

No decorrer da pesquisa, não conseguimos identificar quais eram, de fato, os conhecimentos teóricos que poderiam possuir os artífices ligados ao setor construtivo do Recife. Porém, Beatriz Bueno aponta que a análise de alguns fragmentos de exames para a maestria, realizados em terras luso-americanas, indicam um certo contato com a tratadística. Segundo ela, a tratadística teria circulado na América Portuguesa em círculos restritos, mas nem sempre significando erudição, reduzindo-se ao pragmatismo predominante na colônia. Assim como nas aulas militares, as pranchas eram destacadas dos tratados e desconectadas do debate de origem. Dessa forma, diz a autora, “essas e outras gravuras soltas certamente extrapolaram-lhes as fronteiras, e, mesmo que os mestres-pedreiros e carpinteiros não tenham passado por essas academias, tinham acesso a elas”.⁵⁹¹

No que concerne aos artífices dos quatro anexos do Recife, considerando as ferramentas intelectuais que despendiam cotidianamente em seus ofícios, tudo indica que eles, quando não tinham um certo domínio da leitura e da escrita, tinham, ao menos, alguma familiaridade com as letras.⁵⁹² Ao analisarmos a documentação administrativa da Irmandade de São José, cuja produção esteve a cargo de suas sucessivas Mesas Diretórias, o que se faz importante destacar, percebemos que entre os integrantes dessa diretoria havia diferentes níveis de domínio da escrita, o que pode ser percebido, inclusive, nos trechos de documentos da administração da Irmandade que apresentamos por todo este trabalho. Os vestígios de escrita de artífices que não identificamos fazendo parte da diretoria da Irmandade resumem-se apenas a algumas assinaturas, e mesmo nelas é possível verificar, da mesma forma, diferentes níveis de domínio de escrita. Pois, verificamos que alguns assinam mais claramente e outros assinam com maior dificuldade (**Fig.21**).

Como já tínhamos apontado, encontramos entre esses confrades alguns poucos casos de escravos e forros com letramento, tendo em vista que no começo do século XIX aparecem eles ocupando o cargo de escrivão. Assim, encontramos o já citado carpinteiro Manuel Félix,

⁵⁹⁰Idem.

⁵⁹¹Ibidem, p.356.

⁵⁹²Justino Magalhães explica que o método de alfabetização mais usual até fins do Antigo Regime assentava-se numa aprendizagem diferenciada para a leitura e para a escrita: “Regra geral, a aprendizagem da leitura era anterior à aprendizagem da escrita (...). Seja por debilidade económica, ou por motivo de suficiência, a verdade é que, numa multiplicidade de casos, os pais retiravam os filhos da aprendizagem da leitura e da escrita, após um curto período de frequência que lhes permitia aceder a uma capacidade de leitura rudimentar e à assinatura do nome”. Ver em: MAGALHÃES, Justino Pereira de. *Alquimias da Escrita: alfabetização, história, desenvolvimento no mundo ocidental do Antigo Regime*. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001, p.73-74.

Antonio Jose de Lima Int. p.º de Lemg.
 Antonio Luiz Manoel G.º de Almeida
 Cosme Luiz Porto Miguel Macedo Mirelli
 Castor de Lencastre Pedro Per.º de Mello
 Luiz de Souza G.º de Mello
 Jose Diaz G.º de Mello
 Antonio alv.º Jose Pa.º de Mello
 Antonio Dos Santos M.º de Mello
 Goncalo de Costa Joaquin G.º de Mello
 Luiz Martin Bizer G.º de Mello
 Elias G.º de Mello Jose Gomes de Mello
 Antonio Francisco da Cruz Miguel de Mello
 Joao de Mello
 Joao de Mello
 Felix de Mello Luna
 Gregorio de Mello
 Goncalo Vieira de Mello
 Nippe de Mello Santiago
 Antonio da Silva
 Antonio de Mello
 Jose Roiz de Mello
 Jose R.º de Mello
 Ignacio de Mello

Fig. 21: Assinaturas de alguns artífices dos quatro ofícios anexos, contidas no Compromisso da Irmandade de São José do ano de 1774. Fonte: Compromisso da Irmandade e Confraria do Patriarca o Senhor São José, dos ofícios de carpinteiro, pedreiro, marceneiro e tanoeiro, estabelecida na vila de Santo Antônio do Recife de Pernambuco (século XVIII). AHU_CU_cód.1301, fl.12.

escravo do Padre Belchior, que aparece pagando sua escrivanã em 1804; Vicente de Freitas, oficial de tanoeiro da era de 1788, escravo de Ana de Freitas, que fora escrivão nos anos de 1809 e 1810; e o forro Manuel Domingos, marceneiro, que fora escrivão em 1813.⁵⁹³ Sobre eles, quase nada sabemos, pois perdemos os seus rastros. Por isso, não temos como assertar quando teriam adquirido letramento, nem por quais meios.

No entanto, de acordo com Gilberto Freyre, havia no Recife um número considerável de homens de cor possuindo algum grau de letramento. Freyre conta que a mecânicos vindos do Reino e outras partes da Europa foram-se juntando muitos mestiços hábeis em ofícios, que eram peritos em caligrafia e em outras artes burocráticas aprendidas com os brancos, e que, desde os primeiros dias de colonização, começaram a surgir das sombras das casas-grandes e dos sobrados patriarcais e principalmente dos colégios de padres, se espalhando pelos espaços sociais mais livres, às vezes em competição com aqueles outros mecânicos vindos do Reino.⁵⁹⁴

Dessa forma, se considerarmos a realidade da América Portuguesa, os artífices dos quatro ofícios anexos do Recife, que possuíam algum grau de letramento, tinham maiores oportunidades de ascenderem socialmente e melhorarem sua condição social. Letrados, poderiam fazer parte não apenas da Mesa Diretória da Irmandade, que obrigava que seus membros, ao menos, soubessem ler; como também poderiam ocupar cargos junto à municipalidade e à administração colonial, como visto em alguns exemplos que apresentamos. Ademais, estavam eles inseridos cotidianamente na burocracia do Estado Moderno Português, e toda reivindicação, solicitação, notificação, etc., dirigidas às diversas esferas da administração colonial eram feitas, oficialmente, por escrito. Isto significa que, para se comunicar com o poder colonial, ter certo domínio da escrita fazia toda a diferença, pois, ao contrário, seria necessário recorrer a terceiros. E, em uma sociedade com tantos iletrados, poder se comunicar diretamente com as instâncias de poder proporcionava certo prestígio entre seus pares e além deles.⁵⁹⁵

Assim, diante de tudo o que até agora trouxemos neste capítulo, é possível perceber que muitos dos oficiais mecânicos que trabalhavam na vila do Recife não poderiam ser taxados de “incultos”, da forma como apontou Damião António de Lemos. No que concerne,

⁵⁹³IPHAN/PE, *Livro das Matrículas*, p.15 e 23[?].

⁵⁹⁴Gilberto Freyre, op.cit., 2004, p.493.

⁵⁹⁵A sociedade do Antigo Regime era uma sociedade de ordens na qual as famílias, as corporações e as cidades desenvolviam práticas organizativas que, “por um lado, cedo ou tarde se convertem a escrito, e, por outro lado, estruturam corpos legislativos que abrangem o exercício de cargos, os direitos e os deveres, tornando a participação na vida local muito ligada à capacidade alfabética de cada um”. Ver em: MAGALHÃES, Justino Pereira de. *Alquimias da Escrita: alfabetização, história, desenvolvimento no mundo ocidental do Antigo Regime*. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001, p.78.

especificamente, aos oficiais dos quatro ofícios anexos da vila, ainda que não tenhamos conseguido identificar o grau de alfabetização de todos os que nos deparamos, o que percebemos é que, no próprio fazer cotidiano de seus ofícios, todos eles tinham disponíveis ferramentas para desenvolverem a leitura, a escrita, a geometria e as operações matemáticas básicas. Sem contar, especialmente nos casos dos mestres pedreiros e mestres carpinteiros, no acesso que tinham à tratadística.

Em uma sociedade de tantos iletrados, conseguimos identificar, ainda assim, um número significativo desses artífices possuindo letramento, e que, por este motivo, tiveram eles melhores oportunidades de ascensão social, ocupando cargos de prestígio e circulando em diversos meios sociais, sem ao menos terem que abandonar o exercício de seus ofícios, como foi possível perceber nos casos de artífices que foram membros de confrarias de grande importância, como a Misericórdia e as Ordens Terceiras; e, ainda, no grande apreço demonstrado pelo Governador D. Tomás ao carpinteiro José Rodrigues Papagaio.

Diante disso, não poderiam, da mesma forma, serem taxados de “rústicos”. Ao circularem nesses meios sociais diversos, poderiam também ter contato com ideias diversas, não só a ideias teológicas, políticas e filosóficas, mas também sobre o que estava em voga nos “melhores” círculos. Entre eles, inclusive, existiam aqueles de considerável cabedal, como mostramos; e aqueles estimados por seus saberes técnicos, e pelos bons serviços prestados à administração colonial.

Certamente no universo laboral do Recife, tais casos estavam longe de representar uma maioria. Porém, a outra parcela restante não estava toda ela em condição completamente oposta a esta. Como apontamos, vários fatores contribuíam para que o trabalhador fosse valorado socialmente no Recife do setecentos, para melhor ou para pior. Dessa forma, ao nos debruçarmos sobre a análise do valor social do trabalho em terras luso-americanas, percebemos que, considerar que o exercício de ofícios mecânicos era tido como desprezível para aquela sociedade – ideia esta que, por tempos, foi difundida pela historiografia sobre o período colonial – seria, não apenas se embasar somente no discurso coevo daqueles poucos que ostentavam títulos pomposos, mas, principalmente, não considerar o papel social do trabalho manual e de seus executores para aquela sociedade, como também não considerar a complexidade das relações sociais que se constituíam e as transformações vivenciadas na América Portuguesa por esses tempos.

3.3 De Pombal a D.Tomás

Não poderíamos fechar este trabalho sem ao menos tecer algumas considerações acerca das mudanças identificadas, a partir da segunda metade do século XVIII, na Irmandade do Patriarca São José dos Oficiais dos Quatro Ofícios Anexos do Recife, enquanto organização laboral. Durante a análise documental, entendemos que, se considerarmos todo o setecentos, que, inclusive, teria de iniciado com o recrudescimento das relações entre a açucarocracia olindense e os mercadores do Recife, culminando, assim, na elevação do Recife à vila e na eclosão da conhecida Guerra dos Mascates, foi apenas na segunda metade dessa centúria que identificamos a condição social dos artífices dos quatro ofícios anexos, realmente, ser “posta em xeque”.

Como tratamos no primeiro capítulo, ao serem os holandeses expulsos da capitania de Pernambuco em 1654, e tendo sido restabelecido, assim, o domínio português nesse território, houve uma importante corrente imigratória de reinóis, entre eles mercadores, mestres de ofícios e aventureiros, que “invadiu” o Recife com vistas a preencher as vagas no comércio e nos ofícios mecânicos, que passaram a estar vagos com a retirada dos flamengos e judeus. Segundo Gonsalves de Mello:

As oportunidades de fortuna para homens de negócios e oficiais mecânicos eram grandes, com o restabelecimento do comércio da Capitania com o Reino. Que houve, na verdade, oportunidade de enriquecimento para gente humilde mas ambiciosa, que se lançou ao exercício de profissões burguesas, não resta dúvida, pois em documentos relativos à Guerra dos Mascates há referências a portugueses de baixa condição que em alguns anos se tornaram grossos capitalistas.⁵⁹⁶

Dessa forma, desde a segunda metade do seiscentos que o exercício de ofícios mecânicos na vila do Recife passou a figurar como meio rápido de ascensão econômica e social. Com a expansão urbana do Recife, que ganha fôlego em fins do seiscentos e que adentra com toda a força ao setecentos, ainda mais impulsionada quando o povoado é elevado à vila; e o setor construtivo, por isso, extremamente aquecido, o *status* social adquirido pelos artífices dos quatro ofícios anexos que lá trabalhavam só tendeu a se consolidar. Tanto que, em 1735, fundam eles a sua confraria sob o patrocínio de São José, e, pelo que constatamos, estava ela envolta em significativa consideração social, a perceber pelos recursos financeiros

⁵⁹⁶José Antônio Gonsalves de Mello, op.cit., 1981, p.18-19.

que tinha disponíveis por esses tempos; a composição social de seus confrades, tanto do corpo composto pelos artífices dos quatro ofícios anexos, como pelo corpo composto pelos “irmãos de fora”; as caprichadas festas que promovia em homenagem ao santo patrono; as quantias recebidas de doações pelos fiéis; e a atmosfera de regozijo da comunidade na ocasião de colocação da primeira pedra da Igreja de São José em 1752, assim como em sua abertura ao culto em 1754, como fez questão de registrar o Governador Correia de Sá em seu diário.

Todavia, a partir do reinado de D. José I, com as diretrizes de governo de seu Secretário de Estado, Sebastião José de Carvalho e Melo, que anos depois receberia o título de Marquês de Pombal, observamos mudanças significativas na organização interna da Irmandade de São José do Recife, devido, entre outras coisas, ao entremetimento da administração colonial em assuntos que, por décadas, disseram respeito apenas à diretoria da dita confraria, como os assuntos relativos à sua administração, e, especialmente, à organização dos quatro ofícios anexos na vila.

Como se sabe, uma série de medidas foram implementadas durante o governo pombalino, com o objetivo de modernizar o Império Português para adequá-lo ao nível das maiores potências econômicas de seu tempo. Para além do fomento comercial, agrícola e industrial, destacaram-se a expulsão da Companhia de Jesus dos territórios pertencentes ao Império Português, e a reforma no ensino; a subordinação do poder da Igreja pelo Estado; e medidas de cunho social, como as que determinavam a desestigmatização de cristãos-novos e de indígenas, como também a libertação de negros cativos no Reino. Embasando essas medidas, estavam algumas das principais ideias que vinham sendo debatidas por importantes pensadores do Reino, e que foram observadas de perto pelo Marquês.

De acordo com José Sebastião da Silva Dias, o modelo de sociedade a que o pombalismo estava inclinado vinha em processo desde o começo do reinado de D. José I, tendo atingido o seu auge apenas em fins dos anos de 1760 com a emergência econômico-política de uma burguesia relativamente poderosa no litoral português, com o colbertismo industrial e com as reformas estruturais de conteúdo agrário. Desde então, o antigo esquema teórico, que vinha sustentando o Estado Português, mostrou-se ineficaz como instrumento de guerra econômica e política, fazendo com que o principal teatro das operações se deslocasse da sociedade eclesiástica para a sociedade civil, e fazendo com que a cobertura doutrinária, vinda das instâncias do direito divino, cedesse, por isso, o lugar à cobertura do direito natural.⁵⁹⁷

⁵⁹⁷José Sebastião da Silva Dias, “Pombalismo e Teoria Política”, In: *Cultura – História e Filosofia*. v.1. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica/Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, 1982, p.45.

Segundo José Esteves Pereira, a noção de direito natural, sobre a qual estava assentado o governo pombalino, pregava, conforme os argumentos contidos no *Compêndio Histórico da Universidade de Coimbra*, de 1771, que os vassallos tinham a obrigação de serem fiéis e obedientes aos seus soberanos; de observarem as leis; e de contribuírem para as necessidades públicas do Estado, pois todos esses ofícios lhes seriam uma imposição da própria Natureza. As leis positivas, declaradas pelos soberanos e formalizadas por eles, de forma alguma teriam por objeto direitos arbitrários e inventados pelos homens, mas sim, direitos ditados, originalmente, pelo “autor da Natureza”, e todos indispensáveis para a conservação do Estado.⁵⁹⁸

Silva Dias explica que a primeira fase da doutrinação política da época pombalina desenvolveu-se na base de um discurso, por um lado teológico e juscanônico; e por outro histórico e jurista. A segunda fase, dominada pelas preocupações de remodelação da sociedade nacional, foi assentada na incorporação do discurso jusnaturalista na ideologia do absolutismo. Para Dias, sem o jusnaturalismo não se alicerçaria de forma válida a desfeudalização das estruturas econômicas e sociais, pois ela passava pela colocação de todos os vassallos em pé de igualdade perante a realeza, pela reformulação do direito de propriedade, e por uma política de desenvolvimento da produção e circulação de bens, que misturava o mercantilismo com o fisiocracismo.⁵⁹⁹

No entanto, como ressalta Silva Dias, apesar de não ter sido tão preeminente na primeira fase, o jusnaturalismo, fundamentado nos princípios do direito natural, esteve presente em algumas polêmicas doutrinárias em que o pombalismo se envolveu. Na polêmica acerca da Companhia de Jesus e suas atividades missionárias, por exemplo, o apelo ao direito natural pode ser visto no primeiro plano do discurso, colocando os índios como seres livres por natureza, conforme o direito natural e divino, e os jesuítas como os algozes responsáveis em suprimir tal liberdade. Após essa fase inicial, Pombal passou a dar maior relevo aos problemas industriais e culturais, e a partir daí o jusnaturalismo passa a adquirir maior relevância, pois no plano da fundamentação teórica e do direcionamento da praxe, era esse o discurso que mais se ajustava.⁶⁰⁰ Assim, para o autor, o jusnaturalismo constituiu de fato uma arma ideológica a serviço das aspirações e reivindicações da burguesia e da pequena nobreza; uma arma de luta destes estratos sociais contra o direito histórico em nome de um direito natural que lhe era anterior e superior. Enfim, uma arma para o acesso desses estratos ao poder político.

Não saberíamos mensurar até que ponto as ideias jusnaturalistas, que fundamentaram a política pombalina, reverberaram na microrrealidade da vila do Recife, principalmente em seu

⁵⁹⁸José Esteves Pereira, “Jusnaturalismo Pombalino e Mariano”, In: SILVA, João Paulo da (Coord.). *Pombal e o seu Tempo*. Casal de Cambra: Caleidocópio, 2010, p.11.

⁵⁹⁹José Sebastião da Silva Dias, op.cit., p.46.

⁶⁰⁰Ibidem, p.75.

universo laboral. Todavia, nos é curioso o fato de que, diante de um número cada vez maior de negros e pardos figurando entre os profissionais qualificados da vila, entre eles muitos mestres de ofícios, a Irmandade de São José, que sempre esteve resistente ao reconhecimento do lugar desses mestres em sua corporação, tenha se sentido pressionada ao ponto de ter que discriminar em seu Compromisso de 1774 a legalidade do acesso desses mestres negros e pardos, desde que soubessem ler, aos cargos mais honrosos de sua Mesa Diretoria, e, conseqüentemente, ao controle dos quatro ofícios anexos da vila do Recife, como mostramos no capítulo anterior. Quais os argumentos que estavam por trás da pressão colocada por esses mestres negros e pardos para conseguirem mais espaço político dentro da Irmandade e fora dela? Infelizmente, não conseguimos identificar, por mais que tenhamos nos debruçado nesta tentativa no decorrer da pesquisa.⁶⁰¹

Para Agnes Heller, a organização do trabalho é parte orgânica da vida cotidiana, ou seja, a vida que todos os homens vivem sem nenhuma exceção, qualquer que seja seu posto na divisão do trabalho intelectual ou físico, e que, simultaneamente, é particular e genérica. A sua significação, tal como seu conteúdo, é extremamente hierárquica. A ordem hierárquica, que é condição da organicidade da vida cotidiana, tem um papel fundamental para a cotidianidade, pois possibilita uma explicitação “normal” da produção e da reprodução, não apenas no “campo da produção” em sentido estrito, mas também no que se refere às formas de intercâmbio. Porém, de acordo com essa autora, a forma concreta da hierarquia não é eterna e imutável, se modificando de modo específico em função das diferentes estruturas econômico-sociais. Além disso, a vida cotidiana se apresenta carregada de alternativas e escolhas, que podem ser inteiramente indiferentes do ponto de vista moral, mas também podem estar moralmente motivadas.⁶⁰² Dessa forma, diz Heller:

Quanto maior é a importância da moralidade, do compromisso pessoal, da individualidade e do risco (que vão sempre juntos) na decisão acerca de uma alternativa dada, tanto mais facilmente essa decisão eleva-se acima da cotidianidade e tanto menos se pode falar de uma decisão cotidiana.⁶⁰³

⁶⁰¹Faz-se necessário ressaltar que as ideias e notícias circulavam por todo o Império Português, inclusive aquelas que estavam relacionadas às decisões da política metropolitana. Um exemplo disso nos traz Renato Pinto Venancio, ao contar que foi desmantelada, em 1773, uma conspiração ocorrida na Paraíba, na qual foram encontrados alguns *pasquins* que reproduziam os textos do alvará que mencionava a libertação de escravos do Reino. Segundo ele, ainda que houvesse poucos escravos que sabiam ler e escrever, a cultura oral foi muito importante na circulação da legislação que estava sendo promulgada em Portugal nesse período. Ver em: VENANCIO, Renato Pinto. *Cativos do Reino: a circulação de escravos entre Portugal e Brasil, século 18 e 19*. São Paulo: Alameda, 2012, p.169-179.

⁶⁰²Agnes Heller, *O cotidiano e a história*, São Paulo: Paz e Terra, 2008, p.31-32.

⁶⁰³Ibidem, p.39.

Tendo em vista que a organização do trabalho, como apontou Heller, é parte orgânica da vida cotidiana, cuja ordem hierárquica pode ser modificada em função de estruturas econômicas e sociais, e que também fornece ao homem uma série de alternativas e escolhas para que este possa elevar-se acima da cotidianidade, é possível que, diante das transformações vivenciadas pelo mercado de trabalho do Recife, que teriam possibilitado uma melhor condição social para aqueles homens de cor que possuíam alguma qualificação, alguns mestres dos quatro ofícios anexos negros e pardos, ao identificarem alternativas para galgar melhores posições, teriam investido, sobremaneira, no enfrentamento dos impendimentos sociais com que se deparavam.

Heller ainda explica que a atividade individual é muito poucas vezes completamente individual, mas sim, geralmente, uma projeção das aspirações e dos interesses de uma camada social. Dessa forma, quaisquer juízos e pensamentos podem resultar corretos na atividade social, se representarem os interesses da camada social a que pertence o indivíduo, e se a ele for facilitada a orientação ou a ação que corresponde às exigências cotidianas da camada social em questão. Segundo Heller:

É indiscutível que uma ação correspondente aos interesses de uma classe ou camada pode se elevar ao plano da praxis, mas nesse caso superará ao plano da cotidianidade; a teoria da cotidianidade, nesses casos, converte-se em *ideologia*, a qual assume uma certa independência relativa diante da praxis cotidiana, ganha vida própria e, conseqüentemente, coloca-se em relação primordial não com a atividade cotidiana, mas com a praxis.⁶⁰⁴

Foi, inclusive, durante o governo pombalino, mais precisamente no ano de 1759, em que foi criada a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, tendo a capitania de Pernambuco experimentado, neste momento, um novo incremento em sua economia, a partir do incentivo à cultura de novos produtos agrícolas, como o algodão e o tabaco; do fomento à construção de navios; e da renovação do tráfico de escravos com Angola. Assim, por essa época, o porto do Recife vivia cheio, a exportação de produtos pela capitania se diversificou, a quantidade de estaleiros aumentou, assim como a oferta de mão de obra, que passa a ser composta, cada vez mais, por negros e pardos alforriados.⁶⁰⁵

⁶⁰⁴Ibidem, p.51.

⁶⁰⁵José Ribeiro Júnior, *Colonização e Monopólio no Nordeste Brasileiro: A Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba (1759-1780)*, São Paulo: Hucitec, 2004, p.70-132. De acordo com Ribeiro Júnior, a construção de navios em Pernambuco e Paraíba é quase desconhecida, havendo poucas informações sobre esse setor nos séculos XVI e XVII, e omissão no século XVIII. Porém, juntamente com a Bahia e o Pará, Pernambuco e Paraíba teriam sido

José Ribeiro Júnior mostra que, considerando a capitania e suas anexas, havia um total de 120.263 habitantes livres, sendo 23.869 de negros forros (10.132) e pardos forros (13.737): número expressivo de escravos libertos, representando quase 20% da população livre. Outro dado importante: eram escravos apenas 23% do total da população e a média era de pouco mais de um escravo por fogo. Para ele, mesmo parecendo pouco e até surpreendente o número de escravos numa economia onde dominava a produção de açúcar, esses dados podem sugerir a composição demográfica de uma economia em processo de transformação.⁶⁰⁶

Dessa forma, é visível para nós que as diretrizes de governo, assumidas a partir do reinado de D. José I, interferiram em várias esferas do funcionamento da vila do Recife, estimulando por lá algumas mudanças e tentativas de ajustamentos a elas. No que concerne especificamente à Irmandade de São José, mostramos no capítulo anterior como a partir desse período a dita irmandade sofre uma ingerência mais incisiva da administração colonial em seus negócios, o que teria contribuído, ao nosso ver, para que ela vivenciasse nas décadas de 1770 e 1780 o desbaratamento de sua organização interna e uma crise significativa, que viera a incidir, inclusive, em seu numerário.

Essa ingerência mais incisiva da administração colonial nos negócios da Irmandade de São José teria começado, de acordo com a nossa análise, em 1755, quando a dita irmandade faz um novo Compromisso e o envia ao Reino para que pudesse ser confirmado. Como dito anteriormente, com o Regalismo do reinado de D. José I, houve uma série de solitações da Metrópole para que as irmandades leigas coloniais enviassem os seus Compromissos para serem analisados pelo poder metropolitano, ainda que tivessem anteriormente sido analisados e confirmados pelo Ordinário. Assim, acreditamos que os confrades de São José, que tinham um compromisso anterior feito desde a ocasião de sua fundação, tiveram que providenciar um novo estatuto e enviá-lo à Metrópole, com vistas a suprir as novas exigências.

A partir desse período, também, é que vemos a fiscalização da administração colonial sobre os assuntos internos da Irmandade ser mais rígida e recorrente. Como também já tínhamos mostrado, depois que a Irmandade foi fundada em 1735, teve ela suas contas analisadas pela administração colonial somente em 1747, ou seja, doze anos após a sua fundação. É a partir de 1750 que os autos de contas aparecem mais recorrentes, e passam a ser feitos pelos provedores das capelas em períodos mais curtos e, por vezes, até anualmente. Sobre isto é preciso que destaquemos uma coisa. As irmandades leigas coloniais eram, em

importantes centros construtores de navios de grande porte. Para mais informações sobre esse assunto, ver nesta mesma obra deste autor, p.117-121.

⁶⁰⁶Ibidem, p.73.

parte, responsáveis por sustentar o catolicismo em suas localidades, e faziam isso por vias diversas, inclusive, pelo pagamento de várias taxas que eram cobradas, como, por exemplo, para as licenças que autorizavam os esmoléus a tirarem esmolas pelas portas das casas, ou, ainda, para que pudessem expor o Santíssimo Sacramento em suas igrejas, entre tantas outras. Dessa forma, era preciso que suas contas estivessem em ordem, pois eram essas associações importantes contribuintes para a sustentação do culto católico.

Ademais, a fiscalização recorrente também possibilitava maior rendimento aos cofres régios. Os confrades eram obrigados a apresentar suas contas à Provedoria das Capelas, que, por sua vez, cobrava dos confrades a realização desses autos. A exemplo, no auto de contas realizado em 19 de novembro de 1765, pelo então Provedor Miguel Carlos Caldeira de Pina Castelo Branco e seu escrivão Vicente Elias do Amaral, foram cobrados à Irmandade de São José os seguintes valores: 300 réis para o meirinho; 140 réis, pela “Conta e Sello”; 960 réis “Do Auto”; e 200 réis pela notificação. Totalizando uma quantia de 1.600 réis despendida para a realização desse auto de contas.⁶⁰⁷

Isto posto, em 1765 é expedida uma provisão da Mesa de Consciência e Ordens que coloca como obrigatório o envio de Compromissos ao Reino para obterem confirmação régia. Depois dessa provisão, foi a irmandade compelida em duas ocasiões, em 1770 e 1774, a elaborar um novo Compromisso para que pudesse ser administrada em “regime suficiente e para observancia das Reais Ordens de *Sua Magestade Fedelissima* não nos podermos governar Sem o dito comprimiso depois de confirmado este pelo mesmo *Senhor que Deos Guarde*”, como consta em um trecho já citado do Compromisso de 1774.

Como colocou Caio Boschi, a política regalista a partir do reinado de D. José I passou a focar, além dos aspectos econômicos das irmandades leigas, como mostramos nos parágrafos acima, também os seus aspectos sociais e os seus aspectos administrativos. A exigência de terem um Compromisso para que pudessem funcionar “legalmente” e o controle sobre o que deveria constar ou não nesses estatutos, considerando que a confirmação destes passa, obrigatoriamente, a ser feita pelo poder centralizador do rei, apresentam-se, para nós, como exemplo da aplicação direta dessas novas diretrizes de governo na organização da Irmandade de São José do Recife.

Tendo em vista que estava sob o controle da Irmandade de São José a organização dos quatro ofícios anexos da vila do Recife, essa ingerência em sua administração interna, acabou, também, por recair sobre este quesito. Com a notificação, em 1774, da Provedoria das

⁶⁰⁷IPHAN/PE, *Livro de Receitas e Despesas*, p.36v.

Capelas, em que se determina que a dita irmandade estava obrigada a fazer um Compromisso “na forma de outras irmandades”, ou seja, sem que se misturassem os assuntos da confraria com os assuntos dos ofícios, a Irmandade, cujo funcionamento estava consolidado desde muito tempo em seu papel simultâneo de corporação de ofício e confraria religiosa, acaba por sofrer um dismantelamento em sua organização interna, o que teria gerado a perda de prestígio e poder por muitos confrades, aumentando, assim, os conflitos internos, e acirrando, ainda mais, as disputas que havia entre eles, com vistas a reaverem antigas posições.

Além disso, o controle direto e os privilégios que tinham os membros da diretoria da Irmandade frente à organização dos quatro ofícios anexos foram severamente ameaçados, considerando que passam a não poder mais eleger os principais dos ofícios para os cargos ocupados junto ao Senado da Câmara em suas dependências, pois “a Jurisdição dos Juizes dos officios, e a nomeação delles deve ser conferida pello Senado da Camara a [quem] pertence”, segundo as palavras do Provedor José Antônio de Alvarenga Barros Freire, em termo de 15 de setembro de 1774, termo este que citamos no segundo capítulo.

De acordo com José Ribeiro Júnior, a política econômica pombalina visava dois objetivos básicos: a restauração comercial e o fomento industrial. Desse modo, em suas diretrizes de governo, Pombal procurou ultrapassar tudo o que fosse considerado arcaico com vistas a alcançar tais objetivos. Para Ribeiro Júnior, um exemplo disto pode ser visto em como o Estado teria atacado as corporações de ofícios e artes mecânicas na ocasião do motim na cidade do Porto, pois, “Era uma oportunidade de destruir ou desprestigiar aqueles organismos medievais, elementos de resistência ao desenvolvimento capitalista”.⁶⁰⁸

Assim, pelo que percebemos, não era do interesse da política do Marquês estimular, nem ao menos preservar a existência das corporações de ofícios. Com suas culturas de ofícios e divisão de trabalho, que remetiam a tempos medievais, as corporações de ofícios apresentavam-se como entrave para o desenvolvimento econômico almejado. É possível que tenha sido este um dos motivos para que a administração colonial tenha interferido nos negócios da Irmandade de São José junto à organização dos quatro ofícios anexos da vila do Recife. Talvez, uma tentativa de desbaratar o controle que esta tinha sobre a organização desses ofícios, e abrir o mercado que se apresentava dinâmico.

⁶⁰⁸José Ribeiro Júnior, op.cit., p.53. Como aponta Glaydson Matta, este motim, que teria acontecido em 1757, foi direcionado à Companhia Geral da Agricultura do Alto do Douro e às medidas relativas ao comércio do vinho. Por causa dessa revolta, teria o Estado fechado a Casa do Porto, Casa esta que representava os artesãos da cidade do Porto, e que só veio a retomar os seus trabalhos no ano de 1795. Ver em: MATTA, Glaydson Gonçalves. *Tradição e modernidade: práticas corporativas e a reforma dos ofícios em Lisboa no século XVIII*, Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: UFF, 2011, p.24.

Todavia, este não foi o primeiro obstáculo que a Irmandade de São José teria enfrentado no tocante ao controle dos quatro ofícios anexos do Recife. Ela já tinha enfrentado outros contratempos a partir da segunda metade do século XVIII. Vale lembrar que Pereira da Costa conta que, na década de 1750, teria havido um movimento de juízes e escrivães de ofícios no Recife para impedir a realização de exames de artífices cativos, confrontando, assim, os interesses de senhores de escravos que visavam aumentar seus lucros por meio do trabalho desses escravos qualificados. Nessa querela, os juízes e escrivães de ofícios saíram perdendo, tendo a Câmara autorizado, em 1756, as realizações desses exames via requerimento à mesma, caso os juízes e escrivães de ofícios se negassem a realizá-los.

Com a lei de 30 de agosto de 1770, que determinava que ninguém poderia exercer arte alguma sem a devida examinação de seu ofício, os confrades de São José se viram em mais um momento de apreensão, tendo que empreender grandes esforços para evitar uma “enxurrada” de artífices, entre os quais homens de cor, forros e cativos, entrando no mercado como mestres de ofício, muitos dos quais, certamente, não teriam vivenciado todas as etapas corporativas de aprendizado e qualificação. Para evitar esses elementos indesejáveis em sua corporação, determinam em seu Compromisso de 1770, que “Mestre algum ensine cativos de qualquer qualidade, preto ou pardo, e nem ainda sendo escravos dos próprios mestres dos ofícios pelo prejuízo que causam estes cativos à república e aos meninos brancos pobres desta terra (...)”, como já tínhamos mostrado.

Dessa forma, diante das transformações sociais e econômicas que a vila do Recife vinha vivenciando, e que teria possibilitado, inclusive, a entrada vigorosa de negros e pardos, forros e cativos, no exercício dos quatro ofícios anexos, que se mostravam grandes concorrentes por oferecerem valores mais baixos pelos seus trabalhos; como também, diante da ingerência da administração colonial em seus negócios, que teria passado a restringir cada vez mais o seu campo de ação, encontramos a Irmandade de São José do Recife, nas décadas de 1770 e 1780, tentando dar conta de reestruturar sua organização interna, assim como de reestruturar suas contas, que andavam no vermelho, motivo este que teria impedido a dita confraria de prosseguir a contento com as obras da igreja de seu patriarca.

Pelo que constatamos, a Irmandade de São José só viria a melhorar a sua condição com o governo de D. Tomás José de Melo. Ele foi o protagonista do já citado episódio das arrematações das âncoras na Praia de São José, quando teria reunido os negociantes da praça e arrematado as âncoras esquecidas pelas embarcações que por lá passavam. Essa iniciativa do governador teria levantado uma quantia considerável, que fora doada como esmola ao santo José, possibilitando, assim, a reorganização financeira da confraria, que pôde dar

prosseguimento às obras da casa de seu patrono. Esta, portanto, não teria sido a única passagem de D. Tomás pela história da Irmandade, como viemos mostrando no decorrer deste trabalho. Identificamos durante a pesquisa que, após 1789, o funcionamento da Irmandade esteve atrelado, em grande medida, ao seu governo.

O governo de D. Tomás José de Melo na capitania de Pernambuco teria se iniciado em fins do ano de 1787 e durado até fins de 1798. Chegara a Pernambuco, indicado pela Coroa Portuguesa, como expressão da política de centralização em curso. De acordo com Alcileide Cabral do Nascimento, os primeiros anos de seu governo foram marcados por um bom relacionamento com a maior parte da elite local e com a Corte. Conta esta autora, ainda, que:

Na sua administração a vila do Recife foi palco de uma forma de poder que se disseminava, que se entranhava nas ruas, nos becos, nas igrejas, nas paisagens urbanas, que se inscrevia no ordenamento espacial, que governava “as coisas e os homens bons”, que se multiplacava e exercia, por vezes de forma sutil (...). Nem sempre suas ações foram consensuais e nem sempre contaram com o apoio das elites locais e provinciais. Sob diversos aspectos, a centralização das decisões se fez por cima do poder da Câmara municipal do Recife, que viu, a contragosto, suas atribuições diminuídas e, em muitos casos, foi transformada numa instância de consulta, perdendo sua força deliberativa, o que desagradou aos “homens bons” da capitania. A sua forma virulenta e despótica de agir ganhou fama e verso na pena de poetas coetâneos.⁶⁰⁹

Em todo o caso, teria sua administração intensificado no Recife a especialização e o ordenamento de alguns espaços urbanos, o que teria possibilitado a melhoria das vias terrestres e fluviais. Também teria dotado a vila com equipamentos e serviços públicos, ampliado e articulado um mercado de trabalho para profissões marítimas e urbanas, e, ainda, reformado seus efetivos militares, fazendo deles a extensão do poder fiscalizador, repressivo punitivo e preventivo. O amplo conjunto de medidas do seu governo dirigidas à cidade manifestava a necessidade de beleza, de limpeza e de ordem.⁶¹⁰

Em 1788, por exemplo, institui D. Tomás uma Academia Militar na vila do Recife, cujo objetivo era qualificar profissionais para os serviços de fortificações e obras públicas, criando assim, um corpo técnico à disposição do governo para a realização de obras públicas e

⁶⁰⁹Alcileide Cabral do Nascimento, *A sorte dos enjeitados: o combate ao infanticídio e a institucionalização da assistência às crianças abandonadas no Recife (1789-1832)*, São Paulo: Annablume, 2008, p.75.

⁶¹⁰Ibidem, p.76.

serviços de fortificações.⁶¹¹ Ao que tudo indica, teria sido por esse caminho que se deu a relação deste governador com alguns dos artífices confrades de São José, como o já citado carpinteiro José Rodrigues Papagaio, mestre do trem em 1798, e que fora responsável por serviços da reparo de artilharia em diversas fortalezas da capitania.

Como já tínhamos apresentado no capítulo 1 deste trabalho, entre as várias obras de melhoramentos na vila do Recife, empreendidas por D. Tomás José de Melo, estão a instalação de um mercado público na Praça da Polé; a construção da Casa dos Expostos e do Hospital dos Lázaros; assim como a reconstrução do Aterro de Afogados. Ele também teria tratado da instalação de um mercado público de carnes e peixes no lugar de São José, com todos os edifícios necessários para atender o tal mercado; construído, ainda, uma ferraria para o conserto de armas e outros trabalhos públicos; e aproveitado o antigo Forte do Matos para instalar uma prensa destinada ao enfardamento do algodão.⁶¹²

Segundo Pereira da Costa, o dito governador teria ainda reparado os arcos de pedra da ponte do Recife e se empenhado no calçamento de ruas e na regularização das calçadas dos prédios, que, “muito irregulares então, porque cada proprietário as fazia com a altura e largura que entendia, e muitos nem mesmo as construíam”.⁶¹³ E, ainda de acordo com esse autor, para além das melhorias no espaço urbano do Recife, teria D. Tomás baixado um ato, por volta de 1789, taxando os honorários dos operários que trabalhavam nas obras públicas.⁶¹⁴

Como visto, sua administração causou grande impacto na vila do Recife. As várias obras e melhorias que empreendeu em seu espaço, certamente contribuíram, sobremaneira, para o seu desenvolvimento material. Ademais, a interferência da administração de D. Tomás na vida da urbe teria ultrapassado a mera fiscalização e se desenvolvido para medidas de caráter preventivo, para regularização do comércio de víveres e para o incentivo da produção e para modelação de conduta. Para Nascimento, “Governar começava a significar cada vez mais proteger, promover, assegurar, incutir valores, normatizar condutas, numa estratégia que pretendia enredar a população, buscando, se possível, sua participação e legitimação às medidas implementadas”.⁶¹⁵

Todavia, segundo Pereira da Costa, os serviços relevantes prestados por D. Tomás foram acompanhados, simultaneamente, por um despotismo insuportável.⁶¹⁶ Talvez por isto, tenha sido odiado por uns e amado por outros. Entre aqueles que o dito governador gozava de

⁶¹¹Ibidem, p.82.

⁶¹²Francisco A. Pereira da Costa, op.cit., vl6, 1984, p.470.

⁶¹³Idem.

⁶¹⁴Ibidem, p.469.

⁶¹⁵Alcileide Cabral do Nascimento, op.cit., p.81.

⁶¹⁶Francisco A. Pereira da Costa, op.cit., vl6, 1984, p.474.

grande estima, estavam os confrades de São José, ao ponto de logo após a retirada de D. Tomás do governo da capitania, em 6 de janeiro de 1799, encomendarem ao pintor – e também alferes – José de Oliveira Barbosa, “o retrato vera efígie do Ilmo. e Exmo. Sr. General D. Tomás José de Melo (...) em memória dos benefícios feitos à nossa igreja”, como já tínhamos mostrado anteriormente.

No decorrer da pesquisa, verificamos que, possivelmente, o “apadrinhamento” da Irmandade de São José do Recife por D. Tomás José de Melo teria ido além do caso das arrematações das âncoras. E talvez uma espécie de relação de “troca de favores” teria se estabelecido entre – pelo menos – os principais dos quatro ofícios anexos do Recife e o dito governador, ainda que subserviente a este. Assim é que interpretamos a melhor condição em que a Irmandade de São José encontrava-se no tempo de seu governo; a intercessão direta de D. Tomás à causa pessoal do carpinteiro José Rodrigues Papagaio; como também a portaria emitida pelo dito governador, em 14 de dezembro de 1796, em que impõe à Irmandade os nomes dos juízes dos quatro ofícios anexos que deveriam ser eleitos para o ano de 1797, e que também fariam parte de sua Mesa Diretória.

No entanto, a documentação a que tivemos acesso se mostrou insatisfatória para que pudéssemos entender melhor a relação que esse governador tivera com a Irmandade de São José e seus confrades, e, assim, trazer aqui informações mais consistentes. Da mesma forma, a escassez de trabalhos que tratem mais profundamente sobre o governo de D. Tomás José de Melo na capitania de Pernambuco também se mostrou um impeditivo para uma análise mais elaborada acerca da influência desse governador, não só no funcionamento da Irmandade do Patriarca São José, como também no universo laboral do Recife.⁶¹⁷

De toda forma, ao analisarmos o conjunto documental referente à administração da Irmandade do Patriarca São José dos Oficiais dos Quatro Ofícios Anexos, percebemos que, a partir de 1789, a situação da dita irmandade melhora consideravelmente, possibilitando a ela a sua reorganização financeira e a continuidade das obras da igreja de seu santo patrono. Ao que tudo indica, também teria a Irmandade encontrado uma certa congruência em sua organização interna, fato que talvez signifique uma aceitação desta com as medidas tomadas

⁶¹⁷Há um trabalho sobre a administração de D. Tomás José de Melo, enquanto governador da capitania de Pernambuco, que está sendo desenvolvido por Raphael Lisboa de Azevedo, em seu Mestrado junto ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo, sob a orientação da Profa. Dra. Heloísa L. Bellotto. Talvez o seu trabalho, ao ser concluído, possa fornecer mais informações acerca da relação desse governador com os artífices do Recife.

pelo então governo da capitania, ou, talvez estivesse mesmo apenas atrelada às “mãos de ferro” de D. Tomás, ao interferir incisivamente na administração da confraria.⁶¹⁸

É em 1789, inclusive, que identificamos um número atípico de artífices interessados em pertencer à Irmandade de São José. Dos dados a que tivemos acesso, aproximadamente 57 artífices, entre eles 13 constando como escravos, são registrados nos livros da dita irmandade, em maioria maça de carpinteiros. Total este do qual se aproxima apenas o do ano de 1800, quando teriam entrado na confraria, aproximadamente, 32 artífices. Certamente que as medidas realizadas por D. Tomás, que, entre outras coisas, visavam o melhoramento e o embelezamento do Recife, teriam dado à localidade um novo vigor ao setor construtivo, estimulando ainda mais o mercado de trabalho, ocasião que fora aproveitada por aqueles artífices que já se dedicavam ou que passaram a se dedicar a tal mister. Para Nascimento:

O governo ia dotando o espaço da cidade de uma nova racionalidade, ampliando e ordenando seus usos e, na medida do possível, buscando formas de financiar os investimentos públicos (...), ao mesmo tempo em que procurava articular um mercado de trabalho para profissões urbanas e marítimas. Sem dúvida, esse conjunto de medidas promoveu um sopro de vitalidade na economia da urbe com resultados estendidos a uma maior parcela da população.⁶¹⁹

Dessa forma, ao observamos essa nova conjuntura, é possível entender o número atípico de artífices inscritos nos quadros da Irmandade de São José em 1789, principalmente porque foi este o ano do episódio da arrematação das âncoras, quando a dita confraria não só ganhou maior notoriedade na comunidade, mas também obteve mais recursos para se manter. Porém, faz-se necessário destacar que, atípico não teria sido apenas o número total de artífices que entraram na Irmandade esse ano, tendo em vista que a média anual de registros no decorrer do setecentos ficava bem aquém disso, mas, principalmente, o número de artífices que se associaram e que estavam classificados como escravos. Número que, ainda que pequeno frente ao número total, não tínhamos visto antes na Irmandade.

⁶¹⁸Como dito, a documentação se mostrou insuficiente para entendermos melhor a relação que os confrades de São José estabeleceram com D. Tomás. Porém, não podemos perder de vista que quando D. Tomás se retira do governo da capitania, prontamente os confrades encomendam um retrato em sua homenagem, que iria decorar o consistório da igreja de seu patrono. O que estaria por trás dessa homenagem? O reconhecimento pelos benefícios que seu governo trouxe a esse grupo? Que benefícios teriam sido esses? Teriam eles se estendido a todos os artífices dos quatro ofícios anexos (em todas as hierarquias existentes), ou apenas para aqueles que dentro do jogo político teriam recebido alguns privilégios frente ao entremetimento desse governador na administração da confraria? Infelizmente, são questionamentos que, durante a pesquisa, não conseguimos responder.

⁶¹⁹Alcileide Cabral do Nascimento, op.cit., p.84.

Pela natureza da documentação, que aqui já tínhamos apontado, não conseguimos identificar, para além daqueles que estavam classificados como escravos, a composição étnica desses “novatos” que entraram em 1789. Mas, diante das transformações econômicas e sociais que vinha vivenciando o Recife desde muito tempo, e, ainda, pelas atribulações e mudanças identificadas na Irmandade de São José, a partir da segunda metade do setecentos, consideramos que há uma grande possibilidade de negros e pardos livres estarem em número significativo entre eles, testemunhando, assim, a dita confraria um “enegrecimento” em seus quadros. Movimento este que vínhamos identificando, pelo menos, desde a segunda metade do século XVIII, como destacamos no decorrer deste trabalho.

Diferentemente do que observamos acontecer no decorrer dessa centúria, tudo indica que, a partir do governo de D. Tomás, a resistência das sucessivas diretorias da Irmandade de São José à entrada de negros e pardos no exercício dos quatro ofícios anexos e nos quadros da confraria teria perdido o seu vigor, frente à pressão do mercado e a nova conjuntura que passa a vivenciar o Recife por esses tempos. Todavia, essa resistência ainda permanecia ativa, como vimos acontecer no caso do escravo José, que, em 1791, ao se ver impedido de tirar a sua carta de exame na vila do Recife, “*por não Ser ademitido nesta Vila por Ser Captivo Contra a Lei do nosso Conprimico*”, teria recorrido à Câmara de Olinda para este fim.

Esse “enfraquecimento de forças”, pelo qual passava a Irmandade de São José nesse momento, frente à realidade do mercado de trabalho do Recife, nos é sugerido, não apenas pelo maior número de escravos incritos na Irmandade após esse período, como também pela inscrição de forros em seus quadros, cujos registros só aparecem para nós em 1799. Outros dados ainda contribuem para esta hipótese, como o fato de que, após esse período, alguns desses elementos aparecem conseguindo sua carta de examinação, como o já citado Manuel Félix, carpinteiro que fora escravo do Padre Belchior, examinado entre os anos de 1796 e 1797 – ainda que não saibamos se ainda na condição de cativo –; assim como, ascendendo à Mesa Diretoria da Irmandade no começo do século XIX, como o próprio Manuel Félix, em 1804, e o marceneiro forro Manuel Domingos, em 1813.

Assim, é na segunda metade do século XVIII, período que compreende o governo do Marquês de Pombal e a administração de D. Tomás José de Melo na capitania de Pernambuco, que vemos acontecer importantes mudanças não só na organização interna da Irmandade do Patriarca São José dos Oficiais dos Quatro Ofícios Anexos, quando esta passa por uma série de dismantelamentos e instabilidades em sua administração; como também no universo laboral do Recife, quando vemos, mais concretamente, as consequências das transformações econômicas e sociais vivenciadas em seu espaço, desde antes mesmo de ser

elevado à vila. Consequências estas que poderiam ser percebidas, por exemplo, no paulatino esfacelamento da tradicional cultura de ofícios, esta repleta de valores e que girava em torno do aprendizado, do aperfeiçoamento e domínio técnico dos vários ofícios mecânicos existentes na vila; assim como na decorrente baixa qualificação técnica dos profissionais em exercício no finzinho dessa centúria, como indica uma carta escrita em 1799, pelos almotacés da vila do Recife, José Xavier da Aparição Gaio e João Francisco Carneiro e Monteiro, ao então príncipe regente D. João. Segue um trecho:

A perfeição dos Officios mecanicos raramente ja se alcança nesta Villa; por que os que se propoem a aprendellos (ou sejam livres, ou escravos) apenas chegam aos preliminares, para logo se apartão dos Mestres, e passam a abrir tendas, que mantem a custa dos que (por necessitarem de obras de semelhantes Officios, e não acharem quem as fassa melhor) se remedeão com as mesmas imperfeitas, que elles tração (...). Quanto importa, que os Officiaes mecanicos sejam perfeitos, dicta a mesma razão; por que da perfeição delles dependem a concervação de huns Officios tão necessarios ao Estado (...). Por tanto, antes que morrão os poucos Mestres que ja restão, fazemos esta representação a Vossa Alteza Real, afim de que haja por bem pôr termo a tam prejudicial desordem, mandando que o Senado da Camara, para se abrir tenda de Officio mecanico não possa dar mais do que huá só Licença de seis mezes aquelles que lhe apresentarem Certidoens de Mestres examinados, com quem tenham aprendido, mostrando por meio dellas que são capazes de a abrir (...).⁶²⁰

Como já tínhamos apontado, a expansão urbana vivenciada pelo Recife no decorrer do setecentos e o aquecimento do setor construtivo, não apenas ampliaram, nessa centúria, a oferta de serviços e produtos que passaram a estar disponíveis à sua população, como também teriam dinamizado o mercado de trabalho da vila, possibilitando o exercício dos ofícios ligados à construção por um número cada vez maior de negros e pardos, livres, forros e cativos, cuja condição social não os permitia antes galgar melhores posições na sociedade. Isto teria posto em “xeque” a condição social conquistada, desde fins do século XVII, por aqueles artífices que, em maior parte, eram brancos e qualificados, e que estavam inseridos na tradicional cultura de ofícios reinol.

⁶²⁰Cf. Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, *Carta dos almotacés [da vila do Recife], José Xavier da Aparição Gaio e João Francisco Carneiro e Monteiro ao príncipe regente [D. João], sobre a falta de especialização dos trabalhadores manuais daquela capitania, pedindo que se ordene as câmaras para pararem de conceder licença a trabalhadores desqualificados para não abrirem tendas mas só mostrando certidões de mestres qualificados [1799, dezembro, 30, Recife], CU, 015, Cx.212, D.14432, fl.1.*

Ao buscarem se equiparar socialmente a eles, os artífices negros e pardos, muitos deles sem qualificação técnica, se apresentavam, não somente como significativos concorrentes por oferecerem serviços mais baratos, mas também como um constrangimento ao estatuto social em que outrora estava envolto o exercício de seus ofícios. Como dito anteriormente, os artífices incorporados evocavam valores de grande significado, como os valores de tradição, dignidade e honra, o que no Recife setecentista significava, entre outras coisas, que estavam eles distantes da condição de um cativo, esta socialmente desabonadora. Assim, para os mestres dos quatro ofícios anexos, que estavam à frente da direção da Irmandade de São José, a expansão urbana e o aquecimento do setor construtivo na vila do Recife durante o século XVIII, de benfeitores – por permitirem a esses artífices uma melhor valoração social na primeira metade dessa centúria –, tornaram-se algozes, ameaçando, assim, a estima social que tinham alcançado, como também a existência de seu próprio grupo.

Considerações Finais

Ao iniciarmos nossa análise sobre o universo laboral na vila do Recife no decorrer do século XVIII, nos deparamos com um número diminuto de informações acerca de como os ofícios mecânicos estavam organizados, como seus executores estavam compostos socialmente e qual o lugar social ocupado por eles, enquanto trabalhadores manuais, na sociedade do Recife setecentista. A historiografia sobre o período colonial, com raras exceções, pouco tratara dessa questão, trazendo o trabalho em suas discussões de forma bastante pontual e, de certo modo, de forma simplista, ao fornecer, por vezes, a ideia de uma sociedade dividida apenas em senhores e escravos, ou em “nobres” e “não nobres”, sem levar em conta, de forma mais aprofundada, uma camada intermediária de indivíduos que trabalhava e que era produtiva economicamente, como eram os oficiais mecânicos. Quando os ofícios mecânicos apareciam nas pautas de suas discussões, o enfoque se dava, em geral, na inexistência em terras luso-americanas de um regime corporativo, como existia no Reino; e o desprezo social que se tinha por aqueles que exerciam as Artes Mecânicas.

De alguns anos para cá, uma série de estudos vem surgindo, disposta a analisar a questão do trabalho durante o período colonial de forma mais aprofundada, com vistas a evitar algumas análises generalizantes que a própria historiografia sobre esse período contruibuiu para cristalizar. Nosso trabalho seguiu esse caminho aberto por outros pesquisadores, que, assim como nós, consideraram as análises anteriormente postas como insuficientes para explicar o papel do trabalho, principalmente o papel dos ofícios mecânicos e de seus executores, na sociedade luso-americana. Assim, depois da análise de alguns dos vestígios sobre o cotidiano confrarial dos artífices carpinteiros, pedreiros, marceneiros e tanoeiros que trabalhavam na vila do Recife durante o setecentos, e longe de ensaiarmos suprir as demandas existentes sobre a questão do trabalho manual na América Portuguesa, nosso trabalho chega ao fim trazendo algumas considerações sobre os principais pontos por ele defendido, que esperamos poder contribuir, de alguma forma, para pesquisas futuras que venham a se dedicar sobre o trabalho manual na América Portuguesa durante essa centúria.

Isto posto, ao debruçar nossos esforços para compreender em que contexto os artífices dos quatro ofícios anexos fundaram sua confraria em 1735 sob o patrocínio de São José, encontramos o Recife setecentista não apenas envolvido no escoamento e negociações acerca da produção do açúcar. A expansão urbana que vivenciava, e que fora iniciada já em fins do século XVII, teria feito do Recife lugar promissor para investimentos em terras e em

propriedades destinadas a residências e a negócios, tanto que o capital mercantil foi intensamente aplicado nesses investimentos. Após ser elevado à vila, no começo do século XVIII, e alcançado independência política frente à sua vizinha Olinda, a então vila do Recife só viria a prosperar, e os investimentos no setor construtivo não viriam a cessar, o que poderia ser constatado nos inúmeros edifícios levantados e na realização de melhoramentos urbanos com vistas a atender o número de habitantes que só tendia a crescer.

O prestígio e a riqueza conquistados pela vila, expressos na materialidade da urbe, foram, inclusive, as justificativas utilizadas, em 1752, pelos oficiais da Câmara do Recife, ao solicitarem ao rei D. José I a elevação da vila do Recife à cidade, pois, segundo o discurso por eles apresentado, por “se hachar toda composta e cheia de nobres cazas e sumptuosos edeffícios, magníficos Templos populosos conventos de Religiosos (...)”, entre outras grandezas, não havia dúvidas que estaria a dita vila à altura de tal honra e enobrecimento. Dessa forma, desde que o Recife se tornou vila, houve um amplo investimento em sua materialidade, objetivando o seu aumento e o estabelecimento do *status* por ela conquistado, e que teria, pelo que percebemos, envolvido e beneficiado vários setores de sua sociedade.

Foi por esta época, inclusive, que belíssimos templos foram erigidos por ordens religiosas e irmandades leigas, vários edifícios foram construídos e ruas foram cordeadas. Também a administração colonial se ateve aos reparos, à manutenção e à construção de diversos espaços na vila. Tudo isso teria gerado, entre outras coisas, uma demanda crescente por trabalhadores em diversas atividades, principalmente, por profissionais qualificados que atendessem ao setor construtivo, que encontrava-se extremamente aquecido. Assim, como pontuou Fernand Braudel, “a cidade tanto cria a expansão como é por ela criada. E mesmo quando não é a cidade a fabricá-la com todas as suas peças, é ela a ditar as leis do jogo. E na cidade este jogo revela-se melhor do que em qualquer outro posto de observação”.⁶²¹

Dessa forma, com o espaço urbano do Recife se expandindo e a sua população se tornando cada vez mais numerosa, teria o mercado de produtos e serviços se dinamizado, como também o mercado de trabalho, que passa a não só absorver a oferta de mão de obra existente, como ainda a demandar por mais ofertas. Esse contexto tão propício teria sido aproveitado pelos artífices dos quatro ofícios anexos, principalmente por aqueles que possuíam a maestria, pois viram nele a oportunidade de fazer vantajosos negócios, de acumular certo cabedal e ascender socialmente.

⁶²¹Fernand Braudel, op.cit., s.d, p.421.

Em 1735, aproveitando o prestígio que teriam adquirido dentro e fora do universo laboral, nesse contexto tão singular vivenciado pela vila do Recife, os artífices carpinteiros, pedreiros, marceneiros e tanoeiros se reúnem e fundam a Irmandade do Patriarca São José dos Oficiais dos Quatro Ofícios Anexos, com vistas a se organizarem em busca da defesa de seus interesses, e a manterem, como também a aumentarem, a estima social que teriam conquistado frente à sua comunidade. Pelo que percebemos a partir do conjunto documental analisado, estava esta confraria envolta em significativa consideração social, sendo dirigida pelos principais dos quatro ofícios anexos, e angariando para seu quadro, para além de oficiais dos quatro ofícios anexos, homens e mulheres que pertenciam a uma camada média urbana, entre eles alguns artífices de menor e de maior hierarquia, assim como funcionários da administração colonial, militares e pequenos comerciantes figurando como “irmãos de fora”. No entanto, elementos que carregavam consigo a ligação com o cativo, condição essa socialmente desabonadora, por tempos, estiveram fora de seus quadros e só aparecem registrados como confrades, ainda em número dimuto, a partir de 1752, quando a Irmandade começa a vivenciar um significativo processo de mudanças em sua organização interna.

Por todo o período de funcionamento da Irmandade durante o setecentos, percebemos compondo o grupo de confrades artífices dos quatro ofícios anexos oficiais mecânicos em diferentes condições sociais: brancos, negros e pardos; livres, forros e cativos; nativos e reinóis; aqueles que tinham muito dinheiro, aqueles que não tinham tanto dinheiro assim, aqueles cujas posses eram modestas, e, ainda, aqueles miseráveis, a ponto de precisarem ser socorridos pela dita confraria no momento de suas mortes. Havia ainda um número significativo de indivíduos com letramento em seus quadros. E acreditamos que, tendo em vista as próprias necessidades com o universo da escrita, devido à burocracia interna e externa, presentes no cotidiano da irmandade, e também no próprio exercício das suas funções laborais, aqueles artífices dos quatro ofícios anexos que não dominavam a leitura e a escrita, tinham, ao menos, alguma familiaridade com as letras, ainda que não dominassem plenamente a escrita.

Diante disso, consideramos um tanto problemática a assertiva, difundida durante muito tempo pela historiografia sobre o período colonial, de que o exercício de ofícios mecânicos em terras luso-americanas era tido como desprezível, a ponto de fazer com que aqueles que conseguiam ascender socialmente abandonassem prontamente seus ofícios, com vistas a não “manchar” a sua nova condição social. Como mostramos no decorrer deste trabalho, vários fatores interferiam para que esses indivíduos fossem valorados perante o seu grupo e perante a sociedade do período, para além do exercício de um ofício mecânico.

A começar, a condição de liberdade, a etnia e a utilidade social eram demasiadamente importantes para se valorar socialmente um indivíduo na América Portuguesa por esses tempos. Sem contar a geografia a que pertencia, pois, como bem alertou Gilberto Freyre, as circunstâncias regionais, durante o período colonial, poderiam interferir, sobremaneira, no *status* de um indivíduo ou de um grupo. Ademais, para aqueles que desejavam ascender à sua condição social, estavam disponíveis alguns facilitadores, como o casamento e a formação de laços importantes de parentesco, a ordenação clerical, a prestação de serviços à Coroa, o letramento, o enriquecimento e o pertencimento a uma confraria religiosa de relevância social. Alguns desses facilitadores, como mostramos no decorrer deste trabalho, foram, inclusive, acessados por alguns dos artífices dos quatro ofícios anexos da vila do Recife, que conseguiram, por meio deles, ascender à sua antiga condição social.

Certamente que na América Portuguesa, ser um oficial mecânico não era a mesma coisa de ser, por exemplo, um “senhor de engenho”, posição que muitos aspiravam, como disse Antonil, em 1711, na obra *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*.⁶²² No entanto, paralelamente, ser mestre de um ofício mecânico, ainda mais se fosse ele reconhecido e com um cabedal respeitável, nem de longe era a mesma coisa de ser um vadio, mendigo, bandido ou um escravo. A sua trajetória laboral e o cabedal acumulado asseguravam aos artífices uma inserção social e política de relevo, ainda que não no mesmo patamar de um senhor de engenho.

Assim, ao menos na microrrealidade do Recife, valorar socialmente um indivíduo era tão demasiadamente complexo, que a assertiva de que o exercício mecânico era fator social desabonador para um indivíduo, não só nos parece simplista demais, como também não corresponde à realidade vivenciada pelos artífices dos quatro ofícios anexos que trabalhavam na vila do Recife e que fora observada por nós no decorrer da pesquisa. Encontramos carpinteiros, pedreiros, marceneiros e tanoeiros que, sem abandonar o exercício de seus ofícios, eram estimados dentro e fora da Irmandade, assumindo papéis e cargos de certo prestígio, não só na Mesa Diretoria de sua confraria como também na municipalidade, assim como integrando associações tão seletivas, como eram as Ordens Terceiras. Infelizmente, a documentação consultada não nos ajudou a reconstituir com mais clareza as ligações entre esses artífices e os poderes administrativos locais e do Reino, pese alguns passos dados por

⁶²²Diz Antonil, nas primeiras linhas do capítulo I de seu livro primeiro, que: “O SER SENHOR DE ENGENHO é título a que muitos aspiram, porque traz consigo o ser servido, obedecido e respeitado de muitos. E se for, qual deve ser, homem de cabedal e governo, bem se pode estimar no Brasil o ser senhor de engenho, quanto proporcionalmente se estimam os títulos entre os fidalgos do Reino”. Ver em: ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. São Paulo: Edusp, 2007.

nós que indicam algumas relações, como ficou demonstrado, sobretudo, nos capítulos segundo e terceiro deste trabalho.

Observamos, ainda, que, mesmo aqueles artífices que não conseguiam ascender às suas condições sociais, estavam eles resguardados do desabono social reservado aos vadios ou aos cativos, por pertencerem a um grupo de profissionais qualificados, que, agregados a uma corporação de mestreiros, executavam o conhecimento sobre o seu ofício, apreendido depois de anos de aprendizagem e dentro de uma estrutura de organização laboral repleta de tradições, assim como envolta em valores de grande significado, como os valores de dignidade e honra. Pertencer a esse grupo acabava também por beneficiar até mesmo alguns cativos, pois, ao se tornarem qualificados e exercerem qualquer um dos quatro ofícios anexos na vila do Recife, mesmo enquanto escravos, passavam a ser melhor valorados, não só monetariamente como também socialmente, frente a uma massa de escravos desqualificada.

Um outro ponto defendido neste trabalho diz respeito a “natureza” da Irmandade de São José do Recife enquanto associação. A historiografia clássica sobre as irmandades leigas coloniais tende a ressaltar que, na América Portuguesa, “irmandade leiga” era uma coisa e “corporação de ofícios” outra, separação essa muito embasada, pelo que percebemos, no que defende a historiografia portuguesa sobre a realidade reinol. De certa forma, eram, de fato, associações distintas, e poderíamos até enumerar as muitas diferenças que existiam entre elas. Todavia, essa análise, ao nosso ver, não contempla as irmandades leigas fundadas por oficiais mecânicos em terras luso-americanas. Em todas as irmandades leigas de mecânicos coloniais a que tivemos acesso, verificamos que elas teriam tomado para si o gerenciamento dos ofícios a elas anexados, sem deixar de lado o seu viés espiritual, próprio das confrarias religiosas.

No caso específico da Irmandade de São José do Recife, a análise que fizemos no conjunto documental da dita confraria mostrou que, para além dos assuntos espirituais e de assistência social – comuns a qualquer irmandade leiga do período –, a sua organização interna estava voltada, em grande parte, para os assuntos relativos à gerência do cotidiano laboral dos oficiais dos quatro ofícios anexos. Esteve ela, inclusive, por todo o seu funcionamento no setecentos, enquanto confraria religiosa, à frente da organização e do controle desses ofícios na vila, o que pode ser verificado na gerência direta que tinha sobre a Bandeira de São José; na aplicação de multas, condenações e penhoras de ferramentas de trabalho sobre as faltas cometidas pelos artífices; na regulação da questão do aprendiz; no controle que tinha sobre a entrada de oficiais dos quatro ofícios anexos à maestria; entre outras coisas.

A Mesa Diretória da Irmandade foi, por décadas, comandada diretamente por mestres dos quatro ofícios anexos, que, ao mesmo tempo em que dirigiam a dita confraria em corpo deliberativo, assumiam os cargos de juízes e escrivães de ofício junto ao Senado da Câmara. Isso significava, não só o imbricamento dos assuntos estritamente espirituais da confraria com os assuntos corporativos, mas também que estavam eles em posição favorável para controlar todos os aspectos possíveis da organização dos quatro ofícios anexos da vila do Recife, inclusive, para benefício próprio. Desse modo, tinham eles a possibilidade de negociar os valores das empreitadas, de obter favorecimentos nas arrematações de contratos, entre tantas outras vantagens, que implicavam diretamente no aumento de seus lucros, enquanto mestres de ofício e empregadores.

Diante disso, percebemos que a maior parte dos conflitos que identificamos nos intramuros da Irmandade de São José girava em torno de sua Mesa Diretória, mais precisamente, em torno das disputas pelo comando da dita, e pelo o que essas posições de poder poderiam trazer de benefícios para os negócios pessoais dos envolvidos. Certamente que a maioria dos artífices dos quatro ofícios anexos não chegou a usufruir desse poder. Ele era reservado para poucos. Apenas para aqueles mestres, tidos como principais dos quatro ofícios anexos, que se revejavam no poder por anos a fio. Era uma espécie de “grêmio dos patrões”, como colocou Marcelo Caetano ao tratar do contexto reinol, que buscava atender primeiramente os interesses desse seleto grupo, ainda que em detrimento dos interesses dos ofícios que eles representavam.

Pela colocação de Marcelo Caetano sobre os mestres de ofícios reinóis, ao que parece, a realidade do Recife não estava muito distante do que acontecia no universo laboral do Reino durante o setecentos. Ademais, no contexto específico do Recife, que vivenciava o aquecimento do setor constutivo e a entrada maciça de artífices da construção no mercado de trabalho, inclusive de negros e pardos, forros e cativos, os mestres dos quatro ofícios anexos, que estavam à frente da diretoria da Irmandade de São José, fizeram o que puderam para manter suas posições e preservar seus privilégios, controlando o acesso ao aprendizado e, principalmente, à maestria. Tendência semelhante – ainda que se tratando de realidades históricas muito diferentes – a encontrada no contexto francês por Robert Darnton, analisado em obra intitulada *O grande massacre de gatos*, no qual se debruça sobre o funcionamento da vida corporativa dos tipógrafos franceses do século XVII para o século XVIII.

Segundo esse autor, durante a segunda metade do século XVII, as grandes gráficas, apoiadas pelo governo, eliminaram a maioria das oficinas menores e uma oligarquia de mestres assumiu o controle dessa indústria. Ao mesmo tempo, teria a situação dos

trabalhadores se deteriorado. Seu número, diante das estatísticas, teria permanecido o mesmo, mas o número de mestres diminuiu mais da metade, o que significava menos oficinas com forças de trabalhos maiores. Com o aumento das impressoras em Paris, por exemplo, essa tendência teria tornado praticamente impossível aos empregados de chegarem à categoria de mestres.⁶²³ Diz Darnton, ainda, o seguinte sobre esse contexto:

Os oficiais assalariados também se sentiam ameaçados de baixo, porque os mestres tendiam, cada vez mais, a contratar *alloués*, ou tipógrafos sem qualificações, que não haviam passado pelo aprendizado capaz de possibilitar ao assalariado, em princípio, alcançar a condição de mestre. Os *alloués* eram, simplesmente, uma fonte de trabalho barato, estando excluídos dos escalões superiores da profissão (...). A degradação já estava expressa em sua designação: eram *à louer* (para alugar), e não *compagnons* (oficiais ou assalariados) do mestre. Personificavam a tendência do trabalho para se tornar uma mercadoria, em vez de uma parceria.⁶²⁴

Ainda que sejam contextos diversos, é possível perceber como o desenvolvimento do capitalismo na Época Moderna teria forçado, paulatinamente, o desmatelamento da organização e divisão de trabalho sobre as quais estavam fincadas as corporações de ofícios, seja do lado de cá ou do lado de lá do Atlântico. No tocante à organização dos quatro ofícios anexos da vila do Recife, isso só viria a ser sentido mais fortemente, ao que tudo indica, a partir da segunda metade do século XVIII, quando se percebe, mais concretamente, as consequências das transformações econômicas e sociais vivenciadas em seu espaço desde fins do século XVII.

A expansão urbana, o dinamismo do mercado de produtos e serviços, o aquecimento do setor constutivo e a demanda por ofertas de trabalhadores no mercado teriam alargado a base da sociedade do Recife setecentista, composta, inclusive, por um número cada vez maior de negros e pardos, cativos e forros, que pressionava sem cessar aqueles que estavam no degrau acima, como estavam os mestres dos quatro ofícios anexos. Esses mestres, por sua vez, com vistas a preservar a sua organização, assim como os privilégios que tinham conquistado, fizeram o que lhes foi possível, intra e extramuros de sua confraria, para que os elementos dessa base não subissem de degrau e ameaçassem a existência de seu grupo.

Edward Thompson, ao se debruçar sobre a análise da cultura plebeia inglesa setecentista, na qual estavam inseridos os trabalhadores das guildas, defende uma ideia que,

⁶²³Robert Darnton, *O grande massacre de gatos: e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1986, p.108-109.

⁶²⁴Ibidem, p.109.

mesmo construída a partir de um contexto tão diverso do qual estava inserido nosso objeto de estudo, ajuda a compreender melhor as resistências e estratégias utilizadas, principalmente a partir da segunda metade do século XVIII, pelos artífices dos quatro ofícios anexos da vila do Recife, com vistas a defender seus interesses, frente às transformações políticas, econômicas e sociais que experienciava a dita vila. Segundo Thompson, há um paradoxo característico desse século, no qual a cultura plebeia se apresenta como uma cultura tradicional e rebelde, ao mesmo tempo. Pois,

A cultura conservadora da plebe quase sempre resiste, em nome do costume, às racionalizações e inovações da economia (...) que os governantes, os comerciantes ou os empregadores querem impor. A inovação é mais evidente na camada superior da sociedade, mas como ela não é um processo tecnológico/social neutro e sem normas (“modernização”, “racionalização”), mas sim a inovação do processo capitalista, é quase sempre experimentada pela plebe como uma exploração, a expropriação de direitos de uso costumeiros, ou a destruição violenta de padrões valorizados de trabalho e lazer (...). Por isso a cultura popular é rebelde, mas o é em defesa dos costumes.⁶²⁵

Essa “rebeldia” citada por Thompson, nos aparece, no caso dos artífices dos quatro ofícios anexos do Recife, nas diversas estratégias utilizadas pela Irmandade de São José em defesa de seus costumes e interesses, que estavam ancorados na cultura de ofício, esta ameaçada pelas mudanças que se faziam sentir em muitos aspectos da sociedade do Recife setecentista. Segundo Michel de Certeau, *estratégia* se apresenta como um cálculo ou como a manipulação das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder pode ser isolado. De acordo com esse historiador, “a estratégia postula um *lugar* suscetível de ser circunscrito como *algo próprio* e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma *exterioridade* de alvos ou ameaças”.⁶²⁶

Assim, no decorrer do funcionamento da Irmandade durante o século XVIII, encontramos os artífices dos quatro ofícios anexos, e confrades de São José, buscando impedir, até onde conseguiram, a entrada de cativos em sua confraria; confrontando os interesses dos senhores de escravos artífices, com vistas a barrar a concorrência e o constrangimento que esses cativos ofereciam ao exercerem seus ofícios; como também nos esforços despendidos por eles para não se submeterem às ordens da administração colonial,

⁶²⁵Edward Palmer Thompson, *Costumes em comum*, São Paulo: Cia das Letras, 1998, p.19.

⁶²⁶Michel de Certeau, op.cit., p.99.

quando esta determina, em 1774, que não cabia mais à direção da Irmandade a gerência dos assuntos profissionais dos quatro ofícios anexos da vila do Recife.

Entre as ações diretas realizadas pelos artífices com vistas a defender os seus interesses e a permanência de seus privilégios, estiveram o controle sobre o acesso ao aprendizado dos quatro ofícios anexos e o acesso à maestria, como já tínhamos apontado. Isto significou não só o fechamento desse grupo, impedindo que novos elementos entrassem e se qualificassem em seus ofícios, como também estimulou que muitos dos elementos que compunham a base da sociedade, essa cada vez mais alargada, pressionassem a sua entrada no mercado de trabalho e exercessem os quatro ofícios anexos sem qualificação e sem qualquer ligação com a cultura de ofícios.⁶²⁷

Ao iniciarmos a pesquisa, tínhamos como hipótese que essas transformações vivenciadas no universo laboral da vila do Recife no setecentos, sentidas de perto pelos oficiais dos quatro ofícios anexos, estiveram diretamente ligadas às diretrizes de governo do Marquês de Pombal, que implementou, por todo o Império Português, uma série de medidas, com o objetivo de adequá-lo ao nível das maiores potências econômicas de seu tempo. Todavia, ao longo da pesquisa, a documentação nos mostrou que essas transformações faziam parte de um processo iniciado antes mesmo da subida do Marquês ao poder. Processo esse que se fazia notar já no início do século XVIII, mas que se mostra mais evidente à medida que a segunda metade dessa centúria se aproxima, devido ao desenvolvimento do capitalismo e à expansão do mercado.

Certamente que as diretrizes do governo pombalino interferiram em várias esferas do funcionamento da vila do Recife, inclusive, em seu universo laboral. Porém, por serem medidas centralizadoras, em grande medida, apenas deram um novo ritmo a essas transformações, acentuando a pressão social feita por aqueles que estavam na base da sociedade do Recife setecentista, fazendo com que os conflitos sociais consequentes se tornassem cada vez mais visíveis, como mostramos ter acontecido na organização dos quatro ofícios anexos da dita vila.

Diante disso, consideramos que houve sim, a partir da segunda metade do século XVIII, uma mudança significativa na valoração social do trabalho manual e na valoração

⁶²⁷Para Richard Sennett, os trabalhos manuais inspirados na organização de ofícios medieval, cuja hierarquia estava dividida em mestre, jornaleiro e aprendiz, permitia aos artífices desenvolverem alto grau de aptidão e habilidade em seus ofícios. In: SENNET, Richard. *O Artífice*, Rio de Janeiro: Record, 2009, p.30. Dessa forma, torna-se mais claro ainda para nós, que o esfacelamento paulatino dessa estrutura teria causado a baixíssima qualidade técnica dos oficiais mecânicos do Recife no século XIX, fazendo com que alguns confrades de São José fundassem, com intuito de se diferenciarem, a “Sociedade das Artes Mecânicas”, em 1841, objeto de estudo da tese de doutorado de Marcelo Mac Cord, tese esta já aqui referenciada.

social daqueles que o exerciam no Recife. Mas não como pensávamos no início da pesquisa, nem diretamente atrelada às diretrizes do governo pombalino, como pontuamos. Identificamos que, a partir da segunda metade dessa centúria, quando é possível notar mais concretamente as consequências das transformações econômicas e sociais vivenciadas em seu espaço desde fins do século XVII, houve uma espécie de *valorização/desvalorização* do exercício dos ofícios mecânicos na vila.

De certa forma, processo semelhante ao verificado por Robert Darnton sobre os tipógrafos franceses. Pois, a base da sociedade do Recife setecentista, ao se alargar por uma necessidade de mercado, acaba por desvalorizar o exercício dos ofícios mecânicos na vila; e, por outro lado, também acaba por valorizar aqueles poucos que conseguiram acumular poder e assegurar o lugar social de “mestre”, e que, possivelmente, já se sentiam mais patrões do que “companheiros” dos demais. No entanto, vale salientar, igualmente, que mesmo os que se encontravam na base, sobretudo os novos elementos que nela ingressaram devido às necessidades do mercado, teriam conquistado uma certa valorização social, em específico, os negros e pardos, escravos e forros, que até então sofriam algumas restrições para entrarem na Irmandade.

Como dito, valorização e desvalorização ocorridas simultaneamente. Pois, o mercado de trabalho, ao se expandir na vila do Recife, teria possibilitado o exercício desses ofícios, principalmente aqueles ligados à construção, por um número cada vez maior de negros e pardos, livres, forros e cativos, cuja condição social não os permitia antes galgar melhores posições na sociedade. O exercício do trabalho manual permitiu que esses trabalhadores saíssem de sua antiga condição social, anteriormente imposta e dentro de uma hierarquia social extremamente rígida como a que estava fincada a sociedade do Antigo Regime, tornando-os indivíduos melhor valorados socialmente.

Com o pragmatismo do capitalismo, que estava em pleno desenvolvimento, o trabalho manual passa a ganhar, paulatinamente, uma nova “tonalidade”, um novo significado, diversamente do percebido em períodos anteriores, quando fazer parte das tradicionais corporações de ofícios, com todos os seus rituais e costumes, era o meio de se conseguir certa consideração social por via do exercício de ofícios mecânicos. Exemplo disso, está no fato de que na vila do Recife, nos últimos anos do setecentos, vários oficiais mecânicos passaram a não mais concluir o aprendizado, uma das etapas pilares da cultura de ofícios, abrindo tendas e lojas, sem estarem certificados como mestres de ofícios, se tornando, assim, “patrões”.

De acordo com Thompson, é no século XVIII que se presencia o desgaste das formas semi-livres de trabalho e o declínio da modalidade de morar no local do trabalho, como

aconteciam nas guildas; assim como o avanço do trabalho livre, móvel e assalariado. É uma grande mudança nos termos das relações, diz esse autor, pois a subordinação – como a que se via, por exemplo, ao mestre no interior das oficinas – acaba por se tornar, cada vez mais, objeto de negociação. Ainda segundo Thompson:

O século XVIII testemunhou uma mudança qualitativa nas relações de trabalho, mas sua natureza fica obscurecida se a considerarmos apenas em termos de um aumento na escala e no volume da manufatura e do comércio. Isso ocorreu, sem dúvida. Todavia, ocorreu de tal maneira que uma proporção substancial da força de trabalho se tornou realmente mais livre da disciplina no trabalho diário, mais livre para escolher entre empregadores e entre o trabalho e o lazer, ficando todo o seu modo de vida menos marcado por uma posição de dependência do que tinha sido até então ou do que viria a ser nas primeiras décadas da disciplina da fábrica e do relógio.⁶²⁸

Por outro lado, como mostramos, o desgaste dessas relações e o esfacelamento paulatino da tradicional cultura de ofícios, esta repleta de valores como dignidade e honra, e que estava fincada no aprendizado, no aperfeiçoamento e no domínio técnico dos ofícios mecânicos, teriam fomentado a baixa qualificação técnica dos oficiais mecânicos em exercício na vila Recife a partir da segunda metade do século XVIII. Isso teria desvalorizado as Artes Mecânicas, que outrora primava, pelo menos teoricamente, pela excelência e perfeição na execução de seus ofícios. Desvalorização que acabou também por recair sobre seus executores, haja vista a opinião expressa, em 1799, pelos almotacés do Recife sobre esses trabalhadores, como apresentamos no final do terceiro capítulo.

Ademais, a estima social em que estavam envoltos os oficiais dos quatro ofícios anexos da vila do Recife, muitos deles também confrades de São José, mesmo com toda a resistência e estratégias na defesa de seus interesses e do prestígio social conquistado desde fins do seiscentos, também sofreu um forte abalo a partir da segunda metade do século XVIII. Para Edward Thompson, neste século,

(...) o processo do capitalismo e a conduta não econômica baseada nos costumes estão em conflito, um conflito consciente e ativo, como que numa resistência aos novos padrões de consumo (“necessidades”), às inovações técnicas ou à racionalização do trabalho que ameaçam desintegrar os costumes e, algumas vezes, também a organização familiar dos papéis produtivos. Por isso, podemos entender boa parte da história social do século XVIII como uma série de confrontos entre uma

⁶²⁸Edward Palmer Thompson, op.cit., p.42.

economia de mercado inovadora e a economia moral da plebe, baseada no costume.⁶²⁹

Assim, os artífices dos quatro ofícios anexos do Recife – que eram, senão completamente, em maior parte brancos – que fundaram, em 1735, a Irmandade do Patriarca São José dos Oficiais dos Quatro Ofícios Anexos, esta envolvida em significativa estima social, testemunham, no decorrer do setecentos, o esfacelamento paulatino da organização laboral da qual faziam parte, fincada na tradicional cultura de ofícios. Frente ao pragmatismo do capitalismo e à pressão do mercado, perdem, em parte, o vigoroso controle que tinham sobre a organização dos quatro ofícios anexos na vila do Recife, assim como o prestígio social que tinham dentro e fora do universo laboral, pese todo o esforço feito por esses artífices para que o seu prestígio social permanecesse intocado, em específico os que se encontravam no controle da Irmandade.

Em fins do setecentos o setor construtivo continuava aquecido e o mercado continuava em expansão, como mostramos ainda acontecer durante o governo de D. Tomás José de Melo. No entanto, o papel social que esses mesterais passam a ocupar nessa nova realidade muda consideravelmente. Ao mesmo tempo, um corpo de confrades artífices cada vez mais “enegrecido” se faz presente na Irmandade de São José do Recife nesse período, chegando esta confraria a filiar, no ano de 1800, cerca de 32 novos artífices. Ao que tudo indica, grupo este composto, majoritariamente, por negros e pardos e com baixa qualificação técnica, que, diante de um contexto tão propício, viram a oportunidade de pertencer a prestigiosa Irmandade de São José, cujo acesso, por muito tempo, quando não lhes foi negado, foi, no mínimo, dificultado.

⁶²⁹Ibidem, p.21.

Fontes

1. Fontes Manuscritas

1.1 Arquivo da Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em Pernambuco – IPHAN/PE

Livro Mestre das Matrículas dos Irmãos Pedreiros, Marceneiros, Carpinteiros, Tanoeiros, 1735. Arquivo deslizante nº 6, prateleira nº 2, caixa nº 1.

Livro de Receitas e Despesas da Irmandade de São José do Ribamar, 1735-1784. Arquivo deslizante nº 6, prateleira nº 2, caixa nº 2.

Livro de Entrada de Irmãos e Irmãs da Irmandade de São José do Ribamar, 1745-1827. Arquivo deslizante nº 6, prateleira nº 2, caixa nº 4.

Livro de Recibos (1765) - (capineiros). Arquivo deslizante nº 6, prateleira nº 2, caixa nº 6.

Livro de Termos da Irmandade do São José do Ribamar, 1777-1854. Arquivo deslizante nº 6, prateleira nº 2, caixa nº 7.

Livro de Recibo de Esmolas de Missas da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos. 1751-1849, Livro 33.

Estatuto (Compromisso) da Irmandade de São José do Ribamar (1885). Arquivo deslizante nº 6, Caixa nº 26.

“Inventário da Venerável Irmandade do Patriarcha São José de Ribamar [...] sua Igreja. Organizado em 12 de Junho de 1904” (Cópia). In: IPHAN, *Inventário geral da Igreja de São José do Ribamar do Recife*. v1. Recife, 1975, p.46-47.

1.2 Arquivo Público Estadual João Emerenciano – APEJE

Livros de Ordens Régias: O.R 1. (1534 – 1824); O.R 7. (1744 – 1751); O.R 9. (1752 – 1754); O.R 10. (1755 – 1760); O.R 11. (1758 – 1815); O.R 12. (1759 – 1763); O.R 13. (1761 – 1767); O.R 14. (1767 – 1773); O.R 15. (1774 – 1777).

1.3 Fundo Geral do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano – IAHGP

Livro das Vereações da Câmara do Recife. 1767-1784. Organização nº 69, livro nº 3.

Livro das Vereações da Câmara do Recife. 1784-1808. Organização nº 69, livro nº 4.

1.4 Arquivo Histórico Ultramarino

Carta de João Berenger de Andrada ao Rei D. Pedro II sobre o estado miserável dos moradores de Olinda, por não existir naquela cidade um organismo administrativo como existente no Recife. 1704. CU, Pernambuco, Cx.21, D.1964.

Consulta do Conselho Ultramarino ao Rei D. Pedro II sobre a declaração que pede o procurador dos moradores do Recife, referente ao ponto que trata de servirem os mercadores no Senado da Câmara. 1705. CU, Pernambuco, Cx. 21, D.1995.

Carta do Ouvidor, Bento S. Ramalho, a D. João V sobre o levantamento do parentesco dos pais e avós, limpeza de sangue, profissão e nobreza de Francisco Gomes da Fonseca. 1735. CU, Pernambuco, Cx. 48, D.4318.

Parecer do Conselho Ultramarino sobre a carta do Governador da capitania de Pernambuco [Duarte Sodré Pereira Tibão], acerca da necessidade de obras na Alfândega. 1735. CU, Pernambuco, Cx. 48, D. 4281.

Requerimento do carcereiro da cadeia nova do Recife, Antonio de Azevedo Pereira, ao rei [D. João V], pedindo guardas para aquela cadeia. 1735. CU, Pernambuco, Cx. 48, D. 4261.

Carta do Provedor da Fazenda Real da Capitania de Pernambuco, João do Rego Barros, a D. João V sobre a convocação por meio de editais de arrematadores e mestres-pedreiros para a reedificação da capela da Igreja Martriz de Penedo do Rio S. Francisco. CU, Pernambuco, Cx.49, D.4368.

Carta dos oficiais da Câmara do Recife ao rei [D. José I], sobre as condições que aquela vila possui para passar a ser cidade. 1752. CU, Pernambuco, Cx.73, D.6131.

Carta dos oficiais da Câmara de Olinda ao rei [D. José I], sobre a oposição acerca da constituição do Recife em cidade. 1752. CU, Pernambuco, Cx.73, D.6141.

Representação dos juizes e escrivães da irmandade do Patriarca São José ao rei [D. José I], pedindo provisão de confirmação do compromisso. [ant. a 1755]. CU, Pernambuco, Cx.80, D.6636.

Compromisso da Irmandade do Glorioso Senhor São Jorge no Rio de Janeiro. 1765. Compromissos, Códice 1949.

Requerimento de Manoel Xavier Pereira, Inácio Tavares da Costa e mais mestres tanoeiros do Recife ao rei [D. José I], pedindo para que não se confirme o compromisso da Irmandade

de São José da vila do Recife, pois prejudica o ofício de tanoeiro, uma vez que impõe restrições e taxas ao repasse do dito ofício. [ant. a 1773]. CU, Pernambuco, Cx.114, D.8752.

Compromisso da Irmandade e Confraria do Patriarca o Senhor São José, dos ofícios de carpinteiro, pedreiro, marceneiro e tanoeiro, estabelecida na vila de Santo Antônio do Recife de Pernambuco. Século XVIII. Compromissos, Códice 1301.

Ofício do [governador da capitania de Pernambuco], José César de Meneses, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro, sobre ter recebido um caixote de aduelas para serem comparadas com as madeiras da dita capitania, afim de se usar no ministério, e que para tal serviço, encarregou um tanoeiro a fim de declarar quais as madeiras que seriam mais qualificadas, tendo sido selecionada o amarelo e a peroba para tal finalidade. 1778. CU, Pernambuco, Cx.131, D.9896.

Compromisso e Regimento Ecognomico dos Officios de Carpinterio e de Pedreiro; e dos mais agregados a Bandeira do Glorioso S. Ioze e sua Confraria erecta na Sé e Cathedral da Cidade da Bahia. 1780. Compromissos, Códice 1283.

Balanço da Receita e Despesa da Thesouraria Geral de Pernambuco. 1786. Códice 1888.

Compromisso da Irmandade de Senhor São José na Igreja do Hospício de N.S. da Penha do Recife. 1786. Compromissos. Códice 1294.

Compromisso [acrescentamento dos capítulos] da Irmandade do Glorioso Mártir S. Jorge do Rio de Janeiro. 1791. Compromissos, Códice 1952.

Auto dos papéis de serviços do mestre do trem José Rodrigues Papagaio que mandou fazer o ouvidor geral da capitania de Pernambuco, Antônio Luis Pereira da Cunha. 1798. CU, Pernambuco, Cx.203, D.13833.

Balanço da Receita e Despesa do Cofre da Thesouraria Geral da Junta Real Fazenda de Pernambuco. 1799. Códice 1997.

Carta dos almotacés [da vila do Recife], José Xavier da Aparição Gaio e João Francisco Carneiro e Monteiro ao príncipe regente [D. João], sobre a falta de especialização dos trabalhadores manuais daquela capitania, pedindo que se ordene as câmaras para pararem de conceder licença a trabalhadores desqualificados para não abrirem tendas mas só mostrando certidões de mestres qualificados. 1799. CU, Pernambuco, Cx.212, D.14432.

Compromisso da Irmandade de São José da Agonia estabelecido no Hospício da Penha na vila de Santo Antônio do Recife. [ant. a 1802]. Compromissos, Códice 1290.

1.5 Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Requerimento dos moradores da Vila de Santo Antônio do Recife pedindo a sua divisão em duas paróquias. 1764. ANTT_Ordem de Cristo/Padroados do Brasil/Bispado de Pernambuco, Maço 12, documentos avulsos.

Pedido dos moradores do lugar da Boa Vista para a sua separação da freguesia da Santa Sé de Olinda. 1773. ANTT_Ordem de Cristo/Padroados do Brasil/Bispado de Pernambuco, Maço 12, documentos avulsos.

Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, Livro 525.

1.6 Setor de Manuscritos da Biblioteca do Palácio da Ajuda

LEMOS, Damião António de. *Divisão das Artes Liberais com base na teoria de Bluteau*. s.d. 49-III-20 (34).

1.7 Setor de “Cimélios” da Biblioteca Municipal de Évora

Discurso Acadêmico para provar que a verdadeira nobreza consiste na virtude. s.d. Fundo “Manizola”, Cod. 37-2.

2. Fontes Impressas

2.1 Atas das Vereações da Câmara do Recife:

Abril de 1761 a Agosto de 1762. *Revista Arquivos*. n1. Recife: Sec. de Ed. e Cultura do Recife, 1976.

Agosto de 1762 a Julho de 1763. *Revista Arquivos*. n2. Recife: Sec. de Ed. e Cultura do Recife, 1977.

Julho de 1763 a Janeiro de 1763. *Revista Arquivos*. n4. Recife: Sec. de Ed. e Cultura do Recife, 1985.

2.2 *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. vols. 40, 92 e 100. Organizado por J.H. Rodrigues. Rio de Janeiro: Divisão de Obras Raras e Publicações, 1951.

2.3 Demais Fontes Impressas

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. São Paulo: Edusp, 2007.

CORREA, Filipe Neri. “Relação das festas que se fizeram em Pernambuco pela feliz aclamação do Mui Alto, e Poderoso Rei de Portugal D. José I...”, In: *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, vl XLIX, Recife, 1977.

COUTO, Domingos do Loreto. *Desagravos do Brasil e glórias de Pernambuco*. Recife: Fundação de Cultura da cidade do Recife, 1981.

IPHAN. *Inventário geral da Igreja de São José do Ribamar do Recife*. 2v. Recife, 1975.

_____. “Igreja de São José do Ribamar”. *Inventário Nacional de Bem Móveis e Integrados de Pernambuco*, 2v. Recife, 2004.

JABOATÃO, Antônio de Santa Maria. *Novo Orbe Serafico Brasilico ou Chronica dos Frades Menores da Província do Brasil*, Rio de Janeiro: Tipografia Brasiliense de M. Gomes Ribeiro, 1858.

KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Recife: Departamento de Cultura do Recife, 1978.

SÁ, Luis José Correia. “O Diário do Governador Correia de Sá 1749 a 1756”. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*. v. LVI. Recife, 1983.

SANTOS, Manuel dos. *Calamidades de Pernambuco*. Recife: Fundarpe, 1986.

TOLLENARE, Louis-François. *Notas Dominicais*. Recife: Departamento de Cultura do Recife, 1978.

VILHENA, Luis dos Santos. *Recopilação de noticias soteropolitanas e brasilicas contidas em XX cartas: que da cidade do Salvador Bahia de Todos os Santos escreve hum a outro amigo em Lisboa...* vl.1. Bahia: Imprensa Offical do Estado, 1921.

3. Fontes transcritas

3.1 Arquivo Noronha Santos – IPHAN

Igreja de São José D.F. Documentos do seu arquivo II. Inventário, Caixa RJ079, Pasta 02/01, “Sentenças e Documentos (1727-1865)”.

4. Fontes iconográficas

4.1 Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em Pernambuco – IPHAN/PE

Bens móveis pertencentes à Irmandade de São José do Ribamar do Recife.

4.2 Arquivo Nacional da Torre do Tombo

“Carta do Recife e de Olinda”. In: MORENO, Diogo de Campos. *Relação das Praças Fortes e coisas de importância que Sua Magestade tem na Costa o Brasil*. 1609. ANTT_PT/TT/MR/1/68.

4.3 Arquivo Histórico Ultramarino

Planta do novo edifício da Alfândega de Pernambuco, no forte do Matos/João de Macedo Corte Real, Diogo da Sylveyra Vellozo, 1730, Cartografia, Pernambuco, D.894.

Planta genografica da Villa de S. Antonio do Recife de Pernambuco. 1763. Cartografia. Pernambuco, D. 929.

Planta do Bairro do Pé da Ponte da Conceição do Recife de Pernambuco. 1788. Cartografia, Pernambuco, D.942.

Perspectiva de vários edifícios entre os quais a do Hospício de N.S da Penha dos Capuchinhos. 1801. Cartografia, Pernambuco, D. 949.

4.4 Iconografias em livros publicados

“Recife com seu traçado regular e terreno plano”, originalmente contido no Atlas Manuscrito de João Teixeira. In: REIS FILHO, Nestor Goulart. *Evolução Urbana do Brasil (1500 a 1720)*. São Paulo: Ed. Pini, 2000, p.76.

“Plantas da Cidade do Recife. Bairros de Santo Antônio e São José”. In: MENEZES, José Luiz Mota (Org.). *Atlas histórico cartográfico do Recife*. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife, 1988.

Obras de Referência

- ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ACIOLI, Vera Lúcia C. *A identidade da beleza: dicionário de artistas e artífices do século XVI ao século XIX em Pernambuco*. Recife: Ed. Massangana, 2008.
- ALMEIDA, M. Lopes de (Dir.). *Catálogo da Coleção de Miscelâneas*, vl. LXXVI-CLXXV. Coimbra: Publicações da Biblioteca Geral da Universidade, 1968.
- Bíblia de Jerusalém*. São Paulo: Paulus, 2012.
- CARUANA, E., BORRIELO, L., DEL GENIO, M. R. & SUFFI, N. *Dicionário de Mística*. São Paulo: Paulus, 2003.
- Código Filipino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal*: recopiladas por mandado d'el-Rei D. Felipe I. 4v. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004.
- Collecção das leis, alvaras e decretos que comprehende o reinado del rei fidelissimo D. José I*, 7v, Lisboa: [s.n], [s.d].
- GALVÃO, Sebastião de Vasconcellos. *Dicionário Corográfico, Histórico e Estatístico de Pernambuco*. 4v. Recife: Governo de Pernambuco: Comp. Editora de Pernambuco, 2006.
- MENEZES, José Luiz Mota (Org.). *Atlas histórico cartográfico do Recife*. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife, 1988.
- SILVA, Antonio de Moraes; BLUTEAU, Rafael, *Diccionario da Lingua Portuguesa*, Lisboa: Oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1789.
- SOUSA, Joaquim José Caetano Pereira e. *Esboço de hum Diccionario Juridico, Theoretico, e Practico, Remisso ás leis compiladas e extravagantes*. Tomo I. Lisboa: Typographia Rollandiana, 1825.
- TAVARES, Jorge Campos. *Dicionário de Santos*: hagiológico, iconográfico, de atributos, de artes e profissões, de padroados, de compositores de música religiosa. Porto: Lello & Irmão, 1990.
- VARAZZE, Jacopo de. *Legenda Áurea*: vida de santos. São Paulo: Cia das Letras, 2006.
- VIDE, Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2007.

Bibliografia/Teses/Artigos

- AGUIAR, Marcos Magalhães. *Vila Rica dos confrades: a sociabilidade confrarial entre negros e mulatos no século XVIII*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 1993.
- ALMADA, Márcia. “Registros de Santos, Compromissos de Irmandades e Imagens que Navegam no Mundo Atlântico”. In: *Portuguese Studies Review*, 18, 1, 2011.
- ALMEIDA, Érika Simone de. *O fim do monopólio: a extinção da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba (1770-1780)*. Dissertação de Mestrado. Recife: UFPE/CFCH, 2001.
- ALMEIDA, Fortunato. *História da Igreja em Portugal*. 4vs.Porto: Livraria Civilização, 1967.
- ANDRADE, Gilberto Osório de. *Montebelo, os males e os mascates: contribuição para a História de Pernambuco na segunda metade do século XVII*. Recife: UFPE, 1969.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *Poder político e produção do espaço*. Recife: Ed. Massangana, 1984.
- ARAÚJO, Emanuel (Org.). *A Mão Afro-Brasileira: significado da contribuição artística e histórica*. São Paulo: Tenenge, 1988.
- ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. *Festas: máscaras do tempo: entrudo, mascarada e frevo no carnaval do Recife*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1996.
- _____. *As praias e os dias: história social das praias do Recife e de Olinda*. Recife: Prefeitura do Recife, Secretaria de Cultura, Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2007.
- ARAÚJO, Roberto Antonio Dantas de. *O ofício da construção na cidade colonial: organização, materiais e técnicas (o caso pernambucano)*. Tese de Doutorado. São Paulo: FAU, USP, 2003.
- ARRAIS, Raimundo. *O pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX*. São Paulo: Humanitas, 2004.
- ASSIS, Virgínia Maria Almôedo de. *Pretos e Brancos a serviço de uma ideologia de dominação (caso das Irmandades do Recife)*. Dissertação de Mestrado. Recife: UFPE, 1988.
- AZEVEDO, J. Lúcio de. *O marquês de Pombal e a sua época*, 2ed. com emendas, Rio de Janeiro: Annuario do Brasil, 1922.
- BACELLAR, Carlos. “Fontes documentais: uso e mau uso dos arquivos”. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Ed. Contexto, 2005.
- BACON, Francis. *Novum Organum: ou verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza*. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

BENJAMIN, Walter. “Infância em Berlim por volta de 1900”. IN: BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. vl.2. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

BETHENCOURT, Francisco & CHAUDHURI, Kirti (Dir.). *História da Expansão Portuguesa*. v.3. Navarra: Temas e Debates, 1998.

BEZERRA, Janaína Santos. *Pardos na Cor & Impuros no Sangue: etnia, sociabilidades e lutas por inclusão social no espaço urbano pernambucano do XVIII*. Dissertação de Mestrado. Recife: UFRPE, 2010

_____. “Fragmentos de um Recife Setecentista: Configurações Urbanas e Realizações Culturais”. In: *história e-história*, Agosto, 2010, s.p. Disponível em: <http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=artigos&id=137>.

BLANCHARD, F.; MONSALVO, José María; ROMANO, R.; ARÁCIL, R. e outros. *El trabajo en la Historia*. Salamanca: Ediciones Univesidad de Salamanca, 1996.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2002.

BONNET, Márcia. *Entre o Artifício e a Arte: pintores e entalhadores no Rio de Janeiro setecentista*. Rio de Janeiro: Sec.municipal de Cultura, 2009.

BOSCHI, Caio César. *Os leigos e o poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*, São Paulo: Ática, 1986.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

BOXER, Charles R. *O império marítimo português 1415-1825*. Trad. Anna Olga de B. Barreto. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

BRAUDEL, Fernand. “A longa duração”. In: *História e Ciências Sociais*. Lisboa: Ed. Presença, 1976.

_____. *A dinâmica do Capitalismo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

_____. *Civilização material, economia e capitalismo – Séculos XV-XVIII*. Tomo 1 e Tomo 2. Lisboa: Teorema, s.d.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. “Sistema de produção da arquitetura na cidade colonial brasileira – Mestres de ofício, ‘riscos’ e ‘traças’”. In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v20, n1, p.321-361, jan.– jun. 2012.

BURKE, Peter (Org.). *Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

BURKE, Peter. *História e Teoria Social*. São Paulo: UNESP, 2002.

CAMPANELLA, Tommaso. *A cidade do sol*. São Paulo: Ícone, 2002.

CARREIRA, António. *As Companhias Pombalinas*. Lisboa: Ed. Presença, 1982.

- CAVALCANTI, Nireu Oliveira. *O Rio de Janeiro setecentista: a vida e a construção da cidade - Da invasão Francesa até a chegada da corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes do fazer*. Trad. Ephraim F. Alves. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1990.
- COELHO, Beatriz. *Devoção e Arte: Imaginária religiosa em Minas Gerais*. São Paulo: EDUSP, 2005.
- COELHO, Duarte de Albuquerque. *Memórias diárias da Guerra do Brasil*. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1981.
- COMENIUS, Jan Amos. *Didacta Magna*. s.l.: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.
- COSTA, Antônio Gilberto (Org.). *Roteiro Prático de Cartografia: da América portuguesa ao Brasil Império*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.
- COSTA, Francisco A. Pereira da. *Arredores do Recife*, Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981.
- _____. *Anais Pernambucanos*. 10v. Recife: FUNDARPE, 1983-1985.
- COSTA, José César Regueira. *O Pôrto do Recife: Roteiro de uma viagem através de sua História*. Recife: Arquivo Público Estadual, 1956.
- COSTA, Veloso. *Alguns aspectos históricos e médicos do Recife*. Recife: UFPE, 1971.
- COUTO, Edilece Souza. *Tempo de Festas: Homenagens a Santa Bárbara, N. S. da Conceição e Sant'Ana em Salvador (1860-1940)*. Tese de Doutorado. Assis: UNESP, 2004.
- CUNHA, Washington Dener dos Santos. *Sob o céu de Lisboa e à sombra de Pombal: uma História do Reinado de D. José I (1750-1777)*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2005.
- D'ALEMBERT, Jean le Rond. "Discurso Preliminar dos Editores". In: DIDEROT, Denis & D'ALEMBERT, Jean le Rond. *Enciclopédia ou dicionário raciocinado das ciências, das artes e dos ofícios por uma sociedade de letrados*. São Paulo: UNESP, 1989.
- DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos, e outros episódios da história cultural francesa*. Trad. Sônia Coutinho, 5ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- DEL PRIORE, Mary. *Festas e Utopias no Brasil Colonial*. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- DELSON, Roberta Marx. *Novas Vilas para o Brasil-Colônia: Planejamento Espacial e Social no século XVIII*. Trad. Fernando de V. Pinto. Brasília: Ed. Alva-Cord, 1997.
- DIDEROT, Denis. "Plano de uma universidade ou de educação pública em todas as ciências". In: DIDEROT, Denis. *Obras I: filosofia e política*. São Paulo: Perspectiva, 2000.

- DIAS, José da Silva. “Pombalismo e teoria política”. In: *Cultura, História e Filosofia*, vl.1, Lisboa: INIC.
- DUBY, George. “História Social e Ideologias das Sociedades”. In: LE GOFF, Jacques & NORA, Piérre (Dir.). *História: Novos Problemas*. 4ed. Trad.Theo Santiago. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.
- _____. *Para uma História das Mentalidades*. Lisboa: Terramar, 1999.
- ELIADE, Mircea. *História das Crenças e das Idéias Religiosas*. 3 tomos. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.
- _____. *O sagrado e o profano: a essência das religiões*. São Paulo: Martins Fontes 2008.
- FERNANDES, Luciano de Oliveira. *Alegorias do Fausto: o Triunfo Eucarístico e a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto*. Ouro Preto: UFOP, 2009.
- FERRER, Vicente. *Guerra dos Mascates (Olinda e Recife)*. Lisboa: Editora A.M.Teixeira, 1915.
- FLEXOR, Maria Helena O. *Oficiais Mecânicos na cidade do Salvador*. Salvador: Prefeitura Municipal de Salvador, Departamento de Cultura, 1974.
- FONSECA, Thais Nivea de Lima e. *Letras, ofícios e bons costumes: civilidade, ordem e sociabilidades na América Portuguesa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- FONSECA, Thais Nivea de Lima e (Org). *As reformas pombalinas no Brasil*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011.
- FRAGOSO, Danillo. *Velhas ruas do Recife*. Recife: Ed. UFPE, 1971.
- FREYRE, Gilberto. *Guia Prático, Histórico e Sentimental da Cidade do Recife*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1961.
- _____. *Casa-Grande e Senzala*. São Paulo: Global, 2003.
- _____. *Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. 15ed. São Paulo: Global, 2004.
- FRUTUOSO, Eduardo; GUINOTE, Paulo & LOPES, Antonio. *O movimento do porto de Lisboa e o comércio luso-brasileiro (1769 – 1836)*. Lisboa: Comissão nacional para as comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.
- GAMA, José Bernardo Fernandes. *Memorias Historicas da Provincia de Pernambuco, precedidas de um Ensaio Topographico-Historico...* Recife: Typographia de M. F. de Faria, 1840.
- GAMA, Ruy. *A Tecnologia e o Trabalho na História*. São Paulo: Nobel, 1986.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GUERRA, Flávio. *Crônicas do Velho Recife*. Recife: Dialgraf, 1972.

_____. *Velhas igrejas e subúrbios históricos*. Recife: Prefeitura Municipal do Recife, 1960.

GUINSBURG, J. “Diderot e o espírito das Luzes”. In: DIDEROT, Denis. *Obras I: filosofia e política*. São Paulo: Perspectiva, 2000.

GUINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. 2ed. Trad. M^a Betânia Amoroso. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

HAZARD, Paul. *A crise da consciência europeia (1680-1715)*. Trad. Oscar Lopes. Lisboa: Cosmos, 1948.

_____. *O pensamento europeu no século XVIII (De Montesquieu a Lessing)*. Trad. Carlos Grifo Babo. Lisboa: Ed. Presença, 1989.

HELLER, Agnes. *O Homem do Renascimento*. Lisboa: Presença, 1982.

_____. *O cotidiano e a história*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

HESPAÑA, Antonio M. (Org). *História de Portugal – o Antigo Regime*. Lisboa: Estampa, 1993.

HILL, Christopher. *O mundo de ponta-cabeça: Ideias radicais durante a Revolução Inglesa de 1640*. Trad. Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

_____. *De la Reforma a la Revolución Industrial (1530-1780)*. Barcelona: Ariel, 1991.

_____. *A bíblia inglesa e as revoluções do século XVII*. Trad. Cynthia Marques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. *A mobilidade das fronteiras: inserções da geografia na crise da modernidade*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

HOBSBAWM, Eric J. *Mundos do Trabalho*. Trad. Barcellos & Bedran. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

HOBSBAWM, Eric & RANGER, Terence (Orgs). *A invenção das tradições*. Trad. Celina C. Cavalcante. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

_____. (Dir.). *História geral da civilização brasileira*. Tomo I, vl 2.

JANCSÓ, István & KANTOR, Iris (Orgs.). *Festas, Cultura e Sociabilidade na América Portuguesa*. 2v. São Paulo: Hucitec, 2001.

JUREMA, Aderbal. *O sobrado na paisagem recifense*. Recife: Ed. Nordeste, 1952.

- KANT, Immanuel. *Resposta à pergunta: “Que é o Iluminismo?”*. s.l. s.d. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/gpforma/2senafe/PDF/b47.pdf>>. Acesso em: <30 junho 2012>.
- KANTOR, Iris. *Pacto festivo em Minas colonial: a entrada triunfal do primeiro bispo na Sé de Mariana*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo/IPE, 1996.
- _____. *Esquecidos e renascidos: Historiografia acadêmica Luso-Americana (1724-1759)*. São Paulo: Hucitec, 2002.
- KULESZA, W. A. *Comenius: a persistência da Utopia em educação*. Campinas: Ed.Unicamp: 1992.
- LA SALLE, Juan Bautista de. *Guía de las escuelas dividida en tres parte*. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 2012.
- LACERDA, Artur G. Gárcea de. *Discursos de uma modernidade: as transformações urbanas na freguesia de São José (1860-1880)*. Dissertação de Mestrado. Recife: CFCH, UFPE, 2003.
- LANGHANS, Franz-Paul de Almeida. *Corporações dos Ofícios Mecânicos: subsídios para sua história*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1943.
- _____. *A Casa dos Vinte e Quatro de Lisboa: subsídios para a sua história*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1948.
- LARA, Silvia Hunold. *Fragmentos Setecentistas: escravidão, cultura e poder na América Portuguesa*. São Paulo: Cia das Letras, 2007.
- LEITE, Serafim. *Artes e Ofícios dos Jesuítas no Brasil, 1549-1760*. Lisboa: Edições Brotéria, 1953.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. “Raça e História”. In: *Os pensadores*, Vol. L. São Paulo: Ed. Abril, s.d.
- LIMA, Carlos A. M. *Artífices do Rio de Janeiro (1790-1808)*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.
- LIAMERA, Bonifacio. *Teología de San José*. Madrid: BAC, 1953.
- LOCKE, John. *Segundo tratado sobre o governo civil*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- LOPES, Eliane Marta Teixeira. *As origens da educação pública: A instrução na Revolução Burguesa do Século XVIII*. Belo Horizonte: Argumentum, 2008.
- LOPEZ, Emílio Carlos Rodrigues. *Festas Públicas, Memória e Representação: um estudo sobre manifestações políticas na corte do Rio de Janeiro, 1808-1822*. São Paulo: Humanitas, 2004.
- LUTERO, Martinho. *Obras Seleccionadas*, São Leopoldo: Comissão Interluterana de Literatura, 1995.
- LUZURIAGA, Lorenzo. *História da Educação Pública*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1959.

MAC CORD, Marcelo. *O Rosário de D. Antonio: irmandades negras, alianças e conflitos na história social do Recife, 1848-1872*. Recife: Ed.UFPE, 2005.

_____. *Andaimes, casacas, tijolos e livros: uma associação de artífices no Recife, 1836-1880*. Tese de Doutorado. Campinas: IFCH, Unicamp, 2009.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. *Alquimias da Escrita: alfabetização, história, desenvolvimento no mundo ocidental do Antigo Regime*. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001.

MANTOUX, P. “Introdução”. In: *A Revolução Industrial no século XVIII*. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

MARAVALL, José Antonio. *Cultura do Barroco: Análise de Uma Estrutura Histórica*. São Paulo: EDUSP, 1997.

_____. “Trabajo y exclusión. El trabajador manual en el sistema social da primera modernidad”. In: *Estudios de Historia del Pensamiento Español*. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 1999.

MARTÍNEZ, José María Blazquez. “Artistas y artesanos en la Antigüedad Clásica”. In: *Cuadernos Emeritenses*. n.8. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano, 1994.

MARX, Karl. *Manuscritos econômicos-filosóficos*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

_____. *O capital: crítica da economia política*. v.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MATTA, Glaydson Gonçalves. *Tradição e Modernidade: práticas corporativas e a reforma dos ofícios em Lisboa no século XVIII*. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: UFF, 2011.

MATTOSO, José (Dir.). *História de Portugal*. Vl.4. Rio de Mouro: Círculo de leitores, 1993.

_____. *História de Portugal: No alvorecer da modernidade*. Lisboa: Estampa, 1997.

MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo*. Trad. Antônio de Pádua Danesi. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MEDINA, João (Dir.). *História de Portugal: Dos tempos pré-históricos aos nossos dias*. 2v. Alfragide: Ediclube, s.d.

MELO, Mario. *A Guerra dos Mascates como afirmação nacionalista*. Recife: APEJE, 1984.

MELLO, Evaldo Cabral de. *O nome e o sangue: uma fraude genealógica no Pernambuco Colonial*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

_____. *A fronda dos mazombos: nobres contra mascates, Pernambuco, 1666-1715*. 2ed. São Paulo: Editora 34, 2003.

_____. *Nassau: governador do Brasil Holandês*. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

MELLO, José A. Gonsalves de. *Tempo dos Flamengos*. Influência da Ocupação Holandesa na Vida e na Cultura do Norte do Brasil. 2ª ed. Recife: Governo do Estado de Pernambuco/Secretária de Educação e Cultura/Departamento de Cultura, 1978.

_____. *Um mascate e o Recife: A vida de Antônio Fernandes de Matos, no período de 1671-1701*. 2ed. Recife: Fundação de Cultura do Recife, 1981.

MESGRAVIS, Laima. “Os aspectos estamentais da estrutura social do Brasil Colonial”. In: *Estudos Econômicos*. n.13. São Paulo: USP, 1983, p. 799-811.

MILFONT, Magda. “As canoas negreiras no Recife oitocentista: permanências e rupturas na organização do transporte fluvial”. In: *Anais do XXII Simpósio Nacional de História – ANPUH*, João Pessoa: Associação Nacional de História – ANPUH/Universidade Federal da Paraíba, 2003.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *D. José*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2006.

MORUS, Thomas. *Utopia*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

NASCIMENTO, Alcileide Cabral do. *A sorte dos enjeitados: o combate ao infanticídio e a institucionalização da assistência às crianças abandonadas no Recife (1789-1832)*. São Paulo: Annablume, 2008.

NISBET, Robert. *História da Ideia de Progresso*. Brasília: Ed.UnB, 1985.

NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. *Aproximações: Estudos de História e Historiografia*. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

OLIVAL, Fernanda. *As Ordens Militares e o Estado Moderno: honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)*. Lisboa: Estar Editora, 2001.

OLIVEIRA, Bernardo Jefferson de. “A ciência nas utopias de Campanella, Bacon, Comenius, e Glanvill”. In: *Revista Kriterion*, nº 106,dez. Belo Horizonte: Faculdade de Educação da UFMG, 2002.

PAIVA, Eduardo França & ANASTASIA, Carla Mª Junho (Orgs.). *O trabalho mestiço: maneiras de pensar e formas de viver – séculos XVI a XIX*. São Paulo: Annablume, 2002.

PAIVA, Eduardo F., AMANTINO, Márcia & IVO, Isnara Pereira (Orgs.). *Escravidão, mestiçagens, ambientes, paisagens e espaços*. São Paulo: Annablume, 2011.

PANOFSKY, Erwin. *Significado nas artes visuais*. São Paulo: Perspectiva, 2001.

PATY, Michel. *D’Alembert*. São Paulo: Estação Liberdade, 2005.

- PENTEADO, Pedro. “Confrarias Portuguesas da Época Moderna: problemas, resultados e tendências de investigação”. In: *Lusitania Sacra – Confrarias, Religiosidades e Sociabilidade; séculos XV a XVIII*. Lisboa, Tomo VII, 2ª série, p. 15-52, 1995.
- PESSOA, Marlos de Barros. *Formação de uma variedade urbana e semi-oralidade: O caso do Recife*, Brasil. Alemanha: Max Niemeyer Verlag Tubingen, 2003.
- PETITAT, André. *Produção da Escola/Produção da Sociedade*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.
- PONTUAL, Virgínia & CARNEIRO, Ana Rita Sá. *História e Paisagem: ensaios urbanísticos do Recife e de São Luís*. Recife: Bagaço, 2005.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*. 23ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.
- PRECIOSO, Daniel. *Legítimos vassallos: pardos livres e forros na Vila Rica Colonial (1750-1803)*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.
- QUINTÃO, Antônia A. *Lá vem o meu parente: as irmandades de pretos e pardos no Rio de Janeiro e em Pernambuco (Século XVIII)*. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH, USP, 1997.
- RAMOS, Luís de Oliveira. *D. Maria I*. Rio de Mouro: Circulos Leitores, 2007.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. *Evolução Urbana do Brasil (1500 a 1720)*. São Paulo: Ed. Pini, 2000.
- _____. *Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: Edusp, 2000.
- RIBEIRO JÚNIOR, José. *Colonização e Monopólio no Nordeste Brasileiro: A Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba (1759-1780)*. São Paulo: Hucitec, 2004.
- RODRIGUES, Teresa. *Cinco Séculos de Quotidiano – a vida em Lisboa do século XVI aos nossos dias*. Lisboa: Cosmo, 1997.
- ROSSI, Paolo. *Os filósofos e as máquinas: 1400-1700*. Trad. Federico Carotti. São Paulo: Cia das Letras, 1989.
- _____. *A ciência e a filosofia dos modernos: aspectos da Revolução Científica*. Trad. Álvaro Lorencini. São Paulo: Ed. Unesp, 1992.
- _____. *Naufrágios sem espectador: A ideia de progresso*. Trad. Álvaro Lorencini. São Paulo: Ed. Unesp, 2000.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. Brasília: Ed. UnB, 1989.
- RUSSEL-WOOD, A.J.R. *Fidalgos e Filantropos: A Santa Casa de Misericórdia da Bahia, 1550-1755*. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1981.

- SÁ, Isabel Guimarães. *Quando o Rico se faz Pobre: Misericórdias, Caridade e Poder no Império Português (1500-1800)*. Lisboa: Com.Nac.para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, 1997.
- SALLES, Fritz Teixeira de. *Associações religiosas no ciclo do ouro*. Belo Horizonte: Universidade de Minas Gerais, 1963.
- SAMPAIO, Juliana da Cunha. *Irmãs do Rosário de Santo Antônio: Gênero, Cotidiano e Sociabilidade em Recife (1750-1800)*. Dissertação de Mestrado. Recife: DLCH, UFRPE, 2009.
- SANTOS, Beatriz Catão Cruz. "Irmandades, oficiais mecânicos e cidadania no Rio de Janeiro do século XVIII". In: *Varia Historia*. vol. 26, nº 43. Belo Horizonte, jan/jun 2010.
- SANTOS, Carlos Nelson F. dos & VOGEL, Arno (Coords.). *Quando a rua vira a sua casa: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro*. São Paulo: Ibam/Finep, 1985.
- SANTOS, Georgina Silva dos. *Ofício e Sangue: o papel da irmandade de São Jorge nas culturas de ofício na Lisboa moderna*. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH, USP, 2002.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2008.
- SARAIVA, António José. *História da Cultura em Portugal*. Lisboa: Jornal do Fôro, 1962.
- SCARANO, Julita. *Devoção e Escravidão: a irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no século XVIII*, São Paulo, Ed. Nacional, 1978.
- _____. *Fé e Milagre: Ex-votos pintados em madeira: Séculos XVIII e XIX*. São Paulo: EDUSP, 2004.
- SENNETT, Richard. *Carne e Pedra: O corpo e a cidade na civilização ocidental*. Trad. Marcos A. Reis. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- _____. *O Artífice*. Trad. Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2009.
- SILVA, Cinthia Fernanda Barbosa da. *O ofício de músico do Recife: A trajetória histórica da Irmandade de Santa Cecília nos oitocentos (1840-89)*. Dissertação de Mestrado. Recife: UFPE, 2008.
- SILVA, Henrique N. da. *Trabalhadores de São José. Artesãos do Recife no século XVIII*. Dissertação de Mestrado. Recife: UFPE, 2010.
- SILVA, João Paulo da (Coord.). *Pombal e o seu Tempo*. Casal de Cambra: Caleidocópio, 2010.
- SILVA, Kalina Vanderlei da. *Nas solidões vastas e assustadoras: os pobres do açúcar na conquista do sertão nos séculos XVII e XVIII*. Tese de Doutorado. Recife: CFCH, UFPE, 2003.

- _____. “Cerimônias públicas de manifestação e júbilo: símbolos barrocos e os significados políticos das festas públicas nas vilas açucareiras de Pernambuco nos séculos XVII e XVIII”. In: SILVA, Kalina Vanderlei (Org.). *Ensaio Cultural sobre a América Açucareira*. vl.1. Nazaré da Mata: GEHSCAL: UPE, s.d.
- SILVA, Leonardo Dantas. *Holandeses em Pernambuco (1630-1654)*. Recife: Instituto Ricardo Brennand, 2005.
- _____. *Pernambuco Preservado – Histórico dos Bens Tombados no Estado de Pernambuco*. Recife: L. Dantas Silva Editor, 2008.
- SILVA, Luiz Geraldo. *A faina, a festa e o rito: uma etnografia histórica sobre as gentes do mar* (sécs. XVII a XIX). Campinas: Papirus, 2001.
- SMITH, Robert. *Igrejas, casas e móveis: aspectos da arte colonial brasileira*. Recife: MEC/UFPE/IPHAN, 1979.
- SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- SOUTO MAIOR, Mário & SILVA, Leonardo Dantas (Orgs.). *O Recife: quatro séculos de sua paisagem*. Recife: Ed. Massangana, 1992.
- SOUZA, George Félix Cabral de. *Elyte y ejercicio de poder en el Brasil Colonial: la Cámara Municipal de Recife (1710-1822)*. Tese de Doutorado. Salamanca: Univ. de Salamanca, 2007.
- _____. “Exercício de poder e conflito estamental na Câmara do Recife – século XVIII”, In: *Anais da V Jornada Setecentista*, 2003, p.1. Disponível em:<<http://www.humanas.ufpr.br/portal/cedope/files/2011/12/Exerc%C3%ADcio-de-poder-e-conflito-estamental-na-c%C3%A2mara-do-Recife-s%C3%A9culo-XVIII-George-F%C3%A9lix-Cabral-de-Souza.pdf>>. Acesso em:<10 junho 2012>.
- SOUZA, Laura de Mello e (Org.). *História da Vida Privada no Brasil: Cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. São Paulo: Cia das Letras, 1997.
- _____. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira do século XVIII*. 4 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004.
- SZMRECSÁNYI, Tamás (org). *História econômica do período colonial*. São Paulo: Hucitec, 2002.
- TALLEYRAND-PÉRIGORD, Charles-Maurice de. “Rapport de Talleyrand”. In: HIPPEAU, C. (Org.). *Instruction publique pendant la Révolution*. Paris: Didier et Cie. Libraires-Éditeurs, 1881.
- TENGARRINHA, José (org.). *História de Portugal*. 2ed. Bauru: EDUSC, 2001.

- THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa*. 4ed. Trad. Denise Bottmann. 3v. São Paulo: Paz e Terra, 1987.
- _____. *Costumes em comum*. Trad. Rosaura Eichenberg. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- VENANCIO, Renato Pinto. *Cativos do Reino: a circulação de escravos entre Portugal e Brasil, século 18 e 19*. São Paulo: Alameda, 2012.
- VERRI, Gilda M.W. & BRITTO, Jornad Muniz de (Orgs.). *Relendo o Recife de Nassau*. Recife: Bagaço, 2003.
- VIANA, Larissa. *O idioma da mestiçagem: as irmandades de pardos na América Portuguesa*. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.
- VILLALTA, Luis Carlos. *Reformismo ilustrado, Censura e Prática de leitura: usos do livro na América Portuguesa*. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 1999.
- VOVELLE, Michel (Dir.). *O Homem do Iluminismo*. Lisboa: Ed. Presença, 1992.
- WILLIAMS, Raymond. *Culture and Society*. London: Hogarth, 1992.
- WORTMANN, Klaas. *Religião e Ciência no Renascimento*. Brasília: Ed. UNB, 1997.
- ZANCHETI, Sílvio Mendes. “O Recife do século XVIII como cidade barroca”. In: *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. n. 3. v. 6. s.l, 2000.
- ZILSEL, Edgar. “Raices Sociologicas de la Ciencia”. In: *Boletin del Instituto de Sociologia*. Caderno 11, Tomo XI. Buenos Aires: Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Buenos Aires, 1958.